

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

AGOSTO 3 1954



Editora FOLHA DIRIGIDA

Neste livro que encerra sua trilogia **A Era Vargas**, José Augusto Ribeiro conta como foram aqueles 20 dias, em que, a cada momento, parte substancial da obra que Getúlio Vargas construiu, desde a vitoriosa marcha que ficou conhecida por Revolução de 30, ficou ameaçada.

Para o autor, “A morte não o assombrava. Temia, sim, que destruíssem o que fizera. E talvez seus últimos dias tenham sido dedicados a construir o futuro deste passado”.

O atentado à vida do maior e mais talentoso opositor de seu governo, Carlos Lacerda, que culminou com a morte do Major Rubens Florentino Vaz, da Aeronáutica, planejado e executado pelo chefe de segurança do Presidente, pode ter sido o estopim; o aumento de 100% do salário mínimo e a criação da Petrobras e Eletrobrás podem ter sido os motivos para o clima que antecedeu aquele agosto de 1954; mas o objetivo real de seus adversários era sua deposição da Presidência e a anulação de todas as conquistas do povo brasileiro.

Nos capítulos contados, dia após dia, em uma linguagem acessível ao leitor que não convive e nem acompanha a política, o autor descreve um Getúlio que – muito mais que um estadista, muito mais que um mestre da política – demonstrou ser um exímio enxadrista: cada jogada, no tabuleiro político brasileiro, foi pensada, com extremo rigor; e executada com tal competência, que nem seus adversários (que podem ser confundidos com inimigos) nem seus mais estreitos colaboradores e amigos percebiam a sua profundidade.

Getúlio Vargas transmitia tamanha confiança a quem o cercava – parentes, amigos, colaboradores e funcionários –, que, mesmo conhecedores da existência do documento-despedida datilografado, mesmo falando que não se entregaria vivo, mesmo afirmando que não queria que se derramasse sangue de um único brasileiro, ninguém, em momento algum, pensou naquele desfecho.

Este livro desmistifica qualquer teoria sobre suicídio, que sempre traz, subjacente, o conceito de fuga, de covardia. Aquele tiro, na manhã de 24 de agosto de 1954, forneceu a Getúlio Vargas a tinta, vermelha, indelével, com a qual iria assinar

um verdadeiro decreto definitivo – a Carta-Testamento –, que determinava absoluto respeito ao maior conjunto de leis, que transformaria aquele país agrícola em uma Nação industrializada, que hoje representa a sexta economia do mundo.

Tanto que seu substituto no Governo, Café Filho, que tramava com os sediciosos sua derrubada, ao assumir o posto, temendo o que de pior poderia acontecer, garantiu intacto os motivos que levaram o Presidente Getúlio Vargas ao suicídio: a Petrobras, o aumento de 100% do salário mínimo, e a realização das eleições de 1954 e 1955.

Apio Gomes



José Augusto Ribeiro é jornalista profissional desde 1956, quando tinha 18 anos. Daquele ano até 1963, trabalhou em *O Estado do Paraná*, de Curitiba. No Rio de Janeiro, e em seguida, em São Paulo, passou, como costumava acontecer na época, por muitas redações: *Diário Carioca*, *O Cruzeiro*, *Folha de São Paulo*,

Manchete, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Fatos e Fotos*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *TV-Globo*, *TV-Bandeirantes*.

Em rápidos intervalos, trabalhou no governo do presidente João Goulart, com o ministro do Trabalho Amaury Silva, na Comissão Nacional de Sindicalização Rural (1963/1964); como assessor de imprensa, na campanha do presidente Tancredo Neves, quando candidato a Presidente da República (1984-1985); e, na mesma função de assessor de imprensa, na campanha eleitoral de Leonel Brizola à Presidência, em 1994.

Publicou *De Tiradentes a Tancredo, uma história das Constituições do Brasil* (1987); *Nossos Direitos na Nova Constituição* (1988); *Curitiba, a Revolução Ecológica* (1993); e *Tancredo Neves, a noite do destino* (2015). Em 1979, realizou, com Neila Tavares, o curta-metragem *Agosto 24*, sobre a morte do presidente Vargas.

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

AGOSTO 3 1954

989.061
R484c
v3

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

AGOSTO 3 1954

Getúlio Vargas

A Morte Com Um Sorriso

Como e por que ele chegou ao suicídio
e da tragédia fez seu maior triunfo.

UM DIÁRIO DA CRISE DE AGOSTO DE 1954

Apoio:

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



Editora FOLHA DIRIGIDA

NA. 4404783
T. 35164

Copyright © 2001 José Augusto Ribeiro

Revisão: Apio Gomes

Capa e projeto gráfico: Marcelo Azevedo

Fotos: © Acervo da Fundação Getúlio Vargas; e Coleção Pedro Corrêa do Lago, gentilmente cedidas pelo proprietário – Também colaborou Guilherme Galvão Lopes

2014

Todos os direitos desta edição reservados à

Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, de estudos políticos do PDT.

Rua do Teatro, número 39 – Praça Tiradentes, Centro.

Rio de Janeiro – RJ - CEP 20.050-190

Telefones: (21) 2232 1016 e (21) 2232 2005

CIP-BRASIL. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R369e

Vol. 3

Ribeiro, José Augusto, 1938-

A Era Vargas, volume 3 : agosto 1954 : a crise e a morte do presidente /
Augusto Ribeiro. - Rio de Janeiro : Casa Jorge Editorial, 2001

ISBN 85-85835-30-3

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 2. Brasil - História - 1930-1945. 3. Brasil
- História - 1945-1964. 4. Brasil - História - 1951-1954. I. Título.

01-1153

CDD 981

CDU 981

CAPÍTULO 1

DOMINGO, 1º. DE AGOSTO, 1954

A PETROBRÁS ASSUME O CONTROLE

A VAIA NO JÓQUEI

GRANDES ANÚNCIOS, MAS NÃO PARA VENDER GASOLINA.

Na tarde de domingo, 1º. de agosto de 1954, o Presidente Getúlio Vargas chegava ao Jockey Clube, no Rio, para assistir ao Grande Prêmio Brasil, e foi recebido com uma vaia ao ser anunciada sua presença na tribuna de honra. Segundo a Última Hora, jornal que o apoia, ele foi hostilizado apenas por uma parte do público da tribuna social, e imediatamente aplaudido pelo público, muito maior, das arquibancadas populares, aplausos que calaram a vaia.

A vaia, em geral manifestação popular e plebeia, partiu dessa vez da tribuna frequentada pelos grupos mais ricos e aristocráticos. É certo que a vaia ao Presidente, na elegantíssima tribuna social do Jockey Clube, tinha duas origens imediatas. Uma, a violenta campanha do jornalista Carlos Lacerda contra ele, tanto em seu jornal, a Tribuna da Imprensa, de tiragem inexpressiva, quanto na Rádio Globo e nas televisões dos “Diários e Emissoras Associados”, de Assis Chateaubriand. Outra origem, o aumento de cem por cento do salário mínimo, decretado por Vargas no Dia do Trabalho, 1º. de maio, impugnado por várias medidas judiciais, mas confirmado, no dia 5 de julho, por decisão do Supremo Tribunal Federal.

— Em vigor o novo salário mínimo! — anunciara com ênfase uma notícia em destaque na Última Hora. — Por 6 votos a 2, o Supremo Tribunal considerou legal o decreto de 1º. de maio. Negado o mandado de segurança impetrado pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem.¹

¹ Última Hora, 6.7.1954.

A decisão do Supremo fora precedida de uma ameaça de greve geral e foi comemorada, dois dias depois, numa audiência de Vargas a líderes sindicais, na qual o Presidente diz:

– Vencemos, afinal! ²

Seria a última vitória de Vargas antes da tragédia. E ele já poderia pressentir, por outros acontecimentos daquele momento, alguma coisa do que aconteceria logo depois.

A ENCOMENDA CONFISCADA

Em meados de julho de 1954, por exemplo, por ordem expressa do Alto-Comissário dos Estados Unidos, James B. Conant, maior autoridade civil norte-americana e representante pessoal do Presidente Eisenhower na Alemanha ocupada, os homens da Military Board Security haviam apreendido no porto de Hamburgo, em cima da hora do embarque, todos os volumes de uma encomenda do governo brasileiro.

Eram equipamentos e materiais produzidos por 14 fábricas alemãs, indicadas pelo próprio governo da República Federal da Alemanha, e serviriam para a montagem de um conjunto de ultra centrífugas destinadas à pesquisa nuclear no Brasil – sem qualquer possibilidade de aplicação militar.

A encomenda, feita em novembro de 1953, estava paga (80 mil dólares) desde 21 de janeiro, quando o Banco do Brasil realizara o depósito correspondente no Banco Alemão para a América do Sul.

O responsável pela encomenda e pelas negociações que a precederam era o Almirante Álvaro Alberto, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil, responsável também por negociações anteriores com os Estados Unidos. Nelas tivera a certeza de que nenhuma cooperação o Brasil poderia esperar do governo norte-americano para seu programa de pesquisa científica no campo da energia atômica.

Tanto essa atitude de não colaboração quanto a decisão mais drástica de

² Última Hora, 8.7.1954.

impedir o embarque da encomenda resultavam da convicção, nos grupos mais linha dura do governo dos Estados Unidos, de que qualquer pesquisa pacífica de energia nuclear poderia abrir caminho para a bomba atômica.

Em busca de uma solução alternativa, Álvaro Alberto embarcou imediatamente para a Alemanha, ainda ocupada por forças militares de países aliados aos quais capitulara ao fim da Segunda Guerra Mundial, forças sobretudo dos Estados Unidos. Na Alemanha, Álvaro Alberto percebeu que era seguido por toda parte. Mas conseguiu negociar a encomenda, que deveria ser embarcada para o Brasil nos últimos dias de julho de 1954.³

A PETROBRÁS SAI DO PAPEL

Outro exemplo. Nenhum dos grandes jornais deu a notícia. Mas a Petrobrás, a empresa criada em outubro de 1953 pela Lei 2004, que instituíra o monopólio estatal do petróleo, acaba de assumir, neste domingo, 1º de agosto, o controle efetivo de todas as reservas de petróleo em território brasileiro, de todos os campos em pesquisa e exploração, de todos os navios transportadores, de todas as unidades de processamento e armazenamento de óleo bruto e derivados e de todas as outras instalações industriais ligadas à atividade petrolífera e de propriedade do governo federal. É o caso da Refinaria de Mataripe, construída na Bahia para processar preferencialmente o petróleo de Lobato, ali perto.

Agora a Petrobrás sai do papel e passa a exercer, de fato, o monopólio estatal do petróleo. A principal missão da Petrobrás não será a produção de lucros, mas garantir o abastecimento de derivados de petróleo em todo o país, nas melhores condições para a economia brasileira. É o que diz a Lei 2004.

No momento em que a Petrobrás era criada, o Brasil produzia apenas 2.100 e refinava apenas 5 mil barris por dia de petróleo. O Brasil dependia quase totalmente de petróleo e de derivados (gasolina, diesel, óleo combustível) importados. Em caso de guerra ou de uma simples crise internacional, o Brasil

³ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 354 a 360.

não teria petróleo para mover sua economia. Nem para realizar operações de patrulhamento e vigilância necessárias à proteção de suas fronteiras e de seu litoral. O Brasil não teria como defender seu território e garantir sua independência e soberania.

Cinquenta anos depois da criação da Petrobrás, o Brasil produzia, por dia, mais de 1 milhão e 600 milhões de barris de petróleo (para um consumo de cerca de 1 milhão e 800 mil barris) e refinava 1 milhão e 800 mil barris, isto é, a totalidade de seu consumo. E sessenta anos depois já explorava petróleo nos campos do Pré-sal, com reservas estimadas em mais de 50 bilhões de barris, o suficiente para meio século de consumo no país.

Nenhum dos grandes jornais registra o fato de que nesse domingo, 1º. de agosto de 1954, a Petrobrás deixa de ser uma empresa de papel, uma abstração jurídica, e torna-se uma realidade muito mais difícil de destruir do que até esse momento.

Até outubro de 1953, a Petrobrás era um projeto, que os interesses opostos fizeram de tudo para derrubar ou desfigurar no Congresso. De outubro de 1953, com a sanção da Lei 2004, a maio de 1954, ela se tornara uma criação legal, que só poderia ser desfeita por outra lei que a extinguisse ou despojasse de alguma prerrogativa essencial. Em maio de 1954, a Petrobrás fora instalada como empresa, com registro em cartório, investidura de diretores e contratação dos primeiros funcionários. A 1º. de agosto, porém, ela dá o passo mais importante no processo que a transformará na maior empresa brasileira e numa das maiores indústrias petrolíferas do mundo, ao assumir o controle jurídico e físico de todas instalações de propriedade governamental de uma nascente e promissora indústria petrolífera, inclusive uma refinaria e alguns navios.

Nenhum dos grandes jornais registra este fato. Mas os grandes jornais vêm publicando anúncios enormes, de página inteira, às vezes duas páginas inteiras, promovendo a nova gasolina azul da Esso, a subsidiária do grupo Standard Oil (Rockefeller) no Brasil. Normalmente as gasolinas, os lubrificantes e os derivados de petróleo são anunciados mais nas rádios que nos jornais e, já agora, nas TVs. Esses anúncios nos jornais não se destinam a vender gasolina – não se destinam a vender o que quer que seja. Eles foram

programados e pagos para consolidar e angariar simpatias. Simpatias contra a Petrobrás. Eles, no entanto, não saem no jornal do governo, A Noite, um dos vespertinos mais populares do Rio de Janeiro.

FALTAVA MEMÓRIA A ESSES SENHORES

O decreto de 1º. de maio, de aumento do salário mínimo, publicado no Diário Oficial de 4 desse mês, entraria em vigor, como era habitual em decisões desse tipo, sessenta dias depois de sua publicação – ou seja, no início de julho. O pedido do mandado de segurança deixara a questão em suspenso, mas a decisão do Supremo criava um fato consumado: já nos dez primeiros dias de agosto, os trabalhadores de salário mínimo deveriam receber pagamento em dobro a partir do sexagésimo dia a contar de 4 de maio, ou seja, 4 de julho.

Dos 31 dias de julho, os trabalhadores receberiam os três primeiros dias – 1, 2 e 3 – pelo salário mínimo anterior, e os restantes 28 dias, a partir de 4 de julho, pelo novo salário, com aumento de 100%.

Nos dias de hoje, quando um aumento dez vezes menor do salário mínimo parece um escândalo, podemos imaginar o que seriam, naquele momento, alguns ressentimentos na tribuna social do Jóquei. Alguns dos aristocráticos autores das vaia estariam entre os que se imaginavam roubados, coagidos a racionar o champanha, o caviar, os vestidos de *haute couture* de suas senhoras, os automóveis, as viagens a Paris, as joias das amantes, para pagar salário dobrado à choldra dos operários e empregados de suas empresas.

Faltava memória a esses senhores. Pouco antes da Revolução de 1930, que levara Getúlio Vargas à Presidência da República pela primeira vez, as mordomias dos ricos tinham sido ameaçadas não pelas decisões de um herdeiro de pai latifundiário como ele, mas pelas consequências inelutáveis de duas crises – uma a das vendas internacionais do café brasileiro e a outra a da crise da Bolsa de Nova York em outubro de 1929, responsável pela depressão que arruinaria em seguida todas as economias do mundo.

Washington Luís, o então Presidente da República e suposto representan-

te e defensor dos interesses da economia cafeeira, tinha horror às extravagâncias dos barões e cafeicultores que conhecia – o champanha, o caviar, os vestidos de *haute couture* de suas senhoras, os automóveis, as viagens a Paris e as joias das amantes. Horrorizava-se, sobretudo, com os automóveis e as amantes, e recusava-se, porque elas perpetuariam os automóveis e as amantes, a permitir medidas em defesa da economia cafeeira do Brasil.

A Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder, foi, sem dúvida, uma consequência da crise mundial da economia e também uma consequência da crise nacional da economia. Na chefia do governo provisório, em seguida à vitória da Revolução, que não provocara e tentara até evitar, Vargas considerou de sua responsabilidade salvar a economia de São Paulo e a economia do café – tal sua importância para o futuro do Brasil – sem mergulhar na histeria moralista de Washington Luís. Para salvar o café, e os empregos e exportações que dependiam dele, Vargas salvou também os cafeicultores e, com eles, seus automóveis e amantes.

Todas as vezes, porém, que tomava medidas em defesa do capital, Vargas tomava medidas correspondentes em defesa do trabalho. Para evitar a ruína de São Paulo, ele teve de salvar o café. Para salvar o café, teve de dar fôlego aos barões que escandalizavam Washington Luís. Em compensação, foi decretando as leis trabalhistas pelas quais não era perdoado: entre elas a do salário mínimo.

O decreto de 1º. de maio de 1954 aumentava em 100% o salário mínimo anterior – reajustado pelo próprio Presidente Vargas em 1952, depois de um congelamento imposto pelo governo do Presidente Eurico Dutra, de janeiro de 1946 a janeiro de 1951. Esse aumento de 100% no salário mínimo não era um aceno populista e demagógico, mas a cobrança de uma retribuição parcial ao que a economia urbana do país vinha recebendo de benefícios produzidos pela ação de seus trabalhadores.

O aumento de 100% do salário mínimo – hoje impensável – causara horror a alguns senhores encasacados e a algumas senhoras enchapeladas, na tribuna social do Jockey. Eles alegavam que o aumento elevaria de tal maneira os custos da produção industrial e do conjunto da atividade econômica no

Brasil que a economia do país seria lançada ao abismo do qual falavam muitos dos tribunos oposicionistas.

O que, porém, aconteceu foi surpreendente. Mesmo com as consequências da crise política que sobreviria nesse mês de agosto de 1954, a economia industrial brasileira teria nesse ano um crescimento de cerca de 12%: um crescimento desses significava o surgimento de muitos empregos. Uma situação oposta à dos anos recessivos de décadas depois, quando o que crescia era o desemprego e a economia permanecia estagnada.

NA VAIA, MAIS QUE UM PRESSÁGIO

No Brasil de nossos dias, seria vaiado, mesmo no Jóquei Club, um Presidente que fazia o país crescer? Talvez. Porque esse Presidente afrontava grandes e insaciáveis interesses econômicos estrangeiros. Sua decisão sobre o salário mínimo não seria engolida com facilidade; e menos ainda a criação da Petrobrás e a entrada em vigor do monopólio estatal do petróleo.

A vaia no Jóquei não será um presságio, não antecipará o que vai, em seguida, acontecer?

Para o Presidente, foi mais que um presságio. Foi uma certeza, como dirá amanhã ao filho mais velho, Lutero.

CAPÍTULO 2

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE AGOSTO, 1954

AQUELA HISTÓRIA DE 1945...

“VAI ACONTECER DE NOVO...”

VARGAS SABE, ANTES DO ATENTADO DE 5 DE AGOSTO CONTRA
CARLOS LACERDA, QUE TEM A CABEÇA A PRÊMIO E QUE VÃO REPETIR
O GOLPE DE SUA DERRUBADA EM OUTUBRO DE 1945.

Logo depois desse domingo, e da vaia no Jóquei, na segunda-feira, 2 de agosto, o Presidente perguntou ao filho Lutero se ainda se lembrava “daquela história de 45”. Foi antes, portanto, três dias antes do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, na madrugada de 5 de agosto, a partir do qual as coisas se precipitariam incontrolavelmente.

As lembranças, depois de tanto tempo, podem tornar-se confusas, mas deve ter sido em março de 1945 que o Dr. Lutero Vargas, filho mais velho do Presidente, chegou de Nova York com um recado para o pai.

Muito antes da Segunda Guerra Mundial, quando todas as democracias relacionavam-se bem com o governo de Adolf Hitler, Lutero Vargas, depois de formar-se em Medicina no Brasil, foi fazer cursos de pós-graduação na Alemanha, que voltara a ser, recuperada da devastação da Primeira Guerra Mundial, antes mesmo do nazismo, um grande centro de avanço científico.

Lutero, que já se especializava como ortopedista, trabalhou, na Alemanha, em cirurgia plástica – e chegou a frequentar uma academia de belas artes, para estudar, em função disso, anatomia, desenho e até pintura.

Nesse período na Alemanha, Lutero apaixonou-se por uma moça alemã, Ingeborg, e casou com ela. Esse fato foi explorado no Brasil pelos adversários de seu pai, que tentavam apresentar o governo Vargas como um governo de inclinações nazifascistas.

Quando o Brasil entrou na guerra, contra a Alemanha de Hitler, Lutero, enfrentando os apelos e a habitual chantagem da mãe, D. Darcy Vargas, foi um dos primeiros brasileiros a apresentar-se como voluntário para as futuras forças expedicionárias brasileiras.

Lutero fez isso porque tinha casado com uma moça de nacionalidade alemã, para provar que não se tornara simpatizante da Alemanha nazista nem se fizera menos brasileiro; e – sobretudo – para desagravar o pai. As acusações ao Presidente acrescentavam, ao rol anterior, o fato de que se tornara sogro de uma súdita de Hitler, situação que pouco durou, porque o casamento logo se desfez.

Ortopedista, uma das especialidades mais necessárias na guerra, Lutero Vargas foi incorporado como tenente ao Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, que iria lutar na frente europeia (ainda não se sabia aonde, mas seria na Itália).

Em pouco tempo, as façanhas médicas e cirúrgicas de Lutero tornaram-se lendárias e ele começou a ser chamado para operar oficiais e soldados das forças norte-americanas, inglesas e de outros países aliados, na frente de operações da Itália.

Nos meses finais da guerra, no início de 1945, antes mesmo do colapso e da capitulação da Alemanha nazista, e quando as forças brasileiras de terra e ar, a FEB e a FAB, deram por encerrada sua participação nas operações na Península Italiana, da qual as tropas alemãs tinham sido definitivamente expulsas – nesse momento, em fevereiro ou março de 1945, o tenente-médico Lutero Vargas foi convidado para visitar os Estados Unidos, onde queriam agradecer-lhe pelo que fizera, na condição de médico e sobretudo na de cirurgião, um dos melhores cirurgiões das forças aliadas, pelos oficiais e soldados norte-americanos feridos em combate na frente italiana.

Recebido e homenageado como grande médico, é claro que Lutero Vargas foi ouvido também como o filho do Presidente do Brasil. Num almoço em Wall Street, no último dia da viagem, pediram os participantes que Lutero falasse dos planos de seu pai para o futuro do país.

Ele não confiava em seu inglês. Se fosse em alemão, estaria mais à vontade. Mas foi em frente.

Lutero contou sobre os projetos de Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, em favor do desenvolvimento e da emancipação econômica do Brasil, projetos acelerados, nos anos da guerra e em virtude das demandas que ela impunha, pela implantação da grande siderurgia (a usina de Volta Redonda estava em construção), pela retomada das reservas de minério de ferro antes alienadas a interesses estrangeiros (a Companhia Vale do Rio Doce fora constituída com apoio do Presidente Roosevelt) e pelo primeiro projeto brasileiro sob controle nacional de uma grande usina de hidreletricidade (o projeto de Paulo Afonso, no rio São Francisco, a ser desenvolvido pela Chesf, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que nesse momento o governo Vargas montava, por inspiração e sob a orientação de seu ministro Apolônio Salles).

Lutero falou também dos planos políticos do pai – e do projeto de democratização e do desmonte do Estado Novo, já em pleno andamento.

À saída, o anfitrião insistiu em levá-lo até o elevador – era um daqueles enormes arranha-céus no distrito financeiro de Manhattan. No caminho, longe dos olhos e ouvidos dos outros convidados, interrompeu o percurso para dizer:

– Este almoço foi para o médico Lutero Vargas, não para o filho do Presidente do Brasil. Mas sua exposição sobre o Brasil me deixa à vontade para pedir que o senhor comunique a seu pai, o Presidente, o que desgraçadamente vai acontecer nos Estados Unidos.

– O Presidente Roosevelt está gravemente doente e desenganado, e não tem muito tempo de vida. Roosevelt tem grande admiração pelo Presidente Vargas e a maior gratidão pela ajuda do Brasil na guerra.

– A maioria dos grandes banqueiros e industriais americanos não gosta do Presidente Vargas. O pretexto é que ele chefia um governo ditatorial, mas a verdadeira razão é que o programa econômico do governo brasileiro prejudica os interesses de grandes grupos americanos.

– Roosevelt compreende que o Brasil tem o direito de se desenvolver, e que isso é bom para os Estados Unidos. Por isso apoiou a construção da usina de Volta Redonda. Mas os grandes banqueiros e industriais também não gostam de Roosevelt. Assim que ele morrer, o novo governo vai retirar o apoio a seu pai e vai tentar derrubá-lo.

– Mas não vão derrubar ditadores como Franco, da Espanha, que apoiou Hitler e a Alemanha nazista; e Salazar, de Portugal, que ficou neutro. Não vão mexer com os militares argentinos, como esse coronel Perón, que controlam o governo e só agora rompem com a Alemanha para a Argentina poder entrar na ONU.

De volta ao Rio, Lutero transmitiu ao pai o aviso e não estranhou que ele parecesse indiferente:

– Exagero. Imagina... Essas coisas não são assim.

O Presidente evitava contagiar a família com suas preocupações e até com suas reações. Supondo que fosse isso, Lutero não insistiu.

Agora, em 1954, o Presidente, aparentemente sem propósito, pergunta a Lutero se ainda se lembra dessa conversa de 1945.

– Sim, lembro, mas por quê?

– Como tu tinhas razão, meu filho. Na época eu não acreditei que isso fosse possível.

Só à medida que avançarem os dias desse mês de agosto, Lutero começará a compreender o que o Presidente diz em seguida:

– Vai acontecer de novo...⁴

Lutero compreenderá que o Presidente já se sabe com a cabeça a prêmio.

Se já sabe que vai acontecer de novo, ele deve saber que, ao acontecer de novo, não acontecerá da mesma forma. É possível até que ele já esteja pensando na lição de José Manuel Balmaceda, que morreu havia mais de sessenta anos no Chile. E em exemplos mais próximos e até imediatos.

Como o do coronel Jacobo Arbenz, presidente constitucional da Guatemala, derrubado semanas antes dessa conversa de Vargas com Lutero, por ter desapropriado terras da United Fruit, norte-americana, para um projeto de reforma agrária.

O futuramente famoso Ernesto Che Guevara está asilado neste momento na embaixada da Argentina na Cidade da Guatemala. Por ter participado, ou melhor, tentado participar, de movimentos de resistência ao golpe, movimen-

⁴ Informação de Lutero Vargas ao autor, 1979.

tos que simplesmente não aconteceram, Guevara estava também com a cabeça a prêmio – e seu nome, como lhe disse o próprio embaixador argentino Nicásio Sanchez Toranzo, figurava na lista daqueles que deveriam ser mortos pelos grupos paramilitares encarregados de caçar os inimigos do novo regime.

Ou como o exemplo do velho Mohammed Mossadegh, ex-Primeiro Ministro do Irã, que nacionalizara o petróleo iraniano, antes controlado por um consórcio britânico, a Anglo Iranian, e sua principal e gigantesca refinaria de Abadã. Mossadegh foi deposto e está preso no Irã. Se não o enforcaram ou fuzilaram deve ter sido porque o Embaixador dos Estados Unidos, Averell Harrimann, e o Coronel Vernon Walters, seu adido militar, encantaram-se com ele. Ou porque acham melhor tê-lo vivo, uma espécie de espantalho de pijama, mas uma alternativa para qualquer eventualidade.

CAPÍTULO 3

TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO

AGORA, A ELETROBRÁS

OUTRAS RAZÕES CONTRA VARGAS

UM MILAGRE DA ENGENHARIA BRASILEIRA: O DESVIO DE UM
BRAÇO DO GRANDE RIO SÃO FRANCISCO, PARA A CONSTRUÇÃO
DA HIDRELÉTRICA DE PAULO AFONSO.

Não era só a Petrobrás. Além dela, o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, estabelecera um regime cambial tão favorável ao Brasil que só poderia ser desfavorável aos Estados Unidos. E agora começava a avançar no Congresso a Eletrobrás, outro projeto ao qual se poderia aplicar o mesmo raciocínio: tão favorável ao Brasil, só poderia ser desfavorável aos Estados Unidos.

Na semana em que a Petrobrás assumia o controle legal e físico de um imenso patrimônio, de reservas e campos petrolíferos, navios e até uma refinaria, a poderosa Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados iniciava a votação do projeto da Eletrobrás, que seria a Petrobrás da energia elétrica, embora sem qualquer monopólio explícito ou oficial.

Anunciada por Vargas em dezembro de 1953, em discurso em Curitiba, no Paraná, e proposta ao Congresso em abril de 1954, a Eletrobrás, tal como concebida, teria tal potencial de realizações que liquidaria em pouco tempo, sem qualquer violência legal, as lucrativas multinacionais que exploravam, praticamente sozinhas, a geração e a distribuição de energia elétrica no Brasil.

Em seguida a esse discurso, imprevisto e de improviso, Vargas dissera ao governador do Paraná, Munhoz da Rocha:

– Com esse discurso, eu talvez esteja assinando minha sentença de morte.⁵

⁵ Informação de Munhoz da Rocha ao autor, c. 1958.

Noticiando o início da votação do projeto da Eletrobrás na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o Diário de Notícias escreve:

– A Eletrobrás é uma versão brasileira e mitigada da BEA, a British Electricity Administration. A Eletrobrás não vai assumir o controle de quinhentas empresas, assim como não figura em seu projeto a expropriação e encampação das centrais elétricas exploradas por grupos privados nacionais e sobretudo estrangeiros.

A British Electricity Administration era a estatal britânica do setor elétrico. No governo trabalhista do Primeiro-Ministro Clement Attlee, de 1945 a 1951, ela assumira o controle de quinhentas empresas e expropriara e encampara centrais elétricas exploradas por grupos privados britânicos e estrangeiros.

A Inglaterra ainda tinha alguma coisa de uma potência imperial e militar e ainda podia tomar decisões dessa ordem. O projeto brasileiro mostrava-se bem mais modesto, como acrescentava o mesmo jornal:

– A Eletrobrás será apenas a holding das empresas de eletricidade criadas pelo próprio governo, para explorar mercados e realizar empreendimentos que os grupos privados, sobretudo os estrangeiros, não consideravam suficientemente lucrativos. Caso, por exemplo, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, e da Usina de Paulo Afonso.⁶

Mesmo como uma simples holding, que não expropriaria ou absorveria qualquer empresa, ao contrário de seu suposto modelo britânico, a Eletrobrás incomodava. E muito.

Ao discurso de Vargas em Curitiba, a 19 de dezembro de 1953, anunciando a criação da Eletrobrás, o Vice-Presidente da Brazilian Traction, grupo Light, Mr. E. C. Fox, responderia no Rio, em entrevista a O Globo, publicada já a 22 de dezembro, com imenso desdém:

– Comentando o discurso do Presidente Getúlio Vargas em Curitiba, na parte relacionada com os projetos de nacionalização de firmas estrangeiras que, no Brasil, exploram os serviços de produção e distribuição elétrica, o Sr. E. C. Fox, vice-presidente da Brazilian Traction Company (Light), disse on-

⁶Diário de Notícias, 3.8.1954.

tem à noite: "Não creio que resulte em coisa alguma". A Brazilian Traction, com sede no Canadá, tem acionistas em todo o mundo e fornece energia elétrica à maior parte do Brasil, juntamente com a American Foreign Power Company (Amforp, grupo Bond&Share).⁷

Esse estrangeiro arrogante e ignorante estava enganado. A Eletrobrás não se tornaria realidade no segundo governo Vargas, o Presidente que nesse início de agosto estava no corredor da morte, com pouco mais de três semanas de sobrevida. Mas ela, graças à decisão final de Vargas, começará a funcionar em 1962. Nos trinta e cinco anos seguintes, antes de começarem a desmontá-la, ela elevará a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil de 4 para 60 milhões de quilowatts. Um aumento de 15 vezes, ou 1.400%.

APOLÔNIO SALLES: O GRANDE PROJETO DE PAULO AFONSO

Sabe-se, nos primeiros dias de agosto de 1954, que a Usina de Paulo Afonso vai entrar brevemente em funcionamento, acrescentando 120 mil quilowatts ao suprimento de todo o Nordeste, da ordem de 130 mil quilowatts.

Paulo Afonso vai quase duplicar os 130 mil quilowatts disponíveis no Nordeste. Projeto concebido e lançado no fim do primeiro governo Vargas, Paulo Afonso tem agora suas obras aceleradas – até porque está de volta à pasta da Agricultura, ainda responsável pelo projeto, o ministro que o propusera em 1945, o agrônomo cooperativista Apolônio Salles.

O projeto de Paulo Afonso fora obstinada e obtusamente combatido pelo professor Eugênio Gudin, engenheiro, mas então considerado o mais importante economista brasileiro, que não via como o Nordeste tão pobre e atrasado consumiria toda a eletricidade a ser produzida por Paulo Afonso.

No segundo semestre de 1946, o próprio Apolônio Salles, como candidato a Senador, e Barbosa Lima Sobrinho, como candidato a governador de Pernambuco, ambos pelo PSD, Partido Social Democrático, partido do Presidente da República Eurico Dutra (fundado por estímulo de Vargas em 1945),

⁷ O Globo, 22.12.1953.

centraram suas campanhas na defesa do projeto de Paulo Afonso.⁸ E venceram a eleição, derrotando o pessimismo de Gudin, que talvez não fosse apenas pessimismo. Gudin tinha antiga e íntima ligação, como engenheiro, com um dos principais grupos multinacionais concessionários de serviços de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil, o grupo Light, para o qual trabalhava já por muitos anos.

Graças, talvez, a essa vitória eleitoral de Barbosa Lima Sobrinho e Apolônio Salles em Pernambuco, o Presidente Dutra não interrompeu as obras de Paulo Afonso – da mesma forma que, com todos os seus outros equívocos e violências (contra os sindicatos, por exemplo), não interrompera o projeto de construção de refinarias de petróleo e de incorporação de mais unidades à Frota Nacional de Petroleiros.

Neste início de agosto de 1954, a obra de Paulo Afonso, acelerada depois da volta de Getúlio Vargas ao governo, entra numa fase tão impressionante que nem a imprensa de oposição pode negar.

O Correio da Manhã é um jornal ferozmente oposicionista. Na primeira página, ainda assim, ele documenta, sob uma foto hoje sepultada nos microfilmes da Biblioteca Nacional, mas que na época pode ter tido seu impacto, o fechamento do braço principal do rio São Francisco, para a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso:

– Muitos não acreditaram que isso fosse possível, nem mesmo engenheiros norte-americanos – diz o jornal. – Sua realização, portanto, foi um grande feito da engenharia nacional.

No dia seguinte, o enviado especial do Correio da Manhã, Hernane Tavares de Sá, escreverá:

– Paulo Afonso está quase pronta: estão prestes a entrar em provas as turbinas, os geradores e as linhas de transmissão.⁹

O enviado especial do Correio da Manhã não fora sozinho a Paulo Afonso.

⁸ Informação de Barbosa Lima Sobrinho ao autor, 1996.

⁹ Correio da Manhã, 3 e 4.8.1954.

so. Integrava um grupo de estagiários da Escola Superior de Guerra, a ESG, sob o comando do General Juarez Távora.

As possibilidades de Paulo Afonso eram conhecidas desde 1913, quando o visionário industrial Delmiro Gouveia instalou ali uma pequena usina para movimentar sua fábrica de fios e linhas de algodão, numa época em que o Brasil, grande produtor da matéria-prima, consumia tecidos e até fios importados, especialmente da Inglaterra.

Os concorrentes ingleses de Delmiro Gouveia conseguiram liquidá-lo e fizeram questão de desmontar a fábrica e a usina, lançadas aos pedaços à voragem da grande cachoeira.

Ninguém sabe tanto dessas possibilidades quanto o General Juarez Távora, Ministro da Agricultura do primeiro governo Vargas e autor dos Códigos de Águas e de Minas, de 1934, que tinham preservado as reservas petrolíferas do Brasil e também potenciais hídricos como o de Paulo Afonso.

Mesmo, porém, diante da gigantesca realização de um projeto como esse, Juarez Távora mantém-se reservado. Porque está enfiado, até o pescoço, na conspiração golpista para a derrubada de Getúlio Vargas, embora exercendo um cargo militar de confiança do Presidente, o comando da ESG.

CONTRA A DUPLICAÇÃO DE VOLTA REDONDA

A Eletrobrás incomoda, a Petrobrás incomoda e Volta Redonda, iniciada no primeiro governo Vargas e inaugurada no governo do General Dutra, continua a incomodar. É o que lemos no Correio da Manhã:

– Washington, 2 – O representante [deputado] Robert Mollohan, da Virginia Ocidental, protestou hoje contra um suposto projeto do Eximbank, de conceder novo empréstimo ao Brasil, para a expansão da indústria siderúrgica. O congressista adverte que boa parte das necessidades brasileiras de aço é satisfeita pelas siderúrgicas da zona setentrional da Virginia Ocidental: é evidente que qualquer expansão de Volta Redonda reduz um mercado importante de nossa indústria. O General Sílvio Raulino de Oliveira, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, chegou aos Estados Unidos em meados de julho,

tendo declarado que sua visita se relaciona com o propósito de conseguir um empréstimo de 35 milhões de dólares.¹⁰

O deputado Robert Molohan, da Virgínia Ocidental, os grandes grupos siderúrgicos e financeiros norte-americanos não gostaram, mas uma empresa também norte-americana gostou do projeto de duplicação da Usina de Volta Redonda, no Brasil.

A empresa Combustion Engineering, com sede no Combustion Engineering Building, no número 200 da Madison Avenue, um dos endereços de maior prestígio de Nova York, e fornecedora de caldeiras para Volta Redonda, publica, em página inteira na edição da revista semanal Time, o seguinte e entusiástico anúncio:

- Volta Redonda duplica sua capacidade e instala mais duas caldeiras.
- No ano passado – diz o texto do anúncio – Volta Redonda, a grande e moderna usina de aço da Companhia Siderúrgica Nacional, produziu 476.234 toneladas de lingotes de aço. É tão grande a necessidade de aço na crescente economia brasileira que a produção total da usina – mais de metade da produção combinada das outras siderúrgicas existentes no Brasil – foi consumida no mercado interno.
- Devido a essa enorme demanda, Volta Redonda expande-se rapidamente. Neste ano, sua produção será de mais de 700 mil toneladas – e em futuro próximo ultrapassará o milhão de toneladas.
- Duas novas caldeiras da Combustion Engineering foram acrescentadas às quatro originais, aumentando em 50% a capacidade de produção de vapor nos geradores elétricos da usina.¹¹

É por frestas como essa que o governo brasileiro tenta penetrar, em busca de financiamento para a duplicação de Volta Redonda.

As reações nos Estados Unidos podem dificultar o empréstimo do Eximbank para a ampliação de Volta Redonda, mas o Brasil já dispõe de outras fontes de recursos.

¹⁰ Correio da Manhã, 3.8.1954.

¹¹ Time, edição da primeira semana de agosto, 1954.

O PROJETO DA MANNESMANN

O Presidente Getúlio Vargas – como explicaria o chefe de sua assessoria econômica, Rômulo de Almeida – não era contra investimentos estrangeiros no Brasil. O que o Presidente não queria era que a economia brasileira fosse monopolizada e dominada pelos capitais originários dos Estados Unidos. Por isso fizera grande empenho em trazer para o Brasil o grupo alemão Mannesmann.¹²

Na época do Presidente Franklin Delano Roosevelt e da Segunda Guerra Mundial, fora possível o Brasil receber financiamentos dos Estados Unidos para a construção de Volta Redonda.

Agora, as reações nos Estados Unidos dificultam até entendimentos previsíveis e previstos, como esse com o Eximbank, o Banco de Exportação e Importação, para ampliar a Usina de Volta Redonda. Há uma breve e desagradável história atrás disso.

Esse parlamentar anônimo e desimportante da Virgínia Ocidental, Robert Molohan, não teria a cobertura e a repercussão que teve se falasse apenas em nome dos interesses de seu Estado. Mas o fato é que o governo do General Eisenhower, iniciado um ano e meio antes, é o governo dos grandes interesses industriais e financeiros. Como dissera Oswaldo Aranha, lembrando a incompetência e a cegueira do Presidente Herbert Hoover em seguida à crise de 1929, é novamente o governo do big business e do big money, dos grandes negócios e do grande dinheiro. O problema não é exatamente Volta Redonda. O problema é o Brasil.

Ainda agora, anuncia-se oficialmente para 12 de agosto, daqui a pouco mais de uma semana, a visita do Presidente Vargas a Minas Gerais, a convite do Governador desse Estado, Juscelino Kubitschek, para a inauguração da Usina Siderúrgica Mannesmann.

A usina, construída em tempo recorde com capitais alemães, produzirá mensalmente duas mil toneladas de tubos de aço sem costura, que até agora o

¹² Rômulo de Almeida, entrevista ao autor para a TV Bandeirantes, 1987.

Brasil não produz e é obrigado a importar. Tanto quando Volta Redonda, estatal e iniciada na época da guerra com apoio financeiro dos Estados Unidos, pela mão do Presidente Franklin Roosevelt, a Mannesmann pode ser boa para o Brasil. Mas será igualmente boa para os Estados Unidos e especialmente para as siderúrgicas da Virgínia Ocidental?

As expectativas em relação à siderurgia brasileira eram, como não podiam deixar de ser, enormes. Em julho, Ricardo Jafet, ex-presidente do Banco do Brasil, dá a manchete da Última Hora:

– O Brasil terá outra Volta Redonda!

Jafet está de volta da Europa e menciona, imprecisamente, planos para uma siderúrgica em Conselheiro Lafayette, Minas, para produzir inicialmente 120 mil toneladas por ano, com investimentos previstos da ordem de 50 milhões de dólares.¹³

Na tarde da vaia no Jockey Clube, o Presidente Vargas encontrara na tribuna de honra do hipódromo Lord e Lady Rotschild, então em visita ao Brasil. Mas o principal interlocutor de Lord Rotschild no Brasil era o Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha. Sobre a conversa de Rotschild com Aranha, um antigo auxiliar e velho companheiro de Vargas e Aranha, dos tempos da Revolução de 1930, Antunes Maciel, escreve no jornal A Noite:

– O Barão de Rotschild veio ao Rio, por três dias, a fim de assistir ao Grande Prêmio Brasil... Tendo visitado o Ministro Aranha, procurou conhecer pessoalmente detalhes de seu plano econômico-financeiro... Declarou ao Ministro que o plano vem obtendo, no Velho Mundo, uma excepcional repercussão; e manifestou aos jornalistas estar “verdadeiramente impressionado com o que Aranha já conseguiu realizar no campo do comércio exterior, colocando o Brasil em posição de respeito e confiança no mundo dos negócios”.

– Eis uma opinião – comenta Antunes Maciel – que não se pode deixar de registrar, pelo conforto que dela emana e pela condenação que implica da crítica da terra, em cujo entender o plano Aranha já fracassou. É a opinião de um profissional estrangeiro, extreme de paixões e preferências, sem interes-

¹³ Última Hora, julho, 1954.

ses pendentes junto ao governo brasileiro... O Barão levou também para a Europa a lembrança desoladora do contraste entre a notável festa do Jockey Clube e as manifestações da demagogia presente naquela festa, por assovios e pragas. E terá levado ainda a impressão da serenidade com que o governo enfrenta, sem perder a linha, a onda encapelada da fobia anti-Vargas.¹⁴

¹⁴ A Noite, 3.8.1954.

CAPÍTULO 4

QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO, POUCO DEPOIS DA MEIA-NOITE

UM SÓ PISTOLEIRO OU MAIS DE UM?

O ATENTADO DE TONELERO

NO ANO ANTERIOR, 1953, O LÍDER DA OPOSIÇÃO NA CÂMARA, DEPUTADO AFONSO ARINOS, PEDIRA PROTEÇÃO POLICIAL À VIDA DE CARLOS LACERDA, QUE JÁ ESTARIA AMEAÇADA. NESSE MOMENTO, PORÉM, NEM A UDN, O PARTIDO DE ARINOS E LACERDA, NEM O PRÓPRIO TEMIAM QUE LACERDA PUDESSE SER MORTO POR ORDEM DO PRESIDENTE VARGAS OU DE ALGUÉM LIGADO A ELE.

Na madrugada de 5 de agosto, o mais exaltado jornalista da oposição, Carlos Lacerda, homem de muitos inimigos, foi vítima de um atentado em frente ao edifício Albervânia, onde morava, na rua Tonelero, em Copacabana. No atentado morreu a tiros o acompanhante de Carlos Lacerda, o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz. O próprio Lacerda sofreu (ou não) um ferimento no pé esquerdo.

A mais insuspeita reconstituição desse atentado é a do mais insuspeito, neste caso, dos historiadores, John Wills Foster Dulles, por ser o biógrafo apaixonado que é de Carlos Lacerda. Segundo Dulles, o atentado de Tonelero teria acontecido assim:

– Já passava um pouco da meia-noite [de 4 para 5 de agosto] quando o major Vaz levou Carlos e Sérgio, de 15 anos [filho mais velho de Lacerda], até o prédio onde estes moravam [na rua Tonelero, em Copacabana].

O major Vaz, Rubens Florentino Vaz, era um dos oficiais da Aeronáutica que serviam, nas horas de folga do serviço, como equipe de segurança de Carlos Lacerda. Nessa noite, voltavam de uma palestra de Lacerda num colégio católico na Tijuca.

Antes de dar boa-noite, Vaz repetiu seu conselho de que Carlos deveria “ter muita calma e compreender as razões dos outros”. Carlos, que avistou alguns homens no outro lado da rua, dirigia-se à porta principal do edifício, quando notou que havia esquecido as chaves. Mandou Sérgio, pela entrada de serviço, pedir ao garagista do prédio que os deixasse entrar pela garagem.

– Carlos deveria receber os tiros quando sua silhueta ficasse projetada contra a entrada principal, iluminada, do prédio; porém, assim como Sérgio, ele se moveu na direção da porta da garagem. Alcino [Alcino João do Nascimento, o pistoleiro que confessaria a autoria dos tiros contra o major Vaz e Carlos Lacerda], enfrentando problemas com a fraca iluminação na porta da garagem e com as plantas no canteiro à frente desta, atravessou a rua para atirar de um ângulo mais próximo. Um de seus dois tiros atingiu Carlos, passando pelo osso navicular, perto do tornozelo do pé esquerdo.

– Sérgio tentou proteger o pai, e depois ambos abrigaram-se na garagem. Carlos mandou o filho subir, para telefonar, pedindo ajuda, e preparou-se para usar o revólver calibre 38 contra quem os atacava, acreditando que fossem vários.

– Enquanto isso, Vaz pulava para fora de seu pequeno carro e, com o revólver no porta-luvas, lutava desarmado contra Alcino. Tentando tomar o revólver calibre 45 do adversário, Vaz recebeu dois tiros e morreu instantaneamente.¹⁵

Nessa noite e início de madrugada, quem devia acompanhar Lacerda era o major Gustavo Borges, também da Aeronáutica e futuro Secretário de Segurança de Lacerda no governo do Estado da Guanabara. É o que informaria, muito tempo depois, o próprio Gustavo Borges a Cláudio Lacerda, sobrinho de Carlos, também jornalista e autor de um livro sobre o atentado.

Gustavo Borges, diz Cláudio Lacerda, acha que se ele (e não Vaz) estivesse com Lacerda naquela noite, a história poderia ser outra:

– Porque a doutrina que fora fixada pelo grupo de oficiais acompanhantes de Lacerda incluía uma recomendação taxativa de que andássemos sempre com uma [pistola] 45, e que parássemos o carro em cima da ladeirinha da

¹⁵ John Wills Foster Dulles, Carlos Lacerda, a vida de um lutador, vol. I, pp. 177 e 178.

frente, na porta do edifício, para que o corpo do automóvel servisse de escudo ao Carlos.

– E a 45 nesse momento – que nós sabíamos que era o mais perigoso, que era o mais fácil, porque aquele ponto era o mais vulnerável de todos – era fundamental. Ela deveria ficar no colo e com bala na agulha. Então, se eu estivesse presente naquela noite, possivelmente teria saído do carro, quando começou o tiroteio, com a 45 na mão, já atirando também. Não sei o que iria acontecer. Mas, por exemplo, se o Alcino... se eu matasse o Alcino ou se eles fugissem sem dar tempo de reconhecê-los, nós jamais poderíamos reconstituir o crime e provar a autoria. Mas o Vaz deixava a arma, que não era nem uma 45, no porta-luvas...¹⁶

Segundo Flávio Vaz, irmão do major, este não andava armado, mesmo quando acompanhava Lacerda, e no momento do atentado não levava arma nem no porta-luvas do carro.

No ano anterior, 1953, o líder da Oposição na Câmara, deputado Afonso Arinos, pedira proteção policial à vida de Carlos Lacerda, que já estaria ameaçada. Nesse momento, porém, nem a UDN, o partido de Arinos e Lacerda, nem o próprio temiam que Lacerda pudesse ser morto por ordem do Presidente Vargas ou de alguém ligado a ele. Tanto que o líder Afonso Arinos pediu garantias ao próprio governo federal.

O Ministro da Justiça, a quem foi feito o pedido, já era Tancredo Neves, do PSD, Partido Social Democrático, que apoiava o governo Vargas, e deputado por Minas Gerais como Afonso Arinos, com quem, aliás, tinha bom relacionamento pessoal.

Tancredo deu-se conta imediatamente das armadilhas implícitas no pedido de seu amigo Afonso Arinos. Não eram necessariamente armadilhas de má fé, mas como poderia o governo responsabilizar-se pela vida de um homem de tantos inimigos como Carlos Lacerda?

Lacerda não tinha sido vítima, até então, de qualquer atentado que chegasse a ameaçar-lhe a vida. Mas era alvo de frequentes agressões físicas, tal a

¹⁶Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto: o atentado da rua Tonelero*, p. 121.

virulência e a incontinência dos ataques que desferia, como uma verdadeira metralhadora giratória, para todos os lados.

Ao mesmo tempo, o governo não podia recusar a proteção policial solicitada para Lacerda. Tancredo Neves fez, então, o melhor que, com sua competência, podia fazer: determinou que o próprio Lacerda escolhesse, dos quadros da polícia civil do Distrito Federal, subordinada ao Ministério da Justiça, um grupo de agentes que merecesse sua confiança.

Sendo esses agentes escolhidos pelo próprio Lacerda, nem ele nem a oposição poderiam queixar-se de seu comportamento ou acusá-los pelo que quer que acontecesse.

Logo depois, contudo, Lacerda passou a ser acompanhado e protegido por oficiais da Aeronáutica – alguns deles inocentes, despreparados e imprudentes, como o major Vaz. Lacerda mandou então avisar que dispensava a proteção policial, mas Tancredo Neves exigiu um pedido por escrito, pelo qual Lacerda assumisse a responsabilidade por sua decisão.

Lacerda, ao dispensar a escolta policial cujos integrantes ele próprio escolhera, talvez não soubesse da inexperiência do major Vaz. Se soubesse, não permitiria que o major se expusesse – e expusesse o próprio Lacerda – aos riscos que assumiu e pelos quais pagaria com a própria vida.

Vaz descumpria todas as regras de segurança do grupo de guarda-costas militares de Lacerda: não só não dirigia o carro com a pistola 45 no colo, como não levava qualquer 45 – sua arma era um amadorístico e ineficaz revólver 38, que ele levava (quando levava) no guarda-luvas. Em que medida tal descuido, tal irresponsabilidade seriam conhecidos dos atacantes?

Percebendo que Lacerda era atacado, Vaz deixou o carro, desarmado, e foi atacar-se com o atacante, que era o pistoleiro Alcino João do Nascimento. Alcino descreverá, na Justiça, esses minutos. Com enorme bravura e ainda maior incompetência, o major Vaz avançará para o pistoleiro, achando que vai dominá-lo a golpes de jiu-jitsu. No que ele o agarra pelos braços, o pistoleiro, como dirá em seus depoimentos, aproveita a volta que os corpos dão e atira duas vezes. Não há chance para o major Rubens Vaz.

AGORA, UMA CRISE MILITAR

No momento do atentado, a guerra contra Getúlio mudou de caráter:

– Em 5 de agosto – dirá Tancredo Neves – a crise deixou de ser uma crise política e passou a ser uma crise militar. Aí, realmente, nós encontramos algumas semelhanças com todos os projetos que a CIA adotou na América do Sul, em face de governos que ela desejava combater.

– Você vê: no Chile foi o assassinato do [General Renê] Schneider, [Comandante do Exército], que antecedeu a queda do [Presidente Salvador] Allende. Aqui no Brasil pegaram o major Vaz. Quer dizer, houve realmente assim uma certa... Era preciso juntar ao quadro o ingrediente emocional. E o ingrediente emocional só se atinge com um cadáver. Então foi o major Vaz, lamentavelmente, quem teve de dar essa contribuição.¹⁷

A mudança nos métodos e táticas da guerra contra Getúlio ficaria evidente ainda na manhã de 5 de agosto. Não, porém, no primeiro depoimento de Carlos Lacerda, ainda no Hospital Miguel Couto, o pronto-socorro mais próximo da rua Tonelero, para o qual foram levados o major Rubem Vaz e o próprio Lacerda.

Nesse primeiro depoimento, Lacerda diz:

– Chegamos à porta de minha casa. Notei, então, sem maiores preocupações, que próximo à esquina da rua Hilário de Gouveia, quase em frente ao edifício onde resido, um homem pardo, magro [Alcino], estava parado na calçada. Quase em frente ao edifício, do outro lado da rua, outro homem, este pardo e gordo, mantinha-se na mesma atitude.

– Observando que havia esquecido as chaves no bolso de outra roupa, pedi a meu filho que solicitasse ao garagista que abrisse a porta para nós. Sérgio... entrou pela porta de serviço e eu permaneci conversando com o major Rubens até que ele (Sérgio) voltou para comunicar que o garagista iria abrir a porta. Despedi-me então do major à porta do automóvel e voltei-me na direção da entrada.

Nesse primeiro depoimento, imediatamente depois do tiroteio, Carlos

¹⁷ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Lacerda menciona dois homens “pardos”, um magro e um gordo. Perto da esquina de uma das transversais, a rua Hilário de Gouveia, estava o magro. Em frente a seu edifício, estava o gordo.

– Vi, então – diz Lacerda – o homem pardo e gordo caminhar para mim e abrir o paletó. Tive a impressão exata de que ia sacar de uma arma, o que ele de fato fez, começando a atirar. Agarrando meu filho, saquei por minha vez do meu revólver e atirei, enquanto procurava abrigar Sérgio, correndo em direção à garagem.

Até aqui, a julgar por esse primeiro depoimento de Lacerda, só o “pardo” gordo atirara. Chegando à entrada da garagem com Sérgio, Lacerda pediu ao filho que saísse dali:

– Ali chegando, disse-lhe que corresse para cima e dispunha-me a voltar quando meu filho abraçou-se comigo, procurando impedir-me de enfrentar os assassinos. Levei-o para a escada e corri novamente para fora, a tempo de ver o homem pardo e gordo fugir em direção à rua Paula Freitas. Atirei contra ele e ele atirou contra mim outra vez. Descarreguei todas as balas de minha arma.

Continuava a ser o homem “pardo” e gordo o atirador que tentava alvejar Lacerda e seu filho Sérgio.

– Meu filho voltou à rua. [Eu] continuava atirando. Percebi que, a despeito da fuga do criminoso que eu enfrentara, alguém continuava atirando.

Até aqui, Lacerda enfrentara os tiros do homem “pardo” e gordo, não os do outro homem, o também pardo, mas magro. O gordo fora afugentado; mas, em seu lugar, alguém continuava atirando.

ALGUÉM CONTINUAVA ATIRANDO

Nesse primeiro depoimento, Lacerda menciona a existência de mais de um atirador:

– Percebi que, a despeito da fuga do criminoso que eu enfrentara, alguém continuava atirando.

Em pouco tempo o outro atirador, que poderia ser mais de um, desaparecerá da história. O desaparecimento do segundo atirador, ou do segundo e do

terceiro, fará parte da mudança de métodos e táticas da guerra contra Getúlio Vargas. Voltemos, porém, ao depoimento de Carlos Lacerda no Hospital Miguel Couto:

– Voltei à garagem com Sérgio, subi, pedindo que fosse avisar a amigos e vizinhos, e mais uma vez desci à rua, já pelo elevador social. Tinha esperança de encontrar ileso o major Vaz, mas essas esperanças foram desfeitas quando cheguei à porta. Ele estava caído na calçada, com a camisa, que momentos atrás era amarela, ensopada do sangue abundante que lhe corria do peito.

– Várias pessoas correram ao local. Alguém ofereceu um carro. Coloquei-me com ele no assento traseiro, depositando sua cabeça no meu colo. Eu já havia sentido meu ferimento no pé, mas esqueci-me dele quando a imobilidade de meu querido amigo nos meus braços deu-me a certeza de que ele deixara de viver.¹⁸

Ao sair do hospital, Lacerda foi levado em casa, de táxi, por Armando Falcão.

– Acho que vou enlouquecer – disse Lacerda a Falcão. – Foi uma enorme desgraça... Talvez eu tenha matado o Vaz. Dei uns tiros a esmo, já sem óculos, e tenho a impressão de que ele estava na minha frente. Que horror.¹⁹

Lacerda não tinha sido vítima dessa desgraça. Assim que chegaram a seu apartamento, Falcão saiu para procurar o perito da polícia, Carlos Éboli, que esclareceu: a arma assassina era de calibre 45, o revólver de Lacerda, um 38.²⁰

Na edição do dia 6 de agosto, registrará Carlos Heitor Cony, no livro *Quem matou Vargas?*, a Tribuna da Imprensa publica a versão do incidente dada pela “vítima sobrevivente, denominação que o próprio Lacerda fez questão de invocar para si”.

¹⁸ O Globo, 5 de agosto de 1954, citado por Hélio Silva, 1954: um tiro no coração, volume XVI de “O Ciclo de Vargas”, pp. 216 e 217.

¹⁹ Armando Falcão, Tudo a declarar, P. 84. Citado por John W. Foster Dulles em Carlos Lacerda..., P. 178.

²⁰ Armando Falcão, Tudo a declarar, P. 85.

Essa versão do jornal de Lacerda é muito próxima do que ele tinha dito em seu primeiro depoimento, no hospital – e repete a referência ao fato de serem no mínimo dois, e disparando de direções diferentes, os atiradores:

– Estávamos os três na calçada (o major Vaz, meu filho e eu), quando notei um homem pardo que se aproximava e, na distância de cinco metros, abriu o paletó e disparou seu revólver em cima de nós. Imediatamente, outros tiros foram disparados de outra direção, numa fuzilaria infernal.²¹

– No meio do fogo – diz o jornal – Lacerda revidou os tiros e empurrou seu filho para dentro da garagem do prédio onde morava. Em seguida também entrou no prédio, deu a volta pela garagem e saiu pelo portão [na verdade, porta] principal, “a fim de tentar uma perseguição ao criminoso”. O tempo que demorou em dar essa volta foi pouco. Mesmo assim, ao voltar à calçada, ele descobriu duas coisas: que estava ferido no pé, o sangue saindo pelo cadarço do sapato; e que havia um corpo estendido na calçada.

Na mesma edição de 6 de agosto, a Tribuna publicava declarações de Sérgio, o filho de 15 anos de Lacerda, que acompanhava o pai:

– Os tiros vinham de várias direções.²²

Cony registra ainda que vários jornais publicaram gráficos do tiroteio, “baseando-se em declarações das já inúmeras testemunhas” [e] “estabeleceram três diferentes pontos de ataque ao jornalista”.

– Treze anos depois do incidente – prossegue Cony – a vítima sobrevivente narra, em suas memórias, uma versão que difere substancialmente da anterior, dada logo após o incidente. Pelo relato publicado em Manchete, em 17 de agosto de 1967, Lacerda afirma que somente Alcino teria atirado: “O vulto descarregou o revólver”. Diz também que sacou da arma, calibre 38, e começou a atirar. Assim, a fuzilaria de todas as direções ficou reduzida, pelo tempo ou pela conveniência, a uma troca de tiros que seria apenas lamentável se não tivesse sido trágica – como foi – por ter deixado na calçada um cadáver.

²¹ Citado por Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, p. 199.

²² Idem, *ibidem*.

Se Lacerda não mentiu na madrugada do dia 5 – sustenta Cony – ele teria sido vítima de uma tocaia, e não do ataque frontal de um pistoleiro. Assim, diversos pistoleiros estariam entocados nas proximidades de seu edifício. Mais precisamente – e ainda segundo os relatos gráficos publicados na ocasião – havia um pistoleiro na esquina da Rua Hilário de Gouveia e outro bem em frente ao prédio no 180, local do incidente; e mais outro (Alcino), que veio da Rua Paula Freitas e se aproximou para o tiro à queima-roupa.

A tocaia tinha, pelo menos – é ainda Cony quem fala – três focos de ataque, e foi isso que Lacerda e seu filho disseram aos jornais, logo depois do atentado: “Os tiros vieram de várias direções”. Quando Climério [Euribes de Almeida] foi preso, Lacerda imediatamente reconheceu nele, pela cara bexiguenta, o homem da esquina da Rua Hilário de Gouveia, descrito como o “pardo” gordo, o homem que teria feito os primeiros disparos.

Se Lacerda reconheceu Climério como um dos pistoleiros, essa identificação não prevaleceria no processo judicial do atentado, no qual só Alcino figurava como autor dos tiros e Climério seria denunciado como organizador do grupo criminoso. Além do segundo, porém, já surgia a suspeita de um terceiro atirador.

– Um jornal, nesse dia – registra ainda Carlos Heitor Cony – saiu com a manchete: “Falta o terceiro homem”. Esse terceiro homem é que seria o autor dos disparos vindos da Rua Hilário de Gouveia.²³

OS NOMES E OS GRUPOS

Em seguida, Cony tenta estabelecer alguma ordem na profusão e na confusão de notícias e especulações daqueles dias:

– Para recapitular os fatos que devem ser considerados capitais, convém repetir o depoimento de Lacerda logo após o atentado. Disse ele que recebeu tiros de várias direções. E é necessário, ainda, acentuar que entre os quatro executantes do atentado havia dois grupos distintos: o de Gregório e Climério

²³ Idem, pp. 199 e 200.

formando o primeiro grupo; e o de Soares e Alcino, formando o segundo. A Aeronáutica estabeleceu uma hierarquia entre os dois grupos e entre seus integrantes, de forma a parecer que a transmissão dos movimentos tenha sido contínua e exclusiva entre os quatro homens.²⁴

Já tínhamos ouvido os nomes de Alcino e Climério, sabendo apenas que um confessaria ter atirado contra o major Vaz e Carlos Lacerda e que o outro teria sido identificado pelo próprio Lacerda como o segundo atirador, o homem gordo e bexiguento. Agora surgem os nomes de Gregório e Soares. Gregório, como sabemos, era o chefe da guarda pessoal da Presidência da República. Soares, José Antônio Soares, era um protegido de Gregório, que conseguira paralisar na polícia o inquérito em que Soares era acusado de mandante de um crime de morte no bairro da Pavuna, executado meses antes por Alcino. A folha de antecedentes de Soares era impressionante – talvez mais de cinquenta processos, desde os primeiros, na juventude, por furto de galinhas, até esse da Pavuna.

Assim, o que se verificou foi que Gregório encarregara Climério, seu compadre e subordinado na guarda, de providenciar a eliminação de Lacerda. Climério procura Soares e este contrata Alcino.

A confusão de nomes em que deve sentir-se envolvido o leitor é inevitável neste momento. À medida que os fatos possam tornar-se mais inteligíveis, o leitor verá com mais nitidez quem eram Climério, Soares e Alcino e outros personagens que ainda não entraram em cena.

– Mas a Aeronáutica – diz Cony – esqueceu, ou ignorou propositadamente, que havia um terceiro grupo que entrou na mesma jogada, aquele formado, ostensivamente, por Climério e Soares, e, clandestinamente, por todo um submundo do crime que tinha ramificações em Caxias, Nova Iguaçu, nas favelas cariocas e – por intermédio de Climério – no próprio Catete.

– É nesse grupo, justamente, que se localiza o núcleo principal da trama... A intenção de criar um caso policial, que envolvesse diretamente o submundo do Catete, partiu desse escalão, fluido no espaço, mas denso no tempo: era

²⁴ Idem, P. 204.

fácil arranjar um pistoleiro para atirar em alguém.

– A ordem de detonar a crise partiu desse escalão e obedeceu a um ritmo divergente e seguiu até Gregório através de Climério e chegou até Alcino através de Soares. Esse foi o chassi do golpe. Mas para estar seguro de que o atentado ocorreria naquela ocasião, o responsável pela trama tomou providências suplementares: dispôs de uma vasta rede de marginais extraídos do mesmo submundo de Soares e Alcino. Se este não tivesse aparecido em Copacabana, e... resolvesse por conta própria adiar a execução do serviço, ainda assim o atentado seria concretizado naquela noite.²⁵

Tais raciocínios e especulações só foram surgindo à medida que passavam as horas e os dias. Isso nos obriga a voltar aos acontecimentos da madrugada de 5 de agosto e perguntar, por exemplo, ao Ministro da Justiça de então, como se teve, no governo, conhecimento do episódio.

– Bem – responde o então Ministro Tancredo Neves – eu chegava em casa, se não me engano, entre onze e meia e meia-noite, depois de um dia estafante. Eu vinha diretamente do meu gabinete para casa. Ao tirar o paletó, bate o telefone. Era o General Milton Guimarães, chefe de Gabinete do General Âncora, o Chefe de Polícia. Então, ele me dá a notícia da ocorrência, do fato lamentável, do atentado contra Carlos Lacerda, que fora atirado num dos pés. Eu disse: “Graças a Deus, ainda bem que não teve nada maior”. Não [interrompe o General], “o senhor está enganado, morreu um oficial da Aeronáutica, que estava com ele, Major Florentino Vaz”. Aí eu despenquei...²⁶

Lutero Vargas, que seria acusado de mandante do crime, soube do atentado logo depois:

– Na hora do crime, eu estava [em meu apartamento] escrevendo, quando vários amigos apareceram para comunicar-me o fato. Um deles disse-me que iria até o distrito, falar com o delegado. Quando voltou, veio acompanhado pelo delegado de Copacabana, o Dr. Jorge Pastor. Em conversa [com ele],

²⁵ Idem, pp. 204 e 205.

²⁶ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

disse-lhe que esse crime só poderia ser imputado aos inimigos de Getúlio Vargas.

Para Lutero, o crime só fora cometido para que se atribuísse a seu pai a autoria.

– Somente aqueles que tinham interesse imediato em sua queda podiam ter instigado esse crime... Disse-lhe também que minha experiência de revoluções e da guerra, levava-me a crer que não houvesse ferimento nenhum, pois uma bala de 45, maior do que alguns ossos do pé... teria esfaqueado o pé, exigindo amputação. Foi certamente alertado por essa minha declaração que o delegado Jorge Pastor pediu ao Lacerda que lhe desse o revólver, que ele usava, para examiná-lo. Talvez alertado por esse pedido é que o Lacerda planejou a entrega do inquérito ao pessoal da Aeronáutica.²⁷

DOCUMENTOS QUE DESAPARECERAM

A discussão sobre o tiro no pé de Lacerda seria alimentada pelo fato, até hoje sem explicação plausível, de ter desaparecido do Hospital Miguel Couto toda a documentação sobre o ferimento: boletim de socorro, registro no livro de ocorrência e as duas radiografias, uma anterior-posterior e outra lateral. O desaparecimento foi constatado, ainda em agosto, pelo médico George Sumner, que atendera Lacerda no hospital, na madrugada do dia 5.²⁸

Essa, do tiro no pé de Lacerda, não seria, na ordem cronológica, nem na de importância, a primeira controvérsia do atentado de Tonelero. Como vimos, o delegado Pastor estivera no apartamento de Lutero Vargas – e sua conversa com ele não deixava de ser de alguma forma um interrogatório informal.

Depois o delegado esteve no apartamento de Lacerda, que já tinha voltado do Hospital Miguel Couto. Lacerda reagiu com indignação a uma pergunta e a um pedido do delegado, que queria examinar o revólver de Lacerda e saber se

²⁷ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, pp. 296 e 297.

²⁸ Cláudio Lacerda, Uma crise de agosto, P. 132.

tinha havido algum incidente entre ele e o major Vaz. Lacerda praticamente pôs o delegado para fora de sua casa, respondendo que a polícia queria transformá-lo de vítima do atentado em assassino do major.

A casa de Lacerda estava cheia – de amigos, seguidores e jornalistas. Em seguida ao incidente com o delegado Pastor e à saída deste, contará o próprio Lacerda em suas memórias, “começou, não sei de quem partiu... não sei se foi do próprio Adauto [o advogado e depois deputado Adauto Lúcio Cardoso] ou se foi de alguma autoridade da Aeronáutica”, a discussão sobre a conveniência de afastar a polícia das investigações. Alguém, que Lacerda não lembra mais quem era, teria dito:

– Escuta, só há um jeito aí, porque se deixar isso com a polícia, a polícia vai acabar provando que você é que matou o Vaz. A arma é uma arma de guerra, calibre 45, não é uma arma que qualquer civil possa portar, só militar tem direito a portar essa arma. Portanto, pelo calibre da arma, o que se faz indicar é um Inquérito Policial-Militar, por causa do calibre da arma, que é uma arma militar.

Telefonaram – diz Lacerda – para o Brigadeiro Eduardo Gomes.

– O Eduardo Gomes interferiu junto às autoridades da Aeronáutica e exigiu um inquérito policial-militar e aí o negócio deslocou-se da Polícia para o IPM.²⁹

Na verdade o IPM só foi aberto uma semana depois, quando o Brigadeiro Eduardo Gomes procurou o Ministro da Aeronáutica Nero Moura para pedi-lo. Nero consultou o Presidente Vargas, que concordou, e ordenou a instauração do inquérito. Para presidi-lo, foi nomeado o coronel da Aeronáutica João Adil de Oliveira, que, na fase policial das investigações, tinha sido encarregado de acompanhá-las, juntamente com o promotor Cordeiro Guerra (da Justiça Civil), ao qual se associaria, na fase do IPM, o promotor Nelson Barbosa Sampaio (da Justiça Militar).

²⁹ Carlos Lacerda, Depoimento, P. 135.

O MOTORISTA DOS PISTOLEIROS VAI À POLÍCIA

As circunstâncias do atentado já ofereciam grandes mistérios e controvérsias quando a estes, horas depois, veio a somar-se a primeira confissão.

Por iniciativa própria, apresenta-se na polícia o motorista de táxi Nelson Raimundo de Souza, que trabalhava num ponto na Rua Silveira Martins, ao lado do Palácio do Catete. Com tantos milhares de táxis e motoristas no Rio, por que os assassinos teriam escolhido logo um que fazia ponto precisamente ao lado do palácio presidencial?

Hélio Silva, o primeiro pesquisador a trabalhar sobre os arquivos de Getúlio Vargas, a partir dos quais produziu os quinze volumes de seu *O Ciclo de Vargas*, escreve, no volume sobre a crise de agosto de 1954:

– Dada a repercussão do crime, o motorista do táxi, Nelson Raimundo, apresentou-se à polícia, espontaneamente, para contar uma história não muito convincente. Um homem desconhecido tomara seu carro e, depois de muitas voltas, determinara que estacionasse na rua Paula Freitas [em Copacabana, na esquina da Tonelero]. Pedira-lhe que esperasse. Depois de algum tempo, ao voltar, o passageiro portava um revólver e ordenou que seguisse para o centro da cidade, ameaçando-o com a arma. Quando alcançaram o cruzamento das ruas Santa Luzia e México, o homem saltou. Depois disso, o motorista ainda realizara outras corridas, até que, parando num ponto e contando o ocorrido a um colega, este o teria aconselhado a apresentar-se à polícia.

– A prisão do motorista Nelson Raimundo, no dia 5 – acrescenta Hélio Silva – já possibilitara ver que o atentado tinha ligações com o pessoal que servia no Palácio do Catete. Também se ficou sabendo que Nelson servia com frequência ao pessoal da guarda...³⁰

Ao fato de que Nelson Raimundo fazia ponto na Rua Silveira Martins, ao lado do Palácio do Catete, seria preciso acrescentar outras razões de estranheza. Em primeiro lugar, o atentado fora inicialmente programado para a Tijuca, onde Lacerda faria uma palestra no Colégio São José, anunciada, aliás, com

³⁰ Hélio Silva, 1954, um tiro no coração, P. 217.

endereço e horário, na própria Tribuna da Imprensa. Na impossibilidade de consumir-se na frente desse colégio, na Rua Barão de Mesquita, é que foi transferido para a Rua Tonelero, em Copacabana. Por que, então um motorista com ponto ao lado do Palácio do Catete? Para levantar suspeitas, desde logo, sobre o Presidente?

O Presidente percebeu, no mesmo instante, que também tinha sido alvejado pelos tiros trocados na Rua Tonelero. De manhã cedo, segundo depoimento de Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil da Presidência, o Presidente chamou o chefe da guarda pessoal, Gregório Fortunato, e perguntou se ele sabia de alguma coisa. Gregório disse que ninguém da Guarda estava envolvido “naquilo”.

Madrugada ainda, Gregório fora interrogado pelo Chefe do Gabinete Militar, General Caiado de Castro, e respondera não saber de nada.

Lourival Fontes também esteve, de manhã cedo, com Getúlio:

– Querendo saber maiores detalhes do atentado, o Presidente chamou-me, mas não pude fornecê-los por saber somente o que os jornais haviam publicado. Adverti-o, porém, de que seria provável a tentativa de envolvimento de Lutero. O Presidente redarguiu que isso não poderia acontecer, uma vez que seu filho estava procurando uma reparação dos agravos por meios judiciais. Respondi-lhe que ele estava me dando uma razão de lógica, enquanto eu lhe dava uma razão política. Aceitando a ponderação, pediu-me sugestões sobre o que fazer.

Lourival Fontes sugeriu que um magistrado deveria substituir o Chefe de Polícia, que tinha de ser sacrificado, mesmo sendo inocente, para ceder lugar ao juiz ou militar de confiança dos adversários. Getúlio, “intranquilo”, comentou:

– Meu pior inimigo não poderia engendrar nada de mais grave nestas vésperas de eleições. Vou meditar.

“Com respeito”, o Chefe do Gabinete Civil pede que o Presidente medite depressa.

– Então respondeu-me ele que, a par das providências para o completo esclarecimento do crime, iria prosseguir nas suas funções de Presidente constitucional, não relegando ao amanhã os deveres e encargos, pois se fizesse

isso daria margem a maiores críticas dos adversários.³¹

Ao Ministro da Justiça Tancredo Neves, que, também nas primeiras horas da manhã, leva as informações mais recentes sobre a investigação, o Presidente diz:

– Esses tiros me ferem pelas costas.

Tancredo Neves, como Ministro da Justiça, acompanha as primeiras diligências e as providências iniciais do inquérito policial, mas logo percebe – como diria depois – que forças poderosas se organizam para levar ao banco dos réus não apenas os pistoleiros e eventuais mandantes, mas o próprio Presidente da República.

– Mais ou menos às 8 da manhã – lembraria Tancredo Neves – eu me encaminhei para o Palácio, para dar ao Presidente ciência das ocorrências. Ele ouviu com a maior preocupação, assim de cenho cerrado e fez diversas perguntas, de um homem que estava desejoso de se informar.³²

Nessas primeiras horas, as declarações de Carlos Lacerda, o artigo que publicou em seguida na Tribuna da Imprensa e uma solurna declaração do Brigadeiro Eduardo Gomes – “Pela honra da nação brasileira, confiamos que esse crime não ficará impune!” – deixavam claro que o Presidente estava com a cabeça a prêmio.

A oposição, porém, não era um bloco monolítico e entre seus integrantes – como no episódio do impeachment – havia desde diferenças de nuance até divergências abertas.

O Globo, por exemplo, saiu no próprio dia 5 com um editorial de primeira página no qual isentava o Presidente de qualquer responsabilidade pelo atentado. E o deputado Armando Falcão, do PSD mas implacável oposicionista, falou na Câmara para dizer:

– Discordo dos que admitem haja no caso responsabilidade do Presidente. Sou insuspeito para dizer que o Sr. Getúlio Vargas não é covarde nem um assassino.

³¹ Lourival Fontes e Glauco Carneiro, *A face final de Vargas*, p. 144.

³² Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Em compensação, o artigo de Carlos Lacerda, escrito ainda no Hospital Miguel Couto, apontava diretamente para Getúlio:

– Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime... Esse homem chama-se Getúlio Vargas.

Lacerda não ousa dizer que Getúlio mandou matá-lo. Dá uma volta e diz que o Presidente é o protetor dos ladrões cuja impunidade lhes dá audácia “para atos como os desta noite”.

CAPÍTULO 5

DOMINGO, 8 DE AGOSTO, MADRUGADA

A PRIMEIRA CONFISSÃO: O TÁXI FAZIA PONTO AO LADO DO CATETE

O MOTORISTA ENVOLVE A GUARDA PESSOAL

O MINISTRO DA JUSTIÇA VAI OUVIR O DEPOIMENTO QUE ENVOLVE O
CHEFE DA GUARDA PESSOAL DA PRESIDÊNCIA, GREGÓRIO FORTUNATO,
E CRUZA NA ESCADA COM O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES:
“AÍ EU SENTI QUE REALMENTE A CONSPIRAÇÃO ESTAVA MONTADA”.

O motorista Nelson Raimundo fora à polícia ainda na madrugada de 5 de agosto.

Em seguida ao tiroteio na rua Tonelero, um dos passageiros que ele tinha levado até lá em seu táxi, voltara ao carro, parado na esquina, trocara tiros com um guarda municipal, e obrigara Nelson Raimundo, segundo o depoimento deste, a levá-lo ao centro da cidade.

Depois de deixar o passageiro na esquina das ruas México e Santa Luzia, Nelson ainda fez algumas corridas, mas percebeu ou foi avisado por um colega da existência de um buraco de bala no carro e, aconselhado por esse ou outro colega, resolveu apresentar-se à polícia.

Talvez esperasse aparentar inocência, mas eram tais as evidências contra ele que foi preso e levado para o quartel do Regimento Caetano de Farias, da Polícia Militar, na rua Frei Caneca, na Lapa, centro do Rio.

No início da madrugada do dia 8, domingo, o motorista deu o nome de um dos passageiros que levava à Rua Tonelero: Climério Euribes de Almeida, que era ou tinha sido da guarda pessoal do Palácio do Catete, chefiada pelo famoso tenente Gregório Fortunato.

Ao ouvir essa confissão, o coronel João Adil de Oliveira, que chefiava o Serviço Secreto da Aeronáutica e acompanhava as investigações, telefonou

para o Ministro Nero Moura, e, na excitação do momento, tornou plural o que era singular (o motorista só mencionara um nome, o de Climério):

– Nós já pegamos o chofer e o chofer já abriu a boca, já contou tudo. Queremos que você dê um pulo aqui, porque há elementos da guarda pessoal do Presidente envolvidos e nós temos que ir buscá-los agora no Catete.

O Ministro seguiu imediatamente para o quartel da PM, onde, além do coronel Adil e do promotor Cordeiro Guerra, que acompanhavam as investigações, encontrou – quem? Ninguém menos que o Brigadeiro Eduardo Gomes, duas vezes candidato à Presidência da República e duas vezes derrotado – a primeira em 1945, concorrendo com o General Eurico Dutra, vitorioso graças ao apoio de última hora de Vargas, e a segunda em 1950, batido pelo próprio Vargas. Eduardo Gomes era o grande ícone e líder da oposição ao segundo governo do Presidente Getúlio Vargas.

Cordeiro Guerra pediu a Nero Moura, no singular, que, “como ministro da confiança do Presidente, fosse buscar esse homem lá”.

– Isso é assunto do Ministério da Justiça – respondeu Nero Moura, incomodado com a sugestão. – Os senhores me dão licença, eu vou chamar meu colega Tancredo Neves, que saberá tomar as providências devidas.

Tancredo Neves também se prontificou a seguir imediatamente para o quartel da PM.

– Quando eu disse que o ministro Tancredo Neves viria – contará mais tarde o Brigadeiro Nero Moura – o Eduardo Gomes pulou fora e foi embora, saiu. Então ficaram o Cordeiro Guerra, o João Adil e um ou dois desses oficiais lá.³³

Eduardo Gomes, contudo, não conseguiu desaparecer com suficiente rapidez. Como Tancredo Neves contará ao autor deste livro, em entrevista realizada em 1979:

– Fui chamado para tomar conhecimento de um depoimento do motorista, como Ministro da Justiça, numa noite escura, de muita chuva, e lá no quartel a escada era externa. Aqueles quartéis montados, feitos na Alemanha, segun-

³³ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, p. 156.

do me parece, tinham uma escada externa muito ampla, que chegava lá no setor do alojamento dos praças. De maneira que eu ia subindo a escada e vinha descendo a escada um cidadão com essas capas gaúchas, enormes, ele foi e voltou, eu parei. Mas ele viu que não adiantava ele voltar porque eu ia encontrá-lo dentro do salão. Quem descia a escada era o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Quer dizer, ele tomou conhecimento do depoimento do motorista antes do próprio Chefe de Polícia, antes do próprio Chefe da Casa Militar, antes do próprio Presidente da República, antes do próprio Ministro. Aí eu senti que realmente a conspiração estava montada.

Eduardo Gomes não ocupava, na hierarquia da Força Aérea e do Ministério da Aeronáutica, qualquer posto que lhe desse a prerrogativa de tomar conhecimento, antes do Chefe de Polícia, para não falar no Ministro da Aeronáutica, seu superior hierárquico, no Chefe do Gabinete Militar e no próprio Presidente da República, de um depoimento como esse, que seria usado fartamente para culpar o Presidente e forçar sua deposição.

No quartel, o Ministro da Justiça tomou ciência do depoimento, do qual o Brigadeiro Eduardo Gomes fora informado antes de todo mundo, e falou pessoalmente com o motorista.

– Ele confirmou o que havia dito, o depoimento foi gravado, essa fita foi rolada para que [eu] ouvisse; então, ficamos sabendo que o Climério era parte do crime. Aí, era preciso ir ao Palácio para saber se esse cidadão, o Climério, era ou não da guarda pessoal. E eu liguei o telefone para o general Caiado de Castro, que estava em casa, pedi a ele que fosse para o Palácio, que nos aguardasse lá.³⁴

FACE A FACE COM GREGÓRIO

Por esse telefonema, Tancredo Neves seria acusado, por oficiais da Aeronáutica presentes ao quartel da PM e integrantes do grupo de guarda-costas de Carlos Lacerda, especialmente o então major Gustavo Borges, de ter promovido a fuga de Climério. Na verdade, para promover a fuga de Climério (assim

³⁴ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

como a do pistoleiro Alcino), Gregório não precisaria de telefonema algum do Ministro da Justiça e muito menos da confissão do motorista Nelson Raimundo. Gregório organizara o atentado: por isso, sabia do envolvimento de Climério e da urgência de seu desaparecimento.

– Nesse telefonema – diz Tancredo Neves – eu cometi uma imprudência: “Tem gente da guarda metida nisso... um cidadão chamado Climério”. Os oficiais que estavam perto de mim... ficaram umas feras, quase que criando dificuldades. Mas eu expliquei a eles. “Bom, é o chefe da Casa Militar da Presidência da República. Eu não posso negar a ele uma informação dessa natureza. E, depois, que mal há que ele saiba o nome se aqui já esteve o Brigadeiro Eduardo Gomes, que não tem nada com os acontecimentos e está informado de tudo?”.

Seguiram todos para o Catete: Tancredo Neves, Nero Moura, o coronel Adil, o promotor Cordeiro Guerra e o delegado Jorge Pastor, responsável pelo inquérito policial.

– Fomos para a Casa Militar – prossegue Tancredo Neves – e lá verificou-se que o tal Climério era, realmente, homem da guarda.³⁵

Assim que recebida a comunicação telefônica do Ministro Tancredo Neves, o General Caiado determinou ao major Ene Garcez dos Reis, comandante da guarda militar do Palácio, que desde logo “procurasse apanhar” Climério de qualquer maneira.

Quando Tancredo Neves e seus acompanhantes, inclusive o coronel Adil, chegaram ao Palácio, o General Caiado mandou chamar Gregório e interpelou-o na presença dos visitantes.

– Muito nervoso – dirá o General Caiado em depoimento ao famoso Inquérito Policial-Militar, IPM, do Galeão, que ainda não fora instaurado – [Gregório] manifestava surpresa com o ocorrido e dizia já ter sido interpelado pelo Presidente Vargas, a quem respondera: “Tenho a guarda nas mãos, não acredito numa traição dessas”.³⁶

³⁵ Idem.

³⁶ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, p. 181.

Na lembrança do Ministro Tancredo Neves, quando o General Caiado fez-lhe uma interpelação, Gregório bancou o inocente; que não sabia de nada; esse cidadão pouco ia lá na guarda, não era um elemento de confiança dele; fora trazido por compadres lá do Rio Grande do Sul, mas que ele ia verificar, essa coisa toda.

– E aí ele fez o pior: ele deu fuga ao Climério. Ele, Gregório, preparou a fuga do Climério. Então, a situação se exacerbou mais ainda.

Climério, na verdade, já estava foragido. O que Gregório fez foi mandar dinheiro e instruções à mulher de Climério.

Ainda que o Ministro Tancredo Neves não tivesse dado qualquer telefonema, a fuga de Climério já tinha acontecido – assim como a do pistoleiro Alcino, cujo nome ainda não aparecera. O motorista Nelson Raimundo dera o nome de Climério depois da meia-noite de 7 para 8 de agosto. Muitas horas antes, a mulher de Alcino, Abigail, fora avisada por José Antônio Soares de que Nelson, preso desde a madrugada do dia 5, logo “abriria o bico”.

Em sua entrevista de 1979 ao autor deste livro, Tancredo Neves tomou a iniciativa de assumir a responsabilidade – o que era muito de seu feitio – e dizer que cometera uma imprudência ao telefonar para o General Caiado de Castro. Para os oficiais da escolta de Lacerda que estavam no quartel da PM, fora mais que uma imprudência: o Ministro da Justiça, segundo eles, telefonara com o propósito deliberado de induzir Gregório a promover a fuga de Climério e Alcino. Mas não teria sido igualmente imprudente o diálogo, na sala do General Caiado, entre o coronel Adil e Gregório, quando Adil, segundo Nero Moura, “embromou” Gregório e descobriu que ele e Climério eram compadres? Ou o coronel Adil também resolvera, como de Tancredo Neves suspeitava a turma da escolta de Lacerda, ajudar os assassinos e viabilizar a fuga de Climério?

Ainda nessa fase em que o inquérito era apenas policial, não policial-militar, o coronel Adil declarou, numa entrevista, estar “muito bem impressionado com a seriedade com que o governo tentava apurar os fatos”. Além desse atestado espontâneo, não há registro de que o coronel Adil ou mesmo os oficiais da escolta de Lacerda que participavam das investigações tivessem

pensado em aproveitar a presença de Gregório no Catete para exigir ou ao menos sugerir sua prisão.

O único pedido do coronel Adil relativo a Gregório – pedido de enorme ingenuidade – foi feito ao major Ene Garcez dos Reis, subchefe do Gabinete Militar e comandante da guarda militar do Palácio, para que, segundo o depoimento deste, “procurasse uma pessoa de influência junto a Gregório Fortunato, para que este não saísse do Palácio”. O General Caiado e o major Ene já tinham feito mais: tinham proibido a saída de Gregório, que estava, na prática, preso no Palácio. Atendendo, porém, ao pedido do coronel Adil, o major Ene tentou encontrar no Catete alguém a quem Gregório desse ouvidos.

Como Benjamim Vargas já tinha ido embora, depois de conversar com o Presidente, o major Ene dirigiu-se ao ex-Ministro João Goulart, que estava no Palácio e naturalmente escusou-se. Não se julgava influente para esse fim – e evidentemente percebia a tolice e a imprudência da ideia. Afinal um subalterno do Palácio, Arquimedes Manhães, que seria envolvido no IPM como pequeno traficante de influência em busca de algum grande golpe, foi falar com Gregório e voltou informando que Gregório arrumara as malas, mas agora, avisado do pedido do Coronel Adil, não iria mais para o Rio Grande do Sul.

Diante disso, o major Ene foi ao General Caiado e este comunicou a Gregório que ele estava detido.

Gregório, portanto, estava preso, de fato, no próprio dia 8. E o Presidente, ainda nesse dia 8, por proposta do Ministro Tancredo Neves, decidiria extinguir a guarda pessoal e afastar do Catete todos os seus integrantes.

CRONOLOGIA DE 8 DE AGOSTO

A cronologia dos acontecimentos de 8 de agosto é muito esclarecedora:

Às 2 horas da manhã, Tancredo Neves ouve a confissão do motorista Nelson Raimundo e vai para o Palácio do Catete com o Ministro Nero Moura, o coronel Adil, o promotor Cordeiro Guerra e o delegado Pastor. Reúnem-se ao General Caiado de Castro no Gabinete Militar e Gregório é interpelado sobre Climério. (Se o telefonema de Tancredo Neves tivesse dado causa à fuga de

Climério, o próprio Gregório não estaria mais no Palácio...)

Gregório, interpelado pelo General Caiado e também pelo coronel Adil, manda imediatamente que seu auxiliar João Valente de Souza vá avisar a mulher de Climério que ele estava sendo procurado. E encarrega Valente de levar dinheiro para a fuga de Climério e também para a de Alcino.

Não sabemos a que horas o Presidente Getúlio Vargas foi informado do nome de Climério e de sua ligação com a guarda e com Gregório. Mas foi logo, porque já de manhã o Presidente pede a um ajudante de ordens, major Accioly, que localize Benjamim Vargas e o chame ao Catete.

Getúlio tem uma razão para chamar o irmão Benjamim. Em 1938, depois do ataque integralista ao Palácio Guanabara, com o objetivo de matar Getúlio e derrubar o governo, Benjamim sugerira a criação de uma guarda pessoal para o Presidente.

Até então, as funções de guarda e proteção aos palácios presidenciais e ao Presidente eram de responsabilidade das Forças Armadas, com destacamentos que se revezavam. Com a grande infiltração integralista nos meios militares, especialmente na Marinha, o golpe de mão dos integralistas fora concebido e organizado com base na cumplicidade de determinados destacamentos e componentes da guarda presidencial.

No ataque de 11 de maio, Getúlio, sua filha Alzira e seu filho Manoel Antônio – abandonados de caso pensado por muitos integrantes da guarda daquela noite – tiveram de defender-se (e ao resto da família) de armas na mão, na ala residencial do Palácio Guanabara, até que o General Dutra, então Ministro da Guerra, chegasse com reforços para dominar os atacantes.

Para evitar que o Presidente ficasse exposto de novo aos mesmos riscos de revezamento dos destacamentos de guarda, Benjamim recrutou um grupo de antigos combatentes do corpo de provisórios por ele comandado na luta contra a revolução paulista de 1932. Entre esses veteranos, chegara ao Catete o tenente Gregório Fortunato, de indiscutível lealdade a Benjamim Vargas. No início, a guarda era formalmente comandada por um oficial do Exército.

No segundo governo, já não existiam, aparentemente, as mesmas condições de ataque armado ao Palácio e ao Presidente, e a guarda não teve organi-

zação formal. Gregório era apenas um funcionário requisitado da polícia civil do Rio Grande do Sul, e requisitara outros funcionários federais ou estaduais, especialmente de órgãos policiais.

O Presidente com certeza errou ao não prestar mais atenção ou ao não exigir mais atenção de seu Gabinete Militar para os movimentos e envolvimento de Gregório. Agora, informado da participação de um integrante da guarda, Climério, no atentado de Tonelero, nada mais natural que ouvir Benjamim e até cobrar explicações.

Gregório soube que o Presidente dera ordem ao major Accioly para, pelo telefone, chamar Bejo Vargas, que estava em Petrópolis. Gregório sai do Palácio, de carro, e vai ao encontro de Bejo na estrada Rio-Petrópolis. (Foi a última vez que Gregório saiu do Catete em liberdade, porque em seguida, por ordem do General Caiado, ficou detido no próprio palácio.)

– Esse encontro – diz o relatório final do futuro inquérito policial-militar sobre o atentado (o famoso IPM do Galeão) – se dá no início da Serra de Petrópolis. Gregório convida Benjamim a vir em sua companhia, o que foi aceito. No trajeto da estrada Rio-Petrópolis para o Palácio do Catete, confabulam em voz baixa, para não serem ouvidos por Arquimedes Manhães e pelo motorista Artur Ramos da Silva, acompanhantes de Gregório.³⁷

No carro, Benjamim Vargas ouve a confissão de que Gregório, ele próprio, mandara matar Lacerda.

A CONFISSÃO DE GREGÓRIO A BENJAMIM

Gregório – como diria depois – tinha certeza de que, devido à amizade existente entre os dois, Benjamim não o denunciaria à Polícia.

Benjamim ocultaria até ao Presidente a confissão de Gregório. E chegaria a negá-la em depoimento ao IPM, já em setembro, depois da morte do irmão.

Chamado Benjamim Vargas para prestar declarações, no dia 2 de setem-

³⁷ Relatório do coronel João Adil de Oliveira, transcrito em Hugo Baldessarini, *Crônica de uma época*, pp. 217 e seguintes.

bro – lemos no relatório final do coronel Adil sobre o IPM – “procura mentir, afirmando que a palestra, mantida com Gregório na viagem, se circunscreveu a um apelo que lhe fez Gregório para interceder junto ao ex-Presidente da República, pois este o despedira e lhe declarara não merecer ele, Gregório, mais confiança. Segundo Benjamim, Gregório se queixara por ter sido tratado de modo áspero. Informa Benjamim Vargas que, chegado ao Palácio do Catete, se dirigiu ao encontro do ex-Presidente da República.”

– Como se pode verificar – prossegue o relatório do coronel Adil – foi Benjamim Vargas chamado pelo Presidente da República, na manhã de domingo, dia 8 de agosto, em momento grave da vida do Governo. A gravidade do assunto a ser com ele tratado é encarecida pelo major Accioly, que lhe faz, por telefone, o chamado para vir ao encontro do ex-Presidente. E, no trajeto de Petrópolis para o Palácio do Catete, toma conhecimento da confissão do homem de confiança do ex-Presidente e chefe da sua guarda pessoal, de ser ele, Gregório, o mandante do crime da rua Tonelero. Chegando ao Palácio, vai Benjamim, imediatamente, ao encontro do ex-Presidente da República.³⁸

O coronel Adil considera que Gregório ainda era “homem de confiança” do Presidente, embora o soubesse preso no Catete precisamente por ter traído essa confiança. Presume, além disso, que Benjamim contou tudo ao Presidente. Não é o que diz Benjamim em depoimento no IPM do próprio coronel Adil:

– Que, chegando ao Palácio do Catete, o depoente [Benjamim] foi ao encontro do Presidente, [que estava] efetivamente indignado [e] fez ao depoente esta pergunta: “Você já soube do que houve?”. Ao que o depoente respondeu-lhe que havia sabido por intermédio de Gregório; que o Presidente indagou do depoente: “Você falou com ele aí embaixo?”, respondendo-lhe que não, que soube na viagem; que o Presidente, pergunta novamente: “Que viagem?”. Respondeu o depoente então que era na viagem de Petrópolis para o Rio, pois ele, Presidente, havia lhe mandado chamar por Gregório; que o Presidente falou então ao depoente que não havia mandado Gregório ir a Petrópolis chamá-lo, e sim que o Major Acioly telefonasse chamando o depoente; que o Presidente

³⁸ Idem, *ibidem*.

disse ao depoente que fosse ver o que há por aí, “pois nem sei mesmo por quem é constituída essa guarda”, ao mesmo tempo que completava: “[Gregório] agia aí com carta branca, segundo estou informado, entendendo-se diretamente com a polícia”, ao que o depoente retrucou-lhe: “Eu também não sei”.³⁹

Uma leitura minimamente honesta desse diálogo resultaria no entendimento seguinte. Getúlio, ao receber Benjamim, pergunta: “Você já soube o que houve?” – isto é: “Você já soube que o motorista deu o nome de uma pessoa ligada à guarda?”; ou, mesmo: “Você já soube que o motorista deu o nome de uma pessoa ligada a Gregório?”. Benjamim responde que ficara sabendo por intermédio de Gregório, na viagem. Que é que Getúlio entende dessa resposta? Que Benjamim ficara sabendo da confissão do motorista: a confissão do envolvimento de Climério, não a confissão de Gregório de que mandara matar Lacerda. Getúlio, porém, surpreende-se com a referência à “viagem”. A conversa desvia-se, então, para a mentira de Gregório a Benjamim, ao dar-lhe a entender que fora mandado a seu encontro pelo Presidente. Getúlio, afinal, impaciente, diz a Benjamim – já que fora o criador da guarda e era o padrinho de Gregório – que fosse ver “o que há por aí”. Seria só essa a reação de Getúlio se de algum modo deduzisse do diálogo com Benjamim que este ouvira a confissão de Gregório?

Ainda que Benjamim tivesse contado ao Presidente sobre a confissão de Gregório, o Presidente não poderia ser acusado de dar cobertura a Gregório. Porque Gregório ficou preso no Catete, de onde só sairia ao ser entregue aos responsáveis pelo IPM do Galeão.

Apesar disso, o coronel Adil afirma no relatório, já em setembro:

– Acreditamos não ser possível negar que Benjamim Vargas, chamado em momento grave, pois da gravidade da situação o advertira o major Accioly, tivesse deixado de comunicar ao Presidente da República que o chefe da guarda pessoal lhe confessara, em viagem, ser o mandante do atentado, a não ser por um ato de traição ao seu próprio irmão, o ex-Presidente da República... E o mandante do atentado permanece asilado no Palácio do Catete durante sete

³⁹ Idem, P. 337.

dias, enquanto a Polícia Civil e a Aeronáutica procuravam em todo o Brasil o criminoso.⁴⁰

Gregório não permaneceu no Catete asilado; permaneceu preso.

A primeira pessoa a quem Benjamim Vargas contou ter ouvido a confissão de Gregório foi Oswaldo Aranha, depois da morte do Presidente. É o que revelará em suas memórias, quase quarenta anos depois, o Brigadeiro Nero Moura:

– Há pouco tempo, um dos filhos do Oswaldo Aranha me contou que seu pai acompanhou o Bejo, quando ele foi depor no Galeão. O Oswaldo Aranha ficou numa sala, junto com os oficiais, enquanto o Bejo depunha perante os encarregados do inquérito. A certa altura, ante uma pergunta que lhe fizeram, o Bejo disse: “Só respondo a essa pergunta depois de falar com o Ministro Oswaldo Aranha, que está na sala ao lado”. “O Ministro está aí? Então, vamos lá.” O Bejo se dirigiu a ele: “Oswaldo, perguntaram-me desde quando tenho conhecimento a respeito do envolvimento do Gregório no atentado. Antes, porém, de responder, fiz questão de declarar a ti que menti quando me interpelaste, há dias, sobre o assunto, negando que soubesse de algo. Quando desci de Petrópolis, o Gregório foi ao meu encontro, no meio da serra, passou para o meu carro, ou fui eu que passei para o carro dele, e me contou que tinha feito uma besteira. Quero declarar isso e te pedir desculpas, por ter ocultado o fato”.⁴¹

Quem melhor, porém, confirma que Benjamim Vargas não contou ao Presidente a confissão que ouvira de Gregório é o insuspeito biógrafo de Carlos Lacerda, John Wills Foster Dulles:

– O Anjo Negro – é assim, com esse cacoete racista, que Dulles se refere a Gregório – admitiu ter mandado Climério providenciar a eliminação de Lacerda, e disse estar confessando a Benjamim como o faria a um pai ou padre. No palácio, Benjamim não revelou a confissão a Getúlio, talvez porque ouvisse o irmão dizer que, com a revelação de Nelson Raimundo acerca de Climério,

⁴⁰ Idem, P. 218.

⁴¹ Nero Moura, *Um voo na história*, pp. 288 e 289.

“não era possível que Gregório não tivesse participado do atentado”. Benjamim disse somente: “É também a minha opinião”.⁴²

Se soubesse, naquela manhã, da confissão de Gregório a Bejo Vargas, o Presidente iria além das decisões desse dia: a de manter Gregório preso, já adotada e executada, e a de extinguir a guarda pessoal, tomada horas depois. Muito além.

⁴² John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., pp. 180 e 181.

CAPÍTULO 6

DOMINGO, 8 DE AGOSTO, TARDE

O CORONEL ADIL É CHAMADO POR GETÚLIO VARGAS
O PRESIDENTE PENSA EM RENUNCIAR

TANCREDO NEVES: "ELE ESTAVA MUITO PREOCUPADO COM AS REPERCUSSÕES DE UMA LUTA ARMADA NO PAÍS. ELE NÃO ACEITAVA DE MANEIRA NENHUMA PERMANECER NO PODER À CUSTA DO DERRAMAMENTO DE SANGUE DE UM SÓ BRASILEIRO, ISSO ELE SEMPRE DISSE".

Na memória coletiva que se cristalizou desses episódios, duas datas ficaram marcadas mais fundo que quaisquer outras: 5 de agosto, o dia do atentado, e 24 de agosto, o dia do desfecho. No espírito do Presidente Vargas, porém, outro momento decisivo pode ter sido esse domingo, 8 de agosto, quando suas suspeitas iniciais passam a transformar-se em certezas.

Depois de informado pelo General Caiado de Castro e pelo Ministro Tancredo Neves, e de seu encontro no Catete com Benjamim Vargas, o Presidente reúne a família e amigos na casa de Alzira e Hernâni do Amaral Peixoto, no Rio, e diz que a situação é grave. Fora informado do envolvimento de Climério no atentado e não devia ter dúvida quanto ao papel de Gregório, tanto que este estava de fato preso pela guarda militar da Presidência.

Entre os amigos presentes estão Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, velhos companheiros de 1930. Aranha várias vezes afastara-se politicamente de Getúlio, mas sem nunca romper a convivência pessoal. Com Flores, em 1937, o rompimento fora total. (A reaproximação, no segundo governo, resultara de um telegrama do Presidente, no aniversário de Flores, e de uma visita de agradecimento de Flores.)

Na reunião, o Presidente consultou os presentes sobre a hipótese de sua renúncia, da qual todos discordaram, e da qual foi dissuadido por Oswaldo Aranha.

Tancredo Neves não esteve nessa reunião, mas confirmaria, na entrevista

de 1979 ao autor deste livro, que o Presidente de fato pensava em renunciar:

– O Presidente estava muito preocupado com as repercussões de uma luta armada no país. Ele não aceitava de maneira nenhuma permanecer no poder à custa do derramamento de sangue de um só brasileiro, isso ele sempre disse.⁴³

De volta ao Catete, no fim da tarde, o Presidente recebe o Ministro da Aeronáutica, Nero Moura, que lhe comunica a gravidade da situação. Na semana seguinte, a revista *O Cruzeiro* informaria:

– Nero Moura, no fim da tarde do dia 8, deu conta ao Presidente da extrema gravidade da situação. A Aeronáutica estava praticamente sublevada. Os maiores já não obedeciam às ordens. Os aviões estavam nas pistas, municiados, à espera de ordens. O Ministro da Guerra censurara seu colega da Aeronáutica, dizendo que no lugar dele botava maiores e brigadeiros na cadeia.

Para o Brigadeiro Nero Moura, o crime da rua Tonelero fora praticado precisamente para ser desvendado:

– Usar um automóvel de praça, com a chapa do próprio táxi – nem se deram ao trabalho de trocar a chapa – e contratar um elemento estranho, um chofer de táxi, para conduzir o pistoleiro, [que era] um homem do [deputado] Tenório Cavalcanti, da UDN... Tenório Cavalcanti era prócer proeminente da UDN, trabalhava com o Carlos Lacerda e com toda essa gente que vinha atacando o Getúlio... Possuía depósitos de armamentos em sua residência, uma verdadeira fortaleza! E esse pistoleiro contratado pela turma do Gregório para matar o Carlos Lacerda!? Acertou dois tiros no coração do major e deixou Lacerda escapar...⁴⁴

O PRESIDENTE RECEBE O CORONEL ADIL

Em seguida ao Ministro da Aeronáutica, e talvez por sugestão deste, o Presidente convoca e recebe o coronel Adil, representante da Aeronáutica no inquérito (ainda policial apenas) sobre o atentado.

⁴³ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

⁴⁴ Nero Moura, *Um voo na história*, p. 273.

No depoimento que prestou, em 1956, no tribunal do júri, no julgamento de Gregório, o coronel Adil foi perguntado sobre esse encontro com o Presidente, e – aqui somos obrigados a reproduzir os termos em que o depoimento foi registrado, na linguagem nem sempre inteligível dos processos judiciais – respondeu:

– Que no dia 8 de agosto, cerca das 18 horas, foi recebido pelo finado ex-Presidente da República; que não tinha relações pessoais com esse ex-Presidente; que nasceu em Santiago do Boqueirão [mas] não fez conhecimento com o Presidente em São Borja⁴⁵; que foi chamado ao Palácio porque o Presidente queria esclarecimentos sobre o atentado de Tonelero e as investigações realizadas até aquele momento.

A 8 de agosto, o coronel Adil era apenas o representante ou observador da Aeronáutica no inquérito policial conduzido pelo delegado Jorge Pastor, da Polícia Civil do Distrito Federal. O Presidente não chamou o delegado nem o promotor Cordeiro Guerra para conversar. Chamou apenas o coronel Adil, pensando, possivelmente, em desagrar a Aeronáutica, arma, aliás, criada por ele próprio, desmembrando-a do Exército e da Marinha, pouco antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Voltemos, porém, ao depoimento do coronel Adil:

– Que transmitiu ao Presidente as informações de que era senhor e que recolhera dada a sua situação de representante da Aeronáutica no inquérito policial instaurado, em curso na 2ª DP... Que o depoente... transmitiu... a certeza da participação de elementos da guarda pessoal no atentado, certeza essa que o inquérito já autorizava, bem como a sua convicção pessoal de que o próprio chefe da guarda estava implicado no crime; que nesse ensejo já era do conhecimento do Presidente a participação de elementos da guarda, pois tinha sido transmitida ao Chefe do Gabinete Militar...

O inquérito policial já tinha dado ao coronel Adil todas essas informações e certezas – e ele, apesar disso, diria em seu relatório, que o inquérito não andava, ou seja, que a conveniência do governo impedia o andamento do inquérito. Adiante:

⁴⁵ As duas cidades eram próximas uma da outra.

– Que o Presidente, quando da entrevista com o declarante, estava acabrunhado; que o Presidente já se mostrara acabrunhado com o relato que o declarante lhe fez do fato, que já era do conhecimento dele, mas que esse acabrunhamento crescia na proporção da gravidade de outros fatos que o declarante lhe transmitia e que o declarante supunha não serem ainda do conhecimento dele; que o acabrunhamento do Presidente manifestava-se não só pela fisionomia contristadora de depressão, pelos seus gestos e atitudes, como pelas observações que intercalava no relato que o declarante fazia, tais como: “mas é incrível!”, “é de estarrecer!”, “é de pasmar!”, “é um mar de lama!”; que o Presidente não indagou do declarante quais as providências que julgava cabíveis e nem lhe pediu sugestões, tendo apenas... externado o seu desespero na pergunta seguinte: “e agora que acha o senhor que eu possa ou deva fazer?”.⁴⁶

A essa pergunta o coronel Adil respondeu com uma sugestão que só poderia ser feita por alguém absolutamente desconhecedor do Presidente e de sua personalidade – o que só acentua a independência e a insuspeição do coronel em relação ao Presidente (embora não em relação aos inimigos deste): o coronel sugeriu que o Presidente encenasse uma espécie de teatro para convencer Gregório de que continuava a merecer sua confiança. Isso feito, o Presidente tentaria em seguida arrancar de Gregório a entrega de Climério.

Reconstituída hoje, essa sugestão deixa do coronel Adil uma constrangedora impressão de ingenuidade. Imaginar que um homem como Getúlio Vargas fosse prestar-se a esse papel, a esse tipo de dissimulação com um subalterno, era ignorar de todo o sentimento de dignidade pessoal a que o Presidente obedecera ao longo de meio século de vida política. Imaginar, ao lado disso, que esse ardil enganaria um tipo bronco, mas astuto, como Gregório, era de uma falta de percepção inimaginável num chefe de serviço secreto, cargo do coronel Adil na Aeronáutica.

Getúlio teve a delicadeza de não recusar explicitamente a ideia, mas, como diria o coronel Adil no mesmo depoimento, “ficou nisso” a sugestão, cujo propósito (palavras textuais do coronel) era abreviar a prisão de Climério,

⁴⁶ Citado em Baldessarini, *Crônica...*, Pp. 382 e seguintes.

pois – atenção, de novo palavras textuais do coronel Adil! – Gregório já se encontrava preso no Palácio e não fugiria.

Em depoimento no IPM presidido pelo próprio coronel Adil, o General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, dera mais detalhes da verdadeira situação de Gregório já no dia 8:

– Foi o depoente informado, pelo major Ene [Ene Garcez dos Reis, comandante do corpo de guarda militar do Catete], de que Gregório pretendia ausentar-se do Palácio... Mandou chamar Gregório e este disse... que, em face da dissolução da guarda [que seria formalizada no dia 9], sentia-se humilhado e sem função em Palácio, motivo por que pretendia passar uns dias em Teresópolis, aguardando ordens... O depoente, estranhando que uma pessoa que sofria do coração fosse descansar em Teresópolis, teve sua desconfiança aumentada e proibiu a saída de Gregório do Palácio [até] ser liberado pelo encarregado do inquérito... O depoente, apesar disso, recomendou aos guardas do Palácio (militares) que não deixassem Gregório sair sob qualquer pretexto.

Como se explica, diante disso, que no relatório final do IPM, datado de setembro de 1954, um homem sabidamente sério como o coronel Adil pudesse dizer que Gregório Fortunato permaneceu asilado no Palácio do Catete ao longo de toda uma semana, enquanto a polícia e a Aeronáutica procuravam o criminoso no Brasil inteiro? Se, na noite de 8 de agosto o coronel Adil tomara a iniciativa de tranquilizar o Presidente, dizendo-lhe que o problema era apenas abreviar a prisão de Climério, figura secundária em relação a Gregório Fortunato – pois Gregório já se encontrava preso no Palácio e não fugiria – como justificar essa acusação de que Getúlio dera asilo a Gregório no próprio Catete?

Outra coisa que manifestamente o coronel Adil não entendeu: ao recebê-lo no Catete, e ainda mais sem a presença do Ministro da Aeronáutica, com quem conversara pouco antes, o Presidente Vargas oferecia ao coronel Adil, ainda representante da Aeronáutica no inquérito policial, a possibilidade de interrogar, informalmente mas sem qualquer constrangimento, o próprio Presidente da República.

A EXTINÇÃO DA GUARDA PESSOAL

A conversa do Presidente com o coronel Adil foi no início da noite de 8 de agosto. Na noite de 12 para 13, exatamente à meia-noite, Nero Moura instaurou aquele que ficaria conhecido como o IPM do Galeão. Depois desse encontro do coronel Adil com o Presidente, não haveria qualquer razão para suspeitas quanto ao possível envolvimento deste na trama.

O coronel Adil reconheceu que não havia razões para recear a fuga de Gregório, que já estava preso no Catete. Ainda assim, reconheceu o coronel, o IPM investigou Getúlio a fundo. E foi ao extremo – que ele justificou como uma necessidade – de interrogar D. Darcy Vargas, depois da morte do Presidente. Só não o fez no seu quartel general do Galeão porque amigos do Presidente entrevistaram e o poderoso coronel Adil concedeu interrogá-la na casa de uma amiga, a Sra. Lourdes Rosemburgo.

Ainda no dia 8, com Gregório preso no Catete, Tancredo Neves propôs ao Presidente a extinção da guarda pessoal:

– No dia em que ficou provado que o Climério era da guarda, eu falei com o Presidente que ele tinha de extinguir a guarda pessoal, que não era possível manter uma guarda que estava manifestamente comprometida com graves acontecimentos. Ele falou assim: “Mas extinguir a guarda?”. “É, Presidente. Tem de extinguir a guarda. O senhor já não pode manter nenhuma convivência com esse pessoal”. “Mas você acha que o Gregório está nisso?”. “Presidente, eu não quero entrar no exame. Eu não tenho elemento nenhum para dizer ‘sim’ ou ‘não’. Nós temos que agir é extinguindo a guarda. As apurações vão prosseguir, os acontecimentos estão se desdobrando rapidamente e vamos ficar sabendo, mas no momento o senhor extingue a guarda”. E eu fui, visitei o Caiado, o Caiado providenciou o desligamento daquele pessoal todo do Catete e lavrei uma nota nessa ocasião, dando notícia de que o Presidente havia tomado essa decisão de extinguir a guarda, a guarda pessoal.⁴⁷

⁴⁷ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

No dia seguinte, quando se anunciou formalmente a extinção da guarda, ela já estava de fato dissolvida.

Outra coisa que o Presidente percebeu, antes de todo mundo, era que os amigos de Carlos Lacerda só estavam interessados em Climério para chegar a Gregório, e em Gregório para chegar primeiro a Lutero e Benjamim e, em seguida, a ele próprio.

Por isso ele terá, daqui a alguns dias, com Lutero, já um homem de mais de quarenta anos, uma conversa que em circunstâncias normais um pai jamais poderia ter com um filho de meia idade. Uma verdadeira interpelação:

– Estás sendo acusado de mandante do crime. Tenho a certeza de que não foste tu, mas quero ouvir de ti essa afirmação e não por intermédio de terceiros.

– Meu pai – respondeu Lutero – ainda bem que o senhor me conhece, melhor do que ninguém conhece o meu caráter. Afirmo-lhe que não fui o mandante desse crime asqueroso, pelo contrário – dei instruções a meus amigos que defendessem e protegessem esse sujeito de qualquer ataque pessoal, pois qualquer bofetão que ele levasse, dado por mim ou por meus amigos, recairia em sua pessoa.

O Presidente considerou essas palavras com o vagar e a atitude reflexiva que lhe eram habituais – e encerrou a conversa:

– Muito bem, meu filho, orgulho-me como pai dessa tua atitude e de tuas palavras.⁴⁸

⁴⁸ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, pp. 298 e 299.

CAPÍTULO 7

A HIPÓTESE DE CARLOS HEITOR CONY

POR QUE GREGÓRIO MANDOU MATAR LACERDA?

O ARGUMENTO QUE GANHOU GREGÓRIO FOI O DE QUE ELE TINHA DE IMPEDIR
QUE O PRESIDENTE FOSSE ASSASSINADO COMO PINHEIRO MACHADO.

O Presidente não tem dúvidas quanto a Lutero e começa a ter certezas quanto a Gregório. Ainda não surgiram as acusações de Gregório ao General Ângelo Mendes de Moraes, ex-Prefeito do Rio (no governo Dutra), que, por acaso, seria convidado pelo Presidente, no dia seguinte, para substituir o General Armando de Moraes Âncora como Chefe de Polícia (Chefe de Polícia do então Distrito Federal, cargo comparável hoje ao de Diretor da Polícia Federal). Nem as acusações ao deputado Euvaldo Lodi, do PSD de Minas Gerais, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e administrador de fato das verbas de propaganda do SESI, Serviço Social da Indústria, verbas que, extraídas das folhas de salário das empresas industriais, eram grandes e cobiçadas pelos grandes jornais.

Euvaldo Lodi era muito atacado por Lacerda, pela Tribuna da Imprensa, pela UDN e pela oposição em geral – que temiam sua candidatura à sucessão presidencial em 1955, montado nos recursos financeiros e de influência política de que já dispunha e nos que ainda poderia mobilizar. Lodi estava obcecado pela ideia de destruir ou ao menos neutralizar Carlos Lacerda – o que poderia ser entendido no sentido literal ou no sentido figurado – e havia testemunhos de manifestações e conversas suas, de total imprudência, inclusive com Gregório.

O General Mendes de Moraes era menos passional. Ou melhor: como jogador de pôquer, não era nem um pouco passional. Poderiam dizer que era violento; e correu o país a história de que recusara o cargo de chefe de polícia, nessa mesma semana, porque, num regime de legalidade constitucional, não

se podia “baixar o pau”. Segundo a mesma história, o General acrescentara que só se interessava pela Prefeitura do Distrito Federal, da qual já fora ocupante e na qual, segundo inimigos como Carlos Lacerda, enriquecera. Mendes de Moraes dizia ter ganho muito dinheiro como jogador de pôquer, afirmação que também era prato cheio para seus adversários. Ganhar muito dinheiro, em mesa de jogo com empreiteiros e fornecedores da Prefeitura, com incorporadores de edifícios e donos de loteamentos que dependiam de licenças e autorizações da municipalidade, não era enriquecer ilicitamente?

Mendes de Moraes também teve conversas imprudentes com Gregório, inclusive no Palácio do Catete. Mais de uma vez, em presença de testemunhas, chamara Gregório aos brios, dizendo que Gregório era, de fato, uma espécie de Ministro da Defesa do Presidente, a única pessoa em condições de proteger Getúlio contra Carlos Lacerda.

Gregório, no início, pode ter acusado Lutero Vargas – também apontado como mandante por duas pessoas que sequer o conheciam, Climério e Alcino (certamente orientados a descarregar a culpa sobre Lutero, já que Gregório aumentaria a confusão acusando também Mendes de Moraes e Euvaldo Lodi).

Gregório, porém, não acusou Benjamim Vargas, embora este fosse alvo fácil. Talvez não o tenha feito porque foi a Benjamim que Gregório confessou ter sido o mandante: se Benjamim tivesse qualquer envolvimento no crime, como Gregório confessaria a ele? Gregório acusou Mendes de Moraes e Euvaldo Lodi – e a procedência de suas acusações não chegou a ser bem investigada, porque, depois da morte do Presidente, a Câmara dos Deputados negou licença à Justiça para processar Lodi e um recurso judicial excluiu do processo o General Mendes de Moraes.

O LIVRO E A HIPÓTESE DE CARLOS HEITOR CONY

Nunca a dúvida sobre a verdadeira origem dos atos de Gregório chegou a ser esclarecida, e ele foi assassinado em sua cela na penitenciária, pouco antes do dia em que seria solto – e depois de ter dito que fora da prisão contaria tudo sobre o atentado.

Mas um dos mais importantes livros escritos sobre a crise de agosto de 1954 – provavelmente o melhor e com certeza o mais instigante – Quem matou Vargas?, de Carlos Heitor Cony, do qual já citamos algumas passagens, desenvolve uma explicação muito plausível para o comportamento de Gregório Fortunato.

Escrito a partir de uma série de reportagens do próprio Cony para a revista Manchete, em 1967, o livro oferece mais que uma explicação:

– O episódio de Tonelero – escreve Cony – teria, de imediato, uma versão oficial, que até hoje persiste. Mas ao lado da versão oficial, o tempo está se encarregando de mostrar outros aspectos do problema e já se pode erguer, sobre bases concretas, não ainda uma nova versão, mas uma hipótese. A última palavra será dada muito antes do que alguns imaginam ou desejam. Mas aqui registraremos a versão oficial e a hipótese. Não se faz História sem hipóteses – mas a Lei de Imprensa, suplementada pela atual Lei de Segurança, obriga o autor destas linhas à elementar cautela de chamar de hipótese a um tipo de verdade que pouco a pouco vai-se tornando óbvia. Esopo fez pior: fez fábulas.⁴⁹

A versão oficial é a que afinal prevaleceu no julgamento do caso e no registro da história: a serviço ou não de um mandante muito acima dele, como o General Mendes de Moraes ou o deputado Euvaldo Lodi, ou mesmo Lutero Vargas e o próprio Presidente (este investigado “a fundo” pelo IPM do Galeão), Gregório Fortunato incumbiu Climério Euribes de Almeida de dar “um jeito” em Lacerda. Climério recorreu a José Antônio Soares e este contratou Alcino para o serviço.

– Nos dois ou três primeiros dias que se seguiram ao atentado – diz Carlos Heitor Cony – a confusão das autoridades policiais, as iras da oposição e a perplexidade do governo criaram condições para qualquer tipo de exploração... De uma forma geral, as investigações foram caminhando com alguma ordem, pois o motorista foi imediatamente identificado e preso – o que facilitou a apuração final.

⁴⁹ Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, pp. 196 e 197.

– As hipóteses levantadas até então tinham por finalidade incriminar os desafetos mais notórios do jornalista e as investigações foram feitas em torno desses suspeitos. Com a prisão de Climério, denunciado pelo motorista, o crime sofreu uma modificação substancial: através de Climério, chegava-se diretamente a Gregório, ao Catete, a Getúlio. O elo que a oposição tanto pretendia estava consumado, perfeito, indestrutível... O governo sentiu o golpe... todos sentiram que, a partir daquele instante, a própria figura de Getúlio Vargas ficava em jogo.

Obtida essa vantagem e depois de passar para a Aeronáutica, o inquérito – para Cony – tomou uma diretiva básica:

– Forçar apenas uma porta, obter apenas um sentido, determinar um único movimento. Não se falou mais em tiroteio de várias direções.

Se houvesse outros atiradores e os tiros partissem de várias direções, mencionados nos primeiros depoimentos de Lacerda e de seu filho Sérgio e na primeira reportagem da Tribuna da Imprensa, e também nos gráficos publicados pelos jornais, com base em todas as informações disponíveis naquele momento, então quem seriam – e a mando de quem estariam – esses outros atiradores? Estariam, também eles, a mando de Gregório e, portanto, a serviço do Presidente Vargas?

Para concentrar no Catete e no Presidente e sua família a responsabilidade pelo crime, era preciso dar sumiço a outros atiradores que não Alcino. E eles desaparecem nos depoimentos seguintes. Para Cony, porém, havia mais:

– Para estar seguro de que o atentado ocorreria naquela ocasião, o responsável pela trama tomou providências suplementares: dispôs de uma vasta rede de marginais, extraídos do mesmo submundo de Soares e Alcino. Se este não tivesse aparecido em Copacabana, se, por exemplo, após a tentativa da Rua Barão de Mesquita, Alcino resolvesse por conta própria adiar a execução do serviço, ainda assim o atentado seria concretizado naquela noite.

Alcino, depois de atirar em Carlos Lacerda, foi atacado pelo major Vaz, que estava desarmado. Enquanto Alcino liquidava o major, Lacerda escapava. Os tiros disparados de outra direção teriam sido dados nesse momento?

Outra questão suscitada pelo livro de Carlos Heitor Cony é se Carlos Lacerda era mesmo o alvo principal do atentado:

– É possível que a missão dos pistoleiros fosse a liquidação do jornalista, ou seja, Lacerda seria o alvo número um. Mas havia objetivos preferenciais e é possível que o alvo mais importante não tivesse sido Lacerda, mas seu acompanhante...⁵⁰

Tancredo Neves, então Ministro da Justiça e profundamente envolvido na investigação, comparou a crise de agosto de 54 no Brasil à campanha contra Salvador Allende no Chile em 1973. Já lemos essa declaração, mas convém repetir:

– Tudo o que foi feito no Chile com Allende foi feito com Getúlio em 1954. Porque lá eles deixaram de comprar o cobre chileno, e a inflação foi a 240%. Lá eles mataram um general, Chefe do Estado Maior, o General René Schneider. Aqui foi o major Vaz. Muita semelhança. E o pior é que no Brasil... e você pode comprovar isso estatisticamente, eles deixaram de comprar nosso café.⁵¹

O ARGUMENTO QUE GANHOU GREGÓRIO

Segundo Carlos Heitor Cony, emissários chegados ao Brasil em fins de 1950 e no início de 1951 – porque a eleição de Getúlio Vargas causara grandes preocupações nos meios empresariais norte-americanos – logo descobriram o flanco por onde atacar.

– A vida de Vargas, pessoalmente, era inatacável... Os agentes internacionais que fizeram o levantamento da situação em 1950/51 não precisaram pesquisar muito... [O Presidente] trazia ainda um resíduo dos tempos da ditadura: a guarda pessoal, onde havia gente de toda espécie...

– O alvo, assim, ficava definido. Gregório, ainda em São Borja, espalhara aos ventos que não repetiria o erro anterior, quando, após sete anos de vida palaciana, regressou... de mãos abanando, necessitando de um sórdido empre-

⁵⁰ Idem, pp. 200 e seguintes.

⁵¹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

go na polícia gaúcha para sobreviver... Gregório habituou-se a ganhar dinheiro e a influir nos escalões subalternos da administração... (Pouco antes da crise de agosto, Gregório recebera a Medalha de Maria Quitéria, que lhe foi entregue em solenidade pública, ao lado de outros agraciados, pelo Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa.)

– Tudo corria bem para Gregório – diz Cony – e quando um abnegado amigo pediu-lhe que fizesse alguma coisa contra as provocações de Lacerda, o peão de São Borja pediu tempo para pensar.

– Quem primeiro abriu os olhos de Gregório e insinuou que se devia tomar uma atitude contra Lacerda foi um marginal que, na época, tinha contactos com a polícia e com a política. A influência desse homem junto a Gregório era pequena, mas assim mesmo seu raciocínio foi válido. Com Getúlio aconteceria o mesmo que acontecera a Pinheiro Machado. Um louco qualquer, impressionado pela campanha de Lacerda, concentraria no Presidente todo o seu ódio. Eliminando Getúlio, esse louco julgaria estar prestando um grande serviço ao país e ao mundo.

– Gregório não tinha nada contra o Dr. Lacerda. Não lia jornais, sabia vagamente que o tal Dr. Lacerda espinafraava violentamente o Presidente e os seus parentes. Não chegava a ser motivo para um atentado. Mas havia em Gregório um solo sagrado, um território imune a qualquer raciocínio: o da segurança pessoal do Presidente. A possibilidade de um atentado estúpido, gratuito, como o que vitimou Pinheiro Machado, poderia tornar-se viável.⁵²

De Pinheiro Machado, legendária figura das lutas do Rio Grande, Gregório sabia alguma coisa. Pinheiro Machado era um dos republicanos do grupo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. Com a morte de Castilhos, nos primeiros anos do século 20, sua herança política ficou dividida entre Borges de Medeiros, que ocuparia o governo do Estado, com uma só interrupção, de cinco anos, até 1928 (ao ser sucedido por Getúlio Vargas), e o próprio Pinheiro Machado, conhecido como “o Senador”, que atuaria apenas no plano fede-

⁵² Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, pp. 207 e 203.

ral. Nesse plano, Pinheiro Machado seria não apenas o defensor do Rio Grande como o grande articulador da política nacional.

Como o Rio Grande não tinha vez no modelo pendular do sistema político da Primeira República, que oscilava entre Presidentes saídos de São Paulo e Presidentes saídos de Minas, Pinheiro Machado tornou-se uma espécie de árbitro. Em 1910, ele conseguiu impor a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, o fundador da República, que não era ligado a São Paulo nem a Minas.

Pinheiro Machado nunca tentou, abertamente, fazer-se Presidente. Preferia escolher Presidentes e mandar neles, o que sem dúvida aconteceu nos quatro anos do Marechal Hermes. Isso o fez alvo de campanhas violentas e passionais, e em setembro de 1915, ele foi assassinado, no Rio, ao chegar para uma visita ao Hotel dos Estrangeiros, no Flamengo, não longe do Palácio do Catete, por um louco, sem dúvida furioso, chamado, por ironia, Manso de Paiva.

Manso de Paiva nada tinha, pessoal ou politicamente, contra Pinheiro Machado. Mas absorvera e concentrara em sua pobre cabeça atormentada o ódio difuso contra o Senador, e chegara à conclusão de que tinha o dever de salvar o Brasil dessa destruidora presença.

Esse argumento, para Carlos Heitor Cony, foi ao ponto nevrálgico da cabeça de Gregório Fortunato. Ao ouvir Euvaldo Lodi dizer que Carlos Lacerda devia ser liquidado, ele achou (pelo menos disse) que Lodi estava louco. Ao ser convocado pelo General Mendes de Moraes como uma espécie de Ministro da Defesa do Presidente, pode ter pensado que o Presidente não lhe atribuiria esse papel. Não lhe cabia, por iniciativa própria, ser o Anjo Vingador. Mas era o Anjo Protetor. Se a vida do Presidente podia ser ameaçada, como a de Pinheiro Machado, esse, sim, era assunto de sua responsabilidade.

Nem adiantaria contra-argumentarmos com a ignorância de um tipo como Gregório.

Ele tinha uma longa experiência de vida e de luta militar e política. Servira com Getúlio, em 1923, em defesa do governo de Borges de Medeiros, na última guerra civil do Rio Grande. Servira com Benjamim Vargas na frente da Mantiqueira, na luta contra a revolução paulista de 1932. Convocado para a

primeira turma da guarda pessoal depois do ataque integralista de 1938, trabalhara com o Presidente Vargas até sua queda em 1945. Nos anos seguintes, passara a maior parte do tempo com o ex-Presidente na Fazenda do Itú. E estava com ele no Catete desde o início de 1951.

AS AMBIÇÕES E A LEITURA DE GREGÓRIO

Além disso, Gregório, que ambicionava manifestações de reconhecimento, não passava à toa suas horas de lazer. Quando foi avisado, na madrugada de 5 de agosto, do atentado contra Lacerda, lia, em seu quarto, a biografia de Joseph Fouché por Stefan Zweig.

Zweig, o famoso escritor judeu-austriaco, refugiara-se no Brasil no início da Segunda Guerra Mundial e suicidara-se em Petrópolis, junto com a mulher, em 1942, temendo que não houvesse forças, no mundo, capazes de resistir aos avanços de Hitler. Seus livros tinham larga circulação no Brasil, e não é estranho que a biografia de Fouché atraísse a atenção de alguém como Gregório.

Fouché foi o grande organizador da polícia e das atividades de espionagem na França – e conseguiu não só atravessar incólume a Revolução Francesa, sua liquidação e a restauração do trono dos Bourbon, como pertenceu a todos os governos franceses de 1792 a 1815. Ministro do Interior, com o controle da polícia, na Revolução Francesa, Fouché teve poderes iguais ou equivalentes sob Napoleão, a partir de 1799. Com a queda final de Napoleão, depois da batalha de Waterloo, em 1815, tornou-se o chefe do governo provisório de transição. Banido pelo governo da restauração, sob o Rei Luís XVIII, viveu confortavelmente no estrangeiro, como Duque de Otranto, título que lhe tinham dado como uma espécie de condecoração e que era compatível com sua imensa riqueza, acumulada no exercício de funções policiais.

Seria Fouché o modelo de Gregório? Fouché, como Napoleão, seu empregador por mais longo período, recorrera ao assassinato político em benefício da França. Fouché justificava os meios a que recorria pelos fins a que se comprometera – a segurança da França e de seus governantes.

Não há, hoje, como deduzir dessa simples informação – Gregório lia a biografia de Fouché enquanto o pistoleiro Alcino atirava em Carlos Lacerda e matava o major Rubens Vaz – de que modo o metabolismo mental de Gregório processara uma carga explosiva: ainda que não fosse o Ministro da Defesa do Presidente, como dizia blandiciosamente o General Mendes de Moraes, cabia-lhe a responsabilidade de impedir que outro louco furioso, do tipo de Manso de Paiva e envenenado pela pregação de Carlos Lacerda, viesse a matar o Presidente.

– Foi por intermédio dessa hipótese – diz Carlos Heitor Cony – que começou a se formar na cabeça de Gregório uma espécie de plano, muito rudimentar ainda, e que não incluía, de imediato, a liquidação física do jornalista. Uma vez preso, Gregório prometeu ajustar contas com dois homens: um deles por tê-lo roubado nos negócios... O outro por ter sido o homem que lhe metera na cabeça aquela ideia... Dias antes de deixar a prisão, Gregório tombava assassinado. Não teve tempo nem oportunidade para se vingar. Mas, sobretudo, não teve tempo nem oportunidade de dizer tudo que realmente sabia.⁵³

Desde que as investigações se voltaram para ele, Gregório procurou tirar partido da confusão.

– Pressionado, logo depois do atentado, por Getúlio – escreve Cláudio Lacerda, que, assim, endossa a absolvição de Vargas – “encheu o Presidente de mentiras”.

– Gregório, quando se viu definitivamente encalacrado – diz Carlos Heitor Cony – desapertou-se durante os interrogatórios, abrindo uma extensa lista de nomes... Mendes de Moraes, Danton Coelho (ex-Ministro do Trabalho, também ligado a Samuel Wainer e nesse momento presidente da Última Hora) e Euvaldo Lodi. Mais tarde, Gregório confessaria que citara tais nomes “para complicar a coisa” e provocar tamanha confusão que “tudo desse em água de barreira”.

Cony não perde de vista que alguns desses supostos mandantes, e outros não mencionados no inquérito, podem ter dito a Gregório qualquer coisa contra Lacerda.

– Talvez mesmo uma insinuação de violência física. Mas é certo, também,

⁵³ Idem, P. 203.

que nenhum deles explicitamente peitou ou encomendou a Gregório tal espécie de serviço. Pois a verdade é que o mandante – ou os mandantes – do atentado de Tonelero não saiu, como se imaginou na época e se imagina ainda, dos altos escalões do governo ou da família Vargas.

Para Cony, o próprio Carlos Lacerda, cerca de duas semanas depois do atentado, “começou a desconfiar de que também ele estava sendo usado e abusado numa jogada temerária”:

– Vítima sobrevivente [Lacerda] e mandante oficial [Gregório] – diz Cony – foram habilmente manejados por uma máquina infernal, especializada em fabricar crises e atentados.⁵⁴

O livro de Cony foi reeditado em 2004, quando se completavam cinquenta anos da morte de Vargas⁵⁵, com alguns acréscimos ao texto original e com uma nota introdutória sobre as circunstâncias em que fora publicada a primeira edição – nota dramaticamente esclarecedora da sistemática perseguição à memória de Getúlio Vargas por muitos de seus opositores e detratores:

– Este livro – diz Cony nessa nota – foi publicado inicialmente em capítulos semanais na revista Manchete, em 1967. Encerrada a série, deveria ser lançado em livro, mas a situação na época retardou a sua edição, em parte por pressões da censura federal, em parte porque o Marechal Juarez Távora, invocando a lei de imprensa, escreveu cinco capítulos adicionais que a revista foi obrigada a publicar, refutando fatos e opiniões em que se julgava prejudicado. Para sair em livro, a editora teria de publicar os extensos capítulos escritos pelo ex-ministro [Juarez]...

– Passaram-se cinco anos, e somente em 1972, após negociações com o Ministério da Justiça e com os órgãos da censura federal, pode finalmente o livro ser publicado sem o apêndice proposto pelo Marechal, que faria parte de um outro livro, assinado por ele.⁵⁶

⁵⁴ Idem, pp. 202 a 204.

⁵⁵ Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, (3ª. edição, revista e ampliada).

⁵⁶ Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, (3ª. edição, revista e ampliada), P. 9.

Quando a *Manchete* publicou a série de Cony, o Brasil já passara pelo terremoto de 1964 e pelo primeiro Ato Institucional, revogado no início de 1967, e por uma nova Constituição, votada pelo Congresso pouco antes da posse do segundo Presidente militar, o General Artur da Costa e Silva. Teoricamente, o país vivia em plena legalidade constitucional, que não poderia admitir ações da censura federal contra a publicação de qualquer livro, e muito menos contra um livro voltado exclusivamente para acontecimentos ocorridos mais de dez anos antes, em 1954. Cony, porém, foi obrigado a suprimir certas informações, já na série publicada pela revista, o que ele próprio revelaria numa segunda edição em livro, em 1974, quando se completavam vinte anos da morte de Getúlio Vargas, em parágrafo já citado páginas atrás:

– Não se faz História sem hipóteses – mas a Lei de Imprensa, suplementada pela atual Lei de Segurança, obriga o autor destas linhas à elementar cautela de chamar de hipótese a um tipo de verdade que pouco a pouco vai-se tornando óbvia.⁵⁷

A referência a essa “cautela elementar” pode dar a impressão de que Carlos Heitor Cony cuidava de sua própria segurança e conveniência. Mas não era isso. Cony, que não tivera qualquer associação com o governo do Presidente João Goulart, e era até muito crítico deste, foi um dos jornalistas mais perseguidos pelo regime instaurado em seguida à deposição desse Presidente, em 1964, por ter sido um dos primeiros a protestar abertamente contra o primeiro Ato Institucional e as violências cometidas à sua sombra, mas, sobretudo, por ter protestado com tamanho talento e ironia que suas crônicas levavam ao ridículo alguns dos automeados “revolucionários” que pouco antes pediam promoções e mordomias a João Goulart, a quem adulavam servilmente.

Preso várias vezes, Cony foi submetido, por seus escritos, a processos que não corriam pela lei de imprensa, mas pela lei de segurança – o que o sujeitava a penas cumulativas de trinta anos de prisão, nunca menos que isso.

Nenhuma dessas prisões, nenhum desses processos intimidou-o – e a “cautela elementar” por ele mencionada não era qualquer cautela pessoal, mas um

⁵⁷ Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, (2ª. edição), pp. 196 e 197.

delicado eufemismo para as concessões que a editora – não ele – fora obrigada a fazer para que a Censura Federal permitisse a publicação em livro da série de reportagens saída na revista *Manchete*.

Na edição, revista e ampliada, de 2004, Cony acrescenta discretamente às informações das edições anteriores, o nome de um dos interlocutores que mais teria feito a cabeça de Gregório Fortunato no rumo da “eliminação” de Carlos Lacerda, para que a loucura deste não levasse algum maluco menor à decisão de salvar o Brasil assassinando Getúlio Vargas.

Esse interlocutor era Amando da Fonseca, da Guarda Pessoal, considerado “guarda-de-luxo”, porque se vestia bem e frequentava bons ambientes, e que teria sido usado, sem jamais ter tido consciência disso, por agentes da CIA, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, na conspiração contra o Presidente Vargas:

– Embora não fosse da CIA – diz Cony em nota de rodapé a um organograma do atentado de Tonelero – Amando da Fonseca mantivera contacto permanente com funcionários da Embaixada dos Estados Unidos, frequentando festas, excursões e atividades sociais. Fazia o elo entre os funcionários da Embaixada e os guardas pessoais do Catete, trocando informações e programas, oficiais ou não. Mais tarde, Amando da Fonseca foi sócio da mulher de Gregório num mercadinho em Copacabana. Eleito deputado pela Guanabara, foi líder de Carlos Lacerda na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara.⁵⁸

⁵⁸ Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas*, São Paulo, 2004, Ed. Planeta (3ª. edição, revista e ampliada), p. 222, nota 3. O Estado da Guanabara era o antigo Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, convertida em Estado depois da transferência da capital federal para Brasília, em 1960.

CAPÍTULO 8

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE AGOSTO

MORTE, REVOLUÇÃO OU TÉRMINO NATURAL DO MANDATO

O PRESIDENTE SÓ DEIXARÁ O GOVERNO...

SURGE NA CÂMARA A HIPÓTESE DA RENÚNCIA, EM APARTE DE ALIOMAR
BALEIRO, DEPUTADO DA UDN, AO LÍDER DA OPOSIÇÃO, AFONSO ARINOS.

Diante dos acontecimentos dos dias anteriores, especialmente do dia anterior, o Ministro da Justiça Tancredo Neves, na segunda-feira, dia 9, divulgou uma nota enérgica e até desafiadora:

– O Presidente – dizia a nota – só deixará o governo por morte, revolução ou término natural do seu mandato.

Ficava excluída, portanto, a hipótese da renúncia, que passara a ser a palavra de ordem da oposição.

– Essa declaração – explicaria Tancredo Neves na entrevista ao autor deste livro em 1979 – foi realmente em decorrência de uma campanha política que anunciava a deposição do Presidente da República naqueles próximos dias. Então, era preciso desfazer a onda de boatos que crescia muito no Rio de Janeiro, manipulada por uma central de fabricação de notícias alarmantes. Então, foi preciso fazer essa declaração em termos muito positivos.

– Quando o senhor falou em morte, estava pensando no quê?

– Em luta, resistência.

– Resistência armada?

– Armada.

– Não no suicídio?

– Não no suicídio. A hipótese do suicídio só surgiu quando Alzira encontrou o bilhete.⁵⁹

⁵⁹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

(No dia 15 de agosto, arrumando papéis despachados pelo Presidente, um dos ajudantes de ordens, o major Fittipaldi, encontrou uma folha solta, com a frase, na letra de Getúlio: "Deixo aos meus inimigos o legado de minha morte". Esse papel foi entregue imediatamente à filha do Presidente.)

A nota, por firme que fosse, não bastava. No mesmo dia, o Presidente aceita a demissão do Chefe de Polícia, General Armando de Moraes Âncora, e nomeia em seu lugar o coronel Paulo Torres. Essas iniciativas respondem ao artigo de Carlos Lacerda no mesmo dia:

– Vargas – dizia Lacerda nesse artigo – está deposto pelo sangue que fez derramar. Vargas está deposto moralmente. Por sua própria mão.

Esse clima passional e febril já chegara ao Congresso. Estimulado, de certo modo, por Lacerda, o deputado Aliomar Baleeiro, da UDN da Bahia, pede o afastamento do Presidente.

– A ideia da renúncia – escreve Cláudio Lacerda – surgiu na Câmara dos Deputados, lançada por um aparte do udenista baiano Aliomar Baleeiro a um discurso de Afonso Arinos, líder da UDN, que usava da palavra pela primeira vez depois do atentado.

Nesse aparte, Baleeiro falou em afastamento, não em renúncia, mas a palavra de ordem da renúncia é que passou a ser alimentada pela oposição.

Afonso Arinos, líder da oposição na Câmara, foi até surpreendido pelo aparte de seu colega de bancada:

– Aliomar Baleeiro, antecipando-se aos meus intuitos, levantou-se para, pela primeira vez no plenário da Câmara, pedir o afastamento de Vargas, para maior êxito do inquérito, para resguardo da sua própria responsabilidade.

Menor foi a surpresa do vice-líder do governo, deputado Augusto do Amaral Peixoto, que já esperava por isso:

– Não restavam mais dúvidas quanto aos objetivos udenistas. Não houve surpresa; já esperávamos essa orientação. Apenas aguardávamos o pronunciamento da tribuna da Câmara.⁶⁰

⁶⁰ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, p. 169. Depoimento de Augusto do Amaral Peixoto, gravado, ao Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas (Cepdoc, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas).

O ENCONTRO DE ARANHA E CAFÉ

Esses tribunos tão apaixonados da oposição ignoravam que na véspera o próprio Presidente fora dissuadido da intenção de renunciar. E, se não estivessem tão hipnotizados pela expectativa de chegarem ao poder pela derrubada do Presidente, expectativa que um deles, o deputado José Bonifácio, da UDN mineira, reconheceria anos depois – “Nós queríamos era o poder, essa é a verdade...” – se tivessem um mínimo de serenidade, poderiam saber que o maior amigo do Presidente, Oswaldo Aranha, ligado à UDN desde sua fundação mas repellido por ela, tentava a fórmula de um afastamento por licença.

– Aranha – escreve seu biógrafo Stanley Hilton – procurou uma maneira de contornar a crise e proteger seu amigo. Sabendo que Vargas não tivera nada a ver com o atentado contra Lacerda – o Presidente estava, aliás, cooperando plenamente [com as investigações] – o primeiro impulso de Aranha foi dissipar suspeitas em relação ao Presidente. Na manhã do dia 9, telefonou para o Vice-Presidente, João Café Filho, e pediu que se encontrassem.

O que Aranha pensou e sugeriu foi um encontro no gabinete de Café Filho, que ficava no último andar do edifício do Ministério do Trabalho, ao lado do edifício do Ministério da Fazenda, onde ficava o gabinete de Aranha, Ministro da Fazenda. Aranha era um homem arrebatado e já entrara no segundo governo Vargas como o ministro de maior autoridade, tanto pelo passado político quanto pelos cabelos brancos. Era uma figura romântica, ousada e sedutora. Seria natural que Café Filho, embora Vice-Presidente fosse a Aranha, em vez de Aranha ir a ele. Café observou ou pretextou que seu próprio gabinete estava repleto e propôs encontrar-se com Aranha no gabinete deste. Aranha conhecia seus deveres de cortesia e aceitou. À chegada de Café, Aranha declarou:

– A situação é muito grave. Aconteceu no Catete uma coisa terrível. Getúlio chamou Gregório a sua presença e o interpelou de maneira tão dura que [Gregório]⁶¹ chorou. Tudo indica a participação [de Gregório] no crime. Até o Getúlio já aceita esta hipótese.

⁶¹ No texto de Stanley Hilton, “tão dura que o negro chorou”.

Sugeriu então que Café Filho assumisse a Presidência enquanto se apurasse a culpabilidade dos responsáveis, procedimento que deveria eliminar dúvidas sobre o papel de Getúlio nos acontecimentos. Café Filho, entretanto, rejeitou a ideia, dizendo que não queria a responsabilidade de ter que punir pessoas do convívio do Presidente.⁶²

Há um detalhe, pelo menos, nessa narrativa, que revela em Café Filho uma dimensão menor que a exigida por aquele momento. Ele diz que não quer punir “pessoas do convívio de Vargas”. Essa era uma cerimônia descabida, pois o próprio Presidente Vargas estava decidido a punir qualquer pessoa de seu convívio que por acaso tivesse responsabilidade no atentado. Logo veremos, ao chegar ao dia 13 de agosto, qual era a disposição do Presidente em relação ao próprio filho Lutero, se acaso fossem confirmadas as acusações de Carlos Lacerda e as declarações do pistoleiro Alcino.

Café Filho estava, na verdade, com medo da situação e do radicalismo a que Lacerda arrastava a oposição, inclusive nas Forças Armadas.

Diante da reação negativa de Café Filho, Aranha nada mais podia fazer por esse caminho. A experiência, aliás, mostrou-lhe que esse caminho estava fechado.

Na versão de Café Filho, em suas memórias, ele não chegou a falar no constrangimento de “punir pessoas” do convívio do Presidente. Café “tencionava perguntar” a Osvaldo Aranha:

– Assumindo o Governo, como poderei punir os membros da Guarda Pessoal e até familiares do Presidente que é o que, por todas as maneiras, reclama a opinião pública?

O Vice-Presidente, segundo suas memórias, não chegou a formalizar essas razões a Aranha, interrompido pela inesperada entrada, no gabinete deste, do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo.

– Depois conversaremos... – teria dito Aranha a Café, segundo este, ao se despedirem – o que não aconteceu, pois nunca mais Aranha voltou ao assunto.

– Depois da interpelação de Vargas, que Aranha me relatara – acrescenta Café – noticiou-se que Gregório ficou preso no Palácio do Catete e que, des-

⁶² Stanley Hilton, Osvaldo Aranha, uma biografia, p. 477.

tronado e em desespero, ameaçou suicidar-se.⁶³

Gregório estava preso no Catete desde a véspera, o que o Vice-Presidente não sabia.

A biografia de Oswaldo Aranha por Stanley Hilton – talvez o mais competente dos brasilianistas alienígenas, como às vezes os consideramos – registra que Café Filho declarou não querer assumir a Presidência para não ter de punir pessoas “do convívio do Presidente”. Nem por isso poderemos descartar o registro do próprio Café, em suas memórias – segundo o qual não teve oportunidade de manifestar tal objeção.

O mais importante não é o que Café Filho disse ou deixou de dizer nesse momento a Oswaldo Aranha, mas o que Café Filho pensava. E ele registra suas preocupações com precisão:

– ...como poderei punir os membros da guarda pessoal e até familiares do Presidente, que é o que, por todas as maneiras, reclama a opinião pública?

O Presidente pensara em renunciar, prendera ilegalmente Gregório Fortunato no Catete, para evitar que de uma delegacia de polícia ele fosse solto por ordem judicial, e interpelara o próprio filho, Lutero, acusado de mandante do atentado. Daqui a alguns dias, ele chamará simultaneamente ao Catete o Vice-Presidente, o Chefe de Polícia e Lutero. Se não se convencesse da inocência do filho, mandaria prendê-lo pelo Chefe de Polícia, renunciaria ao mandato e passaria a Presidência ao Vice.

Eram preocupações com a verdade, com a lei e com a justiça – por mais que hoje tudo isso pareça tão retórico. O Vice Café Filho teria o direito, uma vez no exercício da Presidência, de “punir” tanto os membros da guarda pessoal quanto familiares do Presidente, desde que essa fosse uma imposição da verdade. Café Filho, porém, estava mais preocupado com supostas exigências da opinião pública. Poderia um Presidente submeter-se a isso – ainda mais que a “opinião pública” era dominada, nesse momento, pelos jornais, pelas rádios e pelo monopólio, monopólio literal, em sentido o mais estrito, da televisão, exercido por Assis Chateaubriand?

⁶³ João Café Filho, *Do sindicato ao Catete*, vol. I, P. 301.

CAPÍTULO 9

TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO

O CARDEAL VAI AO PRESIDENTE PROPOR A RENÚNCIA

CENTENAS DE OFICIAIS ALVOROÇADOS

UMA ASSEMBLEIA DO CLUBE DA AERONÁUTICA TOMA CONHECIMENTO DA IRA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES E DAS EXPECTATIVAS DO CORONEL ADIL.

No dia 10 de agosto, o novo Chefe de Polícia, coronel Paulo Torres, declarou que as investigações já feitas revelavam a participação, no atentado, de pessoas e empregados do palácio presidencial.

No mesmo dia, segundo a biografia de Lacerda por Foster Dulles, o Cardeal-Arcebispo do Rio, D. Jaime Câmara, falou com o Presidente sobre uma possível renúncia e o Presidente continuou a resistir.

– Mas seu problema – acrescenta Dulles – agravou-se com a ira dos oficiais das Forças Armadas, principalmente os da Aeronáutica. No Clube da Aeronáutica, a 10 de agosto, centenas de oficiais se alvoroçaram com o irado Eduardo Gomes e ouviram outro oficial repetir comentários do irmão de Nelson Raimundo [o motorista], que apontavam Lutero Vargas como responsável pela morte de Vaz. O coronel Adil prometeu um rápido andamento das investigações, depois que Tancredo Neves, Ministro da Justiça, autorizasse a Aeronáutica a efetuar prisões.⁶⁴

Se o parágrafo acima não fosse transcrição literal de um trecho da biografia de Carlos Lacerda por John Wills Foster Dulles, historiador e filho do Secretário de Estado John Foster Dulles, homem forte, na época, do governo do Presidente Eisenhower nos Estados Unidos, o leitor teria o direito de suspeitar de alguma invenção ou falsificação. Então centenas de oficiais da Aero-

⁶⁴ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., pp. 185 e 181.

náutica reúnem-se em seu clube e levam a sério “comentários” atribuídos ao “irmão do motorista” do atentado – motorista que fora recrutado na hora e mal sabia o nome de um de seus passageiros?

Ao mesmo tempo que temos centenas de oficiais alvoroçados com os “comentários”, que não chegam a ser informações ou acusações, do “irmão do motorista”, o coronel Adil mostra-se intimidado pela assembleia e promete rápido andamento nas investigações se o Ministro da Justiça autorizar a Aeronáutica a fazer prisões.

Em primeiro lugar, o coronel Adil não pode prometer coisa alguma em relação às investigações, porque elas consistem, de acordo com a lei, num inquérito policial que é presidido por um delegado e não pode ser presidido por um oficial da FAB. Em segundo lugar, quem é que o coronel Adil vai prender, se Gregório Fortunato já está preso no Palácio do Catete e Nelson Raimundo está preso na Polícia Militar e ainda não se conhece o paradeiro de Climério nem a identidade do pistoleiro que matou o major Vaz? E se ainda não entrou em cena um investigador de polícia chamado Edson Sacramento, que investigava um plebeu crime de morte no subúrbio carioca da Pavuna, e vai descobrir o nome e o endereço de José Antônio Soares, nome e endereço que levarão quase imediatamente ao pistoleiro Alcino?

E o coronel Adil não sabe, acaso, que o Ministro da Justiça não pode autorizar a Aeronáutica a prender pessoas e mantê-las presas? Já ao anoitecer de domingo, dia 8, e estamos na terça-feira, dia 10, o coronel Adil – perguntado pelo Presidente da República: “O que o senhor acha que devo fazer?” – poderia ter respondido: “Autorize o Ministro da Aeronáutica (não o da Justiça) a instaurar um inquérito policial-militar, um IPM” (solução, aliás, alvitrada e adotada na casa de Carlos Lacerda na própria manhã do atentado, 5 de agosto, cinco dias atrás). Mas, não. O coronel Adil queria que o Presidente – depois de ter interpelado Gregório Fortunato com tal dureza que Gregório chorou, como dissera Oswaldo Aranha a Café Filho – montasse uma cena de teatro, na qual renovaria sua confiança em Gregório (e talvez pedisse desculpas, pois não, coronel?), na expectativa de convencer o já destituído e preso chefe da guarda pessoal a entregar Climério à polícia! Agora, confrontado

com os colegas revoltados, o coronel Adil queixa-se de que o Ministro da Justiça ainda não autorizou a Aeronáutica a fazer prisões! Paciência, leitor, foi assim que as coisas se passaram – e é assim que estão documentadas.

Na madrugada do dia 10 para o dia 11, horas depois das queixas do coronel Adil na assembleia do Clube da Aeronáutica, Gregório e mais 47 integrantes da guarda pessoal são apresentados no quartel da Polícia Militar, para que Lacerda os reconheça.

Lacerda está com a corda toda e reclama, estranhando que se apresentassem apenas quarenta e sete guardas, quando o efetivo da guarda seria de duzentos. Quem lhe responde, na documentação hoje disponível, é seu amigo, admirador e seguidor, o General Juarez Távora, em suas memórias:

– O major Garcez (major Ene Garcez dos Reis), chefe da guarda militar do Palácio do Catete, explicou que, daquele total, apenas oitenta e três eram efetivos, e justificou a ausência dos restantes. Carlos Lacerda apontou quatro dos guardas presentes como suspeitos de participação no crime.⁶⁵

Esses quatro foram apontados e a impressão legítima, hoje, é que foram apontados para fazer onda, porque, mesmo depois da morte do Presidente, nem o coronel Adil descobriu do que acusá-los. Eles desapareceram, como o segundo, o terceiro e os demais atiradores dos primeiros depoimentos de Carlos Lacerda.

No mesmo dia, 11 de agosto, Gregório presta seu primeiro depoimento, no 2º. Batalhão da Polícia Militar. Nesse depoimento, ou melhor, na transcrição, fiel ou falsa, desse depoimento, ele teria acusado Lutero Vargas de ser o mandante do atentado. O registro no condicional é aqui indispensável – o que compreenderemos quando chegar o momento de registrar as circunstâncias em que foram prestados alguns dos depoimentos desse caso. Gregório, em todo caso, negaria até o fim da vida ter acusado Lutero Vargas.

⁶⁵ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, pp. 242 e 243.

CAPÍTULO 10

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO

ERA PRECISO PROLONGAR A MENTIRA

O BRIGADEIRO, AFINAL, PEDE O IPM

CARLOS LACERDA AO MINISTRO DA GUERRA: “VIM AQUI PARA PROPOR AO SENHOR A DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ISTO É, QUE O SENHOR O CONVIDE A RENUNCIAR OU ENTÃO O DEPONHA”.

Só na noite de 11 de agosto, quando Gregório Fortunato estava preso de fato – e ilegalmente – no Palácio do Catete, o Brigadeiro Eduardo Gomes foi ao Ministro Nero Moura para pedir a abertura do inquérito policial-militar, o IPM.

A ideia do IPM surgira, na casa de Carlos Lacerda, já na manhã do dia 5, horas depois do atentado. Na mesma hora, nessa manhã de 5 de agosto, um dos presentes telefonou ao Brigadeiro Eduardo Gomes, para que este providenciasse o IPM. O Brigadeiro esperou quase uma semana. Isso impõe algumas perguntas. Será que não queriam descobrir os mandantes do atentado? Será que um IPM instaurado imediatamente não inocentaria o Presidente antes de conseguirem derrubá-lo? Será que não interessava preservar a impressão de que o crime não seria desvendado?

Eduardo Gomes foi afinal ao Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Nero Moura, para pedir a instauração de um IPM. Episódio contado pelo próprio Nero Moura:

– O Eduardo [Brigadeiro Eduardo Gomes] foi ao meu gabinete e me disse: “Ah! os inquéritos na polícia, você sabe. A polícia não pode prender os suspeitos, prende num dia e solta no outro. Nós podíamos fazer um inquérito policial-militar”.

Na verdade, como Cláudio Lacerda, sobrinho de Carlos, diria em seu livro, o crime estava praticamente esclarecido nesse momento. Mas o objetivo

do Brigadeiro Eduardo Gomes era político, no pior sentido. Não era a punição dos responsáveis pelo atentado, mas a derrubada do Presidente.

Ao pedido tão tardiamente apresentado por Eduardo Gomes, o Ministro Nero Moura responde:

– Está bem, Brigadeiro, mas eu só faço com ordem do Presidente.

Nero foi ao Presidente e disse:

– Olha, Presidente, tem esse pedido do Eduardo Gomes, que quer fazer um inquérito policial-militar.

O Presidente respondeu:

– Não há inconveniente nenhum. Pode fazer.⁶⁶

Nero esperava uma resposta negativa:

– Eu não quis, reagi um pouco ao IPM, porque ele ia envolver a corporação num fato policial. Mas eu tinha recebido instruções do Presidente para facilitar tudo. O Presidente ficou realmente muito acabrunhado. É como ele disse: “Foi um tiro nas minhas costas. Não deram um tiro no Lacerda, deram um tiro nas minhas costas”. Ele se sentiu traído e sem forças para lutar. Estava acabrunhadíssimo e só tinha uma preocupação: que elucidassem o crime e que o culpado fosse punido. Ele não queria defender ninguém nem proteger ninguém.

Ao contrário do coronel Adil, em sua inconsciência e ignorância, o Presidente sabia das consequências de um inquérito policial-militar, um IPM. E não hesitava.

Ele, na verdade, queria que se descobrisse tudo – porque nada tinha a temer. Os adversários, porém, não queriam que se descobrisse tudo, apenas algumas coisas, que o comprometessem. Era essa a diferença mortal – descobrir tudo ou descobrir alguma coisa.

A conversa do Brigadeiro, na noite de 11 de agosto, era a mesma da manhã de 5 de agosto na casa de Carlos Lacerda: a polícia não vai resolver nada. A polícia, porém, já tinha o nome do motorista e o nome de Climério. E Gregório estava preso preventivamente no Palácio do Catete.

⁶⁶ Nero Moura, *Um voo na história*, p. 284.

Com a ascendência que exercia sobre o Ministro Nero Moura, que de imediato teria levado qualquer sugestão ou solicitação sua ao Presidente, é de perguntar por que o Brigadeiro levou tanto tempo a pedir a instauração do IPM. Porque o IPM desmentiria as versões históricas e golpistas contra o Presidente e sua família? Talvez a resposta seja que era preciso, para desgastar, desestabilizar e derrubar o governo, prolongar a mentira de que os criminosos permaneciam impunes e sob a proteção do governo.

LACERDA COM CAFÉ E ZENÓBIO PARA PEDIR O GOLPE

Durante o dia, Lacerda estivera com Café Filho, depois de visitar o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa. Café, em suas memórias, reconstituiu seu encontro com Lacerda:

– Através de um companheiro da Tribuna da Imprensa, Murilo Melo Filho, manifestara ele o desejo de conversar comigo. Respondi que o receberia no Senado.

Murilo, repórter político muito jovem, mas já experiente, objetou que seria preferível outro lugar. Café concordou:

– Naquele dia, ia almoçar com Olavo Galvão, diretor do Banco do Nordeste, em cujo apartamento, na Cinelândia, estaria por volta das quatorze horas. A entrevista poderia ser lá. [Segundo Lacerda, o encontro foi no Hotel Serrador, também na Cinelândia.]

– À hora marcada – prossegue Café Filho – Lacerda chegou para o encontro. Veio numa cadeira de rodas, empurrada por oficiais da Marinha.

– Não o tinha visto ainda, depois do atentado. A palestra foi a princípio sobre as circunstâncias do crime; Lacerda fez, em seguida, uma análise da situação.

– Estivera com o General Zenóbio da Costa. Conviria – acrescentou – que eu desse a entender a aquele oficial, por intermédio de alguém, que o manteria na pasta da Guerra se assumisse o Governo. Assim se abriria a possibilidade de cessar a resistência de Zenóbio em defesa de Getúlio.

Essa foi uma das chaves da conspiração. Na madrugada e já na manhã de

24 de agosto, terminada a reunião ministerial na qual o Presidente Vargas decidira licenciar-se até a apuração final das responsabilidades pelo atentado da rua Tonelero, o General Zenóbio comunicaria a seus colegas, reunidos no Ministério da Guerra, que a licença era pro forma, não era para valer, e que o Presidente não reassumiria o cargo. Em seguida ao suicídio do Presidente haveria um incidente feio, quando o General Zenóbio soube que seria substituído no Ministério da Guerra e reclamou com veemência. À proposta de Lacerda, Café, segundo ele próprio, reagiu:

– Neguei-me terminantemente e apresentei a Lacerda as razões da minha discordância. Não daria um passo para chegar ao poder. Nem me interessava a Presidência em condições tão difíceis. Muito menos através de tais expedientes. Acompanhava os acontecimentos. Se estes chegassem a ponto de uma ameaça incontida às instituições, tomaria uma atitude.

– Não antecipei a Carlos Lacerda que se tratava [essa atitude] da proposta, feita poucos dias depois, no sentido da renúncia de Getúlio juntamente com a minha. Assim nos despedimos. O jornalista saiu como entrara: nos braços dos militares, em meio de uma onda de curiosidade popular.⁶⁷

A proposta da “renúncia dupla” pode não ter sido apresentada a Lacerda nesse encontro. Mas foi, dias depois, transmitida a alguns dos principais líderes militares da conspiração e possivelmente a alguns de seus líderes civis.

Na conversa, anterior, pouco antes, com o General Zenóbio, Lacerda pediu a ele, explicitamente, que depusesse o Presidente Vargas.

– Fui ao Ministério da Guerra... Afinal fui admitido no gabinete pelo Zenóbio, que foi muito amável... Então tivemos uma conversa amena. Foi então que eu lhe disse: “Bom, vim aqui para propor ao senhor a deposição do Presidente da República, isto é, que o senhor o convide a renunciar ou então o deponha”. Ele disse: “Não posso trair o Presidente. Eu sou o Ministro da Guerra”. Respondi: “Olha, a sua escolha é simples: ou o senhor trai o Presidente ou o senhor trai o país”.⁶⁸

⁶⁷ João Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, pp. 304 e 305.

⁶⁸ Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 145.

Não ocorria a Lacerda que, traindo o Presidente, o General Zenóbio trairia também seu juramento militar.

O PRESIDENTE DECIDE IR A MINAS

Nessa mesma noite, 11 de agosto, o Presidente teve de discutir e tomar outra decisão.

Ele tinha uma viagem marcada a Minas, no dia seguinte, para a inauguração da usina siderúrgica do grupo alemão Mannesmann.

– O Presidente se comprometera – diz Tancredo Neves – a ir a Belo Horizonte inaugurar a Mannesmann, mas a agitação no Rio era tão grande que amigos do Presidente passaram a desaconselhar que ele deixasse o Rio para ir a Minas. E, dividido o pensamento no governo... eu telefonei para o Governador Juscelino Kubitschek.

O Governador já recebera apelos no sentido de adiar a inauguração e tentava adiá-la:

– Pedi a Tancredo Neves, que era Ministro da Justiça – diz JK – para ir ao Palácio do Catete às 11 horas da noite, para pedir a Getúlio que adiasse, porque tinha havido uma encrenca nas máquinas e não haveria inauguração. Getúlio perguntou a Tancredo: “O Governador está com medo de me receber?”. Naquela época estava um temporal em cima dele. Tancredo respondeu – generosamente, Tancredo é muito meu amigo: “Presidente, o senhor deve reconhecer que, se há um homem que nunca teve medo de nada neste mundo, é Juscelino. É que realmente aconteceu lá essa coisa...”. Getúlio disse: “Não, se é essa a razão, se não é medo, eu vou”.

Juscelino falou também com Alzira e Amaral Peixoto, que tinham recebido pedidos para o Presidente não viajar.

– Eu tive que telefonar para Alzirinha e Amaral Peixoto, dizendo: “O Presidente vem, e acho que ele faz bem; não deve adiar essa viagem. O fato de ele não vir é que pode agravar mais sua situação”. Getúlio foi, e o recebemos apoteoticamente. A última alegria que ele teve na vida foi essa. Em seu discurso, ele acentuou seus propósitos democráticos.

Tancredo Neves voltou a falar com o Governador Juscelino Kubitschek:

– Como é que é?

– Vai ter a maior recepção da vida dele – respondeu Juscelino. – Você pode estar sossegado, que ele vai ter aqui uma consagração e fale com ele em meu nome que ele não deixe de vir, que ele vai gostar de sentir Minas.

Com essa resposta do Governador de Minas, Tancredo voltou ao Presidente:

– O senhor não pode, de maneira nenhuma, deixar de ir a Minas, está tudo preparado para recebê-lo! Essa é, realmente, uma das grandes obras do seu governo, e para Minas com um sentido muito particular, que é a maneira como o senhor ressarce os mineiros de não ter instalado lá Volta Redonda. De modo que o senhor não pode deixar de ir a essa coisa.

Com isso, o Presidente decidiu viajar. Mas disse ao Ministro da Justiça:

– Você não vai. Eu vou, mas você fica aí.

– Pois não, Presidente. Eu realmente não posso sair daqui, nem estou pensando em sair, mas ficarei aqui.⁶⁹

⁶⁹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979. Valentina da Rocha Lima, Getúlio, uma história oral, P. 192.

CAPÍTULO 11

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO

GRAÇAS AO TALENTOSO INVESTIGADOR SACRAMENTO...

SURGEM OUTROS NOMES: SOARES E ALCINO

O IPM NÃO DESCOBRIU NEM IDENTIFICOU NINGUÉM.

APENAS PRENDEU AQUELES QUE A INVESTIGAÇÃO POLICIAL —

TÃO POSTA SOB SUSPEITA — JÁ TINHA IDENTIFICADO.

Nos primeiros minutos do dia 12 de agosto, logo depois da meia-noite, o Ministro Nero Moura assinou a portaria que instaurava o Inquérito Policial-Militar para a investigação do atentado da Rua Tonelero e designava o coronel João Adil de Oliveira como seu encarregado.

Nesse momento já estavam presos o motorista Nelson Raimundo, num quartel da Polícia Militar, e Gregório Fortunato, no Palácio do Catete — e já estava identificado e era procurado o principal instrumento de Gregório no caso, Climério Euribes de Almeida.

Com o IPM, o coronel Adil e seus auxiliares, quase todos da Aeronáutica, podiam determinar a prisão de qualquer suspeito por até trinta dias, de acordo com os códigos militares. A polícia civil, nos sete dias em que conduzira as investigações, tinha de relaxar a prisão de qualquer suspeito em apenas 24 horas.

O IPM fora pedido formalmente pelo coronel Adil e pelo próprio Brigadeiro Eduardo Gomes ao Ministro Nero Moura, a pretexto da ineficiência e das dificuldades legais da polícia, e da convicção dos adversários do governo de que o Presidente não permitiria uma investigação de verdade. Esse era o pretexto; no fundo, porém, o que havia era o temor de que a investigação estabelecesse acima de qualquer dúvida a inocência do Presidente.

O Brigadeiro Eduardo Gomes era uma espécie de herói nacional, o que até dificultava a avaliação de sua atividade francamente golpista na crise de agos-

to de 1954. E a verdade é que o Presidente não só permitira à polícia uma investigação de verdade como se mostrou disposto a ir mais longe, autorizando a instauração do IPM.

Instaurado o IPM, os oficiais nele envolvidos não se limitaram a diligências para a captura de suspeitos óbvios, como Climério, mas promoveram a convocação, para depoimento, de muitas pessoas que não tinham nada com o caso:

– Foram convocados – dirá o então Vice-Líder do Governo na Câmara, deputado Augusto do Amaral Peixoto – inúmeros políticos, principalmente pessoas da família do Sr. Getúlio Vargas, para prestar depoimentos no Galeão. Chegou-se até a pretender levar a Sra. Darci Vargas para depor também no Galeão.

– Só podíamos atribuir esse interesse – acrescenta o deputado – ao fato de querer a Aeronáutica, naquela ocasião, carrear para a família Vargas a responsabilidade do atentado. Foram convocados todos os Vargas para prestar depoimento...⁷⁰

Valente e galante coronel Adil! Não fora capaz, na manhã do dia 8 de agosto, de cobrar a prisão de Gregório Fortunato, limitando-se a pedir que alguém com influência sobre ele fosse convencê-lo a não fugir. Fora capaz, na noite de 8 de agosto, de sugerir que o Presidente da República se prestasse a uma cena de teatro na qual praticamente pediria desculpas a Gregório por ter desconfiado dele. Com essa valentia, exigira, assim que investido dos poderes de encarregado de um IPM, o depoimento de uma pessoa como D. Darci Vargas – o que nem Carlos Lacerda, em sua loucura, admitiria.

SURGE O TALENTOSO INVESTIGADOR SACRAMENTO

O coronel Adil queixou-se, no relatório final do IPM, de que a investigação policial não andava. Mas, além do inquérito oficial, outras coisas andavam na polícia. Quem conta isso é Cláudio Lacerda:

⁷⁰ Augusto do Amaral Peixoto, depoimento gravado ao Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas).

– O investigador Edson Alves Sacramento, um dos encarregados do inquérito sobre um crime cometido meses antes, na Pavuna, verificara que a vítima, Walter Ferreira, não tinha antecedentes na polícia. Estava, porém, com ele, um Marcos Augusto, conhecido como conquistador. Entre as mulheres que tentara conquistar estava “uma senhora de nome Neli, que seria esposa de um contrabandista conhecido pelo nome de Soares de tal”.

Com Marcos, o investigador conseguiu o endereço de Soares e foi procurá-lo várias vezes. Afinal deixou um “convite” – na verdade uma intimação informal – para que Soares fosse à polícia prestar informações. No dia e hora marcados, quem apareceu não foi Soares, mas Climério:

– Aí, então – diz o depoimento do investigador no inquérito sobre o atentado – Climério pediu ao declarante que, considerando seu amigo Soares um homem perigoso, pois já havia cometido várias mortes, e ainda pela circunstância de ser seu amigo e com o mesmo trabalhar na Guarda Pessoal da Presidência da República, sustasse toda e qualquer providência em torno do assunto.⁷¹

O investigador Sacramento não se mostrou muito disposto a atender ao pedido. Climério, então, prometeu uma palavra de Gregório. No dia seguinte voltou e transmitiu o seguinte recado do chefe da guarda pessoal: não mandaria sustar a sindicância, “mas, caso qualquer coisa viesse a acontecer”, ele, Gregório, estaria com Soares e contra Sacramento.

Era intimidação pura e simples – e revelava o estilo da ação de Gregório.

Gregório podia ter certas intimidades com algumas autoridades importantes – o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, conferira-lhe, em solenidade pública, a Medalha Maria Quitéria; o General Mendes de Moraes e o deputado Euvaldo Lodi tinham discutido com ele a necessidade de dar um jeito em Carlos Lacerda. Mas sabia recolher-se quando encontrava pela frente quem não lhe desse essas intimidades.

Depois de receber a Medalha Maria Quitéria, Gregório cruzou por acaso com o Ministro Tancredo Neves, no Catete, e, ao cumprimentá-lo, pediu a

⁷¹ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, pp. 186 a 188.

Medalha Tiradentes, uma condecoração da Polícia Militar do Distrito Federal, subordinada ao Ministério da Justiça. Tancredo Neves respondeu:

– Está bem, Gregório. Vou levar seu pedido ao Presidente.

Gregório mudou de assunto e nunca mais falou nessa medalha. Levar o pedido ao Presidente era tudo o que Gregório não podia querer.⁷²

Se o Presidente soubesse, proibiria. Não por preconceito racial ou de condição social. Getúlio Vargas nascera, seis anos antes da Abolição, numa família abolicionista. Seu primeiro amigo de infância fora um menino negro, filho de ex-escravos. Na sala principal da casa de seus pais, um visitante surpreendeu-se ao encontrar, na galeria de fotografias de família, o retrato de um negro: era o ex-escravo Amaro, emancipado pelo General Manoel Vargas, pai de Getúlio. O menino amigo deste, Gonzaga, era um dos filhos de Amaro, que, emancipado, tornara-se amigo da família – amigo com retrato na parede.

O Presidente proibiria a condecoração de Gregório por duas razões. Primeiro, pela impropriedade de um pedido de condecoração: condecoração é homenagem e homenagem não se pede. E proibiria pela natureza das funções de Gregório e da guarda, que exigiam discrição e, na medida do possível, invisibilidade. Infelizmente, o Presidente, que tinha tanta percepção para defender o interesse público contra a infiltração e as investidas de grandes interesses econômicos, não sabia defender-se desse varejo de pequenos interesses, pequenas ambições, pequenas vaidades, que, afinal, resultavam em ganhos consideráveis.

Protegendo numa delegacia de subúrbio o pequeno contrabandista, o pequeno estelionatário, o pequeno ex-ladrão de galinheiro, mas mandante de um assassinato, José Antônio Soares, Gregório fazia um cúmplice para qualquer eventualidade futura e também um sócio para mais alguns pequenos e lucrativos negócios, como a revenda de automóveis importados (e liberados graças às amizades de Gregório e a seus pedidos que não podiam chegar ao conhecimento do Presidente).

Gregório não podia pedir ao Chefe de Polícia ou ao delegado do distrito –

⁷² Informação de Tancredo Neves ao autor, 1979.

por que isso acabaria chegando ao Presidente – o engavetamento do inquérito contra Soares. Mas podia intimidar o investigador, e foi o que aconteceu. O investigador Sacramento considerou o recado de Gregório uma ameaça e rendeu-se a ela, suspendendo a investigação. Continuou, porém, atento ao caso, informando-se sigilosamente. Não temos razões para duvidar de seus motivos, mas, diante de uma ameaça tão explícita, talvez fosse mais sensato Sacramento dispor de munição, no caso informações, ou para defender-se de Gregório ou, até, para entrar em acordo com ele.

Pelos jornais, pelo rádio ou pelos dois – ou até nos corredores de sua delegacia – o investigador Sacramento foi logo informado de que o motorista Nelson Raimundo dera o nome de Climério como um de seus passageiros na corrida entre a Tijuca e a Rua Tonelero no início da madrugada de 5 de agosto. Ele sabia o que a Aeronáutica não sabia – das ligações de Climério com Soares e da proteção dada a Soares por Gregório Fortunato. E tinha o endereço de Soares.

Sacramento foi então à Aeronáutica – que, mesmo antes da instauração do IPM do Galeão, no dia 12, tinha um QG de investigações na Diretoria de Rotas Aéreas (comandada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes), no Aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio. Para um paisano qualquer, talvez fosse difícil saber a quem procurar e onde. Não para um investigador de polícia. Com Sacramento como guia, policiais e oficiais da Aeronáutica foram ao endereço de Soares, que, naturalmente, não estava em casa. Estava lá, porém, o vigilante municipal Manuel Joaquim do Nascimento Filho, que acrescentaria, à informação do investigador, outra de igual ou até maior importância. É o que podemos ler no relatório final das diligências do investigador Sacramento, transcrito por Cláudio Lacerda em seu livro:

– O qual (o vigilante municipal), demoradamente interrogado, declarou que conhecia vários indivíduos que trabalhavam com Soares e Climério, dentre os quais havia um com as características do homem que atirara em Lacerda e matara o major, cujo nome era Alcino, o qual bem podia ser o assassino, pois há poucos meses atrás matara um homem a mando de Soares.

– Sem perda de tempo – prossegue em tom de epopeia o relatório do inves-



investigador Sacramento, que na prática parece assumir o comando das operações e até dos oficiais da Aeronáutica nelas empenhados – guiado agora pelo referido policial (o vigilante Manuel Joaquim) e acompanhado ainda dos oficiais da FAB, cuja colaboração fora de inestimável valor para os trabalhos, dirigimo-nos todos para a Rua Gil de Queiroz, 102, em Caxias, residência de Alcino. Infelizmente Alcino não estava em casa, sendo então convidada a nos acompanhar a sua esposa, Abigail Rabelo.

Já vimos, no caso do “convite” do investigador Sacramento a Soares para prestar informações na polícia sobre o crime da Pavuna, que o verbo convidar e o substantivo convite podiam ter o significado de “intimar” e “intimação”. No caso de Abigail, mulher de Alcino, o fato de ser “convidada” a acompanhar as forças civis e militares sob o comando de fato desse investigador podia perfeitamente significar – e assim Abigail deve ter entendido – que ela estava presa.

Presa ou simplesmente convidada, Abigail foi interrogada, o que também pode significar mais de uma coisa. Interrogada, Abigail falou. Como diz o relatório do investigador Sacramento:

– Interrogada, ela veio a relatar a participação de seu marido nos acontecimentos, dizendo que de fato ele participara. Soares e Climério eram os outros.⁷³

Com essas informações, na obtenção das quais o talentoso investigador Sacramento fora mais importante que todos os oficiais do IPM do Galeão, completava-se o levantamento das pessoas diretamente envolvidas no atentado.

– Na verdade – escreve Cláudio Lacerda – já no dia 8, o mesmo dia em que o coronel Adil se reuniu com Tancredo e Caiado, o crime estava com seus contornos bastante nítidos.⁷⁴

Cláudio Lacerda, sobrinho de Carlos Lacerda e companheiro deste na Tribuna da Imprensa, revela uma objetividade e uma serenidade a que seu tio se

⁷³ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, p. 187.

⁷⁴ *Idem*, p. 188.

recusaria até o fim. Na verdade, a polícia resolvera em três dias os poucos mistérios da execução do atentado (não, naturalmente, os de sua concepção – que o IPM também não resolveria, porque sua obsessão era responsabilizar, direta ou indiretamente, o governo e o Presidente Vargas).

Como o motorista Nelson Raimundo tomara a iniciativa de apresentar-se à polícia, o primeiro, de fato, a ser preso, foi Gregório Fortunato, no dia 8 de agosto, por ordem do próprio Presidente Getúlio Vargas. O IPM não descobriu nem identificou ninguém. Apenas prendeu aqueles que a investigação policial – tão posta sob suspeita – já tinha identificado: Alcino, Climério e Soares, além de um elenco de coadjuvantes sem maior importância.

CAPÍTULO 12

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO

A INAUGURAÇÃO DA USINA SIDERÚRGICA DA MANNESMANN

O PRESIDENTE VAI A MINAS

NUMA NOITE DE INSÔNIA, ELE PARECE SER VISTO DE JOELHOS, REZANDO.
MAS PODE SER, TAMBÉM, QUE ESTIVESSE APENAS RECOSTADO NA CAMA,
MURMURANDO ALGUMA COISA PARA SI MESMO.

No mesmo dia em que o Presidente foi a Minas, para inaugurar a usina siderúrgica do grupo alemão Mannesmann, realizava-se, na mais importante igreja do Rio, a Candelária, que não era a catedral canônica, oficial, mas uma espécie de catedral política, a missa de 7º. dia pela morte do major Vaz, celebrada pelo Cardeal D. Jaime Câmara, bispo extremamente conservador e, por isso, naturalmente hostil ao Presidente Vargas.

Na hora da missa, parte do comércio do centro do Rio – o de maior movimento na cidade – fecha as portas. Em seguida à missa, sucedem-se manifestações de rua contra o governo e contra... – o que é típico – os candidatos do PTB às eleições de outubro – ainda que não tivessem qualquer envolvimento com o atentado.

Em Belo Horizonte havia também manifestações hostis programadas, como uma passeata de estudantes de Direito.

– Esta UDN daqui – diria Tancredo Neves sobre a UDN mineira – era uma UDN fanática. Mas fizemos um trabalho bem feito, o Juscelino separou o pessoal da UDN. O Presidente nem tomou conhecimento das manifestações que a UDN levou a efeito aqui para mostrar desagrado por sua presença em Minas. Ele participou de todas as solenidades, com absoluta tranquilidade. Veio para voltar no mesmo dia mas resolveu ficar...

– Realmente, foi uma consagração que ele teve. Houve uma pequena ten-

tativa de estudantes para vaiá-lo, o próprio povo se incumbiu de silenciar esses estudantes, de dissolvê-los, espalhá-los, essa coisa toda. E o Presidente fez, na Mannesmann, um discurso notável; aquela parte final do discurso é antológica, uma beleza, uma colaboração do Lourival, da qual eu também participei com algumas frases lá naquele final de discurso.

O Governador Juscelino Kubitschek dissera ao Presidente:

– A conspiração é só no Rio, e só na Aeronáutica. Em Minas o senhor será recebido com respeito e com carinho.⁷³

O Presidente, em plena crise, é recebido em Minas com respeito e carinho. É sua última viagem em vida. Nos dias seguintes, de volta ao Rio, outros golpes o esperam. O discurso que faz na inauguração da Mannesmann é o último de sua vida.

O discurso anterior do Presidente, o penúltimo de sua vida, fora feito no encerramento da Conferência Mundial de Energia, em Petrópolis, menos de duas semanas antes, no sábado, 31 de julho, antes do atentado da Rua Tonelero e na véspera do dia em que a Petrobrás assumiria o controle de toda a indústria petrolífera estatal no Brasil – os campos de exploração e extração, a refinaria de Witmarque e as navios da Frota Nacional de Petróleos.

O Brasil avançava no desenvolvimento de uma indústria petrolífera nacional e autônoma, organizava-se para estruturar com a mesma diretriz sua indústria de produção de eletricidade e dava os primeiros passos para entrar da mesma forma no universo ainda confuso e obscuro da energia nuclear.

Temido como era, por esses motivos todos, nos círculos do governo conservador, mas sobretudo medíocre, do General Eisenhower nos Estados Unidos, o Brasil era visto com grande simpatia nos círculos científicos estrangeiros, como um país energético e empreendedor, capaz de grandes avanços em futuro próximo.

⁷³ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

UM DISCURSO OUSADO

Assim, o discurso do Presidente, a 31 de julho, no Congresso Mundial de Energia, fora afirmativo, otimista e ousado:

– Sentem-se os brasileiros integrados no espírito que vos anima, em busca de soluções para o problema da energia... Interessamo-nos vivamente pela descoberta de novos processos de captação das fontes naturais de energia, pois dessas descobertas depende, em grande parte, o futuro de nosso país.

– Não preciso dizer-vos quanto é fundamental para o desenvolvimento da civilização brasileira o suprimento das nossas necessidades de energia. Pobre em reservas de carvão mineral e com recursos petrolíferos escassamente conhecidos, o Brasil se defronta com o grave problema de prover aquelas necessidades mediante a aplicação de considerável parcela de sua renda nacional em custosos empreendimentos, destinados a acelerar ou, pelo menos, manter o ritmo de desenvolvimento já alcançado.

– A Revolução Industrial só se tornou possível com a utilização progressiva da hulha, como elemento gerador de força motriz. O Brasil teve de esperar a evolução da técnica mundial, durante todo o século passado, para fazer uso das suas fontes hidráulicas na produção de energia elétrica, no que foi, aliás, um pioneiro na América do Sul. Além de ter a sua expansão industrial embaraçada pelo retardamento na conquista das suas melhores fontes de energia, o nosso país teve até agora de lutar com a desvantagem de enfrentar o vulto dos investimentos exigidos para a captação da energia hidráulica, muito superiores aos necessários para a utilização da hulha. Só esse fato explica, em grande parte, o subdesenvolvimento econômico do país, a reclamar ingentes esforços para ser superado.

– Empenhamo-nos, por outro lado, num programa quinquenal para o petróleo, que reduzirá consideravelmente o atual dispêndio de divisas com as importações de combustíveis e lubrificantes... O programa nacional do petróleo implicará a intensificação da pesquisa de reservas ainda não localizadas... na ampliação da rede de refinarias... e na duplicação da frota nacional de petroleiros.

A não ser pela crise resultante do atentado da Rua Tonelero, o discurso na Mannesmann teria o mesmo tom do discurso em Petrópolis, no encerramento da Conferência Mundial de Energia. Para o Presidente, o projeto da Mannesmann era um símbolo de sua atitude em relação à presença de capitais estrangeiros no Brasil. Como diria Rômulo de Almeida, chefe de sua assessoria econômica nos primeiros anos do segundo governo:

– Getúlio não era contra o capital estrangeiro. O que ele não queria era o monopólio dos capitais americanos no Brasil. Por isso ele se empenhou tanto em trazer a Mannesmann para Minas.⁷⁶

No discurso na inauguração da Mannesmann, em Minas, a 12 de agosto, Getúlio diz:

– Esta importante fábrica, em que trabalharão cerca de três mil operários, começará a produzir, a partir de hoje, 1.500 toneladas mensais de tubos de aço sem costura, devendo, em meados de 1955, atingir o seu nível normal de produção, com 80 mil toneladas anuais do produto... Prometi dar a Minas Gerais uma grande siderúrgica. Agora essa promessa se transforma em realidade.

Na véspera, Tancredo Neves insistira em que o Presidente mantivesse a viagem a Belo Horizonte, no mínimo para ressarcir Minas pela escolha de Volta Redonda, no Estado do Rio, como sede da primeira siderúrgica, na época da Segunda Guerra Mundial. O Presidente, na inauguração da Mannesmann, lembra aos mineiros que nesse momento cumpre a promessa. Mas suas preocupações estão em outro lugar:

– As minhas preocupações com o bem público não me deixam fugir ao dever, onde quer que tenha de ser cumprido. E eu o cumprirei até o fim... Espalhando o germe da discórdia... falseando os fatos e fantasiando as intenções, há um propósito de gerar a confusão, pela mentira, para levar o país à desordem, ao caos e à anarquia.

O Presidente não aceita isso e acredita que a justiça “cumprirá seu dever com independência” e o povo, nas próximas eleições, “manifestará livremente a sua vontade”...

⁷⁶ Rômulo de Almeida, entrevista ao autor, para a TV Bandeirantes, 1987.

– No governo – diz o Presidente – represento o princípio da legalidade constitucional, que me cabe preservar e defender. Dela não me separarei, e advirto aos eternos fomentadores da provocação e da desordem que saberei resistir a todas e quaisquer tentativas...

NOITE DE INSÔNIA NO PALÁCIO DAS MANGABEIRAS

Esse seria o último grande momento público do Presidente.

– Vencida a parte social do programa, banquete no Palácio, aquela coisa toda – diz Tancredo Neves – ele foi para [o Palácio das] Mangabeiras, onde realmente, segundo o depoimento do mordomo Geraldo, que morreu com o Juscelino no desastre⁷⁷, ele passou uma noite muito em claro... Lá nas Mangabeiras [o lugar] é muito alto, e venta muito, e o vento faz com que as vidraças [sacudam], dá sempre a impressão de que tem gente forçando as vidraças, gente entrando. Por duas ou três vezes, ele [o Presidente] chamou esse mordomo Geraldo.

O Presidente chamava o mordomo Geraldo e perguntava:

– Que é que está havendo aí? Tem alguma coisa?

– Não, Presidente. É a ventania, isto aqui é muito alto.

Nessa madrugada de ventos e presságios no Palácio das Mangabeiras, Geraldo Ribeiro teria visto uma coisa que jamais outra pessoa vira:

– Por duas ou três vezes, eu o vi ajoelhado e rezando.

Segundo outros depoimentos, o Presidente foi visto, nessa madrugada no Palácio das Mangabeiras, não só ajoelhado e rezando, mas chorando. Não nessa noite, mas alguns dias depois, ele será visto, pelo velho amigo Oswaldo Aranha, de óculos escuros, debruçado sobre uma das sacadas do Catete, e chorando, ao saber que o filho Manoel Antônio vendera uma fazenda a Gregório Fortunato. Nessa noite, no Palácio das Mangabeiras, o Presidente não foi vis-

⁷⁷ Em 1976, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek morreria em desastre automobilístico na Via Dutra, entre São Paulo e o Rio. Seu carro era dirigido pelo motorista de sua confiança, Geraldo Ribeiro, antigo mordomo do Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte.

to chorando – sua honra não fora ferida tão fundo. Mas foi visto, tão velho, agnóstico, antes ateu, ajoelhado e rezando. Por ele próprio? Veremos que não, que sua preocupação não era a própria vida, mas a dos que poderiam perdê-la por causa dele.

Tancredo Neves, seu Ministro da Justiça, em quem o Presidente já confiava tanto, apesar da tão grande diferença de idade – o Presidente com mais de 70, o Ministro da Justiça mal chegado aos 40 anos – soube dessa noite de insônia.

– O senhor ouviu de alguém que o Presidente foi visto, nessa madrugada, chorando?

– Não. Isso eu nunca ouvi. Nem o próprio Juscelino, que teve informações mais detalhadas do mordomo, do Geraldo, me contou isso. Nunca chorou. Ele passou a noite em claro andando, fumando, e diz esse mordomo que em determinado momento, ouvindo passos lá em cima, subiu e realmente encontrou o Presidente ajoelhado, assim numa postura de quem estava rezando.⁷⁸

A NARRATIVA DE JUSCELINO

Essa entrevista de Tancredo Neves não coincide com o depoimento do próprio Juscelino, em suas memórias.

Juscelino reconstitui, em suas memórias, os eventos desse dia em Minas, talvez os últimos momentos felizes do Presidente Vargas, antes do fugaz instante da morte com um sorriso, em seguida ao tiro que extinguiria sua vida na manhã da próxima terça-feira, 24 de agosto.

Depois da solenidade de inauguração da usina da Mannesmann, houve um almoço no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas, no centro de Belo Horizonte.

– Entretanto – diz Juscelino – a crise política se agravava, de momento a momento, no Rio. Durante o almoço, que se prolongou por causa dos artistas que cantaram peças folclóricas mineiras, o General Caiado de Castro, Chefe

⁷⁸ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

da Casa Militar da Presidência, chamou-me a um canto e me declarou que o Presidente não poderia passar a noite em Belo Horizonte. Estava em permanente comunicação com o Rio e as notícias que recebia revelavam-se inquietadoras.

O Presidente, apesar disso, decidiu pernoitar em Belo Horizonte. Com a experiência e o instinto de tantos anos de luta, sentia-se bem ali – e talvez tivesse a noção de que esse dia não se repetiria em sua vida. O almoço só terminou por volta das 5 horas da tarde e o Governador Juscelino acompanhou o Presidente ao Palácio das Mangabeiras, onde ele pernoitaria.

Mas havia um pedido de audiência de presidentes de sindicatos, que o Governador Juscelino transmitiu. O Presidente, certamente feliz com a oportunidade, sugeriu que se marcasse a audiência para as 7 da noite, porque haveria um jantar às 9.

– À hora combinada, quando descí as escadas do Palácio – prosseguem as memórias de Juscelino – fiquei surpreso ao ver o saguão repleto de pessoas. Eram muitas centenas de trabalhadores, e seus líderes me explicaram que não havia sido possível contê-los, pois todos faziam questão de falar ao Presidente.

– Quando chegamos e a porta foi aberta, verificou-se uma verdadeira invasão dos salões. Trabalhadores, estudantes, funcionários públicos e, principalmente, numerosas mulheres precipitavam-se, lotando todas as dependências do Palácio. Getúlio Vargas a todos acolhia, com um sorriso franco e espontâneo.

Esse encontro, que impediu o descanso de um homem de 71 anos, abatido pelas adversidades de toda a vida e pela tensão dos eventos dos dias dessa crise, foi até as 9 horas, quando o Presidente teve de dirigir-se a um jantar de cerca de trinta pessoas – “ministros de Estado, diretores da Mannesmann e pessoas representativas da sociedade de Belo Horizonte”.

– O jantar – é sempre o então Governador Juscelino Kubitschek que conta – transcorreu igualmente em ambiente de grande animação. Eu havia convocado alguns artistas, já que o Presidente gostava de canto e música. Compareceram César Prates, grande seresteiro, e o melhor guitarrista do Brasil, Dilermando Reis, que reviveram, ao violão, as mais antigas modinhas de Mi-

nas. Getúlio Vargas mostrava-se feliz. Conversava com uns e outros, sempre bem-humorado e não revelando qualquer cansaço.

À meia-noite, Juscelino conseguiu acabar com o jantar no Palácio das Mangabeiras, para que o Presidente pudesse descansar. Assim que os convidados se retiraram, Juscelino fez o mesmo, e tomou o rumo do Palácio da Liberdade, sua residência. No caminho, porém, lembrou-se de não ter feito ao mordomo das Mangabeiras todas as recomendações necessárias. E voltou:

– Ao entrar no salão, fiquei surpreso ao verificar que, havendo descido do primeiro andar, o Presidente se encontrava na biblioteca... Getúlio Vargas esclareceu que estava procurando um livro para ler. E ajuntou: “Nunca durmo sem ler um pouco.” Escolheu um dos romances de Eça de Queiroz e, com ele sob o braço, encaminhou-se para a escada. Perguntei-lhe se não estava com sono e ele sorriu, mostrando o livro: “O Eça se encarregará de me fazer dormir”.

O Governador despediu-se e saiu. Na manhã seguinte foi buscar o Presidente, que devia, então, embarcar de volta ao Rio:

– Enquanto estivera em Belo Horizonte, em nenhum momento Getúlio Vargas deixara transparecer o mundo de apreensões que trazia na alma. Pela manhã, quando fui buscá-lo nas Mangabeiras, mostrava-se tranquilo, apenas refletindo certo cansaço na fisionomia. Perguntei se havia passado bem a noite, e respondeu-me com vivacidade: “Dormi admiravelmente”. E, após ligeira pausa: “O silêncio desta serra ajuda muito o sono”.

– Entretanto – prossegue Juscelino – ele não dizia a verdade. Mais tarde o mordomo Damásio, que o servira, e que era pessoa de minha inteira confiança, contou-me o que se passara durante a noite.

O mordomo não era Geraldo Ribeiro, como pensava Tancredo Neves. Era Damásio. Segundo Damásio, em depoimento ao Governador Juscelino, o Presidente Vargas tocara a campainha de seu quarto às três horas da madrugada, para perguntar sobre barulhos que ouvia. O barulho, informou o mordomo, era provocado pelo vento que ali, no alto da serra, era forte e sacudia com violência as janelas.

Mais tarde, já às cinco e meia da manhã, o Presidente chamou de novo.

– O mordomo – lemos nas memórias do então Governador Juscelino – subira as escadas, com os passos abafados pelo tapete, e, quando entreabrir a porta, vira uma cena que o muito o impressionaria. Getúlio Vargas estava recostado na cabeceira da cama, com as mãos postas e os olhos fechados. Observando-lhe a fisionomia, percebera que seus lábios se moviam, como se estivesse rezando.⁷⁹

⁷⁹ Juscelino Kubitschek, *A Escalada Política*, pp. 298 a 300.

CAPÍTULO 13

SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO

DE VOLTA AO RIO, O PRESIDENTE TENTA ESTIMULAR SUA SUCESSÃO
PRISÃO E CONFISSÃO DO PISTOLEIRO ALCINO

SE TIVESSE QUALQUER DÚVIDA DA INOCÊNCIA DE LUTERO,
ELE O ENTREGARIA PRESO AO CHEFE DE POLÍCIA E RENUNCIARIA,
PASSANDO A PRESIDÊNCIA AO VICE CAFÉ FILHO.

Na madrugada de 13 de agosto, sexta-feira, o pistoleiro Alcino foi preso em sua própria casa, na Baixada Fluminense, para a qual voltara, com saudades da família.

No relatório do IPM, o coronel Adil afirma, em tom triunfalista:

– Já às 5 horas do dia 13, quer dizer, 29 horas após a abertura do IPM, capturamos o pistoleiro Alcino João do Nascimento e nessa mesma manhã do dia 13 obtivemos sua confissão total, com indicação precisa dos outros participantes do atentado.

Capturamos? Mas não foi o investigador Edson Sacramento, do caso da Pavuna, que localizou Alcino e liderou o grupo que foi prendê-lo? Levado para a base aérea do Galeão, Alcino confirmou ter participado do atentado.

Em 1977, em depoimento para o livro *Mataram o Presidente!*, Alcino deu a seguinte versão para o tiroteio da rua Tonelero:

– Quando vou me aproximando, mais ou menos a uns cinco metros deles, os três se despedem. O Lacerda e o filho partiram para a porta do edifício, mas estava fechada; voltaram. E o outro, o major Vaz, rodeou o carro pela frente e surgiu na traseira. Quando ele surgiu, eu estava justamente ali, na mala do carro. Ele me atacou e eu saltei.

– Nesse momento – prossegue o pistoleiro Alcino – o Lacerda entrou pela porta da garagem. Aí surgiu um tiro, não sei de onde partiu uma bala que

passou zumbindo no meu ouvido. O segundo tiro parece que atingiu o major pela costas, justamente na hora em que ele me deu uma chave de braço, no braço esquerdo. Antes, eu estava pulando e me defendendo, ele querendo me deter. Mas quando eu vi que ele me pegava mesmo, era instrutor [de artes marciais, ou jiu-jitsu], aí eu dei o braço a ele. Conforme ele quebrou, me dando a chave de braço, eu já tinha levado a mão para o revólver. Eu estava com um Smith Wesson, calibre 45, e dei dois tiros no peito dele, um aqui e outro aqui. Mas foi rápido, foi coisa rápida. Conforme ele rodou, eu caí. Nessa altura, aqueles tiros chamaram mais tiros, num trecho de uma quadra da Tonelero, da Hilário de Gouveia e Paula Freitas.⁸⁰

Para Alcino também havia outro atirador, pelo menos um, além dele próprio. Essa afirmação pode ter sido feita apenas para causar confusão. Porque no primeiro depoimento à polícia Alcino acusou Lutero Vargas:

– Pelo que me disseram, era [o atentado] coisa do Dr. Lutero Vargas.

O PRESIDENTE TENTA DE NOVO ESTIMULAR A SUCESSÃO

Horas depois da prisão e da confissão de Alcino, o Presidente desembarcava no Rio, de volta de Belo Horizonte. O Ministro Tancredo Neves esperava no aeroporto e informou o Presidente sobre os últimos acontecimentos.

– A crise tinha se agravado muito, as reuniões no Clube Militar, no Clube da Marinha e no Clube da Aeronáutica cada vez mais agitadas, mais acaloradas, os oradores mais subversivos, já uma campanha pela deposição do Presidente em termos muito contundentes.

Talvez porque no desembarque não pudesse conversar à vontade e sem testemunhas com o Ministro da Justiça, talvez para causar impressão aos circunstantes e eventualmente aos repórteres, o Presidente desvia o assunto e manifesta satisfação pelas homenagens que recebera em Minas.

– Gostei de ver o seu amigo Kubitschek como está prestigiado. Ele está

⁸⁰ Alcino João do Nascimento, Palmério Dória, Joel Rufino dos Santos e Hamilton Almeida Filho, *Mataram o Presidente!*, pp. 50 e 51.

muito solidamente apoiado pelo povo de Minas. – E acrescentou: – Não seria a hora de nós deflagrarmos a sucessão?

– Pois não, Presidente – respondeu Tancredo Neves, que, aliás, discutira essa hipótese com o Presidente pouco antes do atentado de Tonelero. – Eu acho até muito importante, porque nós criaríamos aqui um alicerce de fixação, desviaríamos muito a atenção.

– Procure fazer uma sondagem em torno do nome do Governador Kubitschek – disse ainda o Presidente – mas faça com cuidado para que o Oswaldo não se aborreça.

Oswaldo Aranha era o ministro de maior presença no segundo governo Vargas, assim como fora no primeiro. Era natural, portanto, que se visse como o mais provável sucessor. A dificuldade, porém, que o Presidente via e ele talvez não, era que Aranha não dispunha no Rio Grande de uma base eleitoral e política comparável à de Juscelino em Minas. Além disso, suas ligações eram com a UDN e não com o PSD, partido majoritário, e na UDN havia grandes resistências a seu nome, por causa das ligações com Getúlio.

Segundo Tancredo, o Presidente voltara muito impressionado com a força e a popularidade do Governador Juscelino Kubitschek em Minas na ocasião:

– E o Juscelino, quando queria ser amável, era genial. Ele cercou o Presidente de todas as atenções, de todo o carinho, todo o afeto, numa hora difícil, não é? Ele deu ao Presidente a última demonstração de solidariedade, de apreço e de estima que o Presidente teve...⁸¹

Quaisquer que fossem as expectativas, o Ministro da Justiça não teve como iniciar essa operação política, que, aliás, ao ser discutida antes, ficara sem qualquer consequência prática, devido ao impacto do atentado da Rua Tonelero.

O QUE ELE FARIA SE...

Outra informação que o Ministro da Justiça transmitiu nessa manhã ao Presidente foi a da prisão e confissão do pistoleiro Alcino, confissão à qual

⁸¹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Alcino acrescentara uma acusação meio vaga a Lutero Vargas – para a qual sem dúvida fora orientado ao receber de um auxiliar de Gregório, João Valente, a ordem de fugir e dinheiro para isso.

– Na imprensa e no Parlamento – dirá Tancredo Neves um mês depois à revista *O Cruzeiro* – era o Deputado Lutero Vargas alvo de uma apaixonada campanha de difamação por parte dos seus adversários, que, sem o menor apreço pela honra alheia, inculpavam-no de ser o mandante do atentado.

– Sentindo os efeitos dessa campanha na opinião pública do Rio de Janeiro, sugeri ao Presidente a conveniência de apresentar-se Lutero às autoridades incumbidas do inquérito, a cuja disposição deveria se colocar, abrindo mão das suas imunidades e renunciando, se fosse o caso, ao próprio mandato.

Se a sugestão de Tancredo Neves parece radical, a disposição do Presidente seria ainda mais extremada, embora ele estivesse plenamente convencido da absoluta inocência do filho. À sugestão do Ministro da Justiça o Presidente respondeu:

– Conheço bem o meu filho. Ele seria incapaz de um baixeza como esta.

– Justamente porque não tem culpa – insistiu Tancredo Neves – acho que [ele] deve enfrentar com desassombro a campanha dos seus inimigos.

O Presidente concordou. Lutero foi chamado – e já estava, segundo o Ministro da Justiça, “no firme propósito de colaborar com as autoridades para a elucidação dos fatos e repelir com uma atitude viril e digna as infâmias...”

– Lutero foi estar com o Presidente e dar-lhe conta de sua deliberação, ouvindo, então, do Presidente palavras calorosas de exortação, louvando a sua conduta corajosa e digna. Imediatamente procurou o Coronel Adil, colocando-se à sua disposição.

Foi possivelmente depois da conversa com Tancredo Neves que o Presidente mandou chamar simultaneamente o Vice-Presidente Café Filho, o Chefe de Polícia [coronel Paulo Torres] e o próprio Lutero.

Sobre essa convocação tripla, que causaria estranheza e até comentários irônicos do Vice-Presidente, temos hoje o depoimento de um dos então secretários do Presidente, Afonso César, em seu livro *Agosto: a tragédia e a farsa*:

– Conhecendo Lutero como temperamental, impulsivo e arrebatado, a ponto

de ter, como voluntário, participado [da Segunda Guerra Mundial], Getúlio determinou ao seu ajudante de ordens, Major Hernâni Fittipaldi, que convocasse para virem, na mesma hora, ao seu encontro, o Vice-Presidente da República, o Chefe de Polícia e seu filho Lutero.

– Após demorada busca conseguiu aquele oficial localizar Café Filho, já então envolvido em entendimentos secretos com [Carlos] Lacerda. Logo que os três chegaram ao Palácio, Getúlio atendeu, em primeiro lugar, a Lutero e, inabalavelmente convencido de sua inocência, após longo diálogo, avisou Fittipaldi de que poderia dispensar Café Filho e o Chefe de Polícia. Fittipaldi, sem ocultar seu constrangimento, pediu a Vargas que recebesse, pelo menos, o Vice-Presidente, sendo prontamente atendido.

– Em suas memórias, divulgadas pelo Diário da Noite – prossegue Afonso César – Café Filho chegou a declarar que Vargas não tinha noção da gravidade do momento, de vez que o chamara ao Palácio apenas para indagar sobre o rumo dos acontecimentos...

Fittipaldi “não se conteve e, espicaçado pela curiosidade”, perguntou ao Presidente por que dispensara o Vice-Presidente e o Chefe de Polícia.

“Serenamente como de costume”, diz Afonso César, o Presidente explicou:

– Chamei-os todos juntos. Quis ouvir, isoladamente, o Lutero. Se ele tivesse a culpa que lhe atribuíra Lacerda, eu, sem a menor hesitação, haveria de entregá-lo, preso, ao Chefe de Polícia, renunciaria à Presidência da República e passaria, imediatamente, o poder ao Café Filho.⁸²

LUTERO VAI AO GALEÃO E FALA PELO RÁDIO

– Nesse dia – conta Lutero em seu livro – pedi licença à Câmara dos Deputados para abrir mão de minhas imunidades parlamentares e prestar depoimento no Galeão. Tancredo Neves tinha me aconselhado. Consultei meu pai e pedi licença à Câmara. Fui acompanhado até a chamada “República do Galeão”

⁸² Afonso César, Agosto: a tragédia e a farsa, pp. 18 e 19.

pelo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o então Deputado Adroaldo Mesquita da Costa.

– Na sala de inquérito fui recebido educadamente pelos que lá se encontravam. Um tal de Toledo [um dos oficiais da FAB], antes de qualquer pergunta, deu-me para ler [o que seria], segundo ele, um depoimento do Gregório Fortunato. Fiquei estarelecido com o que li. Eu era acusado de ser o mandante do crime. [Gregório dizia também que] não gostava de Getúlio Vargas e sim de meu tio Protásio Vargas, e várias outras coisas das quais não me recordo mais. Certamente a finalidade dessa leitura, antecipada, era a de me irritar contra o Gregório Fortunato, tanto que logo depois me levaram até o quarto onde este se encontrava sentado em uma cama e que, ao me ver, nem se levantou e nem deu o menor sinal de ter me reconhecido.⁸³

Temos aí algumas surpresas. O Ministro Tancredo Neves propusera ao Presidente que Lutero fosse prestar depoimento para contestar acusações de Carlos Lacerda e a afirmação do pistoleiro Alcino, em seu primeiro depoimento, logo depois de preso nessa madrugada, de que o atentado fora “coisa do Dr. Lutero Vargas”. No Galeão, Lutero Vargas é apresentado a um suposto depoimento de Gregório Fortunato, acusando-o de mandante do crime, e ao próprio Gregório, que estava preso no Palácio do Catete e só seria entregue ao coronel Adil, encarregado do IPM, dois dias depois.

Gregório já prestara depoimento na Polícia Militar (no dia 11), mas não, que se soubesse, no IPM, que só começara na madrugada do dia 12. No depoimento na PM ele não acusara Lutero; e não teria dito – razão de queixa contra o inquérito policial – “nada de importante”. Se Gregório, no depoimento na Polícia Militar, tivesse acusado Lutero Vargas, isso não teria ficado em segredo. O inquérito policial era acompanhado pelo coronel Adil e, na prática, por muitos outros oficiais da Aeronáutica, todos solidários a Lacerda e obcecados pelo impulso de vingar o colega morto, o major Vaz.

Cláudio Lacerda, que examinou todos os documentos dos processos judiciais relativos ao atentado, confirma em seu livro que nesse primeiro depoi-

⁸³ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, P. 300.

mento, tomado na Polícia Militar para o inquérito da polícia civil, Gregório nada disse de importante.

Outra surpresa. No dia 13, Gregório continuava, para todos os efeitos, no Palácio do Catete: “asilado”, segundo o coronel Adil, mas na verdade preso. Apesar disso, Lutero Vargas foi levado a Gregório na Base Aérea do Galeão. Gregório viu Lutero, mas “nem se levantou nem deu o menor sinal de ter reconhecido” o filho do Presidente.

Antes de ser levado a Gregório, Lutero lera o suposto depoimento em que Gregório o teria acusado de ser o mandante do atentado da Rua Tonelero. Se Gregório tivesse dito efetivamente o que constava da transcrição do suposto depoimento, seria natural que tivesse alguma reação ante o aparecimento de Lutero, a quem teria acusado de mandante de um assassinato. Lutero era médico, e cirurgião, habituado a pacientes anestesiados. Ele saberia a diferença entre a simulação e a anestesia – e Gregório não fingira desconhecê-lo; Gregório, para ele, não o reconheceria. E não o reconheceria por estar sob o efeito de alguma substância estupefaciente.

Nos desdobramentos do inquérito do Galeão, surgiria frequentemente a referência a uma substância, a escopolamina, que induziria estados alterados de consciência e talvez fosse usada como uma espécie de soro da verdade. Pela definição hoje constante dos dicionários, como o Aurélio, a escopolamina é um alcaloide “existente em diversas solanáceas, líquido viscoso, tóxico, usado como sedativo cerebral e hipnótico”. Segundo o mesmo Aurélio, as solanáceas, cerca de duas mil, parecem plantas inofensivas e entre elas figuram espécies tão diferentes como o tomateiro, o tabaco, o pimentão e várias pimentas.

É difícil ligar um “sedativo cerebral e hipnótico” a um soro da verdade, substância mais das ficções e da paranóia da Guerra Fria que das realidades da química e da farmacologia de então. Mas a escopolamina seria um álibi para os advogados de Gregório e para ele próprio.

Em seu primeiro depoimento, na Polícia Militar, na madrugada ou manhã de 11 de agosto, como verificado por Cláudio Lacerda, Gregório não acusara Lutero Vargas nem dissera nada de importante. No dia 13, entretanto, Lutero Vargas recebera e lera a transcrição de um suposto depoimento no qual Gregório

dizia que Lutero fora o mandante do atentado... Seria uma versão adulterada do depoimento do dia 11 na Polícia Militar? Ou um novo depoimento, já, talvez, no IPM do Galeão? Gregório diria depois que assinara muita coisa que não dissera, e que também assinara muita coisa sem ler. E até que poderia ter dito muita coisa sob a ação da escopolamina.

Anos depois, Lutero conseguiu conversar com Gregório na penitenciária e perguntou:

– Quem lhe pagou para fazer tamanha burrice? Você não é burro, por que fez aquilo? Você me chamou de mandante por quê?

Gregório, segundo a lembrança de Lutero, respondeu:

– Eu não sei, não me lembro disso. Eles me doparam, me ameaçaram até de me atirar de um avião, e eu não sei o que eu declarei nesse inquérito.

No dia 13 de agosto de 1954, Lutero Vargas não ouviu de Gregório que tinham ameaçado jogá-lo de um avião, nem que não sabia o que declarara no inquérito. Sabia apenas da transcrição de um suposto depoimento de Gregório, acusando-o de mandante do atentado da Rua Tonelero:

– Estou hoje convencido – escreverá Lutero em seu livro – de que esse depoimento de Gregório Fortunato que me deram para ler era forjado, assim como fizeram com um falso depoimento de meu tio Benjamim Vargas, creio mesmo que fizeram uma falsa edição da Tribuna da Imprensa, que fez com que Gregório soltasse o verbo, segundo eles.⁸⁴

A acusação de Gregório nesse suposto depoimento não seria sequer mencionada no relatório do coronel Adil, no fim do IPM. Entre outras razões porque Neli Gama, mulher de José Antônio Soares, que contratara Alcino a pedido de Climério e por ordem de Gregório, confirmou em seus depoimentos em juízo – como lemos no livro insuspeito de Cláudio Lacerda – que João Valente, o principal auxiliar de Gregório na guarda, orientara tanto Soares quanto Alcino a acusarem Lutero Vargas como mandante do atentado.⁸⁵

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, pp. 207 e 210.

NÃO HAVIA NADA CONTRA LUTERO

Examinados os fatos da perspectiva de hoje, fica a impressão de que no famoso IPM do Galeão o que menos interessava era o depoimento de Lutero Vargas – talvez porque ele tinha condições de desmentir e desmontar as acusações de Carlos Lacerda, do pistoleiro Alcino e as que figuravam no suposto depoimento de Gregório Fortunato.

– Ao voltar dessa visita ao Gregório – diz Lutero Vargas – fizeram-me algumas perguntas tolas e dispensaram-me. Voltei acompanhado pelo Deputado Adroaldo Mesquita da Costa e fomos até a Câmara dos Deputados, onde demos conta de nossa missão e reassumi minhas imunidades parlamentares.⁸⁶

Lutero Vargas refere-se apenas a algumas “perguntas tolas” que lhe fizeram – nada de substancial, nada que um acusado a sério tivesse de esclarecer. Seria apenas teatro?

O filho do Presidente era acusado não só por Carlos Lacerda, que nem os próprios amigos levavam muito a sério em sua paixão acusatória, mas também pelo pistoleiro Alcino (“pelo que me disseram, era coisa do Dr. Lutero Vargas...”) e pelo próprio Gregório, no depoimento exibido a Lutero. Nada de substancial, entretanto, fora perguntado a Lutero, depois de lhe terem dado a ler esse “depoimento” e depois de o terem levado a um Gregório que nem sequer o reconheceria...

Mais que isso, temos o depoimento do então Ministro da Justiça Tancredo Neves, que convencera Lutero Vargas e o próprio Presidente de que Lutero devia abrir mão de suas imunidades parlamentares – e em último caso renunciar ao mandato de deputado – para prestar depoimento no inquérito policial-militar, o famoso IPM do Galeão. A Tancredo Neves, segundo depoimento deste à revista *O Cruzeiro*, em setembro de 1954, o coronel Adil agradece a colaboração – a presença de Lutero Vargas na sede do IPM, para prestar depoimento – e afirma que “até aquele momento nenhum indício havia que o incriminasse” [a Lutero Vargas].

⁸⁶ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, P. 300.

Será preciso mais para caracterizar a farsa mortal que fora montada e era executada? Carlos Lacerda acusa Lutero Vargas de ser o mandante do atentado. O pistoleiro Alcino é preso e repete essa acusação (que lhe fora soprada pelo sub de Gregório, João Valente, ao fazer-lhe chegar a ordem e o dinheiro para a fuga). No mesmo dia da prisão e da confissão de Alcino, Lutero apresenta-se espontaneamente ao IPM do Galeão. Lá lhe mostram um suposto depoimento de Gregório Fortunato, que o acusa da iniciativa do crime, e o levam a um quarto onde está o próprio Gregório, que não o reconhece.

Ao filho do Presidente da República, filho que fora acusado por Carlos Lacerda e pelo pistoleiro Alcino e que era agora acusado por um suposto ou verdadeiro depoimento de Gregório Fortunato, fazem no Galeão algumas perguntas banais e tolas e o dispensam. E ao Ministro da Justiça o coronel Adil, encarregado do IPM, agradece “a colaboração de Lutero Vargas” e diz que não há nada contra ele.

Como? Faz-se uma onda terrível contra o Presidente e seu filho e depois não há nada contra o filho do Presidente?

UM PEDAÇO DA VERDADE

Um pedaço, pelo menos, da verdade, sobre esses depoimentos no Galeão, seria retomado, em suas memórias, pelo Brigadeiro Nero Moura, então Ministro da Aeronáutica, que logo deixaria o cargo, mas permaneceria no Ministério nos primeiros dias do IPM:

– Não me lembro do tempo ou da hora em que o Gregório, finalmente, confessou sua participação no atentado, mas sei que houve algumas ações intimidatórias para obrigá-lo a isso. Dizem que o embarcaram [a Gregório] num avião, ameaçando jogá-lo ao mar.

O livro de memórias de Nero Moura foi escrito com base em seu depoimento ao Programa de História Oral do Cepdoc, o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Nesse ponto da reconstituição de Nero Moura, uma das entrevistadoras (Ignez Cordeiro de Farias ou Lúcia Hippólito)

faz o seguinte comentário:

– O Scaffa [coronel Ademar Scaffa, principal auxiliar do coronel Adil no IPM] gostava de contar essa história, que o Gregório se comprometera a só prestar depoimento diante dele, mas que certo dia, ao chegar ao Galeão, disseram-lhe que o homem, finalmente, havia confessado. Então, ele foi ao Gregório e disse: “Mas você tinha uma combinação comigo, que só falaria na minha frente”. E o Gregório teria afirmado: “É, mas me colocaram num avião, abriram a porta e ameaçaram me jogar lá embaixo”.

– Depois que saí do Ministério – responde o Brigadeiro Nero Moura – vim a saber de muitas coisas e fiquei duplamente envergonhado, pelo papel desses oficiais lacerdistas, que tanto falavam da polícia, que torturava presos... Eles torturaram presos no Galeão. E, também, em virtude de não ter podido tomar qualquer providência contra essa prática. Confiei em que o coronel Adil, um homem de caráter invulgar e muito independente, não permitiria. Não acreditei e, ainda hoje, recuso-me a acreditar que ele concordasse com a tortura.

– Estou seguro sobre o Adil, que era um homem de caráter firme, extraordinário. Mas o que se disse, na época, é que o Climério, o Alcino e o próprio Gregório foram submetidos a torturas para que confessassem. Queriam envolver a família Vargas de qualquer maneira. Inclusive – e aparentemente isso é verdade – chegaram a ponto de imprimir um falso exemplar da Tribuna da Imprensa, o jornal do Lacerda, com a notícia da abdicação [renúncia] do Getúlio e da fuga do Bejo para o Uruguai. Inventaram uma série de bobagens para o Gregório confessar, ou falar mal dos Vargas. Pelo menos, são esses os boatos que ouvi.⁸⁷

O Brigadeiro Nero Moura, em seus últimos dias como Ministro da Aeronáutica do Presidente Vargas, estava seguro quanto ao coronel Adil. Não podia prever, porém, o que o coronel escreveria, após a morte do Presidente, no relatório do IPM – inclusive que Gregório encontrara asilo por muitos dias no Palácio do Catete, sob a proteção do Presidente, quando de fato Gregório estava preso lá. E só permaneceu preso no Catete até o domingo, 15 de agosto,

⁸⁷ Nero Moura, *Um voo na história*, pp. 290 e 291.

porque, se fosse entregue à polícia, um habeas corpus o soltaria depois de 24 horas. E porque o coronel Adil, embora convencido da culpa do chefe da guarda pessoal desde a madrugada do dia 8, quando o interpelou no Catete em seguida à confissão do motorista Nelson Raimundo, só formalizou a prisão de Gregório nesse dia 15.

Em julho de 1992, o jornalista Sebastião Nery contaria em sua coluna no *Jornal de Brasília*:

– Uma noite em São Paulo, em 1965, tive que tomar um conhaque duplo para suportar a descrição que meu amigo Roberto Alves, auxiliar de Getúlio, me fez de seu interrogatório e do de outros nas dependências aeronáuticas do Galeão, no Rio. Amarravam-nos a aviões, voavam sobre a Baía da Guanabara, abertas as janelas, para arrancar confissões contra o Presidente.

O depoimento de Lutero Vargas no Galeão obrigou-nos a dar voltas enormes. Até em aviões com portas abertas sobre a Baía de Guanabara. Além desse depoimento, o Ministro da Justiça Tancredo Neves sugerira ao Presidente Vargas que Lutero falasse à noite pelo rádio, numa rede de emissoras formada pela Agência Nacional:

– Esse depoimento do Lutero – diz Tancredo Neves – foi articulado no Palácio, com o Presidente, comigo, com o próprio Lutero e o Amaral Peixoto. Eu não me lembro se o Aranha estava presente, e lá realmente preparamos inclusive alguns textos para o Lutero nesse programa.

– [Lutero estava] tranquilo, um homem consciente de que não tinha culpa nenhuma. Ele achava, realmente, o episódio absolutamente chocante.

“JURO PERANTE DEUS...”

Na transmissão radiofônica, Lutero disse:

– Nesta hora, em que a infâmia de maus brasileiros, trabalhados por ódios pessoais mesquinhos, procura envolver meu nome numa trama engendrada por eles próprios, venho diante da opinião pública denunciar essas manobras e proclamar, sem nenhum receio, que estou sendo vítima de torpe difamação...

– Recorrendo à Justiça, para desagravar-me e a ela entregando a reparação da minha honra, diariamente ultrajada, é de todo evidente que jamais pensei em revide pessoal. Não me deixarei intimidar pelos que exploram o caso na mais inescrupulosa demagogia...

– Juro, perante Deus e a nação, que nenhuma ingerência direta ou indireta e nenhuma responsabilidade, por ação ou omissão, tive no deplorável acontecimento.⁸⁸

Pelos termos da declaração de Lutero, e até pelos antecedentes do Presidente, quando não pelas próprias circunstâncias de todo o caso, o episódio deveria ter terminado aí. Mas não terminou, porque a fúria de Carlos Lacerda não se conteve:

– A Tribuna – segundo Foster Dulles, o biógrafo de Lacerda – continuou a chamar Lutero de mandante... A declaração de Lutero, escreveu Carlos no dia 14, foi “uma manobra para quebrar o ímpeto da reunião de hoje do Clube Militar”, na qual 1.500 oficiais do Exército levantaram-se para aplaudir, em delírio, a proposta de um major para que o clube insistisse na renúncia do Presidente.⁸⁹

⁸⁸ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, pp. 300 e 301.

⁸⁹ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., P. 181.

CAPÍTULO 14

SÁBADO, 14 DE AGOSTO

NOVA ASSEMBLEIA NO CLUBE MILITAR

AMEAÇA EXPLÍCITA DE GOLPE

SERÁ QUE A PRISÃO FORMAL, OFICIAL, DE GREGÓRIO,
À ORDEM DO ENCARREGADO DO IPM, NÃO FOI RETARDADA
DE PROPÓSITO PARA MANTER VIVA A HIPÓTESE DO
ACOBERTAMENTO E PROTEÇÃO DE SUSPEITOS E CULPADOS?

Depois do depoimento de Lutero Vargas no Galeão e da comunicação do coronel Adil ao Ministro da Justiça – dizendo nada haver contra o filho do Presidente – poder-se-ia supor que a crise militar seria encerrada ou ao menos atenuada. Mas não.

Lutero fora ao Galeão durante o dia e falara à noite pelo rádio. No dia seguinte, sábado, 14 de agosto, todos os jornais noticiavam esses fatos. A declaração do coronel Adil – “não há nada contra Lutero Vargas” – devia ser conhecida pelo menos dos oficiais que participavam diretamente das investigações, mas, com certeza, também dos oficiais-generais mais importantes das três Armas.

Ainda assim, foi nesse sábado que o Clube Militar realizou uma de suas reuniões mais tempestuosas ao longo de toda a crise, com a participação de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Os Generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, presidente e vice-presidente do Clube Militar, que exerciam grande ascendência sobre as correntes militares opostas ao governo, tinham assumido com o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, o compromisso de manter sob controle a assembleia.

– À tarde – contaria Juarez Távora em suas memórias – dirigi-me, apreensivo, em companhia do General Canrobert, para o Clube Militar. O recinto da assembleia estava superlotado e o ambiente reinante era de grande exaltação.

Logo de início, foram apresentadas duas proposições, igualmente extremadas e, não obstante, apoiadas por estrondosas salvas de palmas, pela assembleia: uma delas, para nomear-se comissão com a incumbência de ir ao Palácio do Catete, sugerir ao Presidente da República sua imediata renúncia à Presidência; a outra, para garantir-se, a cada sócio do Clube, o direito de externar, livremente, seus pontos de vista, sobre a situação, comprometendo-se, os demais, a solidarizar-se com ele, em caso de punição.

– Voltei-me, aflito, para o General Canrobert, frisando-lhe a necessidade de um de nós dois, com responsabilidades perante o Alto-Comando do Exército pelas decisões ali tomadas, pedir a palavra, tentando pôr um limite razoável àquela exaltação descontrolada. O General Canrobert concordou; e pediu-me que falasse, lembrando aos oficiais mais jovens os compromissos reiteradamente assumidos, à margem daquela crise, pelos oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas.⁹⁰

Esses “compromissos”, nunca bem esclarecidos, envolveriam até o Ministro da Guerra e referiam-se, muito imprecisamente, ao respeito “recíproco” à Constituição, pelas Forças Armadas e pelo Presidente (que não fora ouvido). O que se queria garantir era apenas que o Presidente, em caso de renúncia, transferisse o governo ao Vice Café Filho, já entendido e comprometido com a conspiração. Em outras palavras, os conspiradores esperavam que o Presidente não deixasse o governo, ou a própria vida (como logo veremos), virando a mesa. Se o Presidente não concordasse em renunciar e transferir o governo ao Vice, eles virariam a mesa.

Diz então, na assembleia do Clube Militar, o General Juarez:

– Receio que a reflexão do velho soldado, unida à responsabilidade de membro da Diretoria deste Clube, me leve a desapontar a expectativa daqueles que acabam de aplaudir a moção proposta pelo Tenente-Coronel Colares com esse entusiasmo vibrante, bem característico da mocidade.

– Devo confessar que a aprovação da moção proposta e, sobretudo, a nossa adesão à mesma significariam a violação de compromissos recíprocos que

⁹⁰ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, volume 2, P. 246.

assumimos, após audiência dos mais graduados camaradas e chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, no sentido de declarar-nos solidariamente interessados na apuração das responsabilidades pelo crime que desgraçadamente abriu para o Brasil esse período crítico de agitações e de incertezas, e na entrega dos culpados à justiça, para que recebam punição exemplar.

– E, mais ainda, esses chefes assumiram, desassombradamente, o grave compromisso de que, se as responsabilidades do crime não puderem ser individualizadas e os criminosos (executantes, intermediários e mandantes) não forem entregues à justiça – ou, em outros termos, se o crime ficar impune – considerarão tal impunidade como um fato novo, diante do qual voltarão a reunir-se para, após exame de seu mérito, tomar uma nova deliberação.⁹¹

Quais seriam as consequências desse fato novo? A deposição sem disfarces do Presidente, mesmo comprovada sua inocência e a de seu filho?

O discurso de Juarez e, em seguida, um breve pronunciamento do General Canrobert acalmaram a assembleia, que aprovou um texto alternativo e aparentemente menos ameaçador, pelo qual o Clube Militar manifestava solidariedade “aos camaradas da Aeronáutica e sua prestigiosa associação de classe, em todas as medidas já tomadas ou que vierem a tomar no sentido de homenagear o bravo companheiro assassinado e exigir a apuração do crime e a punição exemplar dos culpados, atinja a quem atingir”.

A moção apoiava, também, “de modo decidido, a atitude assumida unanimemente pelos oficiais-generais das Forças de Terra, Mar e Ar”. E pedia, além da apuração do atentado em si, “a severa punição de todos os crimes de responsabilidade, de corrupção, de acobertamento e proteção de suspeitos e culpados, que já tenham sido ou venham ainda a ser postos em evidência no decurso das averiguações”.

Aqui é inevitável a impressão de que os participantes da assembleia do Clube Militar, tanto os mais jovens e extremados quanto os mais velhos e maduros, não estavam corretamente informados dos fatos e circunstâncias daquele momento.

⁹¹ Idem, pp. 246 e 247.

Como poderiam falar em “acobertamento e proteção de suspeitos e culpados”, se o coronel Adil já declarara não haver nada contra Lutero Vargas, e ainda não decretara e sequer pedira a prisão oficial de Gregório, que só não tinha fugido porque o Presidente Vargas e o General Caiado de Castro mantinham-no preso, de fato e até ilegalmente, no Catete?

A seguir, a moção aprovada pela assembleia do Clube Militar presta homenagem à legalidade constitucional, dizendo que o Clube “permanece confiante em sua decisão de manter-se, em qualquer eventualidade que possa sobrevir, dentro das prescrições impostas pela Constituição Federal, plenamente salvaguardada a permanência do regime”.

Esse compromisso com a Constituição não é, porém, incondicional. Porque a moção conclui autorizando o Presidente do Clube a convocar nova reunião da assembleia, sem a exigência dos prazos estatutários, “para confirmar, se preciso for, o apoio que desde já empresta a todos aqueles oficiais-generais, quanto ao compromisso, por eles já assumido, de adotarem as decisões necessárias ao eficaz afastamento dos obstáculos, de qualquer espécie, que se opuserem à completa apuração da verdade e à aplicação severa da justiça”.

O documento não diz quais serão nem delimita essas “decisões necessárias” ao eficaz afastamento dos obstáculos, de qualquer espécie, que se opuseram à completa apuração da verdade e à aplicação severa da justiça. As decisões necessárias seriam o golpe e a deposição do Presidente?

POR QUE GREGÓRIO CONTINUAVA NO CATETE?

Aqui é inevitável outra impressão. Nesse sábado, 14 de agosto, já estavam presos o pistoleiro Alcino e o motorista Nelson Raimundo, no Galeão; e Gregório Fortunato, no Catete. Será que a prisão formal, oficial, de Gregório, à ordem do encarregado do IPM, não foi retardada de propósito para manter viva a hipótese do “acobertamento e proteção de suspeitos e culpados”?

Se Gregório já estivesse preso no Galeão, e não se pudesse mais insistir na ideia de que ele, beneficiário de “acobertamento e proteção”, encontrara asilo no próprio Catete, sob as asas ornamentais das águias da fachada do Palácio e

sob as asas metafóricas da Presidência da República; se Gregório já estivesse preso no Galeão, a assembleia do Clube Militar não poderia ter sido o que foi nem decidir o que decidiu.

O Clube Naval, no mesmo dia 14, em assembleia-geral, aprovaria moção de três pontos – coincidentes, em quase tudo, com aqueles aprovados pelo Clube Militar. Isso tudo se associava à repercussão do discurso pronunciado na véspera, na Câmara, pelo deputado Afonso Arinos, líder da UDN, pedindo ao Presidente Vargas que renunciasse – discurso que o Diário de Notícias qualificara de “documento da história republicana do Brasil”. Também pelo Diário de Notícias, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República, afirmara que a renúncia do Presidente da República viria tranquilizar a nação, “agitada, naquela hora, por graves e perigosos acontecimentos”.

Os Generais Canrobert e Juarez exerciam os cargos de presidente e vice-presidente do Clube Militar, e sua ação “moderadora”, prometida ao Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, não o era tanto assim. Garantidos com a moção que lhes permitia tudo, porque tudo deixava em aberto, não só em nome dos cerca de mil e quinhentos oficiais presentes, mas em nome, se necessário, do conjunto das Forças Armadas, passando por cima do Comandante em chefe destas, o Presidente da República, os dois generais encerraram a assembleia avisando aos presentes que deveriam aguardar novas revelações – cenas dos próximos capítulos. O que era instigar e não moderar.

NO PARTIDO COMUNISTA

Da sede do Clube Militar, do Clube Naval e do Clube da Aeronáutica, assim como das manchetes dos jornais, dos verdadeiros comícios pelo rádio de Carlos Lacerda e das tribunas da Câmara e do Senado, a campanha pela renúncia do Presidente transbordava para as ruas.

– Manifestações anti-Vargas, como as da Cinelândia e ao redor do Palácio do Catete – escreverá John W. Foster Dulles, o biógrafo de Lacerda – foram inspiradas em parte pelos comunistas, ansiosos por uma revolta que retirasse os “agentes do imperialismo norte-americano”, termo que se referia ao “go-

verno de traição nacional de Vargas, os golpistas da UDN e os generais fascistas”. Segundo o PCB, o imperialismo dos Estados Unidos se achava por trás do recente tiroteio, pois o governo brasileiro corrupto aplicava “os métodos de gangsterismo importados dos norte-americanos”.

A *Imprensa Popular*, jornal do partido, chamou [João] Goulart de “um dos maiores latifundiários do Brasil”. O secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, lembrou aos leitores os “instintos sanguinários” de Vargas, cujo terror no Estado Novo, escreveu ele, jamais seria esquecido e “em cujo governo atual já não foram poucos os trabalhadores barbaramente torturados pela polícia e mesmo assassinados”. Enquanto exigia a deposição de Vargas, a imprensa comunista também condenava Carlos Lacerda, a quem chamava de “espião do FBI” e “porta-voz” de um grupo que desejava depor a gangue de Vargas.

Outro Lacerda – conta Foster Dulles – foi também vítima do tiroteio da Rua Tonelero:

– O comunista Fernando de Lacerda, tio e padrinho de Carlos, teve a ousadia de sugerir ao PCB que não insistisse em depor Vargas. Prestes, portanto, escreveu que era “inadmissível a permanência de Fernando nas fileiras de nosso partido”. Chamou-o de “instrumento do inimigo infiltrado em nossas fileiras” e disse que a posição de Fernando era “exatamente a de quem teme a revolução”.

Nesse mesmo dia 14 de agosto, sábado, acrescenta Dulles, o secretário da guarda presidencial, João Valente de Sousa, confessou no IPM que, por ordem de Gregório, havia facilitado a fuga de Alcino e Climério.⁹²

⁹² John W. Foster Dulles, *Carlos Lacerda...*, P. 187.

CAPÍTULO 15

DOMINGO, 15 DE AGOSTO

ANTES, A GARANTIA ÚNICA ERA A DECISÃO DO PRESIDENTE,
DE MANTER GREGÓRIO NO CATETE

A PRISÃO, FINALMENTE OFICIAL, DE GREGÓRIO

OS ARQUIVOS DE GREGÓRIO REVELAM QUE ELE COMPRARA
UMA FAZENDA, QUE NÃO TERIA COMO PAGAR, VENDIDA POR
MANOEL ANTÔNIO VARGAS. PARA O PRESIDENTE, UMA HISTÓRIA
MAIS AMARGA QUE A DO CRIME DA RUA TONELERO.

Embora o IPM, sugerido pela primeira vez na casa de Carlos Lacerda, ainda na manhã de 5 de agosto, horas depois do atentado, tivesse como objetivo acelerar as investigações, vencendo a inércia e a presumível cumplicidade da polícia, foi só no dia 11, à noite, que o Brigadeiro Eduardo Gomes pediu ao Ministro Nero Moura sua instauração.

E o coronel Adil, encarregado do IPM e, antes, representante da Aeronáutica no inquérito policial, esperou até o dia 15, domingo, para determinar a prisão de Gregório Fortunato, de quem desconfiava pelo menos desde o domingo anterior, 8 de agosto – quando fora ao Palácio do Catete, com os Ministros Tancredo Neves e Nero Moura, o delegado Pastor e o promotor Cordeiro Guerra, em busca de Climério, denunciado pelo motorista Nelson Raimundo naquela madrugada.

O pretexto para tanta demora será que só a 14 de agosto o coronel Adil teve diante de si um depoimento com uma acusação formal a Gregório: o depoimento de João Valente de Souza, subchefe da guarda pessoal da Presidência, que, aliás, só acusava Gregório de ter mandado dar fuga a Climério e Alcino – não mais que isso, embora já se desconfiasse, com muita razão, que Gregório fora o mandante de tudo.

Se o coronel Adil tinha o fetiche dos depoimentos, então deveria ter feito o possível – e nada fez – para ouvir Lutero Vargas, o filho do Presidente, acusado de mandante já no primeiro depoimento do pistoleiro Alcino, na madrugada da sexta-feira, dia 13.

Além de não ter tomado essa iniciativa, que tomaria em relação a dois outros deputados, Euvaldo Lodi e Danton Coelho, o coronel Adil, talvez surpreendido pela apresentação espontânea do filho do Presidente, que abrisse mão de suas imunidades parlamentares e comparecera à sede do IPM, no Galeão, no próprio dia 13, só fez perguntas “tolas e irrelevantes”, como diria Lutero. E depois comunicou-se com o Ministro da Justiça Tancredo Neves, a quem não tinha de dar satisfações, para dizer que nada havia contra Lutero.

Tranquilizado pelo fato de que Gregório, já nesse dia 8, encontrava-se preso no Catete, por ordem do Presidente, estava certo que o coronel Adil não pedisse ao delegado Jorge Pastor, então responsável pelas investigações, ainda circunscritas à polícia civil, a prisão formal de Gregório, que teria de ser relaxada pela polícia civil, no caso de qualquer habeas corpus, em apenas 24 horas.

A determinação do Presidente era a maior garantia – ou melhor, a única – de que Gregório não escaparia. Mas isso não era levado ao conhecimento dos oficiais participantes das assembleias dos clubes militares (embora, com certeza, fosse do conhecimento dos oficiais mais velhos, como os generais Canrobert e Juarez, que, no entanto, faziam-se de desentendidos).

A partir, porém, dos primeiros minutos do dia 12, quinta-feira, com a instauração do IPM, o coronel Adil poderia determinar a prisão de Gregório por até trinta dias. E só o fez no domingo, 15, a pretexto de que só no sábado, 14, surgira um depoimento, o de Valente, acusando Gregório.

Não fica, daí, a impressão de que isso não passava de pretexto? E de que a verdadeira razão era a necessidade de prolongar, pelo menos até a assembleia do Clube Militar, no sábado, a sensação de que os criminosos continuavam impunes, e Gregório “asilado” no Catete sob as asas do Presidente?

Não fica também outra impressão, a de que o Brigadeiro Eduardo Gomes retardou o quanto pode o pedido do IPM, precisamente para prolongar a sen-

sação de impunidade dos criminosos e de impotência do governo – resultantes, a impunidade e a impotência, da cumplicidade de “gente do Presidente” na execução e sobretudo na concepção do atentado?

Um rápido desvio retrospectivo seria suficiente para lembrar-nos que, ainda em maio ou junho, meses antes, esse mesmo Brigadeiro Eduardo Gomes insistira com o líder da UDN na Câmara, Afonso Arinos, para apoiar o pedido de impeachment do Presidente Vargas.

Afonso Arinos disse ao Brigadeiro que o impeachment não passaria, e essa derrota desmoralizaria a oposição. O Brigadeiro insistiu. A derrota seria irrelevante. Ou melhor, a derrota era necessária para deixar claro que não existia na prática a possibilidade de destituir o Presidente por meios legais.

Se fosse preciso traduzir, o Brigadeiro Eduardo Gomes dizia que a votação e principalmente a derrota do pedido de impeachment eram indispensáveis para viabilizar o golpe e a deposição do Presidente.

Diante de uma oportunidade da natureza do atentado da Rua Tonelero, como ter escrúpulos e cerimônias quando o acaso – o acaso? – oferecia uma nova possibilidade, que o impeachment não oferecera, de afastar do caminho esse homem capaz de a tudo sobreviver até agora?

No sábado, 14 de agosto, João Valente de Souza, o subchefe de Gregório na guarda pessoal, confessara que, por ordem de Gregório, tinha “facilitado” a fuga de Alcino e Climério. Na verdade, Valente levava dinheiro para a fuga dos dois. Interrogado, Valente confirmou ter recebido instruções e dinheiro de Gregório para promover a fuga de Alcino e Climério.

Com base no depoimento de Valente, que, a rigor, só envolvia Gregório na fuga de Alcino e Climério, não na concepção, na ordem e na execução do crime, é que Gregório foi preso formalmente.

QUE OUTRO VARGAS AGORA?

Até a prisão formal de Gregório, decretada pelo coronel Adil, Benjamim Vargas viveu um drama de consciência, por não ter contado ao Presidente, seu irmão, a confissão que ouvira de Gregório.

Na semana entre o domingo, 8 de agosto, o dia da confissão, e o seguinte, 15 de agosto, da transferência de Gregório para a base aérea do Galeão, Benjamim Vargas foi todos os dias ao Palácio do Catete, para certificar-se de que Gregório não tinha fugido. É Cláudio Lacerda que reconstitui esses dias:

– “Bejo” contou que, ao chegar ao Palácio [no domingo 8], procurou Getúlio, que já desconfiava da participação de Gregório no atentado. O Presidente lhe disse que a guarda seria extinta e que Gregório ficaria detido no Palácio até que tudo ficasse esclarecido. “Bejo” teria dito a Getúlio que também desconfiava do envolvimento de Gregório. Logo depois apareceu Oswaldo Aranha, que tinha a mesma opinião.

– Diante disso – e agora passamos a ler um dos depoimentos de Benjamim Vargas no processo – o declarante [Benjamim Vargas] ficou com um drama de consciência, vendo que todas as providências estavam sendo tomadas na direção de Gregório; achou que no momento não deveria aumentar a aflição do Presidente, que se achava acabrunhadíssimo com o ocorrido...

– “Bejo” – e voltamos à narrativa de Cláudio Lacerda – disse ter ficado dividido entre cometer uma delação, que não era de seu feitio, abalando ainda mais o Presidente, ou aguardar que os fatos fossem apurados, pois todos já acreditavam no envolvimento de Gregório.

Por isso, Benjamim foi a Gregório, no Catete, para convencê-lo a confessar. Nesse encontro, Benjamim disse a Gregório:

– Cedo ou tarde você confessará. Um homem solto não é a mesma coisa que um homem preso, e você não está mais solto.

Gregório respondeu que, se fosse julgado, seria condenado a trinta anos e acabaria se matando. Benjamim insistiu. Não o delatara, mas queria que ele pensasse:

– Você pense, reflita e depois me diga alguma coisa.

Informado, em seguida, pelo General Caiado de Castro, de que Gregório planejava viajar para o Rio Grande – plano já frustrado pelo General Caiado e pelo major Ene Garcez dos Reis – Benjamim voltou a Gregório.

– “Bejo” foi procurá-lo – diz Cláudio Lacerda, referindo-se ao mesmo depoimento de Benjamim Vargas – alertando-o de que não poderia sair do

Catete; disse-lhe que “não tentasse se afastar, porque mandaria capturá-lo e você sabe bem por quê”.

– “Bejo” passou então a ir ao Palácio todos os dias, para ver se Gregório estava lá, sentindo-se aliviado quando ele foi preso e levado para o Galeão, “porque havia cessado sua responsabilidade sem que ele tivesse sido obrigado a ser o delator de um segredo que lhe fora confessado como a um padre ou a um pai”.⁹³

Assim como Lutero Vargas, inocentado pelo coronel Adil no mesmo dia de seu depoimento, Benjamim não seria acusado, em momento algum – a não ser nas fúrias e no delírio de Carlos Lacerda e seus coadjuvantes mais excitados – de mandante, instigador ou cúmplice do atentado.

Benjamim Vargas foi acusado apenas, na fase judicial do processo, de favorecimento pessoal, por não ter comunicado ao Presidente a confissão que ouvira de Gregório. Já morto o Presidente e desprovido de qualquer influência política, Benjamim seria absolvido, no julgamento de um recurso, pelo Tribunal de Justiça do então Distrito Federal, onde o caso foi objeto de considerável discussão teórica – que chegava às fronteiras da teologia.

Discutiu-se no tribunal se o crime de favorecimento poderia ser praticado por omissão ou se só ocorre mediante “comissão”, ou seja, pela prática de algum ato. A primeira acusação formal a Gregório tinha sido de favorecimento, pela iniciativa, pela prática do ato de mandar ordens e dinheiro a Climério e Alcino para fugirem. Benjamim Vargas não praticara qualquer ato, não tomara qualquer iniciativa. Limitara-se à omissão de não contar ao Presidente o que ouvira, numa confissão que para ele fora feita como a um pai ou a um padre.

Se Gregório tivesse confessado a um padre, o padre estaria obrigado a revelar o segredo? E se tivesse contado a seu advogado, o advogado teria o dever legal de delatá-lo? O tribunal decidiu que Benjamim Vargas não cometera qualquer crime, optando por permanecer em silêncio. E mandou excluí-lo do processo. Carlos Lacerda chegaria ao fim de seus dias convencido de que

⁹³ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, pp. 252 e 253.

Benjamim não fora apenas o confessor, mas o mandante de Gregório. Mas a de ter silenciado foi a única acusação a Benjamim, acusação da qual ele saiu absolvido.

BENJAMIM, O NOVO ALVO

Lutero Vargas fora inocentado graças à ousadia do gesto sugerido pelo presidente e por Tancredo Neves – de abrir mão de suas imunidades parlamentares e tomar a iniciativa de apresentar-se para ser ouvido no IPM e enfrentar qualquer acusação.

Os adversários do Presidente não esperavam por isso. Supunham que seu filho iria agarrar-se às imunidades parlamentares para evitar o inquérito. Isso faria dele um cúmplice impune e do pai um Presidente acuado.

Inocentado Lutero, pelo próprio coronel Adil – e por iniciativa e livre e espontânea vontade deste – era preciso inventar um novo Vargas como alvo da campanha contra o Presidente, que só cessaria quando ele estivesse fora do governo.

O novo alvo seria certamente Benjamim Vargas, o irmão do Presidente, que organizara a guarda pessoal em 1938 e era, ainda em 1954, considerado responsável por ela.

Mas a prisão de Gregório fora seguida pela “captura”, digamos assim, de seu arquivo, nos baixos do Catete. Nesse arquivo, que não seria incorporado aos autos do IPM, os inimigos do Presidente encontraram informações e um documento, pelo menos, para incriminar seu filho mais novo, Manoel Antônio Vargas. Não como mandante do atentado. Mas como partícipe de uma situação humilhante para o Presidente e que, na opinião dos inimigos, reduziria a pó o remanescente de sua autoridade política. Como procurador do pai, Manoel Antônio Vargas vendera a Gregório uma fazenda do Presidente. Gregório, que ganhava 15 mil cruzeiros por mês, pagara mais de quatro milhões de cruzeiros pela fazenda. Em dinheiro vivo.

Se eram dessa natureza as relações entre os Vargas e Gregório, nem seria necessário buscar provas de cumplicidade explícita no crime da Rua Tonelero.

O arquivo de Gregório seria suficiente para derrubar o Presidente – objetivo único e obsessivo da campanha travada a pretexto de impedir a impunidade dos assassinos e dos mandantes do atentado.

Podemos e até aqui devemos falar em “captura” do arquivo de Gregório – e não simplesmente em apreensão – porque a versão épica da captura prevalece até hoje, não na memória, mas no imaginário dos amigos e até hoje evangelistas de Carlos Lacerda.

Eis, por exemplo, como o então major Gustavo Borges reconstituiu, em entrevista a Cláudio Lacerda, para o livro deste, já na década de 1990, a operação captura:

– Gregório já estava preso e o pessoal da inteligência, o Toledo [Gilberto Sampaio Toledo] e o Lameirão [Francisco Chaves Lameirão] descobriram que o Gregório tinha uma firma também. Então, o então major Toledo, da seção da Inteligência, das informações – a missão era dele – pôs um revólver 45 na cintura, com dois soldadinhos da FAB e uma metralhadora, pegou um caminhão no Galeão. Encostaram a traseira do caminhão na porta do Catete, entraram, passaram pelo Caiado de Castro [General Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar] – disseram até que ele estava lá em estado de sonambulismo – e perguntaram a um garçom onde era o apartamento de Gregório.

– O garçom informou que precisavam descer uma escada. Toledo foi para lá com os soldados, localizou os dois arquivos de aço – eram dois armários com quatro ou cinco gavetas – e os dois soldadinhos, com a ajuda do pessoal servicial do Palácio, levaram tudo. Passaram com os dois arquivos na cara do Caiado, passaram pelos sentinelas, que apresentaram armas porque Toledo era major. Puseram tudo no caminhão e levaram para o Calabouço, onde funcionava de fato o QG das investigações.

– Quando abrimos os arquivos do Gregório, foi um espanto, porque todas as “marmeladas” estavam documentadas ali, com recibos, escrituras, fotografias, bilhetes, dele e dos outros. Uma boa parte desse arquivo ainda existe.⁹⁴

Se os fatos se passaram assim, essa valentia toda não era necessária – era

⁹⁴ Idem, pp. 104 e 105.

apenas exibicionismo, até para fotos heroicas na primeira página dos jornais – porque o Presidente dera ordem para que o pessoal do Palácio, inclusive sua guarda militar, não criasse qualquer dificuldade às investigações. Se o major Toledo chegasse sem revólver na cintura, sem metralhadora no caminhão e sem um único soldadinho da FAB, entraria do mesmo jeito e da mesma forma levaria o arquivo de Gregório.

O Ministro da Justiça Tancredo Neves não concordou com a amplitude dessa decisão do Presidente:

– Eu não gostei da decisão do Presidente e do General Caiado, abrindo o Catete à devassa da Comissão de Inquérito do Galeão. Achei uma fraqueza, sobretudo do grande General Caiado, que nos acontecimentos se portou com uma grande bravura, uma grande lealdade e uma exemplar dignidade de homem, de militar. Mas, no momento em que ele, pressionado pela Comissão de Inquérito do Galeão, possibilitou a devassa no Palácio, eu achei que fomos muito além do que estávamos na obrigação de fazer para que os fatos fossem apurados.⁹⁵

Lutero Vargas, porém, ainda mais íntimo do Presidente que o Chefe do Gabinete Militar e o Ministro da Justiça, diria:

– Meu pai queria abrir tão amplamente, queria que investigassem tão claramente, que permitiu aquilo tudo, inclusive a devassa no Catete.

Foi, portanto, por decisão do Presidente, não pela valentia ou descontrole de qualquer auxiliar do IPM, que oficiais da FAB entraram no Catete e transportaram, apenas transportaram documentos de Gregório Fortunato.

Entre esses documentos, que poderiam ter sido subtraídos ou sonegados, se houvesse de fato alguma proteção a Gregório ou qualquer cumplicidade com ele, os oficiais da FAB encontraram o seguinte recibo:

– Recebi do Sr. Gregório Fortunato a importância de Cr\$ 2.600.000,00, (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), por conta da venda que lhe fiz da Fazenda São Manuel, que será escriturada no mês de setembro, época em que será feita a liquidação total. Rio de Janeiro, em 27-8-1953. (a) Manuel Antô-

⁹⁵ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

nio Vargas. Recebi mais Cr\$ 1.320.000,00 (hum milhão e trezentos e vinte mil cruzeiros). (a) M. A. Vargas.

Logo em seguida, O Globo publicou um suplemento de enorme tiragem, O livro negro da corrupção, com esse e outros documentos. O Globo perguntava:

– Como era possível que o chefe da guarda pessoal do Presidente da República, tendo um salário oficial de Cr\$ 15 mil [15 mil cruzeiros], pudesse dispor de avultadas quantias, a ponto de comprar por um total de Cr\$ 3 milhões, de que pagou adiantadamente Cr\$ 2,6 milhões, uma fazenda ao Sr. Manuel Vargas, filho do Presidente? Como conseguiu tanto dinheiro? Recorrendo ao Banco do Brasil, do qual já era presidente na época o Sr. Ricardo Jafet, que autorizou o empréstimo de Cr\$ 3 milhões, tendo como garantia um título endossado pelo Sr. João Goulart...

Na verdade, a soma dos dois recibos totalizava mais de quatro e não apenas três milhões de cruzeiros. Mas o erro maior desse suplemento era outro: não foi ao Banco do Brasil que Gregório recorreu. Até porque Ricardo Jafet deixara a presidência do Banco do Brasil em janeiro de 1953 e o empréstimo só foi feito em agosto desse ano. E não foi feito pelo Banco do Brasil, mas pelo Banco Cruzeiro do Sul, banco privado, de propriedade da família Jafet.

PARA COMPENSAR A EXCLUSÃO DE LUTERO

A divulgação desse e de outros documentos – mas não de todos – pode ter sido uma reação de oficiais da FAB, do grupo mais radical, à decisão do coronel Adil de inocentar Lutero Vargas.

Se Lutero estava fora, que sua exclusão fosse compensada pela divulgação de um documento como o recibo da venda da fazenda, embora este não incriminasse Manoel Antônio Vargas – não havia como inventar crime de parte do vendedor. Não sendo incriminador, o documento era, no entanto, constrangedor.

É claro que o Presidente nada tinha a ver com isso. A fazenda fora vendida um ano antes, em 1953. Só em agosto de 1954, pelo recibo levado aos jornais, o Presidente ficou sabendo. Ele, pessoalmente, não venderia uma fazenda para

Gregório Fortunato, embora isso pudesse ser-lhe imputado como uma atitude racista.

Não venderia pelas mesmas razões que não lhe permitiriam condecorar Gregório, como tinha feito o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, nem homenageá-lo, como tantos outros faziam.

A fazenda era do Presidente, não de Manoel Antônio Vargas, procurador do pai com plenos poderes. Gregório, de algum modo, tomara conhecimento da decisão do Presidente de vender a fazenda. Mas não ousou propor a compra ao próprio Presidente. Por que este, infalivelmente, e mesmo negando a disposição de vender, ficaria desconfiado: de onde teria Gregório dinheiro para comprar uma fazenda?

Era a mesma história das condecorações. Gregório recebera a condecoração do Exército, a Medalha de Maria Quitéria, concedida pelo General Zenóbio da Costa – e aqui é inevitável uma pergunta: concedida por iniciativa do Ministro da Guerra ou a pedido do próprio Gregório?

Gregório não ousaria pedir uma condecoração ao Presidente – e igualmente a amigos e auxiliares antigos do presidente, como Oswaldo Aranha, que, além disso, vinha também do Rio Grande.

Conhecendo pouco e com certeza conhecendo mal o Ministro da Justiça, Gregório, depois de condecorado pelo Ministro da Guerra, pediu a Tancredo Neves a condecoração da Polícia Militar do Distrito Federal, subordinada ao Ministério da Justiça.

Tancredo Neves sabia mais, de todas as coisas, que o General Zenóbio, e certamente fora alertado, em seu íntimo, pela impropriedade da condecoração a Gregório. Não por ser negro, mas por ocupar a função de chefe da guarda pessoal.

A resposta de Tancredo Neves ao pedido de nova condecoração imobilizaria o chefe da guarda pessoal:

– Está bem, Gregório, vou levar seu pedido ao Presidente...

Como já vimos, era tudo que Gregório não queria – nem podia querer...

Da mesma forma, Gregório não poderia permitir que o Presidente soubesse de seu desejo de comprar a fazenda que o filho e procurador do Presidente, Manoel Antônio Vargas, fora autorizado a vender.

Gregório, então, deu mil voltas, das quais só hoje sabemos. Ele conversou, por exemplo, com João Goulart, que podemos citar sem constrangimento, pois, investigado como foi por serviços nacionais e internacionais de informações, jamais os dedos-duros desses serviços ousaram atribuir-lhe qualquer impropriedade, não só nesse caso como em todos os outros. Não só nesse caso, convém repetir, como em todos os outros que inventaram.

O futuro Presidente João Goulart sempre foi um homem de extraordinária generosidade, como podem testemunhar tantos e tantos brasileiros por ele acolhidos e sustentados no exílio depois do golpe de 1964.

Gregório, pelo que sabemos hoje, foi a Jango, ou aproveitou um encontro ocasional com ele, para dizer que em sua idade, com mais de cinquenta anos, precisava formar algum patrimônio capaz de garantir, em seguida ao termo do governo, o fim de seus dias.

Oficialmente, Gregório era apenas um funcionário mal pago da Polícia Civil do Rio Grande do Sul – funcionário antigo, dos anos 30.

Jango não sabia – nem o Presidente (e isso só começaria a aparecer em agosto de 1954, no IPM do Galeão) – que Gregório começara a fazer fortuna ainda em 1924, depois da última guerra civil no Rio Grande, na qual Gregório servira como soldado sob as ordens de Benjamim Vargas.

Gregório diria no IPM do Galeão, se é que não era bravata, que já em 1924 começara a ter posses – dono de padaria, dono de hotel, dono de posto de gasolina...

Depois da vitória eleitoral do Presidente, em outubro de 1950, Gregório, segundo Carlos Heitor Cony, um dos jornalistas brasileiros mais corretos com Getúlio Vargas, tornara mais ou menos público que, se saíra pobre do governo em 1945, não pretendia deixar tão pobre o novo governo, que começaria em janeiro de 1951.

Até hoje não se estabeleceu com certeza se Gregório já era rico ou se começou a enriquecer a partir do início do segundo governo Vargas, em 1951. A alegação de riqueza que viria de 1924 pode ter sido um artifício para encobrir as origens do patrimônio de Gregório em 1954.

De qualquer maneira, Gregório, em 1953, montaria a operação de compra

da Fazenda S. Manuel, de propriedade do Presidente e de cuja venda estava encarregado seu filho e procurador Manoel Antônio Vargas.

Gregório não ousaria dirigir-se diretamente ao Presidente – e precisava preparar a abordagem de Manoel Antônio Vargas.

Com astúcia e duplicidade, Gregório foi primeiro a Jango, com a conversa de que precisava de um pedaço de terra para a velhice. Com a concordância e o aval de Jango, Gregório poderia convencer Manoel Antônio – sem o conhecimento do Presidente – a vender-lhe um pedaço das terras sem valor, das quais o Presidente estava disposto a desfazer-se, para pagar dívidas que contraira em anos sucessivos sem qualquer receita de suas propriedades.

Só depois de ganhar a simpatia de Jango, Gregório foi a Manoel Vargas, para dizer que Jango se dispunha a ajudá-lo (a Gregório) em sua velhice, apoiando-o na aquisição de um pedaço de terra. Jango avalizaria a operação.

Como, diante disso, recusar um pedaço de terra a Gregório? O Presidente, mais advertido, teria feito perguntas que o filho não fez. Gregório usou o aval de João Goulart para levantar um empréstimo de 3 milhões de cruzeiros no Banco Cruzeiro do Sul, banco privado, presidido por seu amigo Ricardo Jafet.

Para o Presidente, essa história foi tão amarga quanto o crime da Rua Tonelero.

CAPÍTULO 16

DOMINGO, 15 DE AGOSTO, NOITE

O BILHETE: "À SANHA DOS MEUS INIMIGOS..."

PRIMEIROS ENCONTROS COM A MORTE

COMO ELE CONVINCEU A FILHA DE QUE NÃO SE TRATAVA DISSO:

"SE ESTÁS PENSANDO EM SUICÍDIO, ESQUECE. SUICÍDIO É COVARDIA, É DESISTÊNCIA..." O QUE ELE PENSOU SOBRE SUICÍDIO EM 1930 E 1932.

Na noite de domingo, 15 de agosto de 1954, um dos ajudantes de ordens, o major Hernâni Fittipaldi, arrumando papéis que estavam na mesa do Presidente, no pequeno gabinete ao lado de seu quarto, no terceiro andar do Palácio do Catete, para que ele encontrasse tudo em ordem na manhã seguinte, deu com uma folha, ou parte de uma, e, nela, estas palavras:

– À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte. Só lamento não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que desejava.

A letra, indiscutivelmente, era do Presidente.

O major Fittipaldi reagiu como reagiria qualquer pessoa que encontrasse tal papel em tal situação. Alarmou-se. Seria o esboço de uma carta de suicídio? O major levou o papel a Alzira Vargas. Que também se assustou. E levaram o papel ao Presidente. Que, dirigindo-se a Alzira, despistou:

– Não é o que estás pensando...

Não há como um pai apaixonado – sobretudo quando apaixonado por uma filha como aquela – para ser tão sedutor e despistador.

– Não é o que estás pensando – disse o Presidente.

E a filha acredita. Talvez não fosse a mensagem final do suicídio. Seria, então, a primeira frase de um manifesto de resistência.

A oposição pedia a renúncia do Presidente e grupos civis e militares opositores articulavam sua deposição pela força. Ele estava disposto a resistir, e,

portanto, a sacrificar a própria vida em defesa de sua honra e de seu governo.

A filha sabe muito bem a que ponto as coisas podem chegar, mas o pai consegue convencê-la:

– Não é o que estás pensando...

No momento do desfecho, ninguém se atreveu, mas nos dias seguintes e pelos meses e anos subsequentes teríamos uma sucessão de interpretações, explicações e estudos que se pretendiam psicológicos, psicanalíticos e psiquiátricos, sobre a morte de Getúlio Vargas.

Talvez fosse uma tentativa de despolitizar o suicídio e de lançá-lo à conta de alguma enfermidade psíquica ou nervosa do Presidente.

Escreveram, por exemplo, que ele sofria de uma irresistível tendência à autodestruição e/ou de verdadeira compulsão neurótica ao suicídio.

Disseram que ele fizera ou propusera pactos de morte ao partir para a Revolução de 1930; e que, em 1932, durante a chamada “revolução constitucionalista” de São Paulo, em momento no qual sua permanência no governo poderia estar ameaçada por generais dispostos a depô-lo, Oswaldo Aranha teve de dormir num sofá perto do quarto dele, para impedir que se matasse.

Esses seriam apenas os dois primeiros exemplos conhecidos; e haveria outros a confirmá-los, outros que até hoje não apareceram. Para muita gente, era cômodo que o suicídio fosse atribuído à perturbação psíquica: era uma forma de contestar o impacto de sua denúncia na Carta-Testamento, de reduzir a importância da herança política de Vargas e de negar sua vitória final.

Nada disso, porém, resiste ao simples exame dos fatos.

Em 1930, Vargas não fez nem propôs qualquer pacto de suicídio. Disse, apenas, que não poderia voltar derrotado ao Rio Grande. Todos entenderam.

O Rio Grande fora, no Império, uma província rebelde; e era, na República, um Estado rebelde.

Agora o Rio Grande ia para a Revolução. Se fosse derrotado, a punição seria terrível, e a volta de Getúlio Vargas só a agravaria. Por isto, ele não poderia, derrotado, voltar vivo ao Rio Grande. Morto, seu corpo inanimado absorveria todas as culpas: o Rio Grande inteiro não poderia ser punido pela ação de um só de seus filhos.

SÓ O SACRIFÍCIO DA VIDA...

Na tarde de 3 de outubro de 1930, horas antes de terem início as operações militares da Revolução de 1930, ele começa a redigir um diário secreto, que manterá até agosto de 1942. Numa das anotações dessa tarde, diz:

– Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso.

A revolução, iniciada no fim da tarde de sexta-feira, 3 de outubro, vence rapidamente no Rio Grande e em outros Estados. Já no início da semana seguinte, Vargas, concordando com o ponto de vista dos comandos militares, começa os preparativos que o levarão à vanguarda da frente de combate, como chefe revolucionário vitorioso. Ele não pode deixar de achar que o movimento começou vitorioso. Mas escreve nesse diário secreto, nos registros de 6 e 7 de outubro, segunda e terça-feiras:

– Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações, no Paraná. Desejo fazê-lo, porque esse é o meu dever, decidido a não regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor. Em Oswaldo Aranha, encontro apoio decidido a essa ideia.⁹⁶

Era esse ou era isso o mórbido e macabro pacto de morte de que falariam, e falam até hoje, seus adversários. Ele só deu início à Revolução por estar convencido de que ela venceria. Mas tinha de considerar a hipótese de um imprevisto e da derrota. Se isso acontecesse, ele estava decidido a não voltar vivo ao Rio Grande. Era o único meio de evitar que o Rio Grande fosse punido por uma responsabilidade que era exclusivamente sua.

⁹⁶ Getúlio Vargas, *Diário*, volume 1, P. 8.

NA REVOLUÇÃO DE 1932

Outro episódio em relação ao qual se diz que Vargas teria agido com tendências compulsivas ao suicídio foi a Revolução Paulista, ou “constitucionalista”, de 1932. No caso de 1932, seu raciocínio era o mesmo: que a fúria dos vencedores se concentrasse e esgotasse sobre um só, o grande responsável, e não sobre todos.

Em 1930, ele assumira a iniciativa da Revolução e devia sentir-se, portanto, responsável pelas consequências dessa decisão. Em 1932, a iniciativa fora de adversários seus, cabendo a ele apenas defender-se e defender o governo que chefiava.

A decisão, em 1930, de não voltar vivo ao Rio Grande em caso de derrota, era compreensível e respeitável. Em 1932, porém, as circunstâncias não eram as mesmas de 1930. Ele não tinha a menor responsabilidade, nem mesmo por omissão, por essa iniciativa de lideranças de São Paulo, ou melhor, das oligarquias de São Paulo, inconformadas com a Revolução, embora já não se pudessem negar que o governo provisório de Getúlio Vargas fora o que mais fizera, em toda a República, a favor dos verdadeiros interesses da economia paulista.

Sobre a Revolução de 1932, o que se tem como documentado é que, temendo o suicídio de Vargas, Oswaldo Aranha “passou a noite no gabinete presidencial, dormindo num sofá”, receoso de que seu amigo se entregasse ao desespero.⁹⁷

A Revolução Paulista começara na noite de 9 de julho de 1932, com grande ímpeto e aparentemente capaz de provocar no Rio um levante de chefes militares semelhante ao que derrubara Washington Luís em 1930.

A mais autorizada e respeitável versão de uma presumida reação suicida de Vargas, diante dessa hipótese, é a que lemos na biografia de Oswaldo Aranha por Stanley Hilton:

– Vargas, sentindo a força das emoções contra seu governo e temendo a humilhação de ser vítima de um golpe à la Washington Luís, aparentemente pensou na possibilidade de suicídio. Na noite do dia 11 [de julho de 1932, dois

⁹⁷ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, uma biografia, P. 146.

dias depois do desencadeamento da “Revolução”), Aranha chamou Gois [Monteiro] com urgência ao Palácio Guanabara, para lhe dizer que recebera informações de uma conspiração de generais, que precisava ser investigada. Gois incumbiu-se pessoalmente da sindicância, e, após descobrir que [as informações] careciam de fundamento, voltou ao Palácio com a notícia tranquilizadora. Depois de ouvi-lo, Aranha pediu que contasse tudo a Vargas, porque ele se armara e dizia que não se entregaria vivo, tendo até redigido uma carta-testamento à nação. Conversando, então, com Vargas, Gois pode constatar que Aranha tinha razão e este, ainda temendo que seu amigo se entregasse ao desespero e tentasse se suicidar, passou a noite no gabinete presidencial, dormindo em um sofá.⁹⁸

Stanley Hilton é um brasilianista sério e talentoso. Nenhum brasileiro seria mais competente que ele na investigação de nossa história. Mas aqui precisamos cotejar o que ele diz em sua biografia de Oswaldo Aranha com o que lemos no diário de Getúlio Vargas, publicado em 1995, depois do livro de Stanley Hilton.

As fontes de Hilton a respeito desse episódio são, aliás, indiretas. O que ele escreveu não foi dito nem por Oswaldo Aranha nem por Gois Monteiro, que já estavam mortos. Uma dessas fontes é livro do jornalista Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*: Lourival Coutinho publicou o depoimento do General Gois tal como o ouviu.

Se formos ler o livro de Lourival Coutinho, veremos que o Presidente Vargas não chamou Gois na noite de 11 de julho, mas já na madrugada de 9 para 10, no Palácio Guanabara, então residência presidencial:

– Encontrei o Presidente, fumando seu charuto, num pequeno gabinete, onde costumava permanecer. Disse-me que rebentara um movimento revolucionário em São Paulo... Indaguei quais as providências que, naquela emergência, havia ordenado, e ele respondeu que a única que tomara fora chamar-me, a fim de aconselhar-se.⁹⁹

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, P. 191.

Não é um homem em pânico esse que Gois Monteiro encontra na madrugada de 9 para 10 de julho e que dá ordens a Gois para armar e sustentar a resistência. Do Palácio Guanabara, às 6 horas da manhã de 10 de julho, Gois expede um plano de operações que será a matriz de todas as ações militares das forças do governo até a derrota das tropas rebeldes.

Na noite de 11 de julho, Gois volta ao Guanabara, chamado com urgência por Oswaldo Aranha, que lhe pergunta, mal se cumprimentam, se “sabia que os generais, no Rio, tinham deliberado, para evitar a luta armada, intimar o Sr. Getúlio Vargas a deixar o governo; que a tropa, na sua maioria, concordava com esse propósito, e algumas unidades já ocupavam a Praia de Botafogo, nas imediações da rua Farani e outros pontos, a fim de investirem o Palácio Guanabara; que, sabedor desse projeto, o Sr. Getúlio Vargas se dispusera a não aceitar a intimação e resistir”.

– Terminou perguntando-me o que fazer em tal emergência. Respondi, calmamente, não acreditar pudessem esses generais tentar qualquer coisa naquele sentido; que, realmente, o General Mariante, meu substituto no comando da 1ª. Região Militar, me avisara que fora sondado... mas que, tendo repellido [a sondagem] com energia, acreditava que seus companheiros se haviam encolhido e nada mais tentariam; que a tropa que fora vista naquela hora, nos pontos citados, havia sido ali colocada por minha ordem, como medida de cautela, para a boa realização dos embarques em vias de execução.¹⁰⁰

De fato, o próprio Gois fora alcançado por Aranha quando se preparava para embarcar, na estação ferroviária da Central do Brasil, acompanhado de forças do Rio que tomariam o rumo de São Paulo para enfrentar a revolução.

Aranha ainda pediu que Gois verificasse pessoalmente se as tropas em locais tão próximos do Palácio Guanabara, como a rua Farani, eram mesmo as que Gois destacara. Na confusão do momento, os generais que apoiavam a rebelião paulista poderiam ter aproveitado as ordens de Gois Monteiro para avançar não rumo a São Paulo e sim rumo ao Palácio Guanabara. Gois foi verificar e constatou que eram tropas suas, leais ao governo e comandadas

¹⁰⁰ Idem, P. 202.

pelo coronel Daltro Filho. De volta ao Guanabara, tranquilizou Aranha:

– Então pediu-me ele para ir até o gabinete do Presidente Getúlio, a fim de dizer-lhe de viva voz a mesma coisa, pois que o Presidente havia estado muito intranquilo, a ponto de, após munir-se de um revólver, escrever uma carta-manifesto à Nação e dizer que não se entregaria, pondo fim à vida em último caso.

– Fui ao gabinete do Presidente, encontrando-o já calmo e revendo-me com satisfação. O Sr. Oswaldo Aranha, em face do que eu lhe dissera, já o tranquilizara sobre a pretensa intimação dos generais. Fiquei alguns minutos com ele, prestando-lhe as últimas informações que recebera sobre a situação geral, e depois retirei-me. Durante o tempo em que estivemos juntos naquele gabinete, conversando de pé e ele passeando de um lado para outro, pude distinguir, num dos bolsos externos de seu paletó, o cabo de madrepérola de um revólver, e sobre sua mesa de trabalho um envelope onde estavam subscritas as seguintes palavras: “À Nação Brasileira”...¹⁰¹

Nesse depoimento, o General Gois não revela sua reação diante do que via, nem faz qualquer comentário ou julgamento sobre a atitude do Presidente. Mas diz alguma coisa mais a Lourival Coutinho, o jornalista que colhe seu depoimento e prepara o texto final do livro de memórias do general:

– Segundo esse depoimento do General Gois Monteiro, corroborado pelas palavras do Sr. Oswaldo Aranha, o Sr. Getúlio Vargas já pensara antes, pelo menos uma vez, no suicídio, e pelo mesmo motivo – seu afastamento do governo pelas armas.¹⁰²

Sabemos que em 1930 Vargas comunicara a Oswaldo Aranha a decisão de não voltar vivo ao Rio Grande caso o movimento revolucionário fosse derrotado. É possível que, aqui, Gois esteja pensando nesse episódio.

A outro interlocutor, o jornalista Assis Chateaubriand, quase um ano depois, em maio de 1933, em seguida às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que restabeleceria a democracia no Brasil – Assembleia escolhi-

¹⁰¹ Idem, P. 203.

¹⁰² Idem, *ibidem*.

da na mais livre e ampla eleição jamais realizada no país, com o voto secreto e o voto feminino e sem a fraude que precipitara a Revolução de 1930 – Vargas contaria em outro tom, com humor, os eventos dessa noite.

Chateaubriand apoiara a Revolução de 1930, mas depois rompera e, por seu apoio à de 1932 e atividades a favor dela, fora preso e quase deportado.

Agora, em 1933, o ex-Governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, vai jantar em São Paulo com Chateaubriand e tenta seduzi-lo à ideia – naturalmente aprovada por Vargas – de um encontro, no caso um reencontro, do jornalista com o Presidente. Chateaubriand aceita e no dia seguinte parte para o Rio com Antônio Carlos.

Nesse encontro, no qual discutem principalmente o futuro do país, agora que já se realizaram as eleições, é inevitável que Getúlio e Chateaubriand voltem ao passado recente – à Revolução de 32 que os separou:

– Quando o assunto voltou à revolução paulista – escreve Fernando Moraes, biógrafo de Chateaubriand – Getúlio disse a Chateaubriand que iria revelar-lhe, em segredo absoluto (“guarda-o para a minha biografia”, brincou), um episódio ocorrido durante a revolução de julho do ano anterior, uma confissão que, vinte anos depois, poderia ser lida como um gesto premonitório do que seria o destino de Vargas.

Tudo indica que a narrativa de Chateaubriand foi resgatada de um dos muitos milhares de artigos dele lidos todos por Fernando Moraes, que só começou a trabalhar nessa biografia depois da morte do biografado e não teve, portanto, a oportunidade de ouvi-lo pessoalmente. Chateaubriand era um articulista enormemente confessional, para não dizermos autorreferente. Também seus discursos, milhares também, mas não tão numerosos quanto os artigos (e sempre aproveitados como artigos em todos os jornais de sua rede), eram sempre confessionais e autorreferentes.

– Uma tarde, no auge da luta – diz Getúlio Vargas a Chateaubriand neste encontro em maio de 1933 – um ajudante de ordens veio comunicar-me que no Ministério da Guerra havia um grupo de generais desejosos de falar-me. Que queriam aqueles oficiais de mim? – indaguei. Queriam – responde o próprio Getúlio – pedir-me que renunciasse, para impedir o derramamento de

sangue num Exército dividido.

Aqui, a narrativa de Chateaubriand interrompe as palavras do Presidente, para dizer que “na sala mergulhada em silêncio absoluto, Vargas fez uma pausa teatral, voltou a acender o charuto que se apagara e apontou o dedo para uma porta do gabinete”:

– Dirigi-me àquela salinha – diz Getúlio, ao qual Chateaubriand devolve a palavra – sentei-me e, à Balmaceda, redigi meu testamento político. Escrito o que eu tinha a dizer à nação, peguei dois revólveres e pus um em cada bolso do paletó. Chamei o oficial que me fizera a comunicação e disse-lhe que, assim que os generais chegassem, ele deveria introduzi-los no gabinete presidencial. Eles não vieram.

A referência à história do presidente chileno José Manuel Balmaceda, que em 1891 se suicidara depois de derrotado politicamente – escreve, então, Fernando Moraes – “caiu como um raio sobre um Chateaubriand de olhos arregalados, excitado pelo impacto do que acabara de ouvir”.

Chateaubriand recupera-se do impacto do raio e pergunta a Vargas:

– Mas o que o senhor pretendia fazer com esses revólveres? E quem eram esses generais?

Vargas, segundo a narrativa de Chateaubriand, deu uma gargalhada:

– Não sei dizer, neste momento, o que faria com as armas. Quanto aos generais, nunca me interessei em saber quem eles eram. Parece-me até que depois promovi alguns deles.¹⁰³

Agora só nos resta, para completar o exame da documentação disponível sobre a evolução da ideia do suicídio, nesse momento, no espírito do Presidente Vargas, reler o que ele próprio escreveu em seu diário.

Nesse diário secreto, ele, em 1930, escrevera explicitamente sobre a decisão de, em caso de derrota da revolução, não voltar vivo ao Rio Grande. Tão explícitas eram essas confidências de 1930 que, na revolução de 32, não haveria qualquer razão para o Presidente dissimular-se no diário.

Nos registros relativos aos primeiros dias de julho de 1932, Vargas faz refe-

¹⁰³ Fernando Moraes, *Chatô, Rei do Brasil*, pp. 317 e 318.

rências a medidas de ordem militar, para reforçar as defesas do governo, e a episódios prenunciadores de uma rebelião. No registro correspondente aos dias 10 e 11 de julho, o que ele escreve nada diz sobre a suposta decisão de suicidar-se:

Irrompe o movimento revolucionário em São Paulo. Todo o tempo [é] absorvido nas providências para combatê-lo. Morosidades, confusões, atropelos, deficiências de toda ordem, felonias, traições, inércia. Algumas dedicações revolucionárias... Nomeação do General Gois para comandante da tropa expedicionária.

Dias 20 a 24:

Descobre-se uma conspiração de elementos paulistas, que, perdendo a esperança de conseguir a adesão de tropas, resolveu praticar atentados pessoais [no Rio]. São feitas várias prisões.

Se existe algum plano de atentados pessoais no Rio, o primeiro alvo só pode ser ele, o Presidente. Mas ele não parece assustado.

Apesar dos êxitos das forças governistas, a guerra de nervos não cede, como o Presidente registra dias depois.

Dias 30 e 31 de julho:

Encontro a notícia de uma conspiração para amanhã, chefiada pelos Generais Mena Barreto e Sotero de Menezes, para depor o governo, em combinação com grandes agitações populares [no Rio], anunciadas de muitos dias pelo rádio dos rebeldes paulistas.

Já em agosto, dias 1º e 2:

As anunciadas revoltas, meetings etc. reduzem-se a algumas arruaças, promovidas por um grupo de mulheres exaltadas, de reconhecida filiação política, através das quais alguns homens se aproveitam para insultar a polícia. Isso foi facilmente dominado, sem vítimas a lamentar. Continuam os boatos de conspirações [no Rio] para a prática de atentados contra membros do governo.

Dia 3:

Continuam as conspirações para amotinar tropas, para destruir aviões e outros recursos do governo, para eliminações pessoais etc. Uma intensa atmosfera de boatos, de que procuro alhear-me para não perturbar a serenidade que preciso manter.

Dias 5 e 6:

À noite, com os ministros reunidos no Guanabara, Oswaldo [Aranha] faz um relato alarmante da situação da Capital, por confidência de um amigo particular.

Na noite de 11 de julho, Oswaldo Aranha chamara o General Gois Monteiro para tranquilizar o Presidente, que lhe parecia alarmado a ponto de ter pensado no suicídio. Agora, em agosto, é o Presidente que nota a expectativa alarmista de Aranha.

Nos registros de outubro de 1930, no início do diário, Vargas refere-se repetidamente ao dever de não voltar vivo se o Rio Grande for derrotado na revolução. Em 1932, como vemos, não há nada disso. Há o depoimento de Gois Monteiro sobre a noite de 11 de julho e o de Assis Chateaubriand a respeito das bem-humoradas revelações de Vargas, quase um ano depois, sobre essa mesma noite.

Diante desses depoimentos e dos registros do diário de Vargas em julho e agosto de 1932 – entre os quais o de 3 de agosto: “uma intensa atmosfera de boatos, de que procuro alhear-me para não perturbar a serenidade que preciso manter” – é o caso de perguntar se ele de fato pensou na hipótese do suicídio nos primeiros momentos da revolução paulista.

Não haveria por que duvidar de que o General Gois de fato viu o cabo de madrepérola de um revólver no bolso do Presidente e, em sua mesa, um envelope endereçado “À Nação Brasileira”. O próprio Vargas confirmaria a Chateaubriand que estava armado, não com um, mas com dois revólveres, e que, à espera do possível ultimato dos generais, redigira um testamento político, ou seja, um documento à nação brasileira.

Se consentisse na própria deposição naquele momento, se saísse do Palácio derrotado, preso e escoltado – como Washington Luís em outubro de 1930 – Vargas estaria concordando com a revogação de tudo o que fizera no pouco mais de ano e meio do governo provisório da Revolução, sobretudo as primeiras leis trabalhistas e as medidas nacionalistas de defesa da economia brasileira – inclusive o café de São Paulo. E estaria desamparando o Rio Grande do Sul, que pagaria caro por ter sido a sede principal do movimento revolucionário.

Em 1930 ele decidira e anunciara a amigos como Oswaldo Aranha, além de consigná-lo no diário, que, em caso de derrota, não voltaria vivo ao Rio Grande. O sacrifício de sua vida, nessa hipótese, seria o resgate de sangue que ele pagaria para impedir o sacrifício do Rio Grande.

Em 1932, ele poderia pensar nessa mesma hipótese: sua vida em troca do resgate do Rio Grande. Agora, porém, havia mais alguma coisa: sua vida para impedir a liquidação do que ele já fizera na Presidência. Não era uma negociação ou uma barganha. Era um jogo, que ele poderia ganhar com um gesto dramático de sacrifício pessoal.

A CABEÇA DE UM PAI

Getúlio Vargas tinha ideias muito nítidas sobre a questão do suicídio, ideias que exporia ao filho Lutero bem antes da Revolução de 1930. Ele tinha também, coisa rara na época, a capacidade de conversar abertamente com os filhos sobre os temas mais proibidos. E não só com os filhos homens.

Um dia, já Presidente, ele surpreendeu a filha, Alzira, que arrumava seus livros, consultando um volume sobre sexo. Surpreendeu sem querer. Não estava espionando: não se permitiria isso, nem violaria a privacidade de uma colaboradora que trabalhava a sério e por coincidência era sua filha. Se fosse um funcionário homem – ou um filho homem – ele se permitiria espionar, ele desrespeitaria a privacidade desse colaborador? Claro que não. Pois a mesma regra valia para a funcionária mulher, filha ou não.

Não por acaso, fora ele, no código eleitoral que regulara a eleição da Constituinte de 1933-1934, o responsável pelo direito de voto da mulher, que só seria concedido na França, o país mais culto e intelectualmente avançado do mundo, mais de dez anos depois, em 1945.

Voltando, porém, ao momento em que o Presidente não consegue esconder seu embaraço, porque sem querer surpreende a filha com um livro sobre sexo, ele imediatamente recupera a presença de espírito (que não o abandonaria nem no minuto final da vida) e diz:

– Se estás interessada – e pega outro livro – este aqui é melhor...

O outro era melhor, não do ponto de vista de um pai protetor e patrulhador, não porque fosse mais decoroso e convencional, mas porque era mais explícito, ia mais longe na discussão das controvérsias e na revelação dos fatos. Era melhor do ponto de vista de uma filha inteligente e também de um pai não repressivo e de um homem não machista.

Esse pai aberto para a inteligência e para o destemor intelectual de uma filha que seria uma das mulheres mais notáveis do Brasil no século 20, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, não poderia ser, dez anos antes, um pai insensível ao que percebera no espírito e na disposição do filho.

O que sei desse episódio da vida de Lutero Vargas é o que ouvi dele próprio.

Lutero, um rapaz alegre e extrovertido, foi-se fechando e ficando melancólico, cada vez mais fechado e mais melancólico. Um pai conservador preocupar-se-ia apenas com o comportamento exterior do filho. Se não estava transgredindo as regras de convivência da família e desta com as demais famílias, estar triste ou alegre não faria a menor diferença. O filho não transgredia as regras, mas o pai percebia-o infeliz. Assim como anos depois aconselharia à filha outro livro sobre sexo, fez com o filho coisa equivalente: abriu-se com ele.

Felizmente as famílias, as cidades e as pessoas ainda não sabiam de um Dr. Sigmund Freud, de Viena, que andava dizendo as coisas mais espantosas e escandalosas sobre o comportamento das pessoas e seus impulsos – especialmente os sexuais.

Esse Getúlio Vargas, de quem já se falava até como candidato à Presidência, andava metendo o nariz nesse chiqueiro, nessa porcaria. De fato, há evidências de que Vargas foi um dos primeiros leitores de Freud (ou um dos primeiros leitores sobre Freud) no Brasil.

Com ou sem Freud, o pai percebeu que seu rapaz estava mal – e abriu-se com ele, o que talvez seja raro até hoje:

- Que é que está acontecendo, meu filho?
- Nada, meu pai. Tudo bem.

Essa era a resposta padrão. Os pais esperavam que os filhos fossem bem nos estudos, que não fizessem tropelias além de certo limite, que se cuidassem das doenças venéreas e que as suplementações de mesada não fossem extravagantes.

A resposta padrão não convenceria esse pai.

– Você não está feliz, meu filho! – (Que raro isso, há quase cem anos!) – Você era alegre, risonho, agora está assim, triste...

Como um terapeuta da competência do Dr. Freud, de Viena, ele nada impõe ao filho, mas instiga. O Dr. Freud, em seu gabinete, perguntaria suavemente:

– Você acha que é feliz?

Lutero Vargas – e talvez por isso ele tenha decidido estudar medicina, para ajudar outros em seu sofrimento – viveu, diante dessa pergunta do pai, uma grande interrogação.

– Meu pai – disse ele, que não tinha mais de 16 ou 17 anos – estou confuso. Qual é o sentido da vida?

Lutero era um homem muito delicado, e intercalou na narrativa uma desculpa para suas palavras seguintes, alguma coisa como:

– Vou contar o que eu disse, mas, desculpe, eu não penso assim, isso foi uma tremenda grosseria, que eu não repetiria. Respondi a meu pai que não via sentido na vida. A vida não podia ser só aquilo, lidar com vacas de dia e com mulheres de noite.

Lutero repete e insiste: não sei como fui dizer aquilo... Preocupava-o, ao reconstituir a cena, o caráter machista e o tom grosseiro da comparação.

O pai, com tantas leituras e já tanta experiência da vida, não quer competir com os psicólogos, com os psicanalistas e com os psiquiatras. Quer, como tantos outros pais menos competentes, aproximar-se do filho. E recorre não ao arsenal de livros e conhecimentos da ciência psicológica, mas aos exemplos da história, que conhece mais a fundo. E talvez porque já adivinhe seu futuro e seu destino:

– Meu filho – diz ele (e é o que me lembro da longa e ininterrupta conversa com Lutero Vargas, fonte desta reconstituição) – você está passando por um período de depressão... Depressão psicológica, acontece com todo mundo, embora nem sempre as pessoas percebam.

Lutero interrompe a narrativa que me faz, para dizer que, na época, não tinha condições de perceber isso, mas é claro, sabe hoje, com tantos anos de

prática da medicina, que estava deprimido. Deprimia-o não ver um sentido na vida e ter sua vida reduzida a lidar com vacas de dia e com mulheres à noite.

O pai responde, e Lutero reconstitui essa resposta carinhosamente, como se ela tivesse sido a melhor coisa a acontecer em sua vida:

– Meu filho, depressão é uma coisa que acontece com todo mundo e que a maioria das pessoas acaba vencendo.

Getúlio, porém, vai mais fundo:

– Há casos em que a depressão leva ao desespero e ao suicídio.

E cita um escritor uruguaio, José Antônio Rodó, e seu livro *Ariel*, conhecido ao longo de um século por todos quantos passaram por uma Faculdade de Direito no Brasil, o que era o caso de Vargas. Segundo Rodó, o suicídio é uma covardia e o suicida morre não só com a sensação de ter capitulado a ela, como também com a de que nada resolveu com seu ato.

QUEM TEM FILHA BISBILHOTEIRA...

A mesma coisa ele diria, vinte e cinco anos depois, no Palácio do Catete, em plena crise de agosto de 1954, à filha Alzira e ao então major Hernâni Fittipaldi, seu ajudante de ordens, que encontrara o papel com algumas palavras escritas a lápis, na caligrafia inconfundível do Presidente:¹⁰⁴

– À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte. Só lamento não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que pretendia...

Fittipaldi leva o papel a Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que também se assusta. Vão ao quarto do Presidente, que já estava dormindo, e procuram algum outro papel ou outros papéis que expliquem aquele fragmento e nos quais ele se encaixe. A presunção inevitável é que as duas frases façam parte de um texto maior.

Alzira revista o quarto e não acha nada. O Presidente acorda: que é que vocês estão fazendo aqui? Que é que estão bisbilhotando?

¹⁰⁴ Fittipaldi contou esse episódio em agosto de 2003, na semana do 49º aniversário da morte de Vargas, em entrevista no programa de televisão *O Jogo do Poder*, de Carlos Chagas, na rede CNT.

– Isto – responde Alzira, mostrando o papel. – Quem tem filha bisbilhoteira não deixa essas coisas por aí...

Getúlio, já de pé, pega o papel e não precisa nem ler, sabe o que é.

– Se tu estás pensando em suicídio, esquece. Suicídio é covardia, é desistência...

Tanto aquelas frases como o conjunto da Carta-Testamento não eram necessariamente a manifestação de um suicida. Poderiam ser um manifesto de resistência, a última denúncia de um homem que corria o risco de ser morto a qualquer momento.

Foi assim que o entenderam as duas pessoas que colaboraram com Vargas na Carta-Testamento: o jornalista e industrial José Soares Maciel Filho, que trabalhou no texto; e a secretária Lourdes Lessa, que datilografou. Os dois, diante da gravidade daquelas palavras, sabiam dos riscos que o Presidente corria, mas ele, como acontecera com Alzira e o major Fittipaldi, convenceu-os de que não se tratava de uma premeditação de suicídio.

Ainda que não se convencessem, ou pelo menos ficassem divididos entre as duas hipóteses, havia outra coisa.

Vinte ou trinta anos depois dos eventos de agosto de 1954, Manoel Antônio Vargas, o filho mais moço de Getúlio, foi perguntado sobre algumas circunstâncias das horas finais da vida de seu pai.

Por que, diante do agravamento da crise e das reações à decisão de Vargas de licenciar-se até o fim das investigações sobre o atentado contra Carlos Lacerda – o próprio Lacerda dissera: “Licença? Ele devia é apodrecer na prisão!” – por que a família e outras pessoas mais próximas não o cercaram de cuidados e vigilância, até para evitar o suicídio.

– Vocês não sabem como ele era, a autoridade que tinha.

Não era a autoridade do autoritarismo, das imposições do mais forte, do mais poderoso. Ele impunha respeito. Ou melhor, sua vida, sua seriedade, sua dedicação ao país e a seu povo impunham respeito. Mas era mais do que isso. A essa autoridade sem autoritarismo, ele acrescentava a persuasão e a sedução.

Quando Fittipaldi achou por acaso o pedaço de papel com aquelas palavras que poderiam ser parte de uma carta de suicídio, o Presidente convenceu

Fittipaldi de que não se tratava disso. Mas convenceu também Alzira, a filha querida e apaixonada, que o conhecia muito mais profundamente.

Manoel Antônio, nesse depoimento, desfaz qualquer dúvida que pudesse persistir:

– Era tal a autoridade dele que, se estivesse todo mundo no quarto dele, para protegê-lo, bastava ele dizer: “Bem, vocês saiam que eu vou me atirar no peito...” e todo mundo saía com o rabo no meio das pernas.¹⁰⁵

ELE NÃO REPETE O QUE TINHA DITO AO FILHO

No caso de Lutero, ainda nos anos 20, trata-se de uma crise pessoal. No caso do pedaço de papel encontrado pelo major Fittipaldi, trata-se de uma crise política, da maior tragédia, como a história logo reconheceria, da vida republicana no Brasil.

O denominador comum – a questão do suicídio – não vale da mesma forma para as duas situações. Da segunda vez, e aí é de sua própria vida que se trata, o Presidente não repete tudo o que dissera a Lutero da primeira vez, quando o que poderia estar em questão era a vida do filho, não a do pai.

Que foi que Getúlio Vargas disse a Lutero, mais de vinte anos antes, e agora não repete a Alzira e ao major Fittipaldi? É alguma coisa que, se ele repetir, revelará o que vai em seus cálculos.

A Lutero ainda adolescente, Getúlio dirá que num só caso, numa única exceção, o suicídio não é um ato de covardia – e pode, até, apresentar-se como um dever.

Ele fala então de José Manuel Balmaceda, Presidente do Chile no fim do século 19.

¹⁰⁵ Manoel Antônio Vargas, depoimento ao programa de história oral do Cepdoc, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 17

1891

PAÍSES SUBMETIDOS A UMA COAÇÃO DA HISTÓRIA

JOSÉ MANUEL BALMACEDA

“HÁ SITUAÇÕES EM QUE UM LÍDER POLÍTICO TEM DE ESCOLHER
ENTRE SUA VIDA E A VIDA DE MILHARES DE SEUS COMPATRIOTAS.
NUM CASO DESSES, O SUICÍDIO NÃO É COVARDIA – É ATÉ UM DEVER”.

Numa América Latina de repúblicas dominadas pelo caudilhismo, na última década do século 19, o Chile é uma simpaticíssima exceção democrática.

Como praticamente todas as repúblicas latino-americanas, e como o Brasil, o Chile era dominado e explorado nessa quadra pelos capitais ingleses. José Manuel Balmaceda estava longe de ser um revolucionário, mas tentou melhorar a situação econômica do Chile e a situação social de seu povo, pelo estancamento ou, ao menos, a redução da sangria econômica permanente que esses capitais ingleses significavam, especialmente na exploração da maior riqueza do país, suas minas de cobre – e, nas duas últimas décadas do século 19, as reservas de salitre do território que o Chile conquistara ao sair vencedor da chamada Guerra do Pacífico, de 1879 a 1883, contra a Bolívia e o Peru.

Como todas as guerras de então – e de hoje – a Guerra do Pacífico fora travada em defesa de interesses quase sempre invisíveis e superiores aos que eram proclamados publicamente. O resultado da guerra foi a conquista, pelo Chile, da única saída da Bolívia para o mar, o porto de Antofagasta, assim como da província circundante de Tarapacá.

Os governos da Bolívia e do Peru, que controlavam antes essa região, vinham criando problemas para os interesses ingleses na indústria salitreira, o que deixou de acontecer depois que o Chile venceu a guerra e assumiu o controle das reservas de salitre.

A vitória na guerra criou a impressão, no Chile, de que o país e seu povo entrariam em seguida num processo de rápido enriquecimento. Estatisticamente, esse processo foi exuberante. Na prática, porém, quem ganhou foram as empresas britânicas, exportadoras do salitre – na época um fertilizante procuradíssimo e encontrado apenas nessa nova província da República do Chile.

Assim como antes da Guerra do Pacífico e da conquista de Antofagasta e da província de Tarapacá, havia vozes no Chile, desde a luta contra a Espanha pela independência, no início do século 19, que protestavam contra aquela situação de fachada, uma “independência” que fora apenas a substituição do domínio colonial espanhol pelo domínio econômico britânico.

Os ingleses, porém, foram tomando conta da economia chilena – e a economia chilena transformaria a natureza da hegemonia inglesa sobre a economia mundial.

Antes, a Inglaterra mandava no mundo porque dominava o comércio internacional. Eram inglesas as mercadorias consumidas em todo o mundo, eram ingleses os navios que as transportavam. A partir, porém, do cobre e do salitre chilenos, o comércio deixou de ser o item mais importante das contas internacionais da Inglaterra, e foi substituído pelos investimentos no estrangeiro.

A Inglaterra passou a ganhar mais dinheiro com as remessas de lucros das empresas que instalava em países como o Chile, para a exploração dos respectivos recursos naturais, que da venda a esses mesmos países de seus produtos industriais – dos quais o Chile importava tudo, de tecidos a locomotivas e de xícaras de chá a pias e privadas.

OUTRO PAÍS SOB A COAÇÃO DA HISTÓRIA

Quando José Manuel Balmaceda nasceu, em 1838, o Chile, politicamente independente desde 1817, vivia a mesma situação que o jovem estudante Getúlio Vargas denunciaria num discurso de 1906 – um país coagido a recomprar, industrializados, e por isso muito mais caros, os produtos de sua própria exportação.

O Chile exportava minério de cobre em bruto, cada vez mais barato, e importava todos os produtos industrializados do cobre, cada vez mais caros. Como Getúlio Vargas, José Manuel Balmaceda nascera numa família de proprietários rurais, de haciendados. Seu pai era aliado e partidário de um dos líderes mais conservadores da luta pela independência do Chile, Manuel Montt.

Na adolescência, Balmaceda pensou na carreira eclesiástica, da mesma forma como, décadas depois, Getúlio Vargas pensaria na carreira militar. Em 1864, porém, desfeita a ilusão religiosa, o pai conseguiu de seu amigo Manuel Montt que o jovem Balmaceda fosse nomeado secretário de Montt, representante do Chile num Congresso Interamericano em Lima, no Peru.¹⁰⁶

Nessa missão diplomática tem início uma extraordinária carreira política. Em 1870, Balmaceda, com 32 anos, é eleito para o Congresso, como deputado. Em 1886, com 48 anos, torna-se Presidente do Chile.

O Chile vencera, três anos antes, a Guerra do Pacífico, e deveria estar feliz e entupido pelas novas riquezas. Mas, não. O povo chileno nada ganhava com a absorção, pelo patrimônio nacional do Chile, da rica província boliviano-peruana de Tarapacá, e de suas enormes e exclusivas reservas de salitre, as únicas do mundo.

São os ingleses que ganham – e ganham cada vez mais. A vitória na Guerra do Pacífico, não enriquece o Chile. A rigor, empobrece seu povo.

Balmaceda, esse homem de origem conservadora, como Getúlio Vargas, começa a adotar, na presidência, medidas de defesa dos interesses chilenos, contra os interesses britânicos.

Era impensável expulsar, simplesmente, os ingleses e seus capitais. O governo de Sua Majestade, então chefiado nominalmente pela já longeva Rainha Vitória, praticava desde o século 16, na época da primeira Rainha Elizabeth, a regra proposta a esta por Sir Walter Raleigh, seu favorito e um dos maiores navegadores da era dos descobrimentos marítimos: “Quem dominar os mares dominará o mundo!”.

No fim do século 19, a Inglaterra ainda dominava os mares, mas dominava

¹⁰⁶ Joaquim Nabuco, Balmaceda, pp. 16 e seguintes.

sobretudo a economia industrial e a finança internacional. A Casa Rothschild, inglesa, o maior banco do mundo, exercia o papel de dominação depois conferido ao Fundo Monetário Internacional. Medidas diretas, portanto, contra os capitais ingleses no Chile, como a anulação de concessões e a encampação de minas, significariam de imediato o estrangulamento da economia chilena e a derrubada de seu governo, talvez sem necessidade de um só tiro de canhão de um só navio da Armada de Sua Majestade.

BALMACEDA TENTA ATRAIR OUTROS CAPITAIS ESTRANGEIROS

Balmaceda tenta, então, o que Getúlio Vargas também tentaria no século 20 no Brasil: impedir que um só país monopolize os investimentos estrangeiros no Chile. No Brasil, já invadido pelos capitais norte-americanos, Vargas atrai os alemães da Mannesmann, cuja usina siderúrgica, em Minas, ele inaugura em agosto de 1954, já em plena crise, no último ato público de seu governo e de sua vida. No Chile invadido pelos capitais ingleses, Balmaceda tenta atrair capitais de outros países e até investimentos norte-americanos, que, no Chile, fariam naquele momento o papel de instrumentos de luta... anti-imperialista.

Os Estados Unidos, no fim do século 19, já tinham roubado do México metade de seu território e disputavam, militarmente, possessões coloniais da Espanha, como as Filipinas, no Pacífico, e Cuba e Porto Rico, no Caribe. Já mostravam também a disposição de mandar e desmandar, de intervir a torto e a direito, em toda a América do Sul.

No caso de Balmaceda, porém, a entrada de capitais norte-americanos na indústria do cobre em seu país seria antes uma forma de reduzir o domínio britânico que de impor o domínio dos Estados Unidos sobre o Chile.

Os ingleses já deviam estar percebendo que os Estados Unidos entravam para valer, nesse momento, no jogo mundial. A Inglaterra dominara o mundo e a economia mundial no século 19, graças a seu controle sobre o carvão mineral, maior fonte de energia da revolução industrial, e sobre a navegação internacional. Agora surgia uma coisa nova, o petróleo, que a Inglaterra não tinha e os Estados Unidos tinham em grande quantidade. Se esses americanos já se

espalhavam pelo Caribe e pelo Pacífico, não seria prudente deixá-los de mãos livres na América do Sul.

É claro que os ingleses não precisavam agir no Chile deixando impressões digitais. Isso, no mínimo, eles tinham aprendido com o mundialmente famoso detetive Sherlock Holmes, de Sir Arthur Conan Doyle, talvez a mais duradoura e famosa criação cultural da era vitoriana.

Assim, uma crise política de motivos aparentemente internos explode no Chile e evolui para uma guerra civil que também é, na aparência, um conflito exclusivamente interno. Teoricamente, a briga é entre o Poder Executivo, isto é, o Presidente Balmaceda, e o Poder Legislativo, isto é o Congresso, cujas atribuições e autonomia teriam sido violadas pelo Presidente. (Quem financia as tropas armadas pelos adversários do Presidente é questão que parece não existir.)

Na guerra civil, Balmaceda é derrotado, e seu governo, deposto. Amigos levam-no para a Embaixada da Argentina em Santiago, que lhe concede asilo diplomático. Mas os novos donos do poder no Chile não concedem salvo-conduto para Balmaceda deixar o país. Os partidários de Balmaceda, especialmente os mais jovens, tratam de rearmar-se para retomar a luta.

Vive-se, então, em Santiago, um desfecho comparável aos maiores momentos da grande tragédia grega dos tempos clássicos, esse teatro que revela ao ser humano de cada momento o maior e o menor da condição humana em todos os tempos.

Prometeu, Édipo, Antígona, os grandes heróis de Ésquilo, de Sófocles e Eurípides, são capazes hoje de nos emocionar e inspirar – e Getúlio Vargas, leitor de todos eles, foi sem dúvida inspirado por eles, sobretudo Prometeu, que foi buscar o fogo do Olimpo para distribuí-lo entre os homens, oferecendo-lhes, com o fogo, a liberdade e a esperança.

Balmaceda sabe que seus adeptos vão iniciar uma nova guerra civil, na qual morrerão milhares de chilenos, na maioria jovens, de um lado e outro desse conflito.

Não sabemos se Balmaceda demorou a decidir. Mas um dia ele chama os amigos mais próximos à embaixada argentina, que lhe concedera asilo, e en-

trega-lhes um documento, seu testamento político. Balmaceda deixa claro que só existe um meio de evitar essa guerra civil, e de impedir a morte de tantos chilenos mais e o recrudescimento de tantos ódios e paixões.

Também não sabemos o quão explícito Balmaceda terá sido ao entregar seu testamento político aos amigos. Estes se retiram e Balmaceda vai para seu quarto na sede da embaixada.

Um tiro, em seguida, anuncia que o Presidente constitucional do Chile, José Manuel Balmaceda, pôs termo à guerra civil que ainda não recomeçara.

Ninguém mais, além de Balmaceda, vai morrer nessa guerra civil.

Getúlio conta ao filho Lutero a história de Balmaceda e explica por que essa é uma exceção:

– O suicídio é, em geral, um ato de covardia, uma desistência e uma derrota. Mas há situações em que um líder político, como Balmaceda, tem de escolher entre sua vida e a vida de milhares de seus compatriotas. Num caso desses, o suicídio não é covardia – é até um dever.

Como o de José Manuel Balmaceda, o suicídio de Getúlio Vargas evitará uma guerra civil na qual morreriam milhares de brasileiros inocentes.

A morte de Balmaceda ocorrera em 1891. A conversa do Presidente com Lutero, sobre Balmaceda, anos antes da Revolução de 1930. Agora, em 1954, o Presidente não repete à filha o que tinha dito ao filho mais de vinte e cinco anos antes. E não menciona José Manuel Balmaceda.

UM DESTINO ASSUMIDO CINQUENTA ANOS ANTES

Outra história que o Presidente não conta a Alzira, ao ser confrontado por ela com o papel encontrado pelo major Fittipaldi, é a de Prometeu acorrentado.

Desde a juventude, Getúlio Vargas sabe que um líder político deve contar sempre com a eventualidade de conflitos que exijam a resistência e imponham o risco da morte em combate. Em alguns casos, até, como ele diria ao filho Lutero, a propósito de José Manuel Balmaceda, a morte surge como um imperativo e o suicídio impõe-se como um dever.

Ele sabe que quem se dispõe a fazer o que ele já fez (e o que vem fazendo

ainda agora) assume a contrapartida de um preço muito alto. Ele sabe disso há muito tempo, antes mesmo da conversa, de 1927 ou 1928, com Lutero, sobre Balmaceda.

Em 1906, quase cinquenta anos antes dos acontecimentos de agosto de 1954, ele fora escolhido pelos colegas da Faculdade de Direito para saudar o Presidente eleito da República, Afonso Pena, naquele momento em visita a Porto Alegre. Nesse discurso, ele protestara contra a coação da história sobre países como o Brasil, condenados, por seu subdesenvolvimento, a recomprar, industrializados e muito mais caros, os produtos de sua própria exportação. Esse modelo perverso de relações econômicas eternizava as carências e os sofrimentos dos povos submetidos a tal coação.

Ao fazer esse discurso, ele sabia que seus planos de realizar uma carreira militar como a do pai, o General Manoel do Nascimento Vargas, estavam definitivamente liquidados; e podia pressentir que a Faculdade de Direito não o levaria para o magistério, embora já tivesse sido convidado para tornar-se seu professor de Filosofia do Direito, assim que formado. A Faculdade também não o levaria para a magistratura, assim como só o levaria por pouco tempo para a advocacia e para o Ministério Público. Ela acabaria por levá-lo, sim, para a política.

O pai, além de militar, era um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense, e participara ativamente das duas maiores campanhas do partido no Rio Grande do Sul – a Abolição e a República, campanhas que tinham libertado o Brasil de duas outras formas de coação da história, cúmplices uma da outra até o fim: a escravidão e a monarquia.

Para o General Vargas, a vida política tinha sido sobretudo a luta na campanha abolicionista e na campanha republicana. Depois da proclamação da República, na qual o Rio Grande tivera papel decisivo, ele arriscara a vida outra vez, lutando, em defesa da República, na chamada Revolução Federalista de 1893, na qual os republicanos viam uma tentativa de restauração da monarquia.

Para o filho e para a geração a que pertencia, os grandes objetivos seriam outros e certamente estariam vinculados à luta contra a coação do subdesen-

volvimento, que impedia o resgate da dívida social do país e até comprometia ou anulava suas pretensões à própria soberania.

Sempre, porém, a luta política importava riscos e cobraria um preço. Só mais tarde ele tomará conhecimento da história de José Manuel Balmaceda, uma história particular circunscrita a um lugar e a um momento. Mas ele conhecia, pelo menos desde a época da Faculdade de Direito, a história mais universal e eterna de um mito heroico que encontrara expressão na tragédia grega.

PROMETEU PAGA O PREÇO

A turma de Getúlio Vargas acaba de formar-se, em 1907, na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Um de seus colegas, João Raimundo, escreve do Rio, para onde viajara, e informa ter enviado o teatro de Sófocles e Ésquilo. Informa também ter sido apresentado a Euclides da Cunha – autor que Getúlio muito admirava. Euclides da Cunha era homem de ideias avançadas, no mínimo um socialista.

A carta é seguida pelo pacote de livros, as peças de Sófocles e Ésquilo, que Getúlio recebe e lê. Dos protagonistas da tragédia grega, é talvez com o Prometeu Acorrentado, de Ésquilo, que mais se identifique. Hoje, pelo menos, parece óbvia a associação entre o Vargas que a seu modo desafiou um Olimpo e o titã que entregou aos mortais o fogo dos céus.

No início da peça, Ésquilo põe esta fala na boca do Poder, assim que Vulcano termina de acorrentar Prometeu naquele penhasco do Cáucaso, onde todos os dias, para todo o sempre, um abutre virá devorar-lhe o fígado:

– Insulta agora daqui os deuses, Prometeu. Rouba-lhes as honras divinas para dá-las aos que não viverão mais que um dia! Poderão, por acaso, os mortais minorar teu suplício? Em vão te deram os deuses o nome de Prometeu. Tu, sim, precisas de um Prometeu que te liberte!

A Prometeu, cujo nome significa “aquele que prevê” – vocação que bem poderá ser a de Getúlio Vargas – o coro das ninfas do mar pergunta qual foi o seu crime. Ele responde que resistiu com êxito aos desígnios de Júpiter, de exterminar a espécie humana, para criar em seu lugar uma nova raça.

O coro – Mas nada mais fizeste além disso?

Prometeu – Graças a mim, os homens não mais desejam a morte.

O coro – Que remédio lhes deste contra o desespero?

Prometeu – Uma esperança infinita no futuro.

A esperança que Prometeu deu aos homens vem do fogo que ele roubara do Olimpo, para entregá-lo aos homens. Com o fogo que Júpiter lhes subtraíra e que Prometeu devolve, os homens poderão ter esperança infinita no futuro, porque seu destino já não dependerá do capricho desses deuses (que eles ainda não sabem serem apenas criações inconscientes de sua própria cabeça). Com o fogo, os homens criarão civilizações e desde logo deixam de ser figurantes, tornam-se protagonistas de seu destino e construtores de seu futuro.

Só mais tarde Getúlio Vargas saberá de José Manuel Balmaceda. Sabendo, porém, de Prometeu, ele terá ideia, antes mesmo de suas primeiras missões políticas, dos riscos a correr e do preço a pagar.

CAPÍTULO 18

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO

O PRESIDENTE NÃO PODE NEM TENTA ENGANAR A SI MESMO

A DEMISSÃO DE NERO MOURA

O MINISTRO DA AERONÁUTICA PRECISAVA SAIR, NÃO PARA QUE O PRESIDENTE, EGOISTICAMENTE, PUDESSE FICAR. MAS PARA QUE PUDESSE TENTAR A DEFESA, JÁ NÃO DE SEU GOVERNO, MAS DA LEGALIDADE E DA ORDEM CONSTITUCIONAL AMEAÇADAS PELA OFENSIVA GOLPISTA.

O Presidente pode ter enganado a filha Alzira e o major Fittipaldi. Ele com certeza já pensava nos possíveis desfechos da crise e no exemplo de José Manuel Balmaceda. Mas não pode nem tenta enganar a si mesmo. Quando avisou Lutero, antes do atentado de 5 de agosto, da iminente reedição do golpe de 1945, para derrubá-lo, ele já sabia que em algum momento o destino poderia exigir o sacrifício de sua vida. Os acontecimentos subsequentes confirmarão seus pressentimentos.

Logo depois da viagem do Presidente a Minas, talvez no dia seguinte ou no subsequente, 14 ou 15 de agosto – no momento em que o major Fittipaldi encontrava o papel que Alzira levaria ao Presidente – o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, começou a buscar o que logo pareceria ao Ministro Nero Moura alguma forma de controle da Aeronáutica e da Marinha – embora o General fosse apenas o Ministro responsável pelo Exército.

É possível conjecturar – mas não se pode ter certeza – sobre os impulsos que moviam o Ministro da Guerra e os objetivos que pretendia alcançar.

Ele poderia alegar, por exemplo, que tinha de preparar-se para a hipótese de uma rebelião armada da Aeronáutica, que estava toda em pé de guerra, com o apoio de parte da Marinha e de grupos do próprio Exército.

Com a Aeronáutica tão extensamente atingida pela insubmissão, talvez

coubesse ao Ministro da Guerra a responsabilidade de enfrentar contingentes e até aviões da FAB e fazer prender e neutralizar os brigadeiros mais ativos na liderança do movimento, entre eles o próprio Eduardo Gomes. Nero Moura não teria como fazer isso.

O comportamento posterior do General Zenóbio poderia levar-nos até a supor que ele, nesse momento, já se inclinava pela renúncia ou pela deposição do Presidente. Mas seria cedo para tal julgamento.

Pode ser também que o Ministro da Guerra, percebendo a fragilidade cada vez maior, cada vez mais visível e já irreversível do Brigadeiro Nero Moura na Aeronáutica, quisesse, leal ao Presidente, isolar esse ponto fraco e fechar esse rombo no esquema de defesa da ordem constitucional e do próprio governo.

Vejamos, sobre os acontecimentos desse momento, o que diz o Brigadeiro Nero Moura:

– O Zenóbio passou a dirigir mais ou menos as forças militares. Depois do dia 13, ele fez uma reunião no Ministério da Guerra com os ministros militares e os Chefes de Estado-Maior. Quando chegaram o Guilhobel [Almirante Renato Guilhobel, Ministro da Marinha] e o meu chefe de Estado-Maior, Brigadeiro Ajalmar [Mascarenhas], perguntaram a ele [Zenóbio]: “Onde está o Ministro Nero Moura?”. Ele respondeu: “O Ministro Nero Moura está demissionário e por isso não foi convidado”. Sei que o Guilhobel ainda perguntou: “E o que é que fazem aqui o Juarez e o Eduardo?”.¹⁰⁷

– Não lembro qual foi a resposta que o Zenóbio deu, mas eles estavam presentes, sim. A pauta da reunião previa resoluções a serem tomadas pelos ministérios militares diante da situação do país. Zenóbio queria auscultar o ministro da Marinha e, na Aeronáutica, através do Ajalmar, saber com quem ele poderia contar para a manobra que estaria pretendendo.

– À tardezinha, o Ajalmar foi ao meu gabinete e fez um relato da reunião. Disse: “Fiquei surpreso com a sua ausência, Ministro, mas ele afirmou que o senhor pedira demissão. Venho lhe comunicar o fato. Fui iludido. Atendi à convocação, pensando que o senhor estaria lá; do contrário não compareceria”.

¹⁰⁷ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história ora, p. 238.

– Logo que tomei conhecimento dos fatos – prossegue o Brigadeiro Nero Moura – dirigi-me ao Catete e pedi para falar com o Presidente. Ele me recebeu, e coloquei-o a par do que havia ocorrido, através do relato do Ajalmar: a reunião convocada pelo Zenóbio, com a minha exclusão, sob o argumento de que eu estava demissionário. Afinal, concluí com toda franqueza: “Não sei onde está a verdade, Presidente, mas não preciso pedir demissão de um cargo que é seu. O senhor pode me demitir, que não ficarei magoado. Mas, das duas uma: ou o Zenóbio está traindo o senhor, ou é muito incapaz; em vez de reunir os três ministros militares, está nos dividindo. No caso da Aeronáutica, não me convoca, e ainda diz que estou demissionário... Sabe que não vou topar nenhuma manobra e quer me tirar”.

– O Presidente ouviu sem dizer palavra, e encerrei o encontro, dizendo: “O meu cargo lhe pertence, Presidente. De hoje em diante, se é a sua vontade, não sou mais ministro”. Ele não respondeu nada.

– Ao descer as escadas, encontrei o Zenóbio, conversando com Alzira Vargas e o meu ajudante de ordens, Gama e Sousa. Interpelei-o: “Zenóbio, você fez uma reunião, hoje, não me chamou, e disse ao Ministro Guilhobel e ao Brigadeiro Ajalmar que eu havia pedido demissão. A quem eu pedi demissão? A você!?”. Ele tentou se defender: “Eu não disse isso, fui mal-interpretado”. Já exaltado, não permiti contemporizações: “Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Você é um mentiroso, está traindo o Presidente. Numa crise dessas, se não estamos trabalhando em conjunto, os três ministros militares, é porque você está tomando atitudes isoladas, agindo a seu bel-prazer, inclusive chamando os meus oficiais à sua casa, para tratar de problemas da Aeronáutica”.

– A discussão tornou-se meio áspera, e a Alzira, procurando pôr panos quentes, apaziguar, não queria se retirar, nem para atender aos chamados do Presidente, que repetidas vezes mandou um contínuo avisá-la de que o jantar estava servido. Fiquei, realmente, zangadíssimo, e a Alzira permaneceu conosco, até conseguir nos separar. Pouco faltou para irmos além das palavras, diante da Alzira e do Gama e Sousa.

Na segunda-feira, 16 de agosto, o Presidente aceitou a demissão de Nero Moura:

– Olha – disse o Presidente, segundo as memórias de Nero Moura. – Vou aceitar a sua demissão. Há muitas acusações de que você é meu amigo e está protegendo qualquer coisa. Vamos botar outro ministro.¹⁰⁸

O “realismo” político, do qual acusavam tanto o Presidente, diria que nesse momento – contrariamente ao Nero imperador de Roma, que mandava trucidar cristãos na arena do Capitólio – o Brigadeiro Nero Moura é que seria lançado às feras. Em outras palavras, o Presidente estaria abandonando um amigo muito mais jovem, muito menos experiente, traído pelas circunstâncias e colhido nas malhas da desgraça, entregando-o à fúria sanguinária dos leões.

Só que a história verdadeira não aconteceu assim – e quem a recompõe é o então Ministro da Justiça Tancredo Neves:

– Aí já era a crise militar no seu desenvolvimento, e devo dizer que o Nero ficou realmente numa opção trágica. Ou seria aliado à sua arma, aos seus companheiros, ou continuaria aliado ao seu Presidente. Ele realmente verificou que não tinha como no Ministério continuar ajudando o Presidente e que a presença dele apenas seria prejudicial à situação governamental. Mas foi de uma correção absoluta. Ele não deixou o Catete um só dia, até o momento em que o Presidente morreu. Ele ia diariamente, estava com o Presidente diariamente, deu todo o apoio e toda a assistência afetiva e moral ao Presidente.¹⁰⁹

Para Tancredo Neves, o Presidente não se livrou de Nero Moura – o Presidente livrou Nero Moura daquilo que seria uma opção trágica: entre sua Arma, seus companheiros, e um Presidente com os dias contados. E para que não pareça que Nero Moura quis livrar-se desse Presidente com os dias contados, precisamos ler o que escreveu Augusto Villas-Boas, um dos maiores amigos e confidentes de Nero, na apresentação das memórias deste:

– Em agosto de 1954, o General Juarez Távora já conspirava abertamente para derrubar Getúlio Vargas. Agarrado qual uma craca ao cargo de Ministro da Guerra, o General Zenóbio da Costa participava da maquinação. Nero Moura, então Ministro da Aeronáutica, por lealdade ao Presidente ameaçado

¹⁰⁸ Nero Moura, *Um voo na história*, pp. 291 e 292.

¹⁰⁹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

encontrava-se em franco atrito com Zenóbio, e foi até seu chefe. “Presidente, em cima de uma crise dessas – a crise que dias depois culminaria no suicídio de Getúlio – não é possível dois ministros militares se desavindo.” Vargas já não tinha tanta força política para afastar Zenóbio. Nero continuou: “Saio eu, que sou seu amigo”.¹¹⁰

Mesmo em contraste com o depoimento de Nero Moura, o que reflete melhor a verdade e seu clima são as linhas acima de Augusto Villas-Boas, que era, além de um dos maiores amigos e confidentes do então Ministro da Aeronáutica, um jornalista de enorme inteligência, sensibilidade e, sobretudo, caráter.

Relendo essas linhas e as que as precedem, fica evidenciado que a saída de Nero Moura foi uma perda recíproca e inevitável. Nero precisava sair, não para que o Presidente, egoisticamente, pudesse ficar. Mas para que pudesse tentar a defesa, já não de seu governo, mas da legalidade e da ordem constitucional ameaçadas pela ofensiva golpista.

O NOVO MINISTRO

Ao aceitar o pedido de demissão do Brigadeiro Nero Moura, o Presidente informou a ele que lhe tinham sugerido nomear Ministro da Aeronáutica o Brigadeiro Casemiro Roszanyi, comandante da V Zona Aérea, com sede em Porto Alegre. Sem revelar quem sugerira esse nome, o Presidente perguntou:

– O que você acha?

Nero Moura gostou.

– É um excelente oficial, um homem decente, honesto, muito preparado. Uma ótima indicação.

– Mande chamá-lo, para ele vir falar comigo.

O Brigadeiro Roszanyi, que não pertencia a nenhum dos grupos políticos da Aeronáutica e era respeitado por todos, voou imediatamente para o Rio, mas não aceitou o convite.

¹¹⁰ Augusto Villas-Boas, apresentação de Um voo na história.

Nero Moura, enquanto não era escolhido e empossado o novo ministro, tinha de despachar os assuntos de rotina do Ministério. O Presidente pediu que ele “fosse aguentando”, até que conseguisse resolver o problema. Dias depois, “lá pelo dia 18 ou 19”, Nero Moura, que se avistava diariamente com o Presidente, fez uma sugestão:

– O Eduardo [Brigadeiro Eduardo Gomes] já viu que não o tira. Se o senhor der o Ministério a ele, ele acaba com essa crise. O Brigadeiro Fontenelle [Brigadeiro Dyott Fontenelle] é muito amigo dele, mas é seu amigo também. Não vai trai-lo e vai dirigir o Ministério de acordo com o que o Eduardo gosta.

O Presidente respondeu:

– É uma boa solução.

Nero Moura falou imediatamente com o Brigadeiro Dyott Fontenelle, que respondeu:

– Eu topo, topo sem pestanejar.

Na manhã seguinte, Nero Moura recebe um telefonema do Chefe do Gabinete Civil, Lourival Fontes.

– Nero, deu-se a... O Presidente acaba de nomear o Epaminondas para Ministro e quer que você passe o cargo aqui às 11 horas...

Lourival Fontes era um homem, um escritor de expressões fortes. Deve ter dito:

– ...deu-se a merda!

– Realmente, Lourival, é uma grande... – respondeu Nero Moura. – A Aeronáutica toda vai ficar contra ele.

– É isso mesmo – responde Lourival Fontes. – Estou de acordo que estamos no fim.

Para Nero Moura, a escolha do Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos para seu lugar no Ministério da Aeronáutica foi péssima. O pessoal da Aeronáutica – segundo Nero – tinha ódio do Brigadeiro Epaminondas. Quando ele foi nomeado, Eduardo Gomes disse:

– É uma afronta à Aeronáutica. Agora vamos partir para a luta.

E aí – acrescenta Nero Moura – fez uma reunião dos brigadeiros no Clube da Aeronáutica.

– Eles fizeram um manifesto pedindo a renúncia do Presidente.¹¹¹

A escolha do Brigadeiro Epaminondas foi atribuída aos filhos Alzira e Lutero e ao irmão do Presidente, Benjamim Vargas, mas o Brigadeiro Nero Moura era de opinião, manifestada em depoimentos e em suas memórias, de que o verdadeiro autor da indicação teria sido o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa. O que faz sentido. Se o Ministro da Guerra estava diante da hipótese de enfrentar uma rebelião armada na Força Aérea – e de ter de prender, sendo do Exército, colegas da Aeronáutica – por que o Presidente agravar seus riscos recusando a escolha de um Ministro da Aeronáutica identificado com ele?

O Presidente teve o cuidado de realizar consultas não só na Força Aérea, como também no Exército – e até a chefes militares indiscutivelmente envolvidos na trama golpista.

O General Juarez Távora, comandante da Escola Superior de Guerra e Vice-Presidente do Clube Militar, foi procurado, em casa, pelo General Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar da Presidência. O General Juarez conta em suas memórias:

– Conversando com o Major-Brigadeiro Ajalmar Mascarenhas, sobre a propalada escolha do Brigadeiro Epaminondas dos Santos, com quem me dava, de longa data, para Ministro da Aeronáutica, senti reação inteiramente contrária a tal nomeação, que, a seu ver, mais acirraria as prevenções da oficialidade da Aeronáutica contra o governo.

– Procurado, nesse mesmo dia, em minha casa, pelo General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, indagou-me ele, cautelosamente, que pensava eu daquela escolha. Respondi-lhe que estimava o Brigadeiro Epaminondas como velho amigo pessoal; mas que, nas circunstâncias existentes, limitava-me a transmitir-lhe o que ouvira, a respeito, de seu companheiro de Arma, o Brigadeiro Ajalmar Mascarenhas. Caiado nada comentou – talvez porque a decisão do Presidente... já estivesse assentada.¹¹²

¹¹¹ Nero Moura, *Um voo na história*, pp. 295 a 297.

¹¹² Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, vol. 2, p. 251.

Na noite anterior à nomeação, o Presidente informou a Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil, “que fizera dois atos”: para Epaminondas e Dyott Fontenelle, ambos seus amigos. Sabia que Dyott “contava com o apoio de seus companheiros que desejavam restabelecer a ordem...”

Lourival Fontes não tentou discutir a escolha, afinal, do Brigadeiro Epaminondas. Mas deixou um alerta:

– Era meu hábito observar, mas, depois de decidido, cumprir. Ainda acrescentei que [Epaminondas] não ia nem organizar o gabinete. O Brigadeiro Epaminondas, como eu previa, e a cuja posse o General Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra, não comparecera, nada fez e nada podia fazer.¹¹³

Segundo o Brigadeiro Nero Moura, foi por indicação do General Zenóbio que o Presidente acabou nomeando o brigadeiro Epaminondas, e não o brigadeiro Fontenelle. Por que, então, o General Zenóbio não compareceu à posse do novo Ministro da Aeronáutica? A única explicação plausível é que o General Zenóbio não queria aparecer como padrinho do novo Ministro. Mas terá sido convincente essa ausência?

¹¹³ Lourival Fontes e Glauco Carneiro, *A face final de Vargas*, p. 145.

CAPÍTULO 19

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO

UM ENCONTRO SEM RESULTADOS

O PRESIDENTE RECEBE CHATEAUBRIAND

OSWALDO ARANHA E TANCREDO NEVES ESFORÇAVAM-SE, PELO MENOS, PARA ATENUAR A FÚRIA DOS ATAQUES DOS “DIÁRIOS ASSOCIADOS”, DE ASSIS CHATEAUBRIAND, AO GOVERNO E À PESSOA DO PRESIDENTE.

Muito antes do atentado da Rua Tonelero, talvez já nos dias da CPI da Última Hora, em 1953, amigos e colaboradores do Presidente, como Oswaldo Aranha e Tancredo Neves, esforçavam-se para conter ou, pelo menos, atenuar a fúria dos ataques dos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand, ao governo e à pessoa do Presidente.

Sem a televisão de Chateaubriand, Carlos Lacerda não levaria tão longe e tão fundo sua campanha contra o Presidente.

Esses esforços, segundo Tancredo Neves, resultaram inúteis. Mas no dia 16, associando-se pessoalmente a eles, o Presidente recebeu Chateaubriand no Palácio do Catete – encontro que seria revelado pelo próprio Chateaubriand na sessão do Senado de 24 de agosto, horas depois da morte do Presidente:

– Nestes trinta anos e pouco, estabeleceu-se entre mim e Getúlio Vargas uma intimidade tão constante, tão permanente, sem embargo das divergências doutrinárias, de pontos de vista contrários no encarar os problemas do Brasil, que a nossa amizade pode ser conservada de tal modo, nestes três decênios, que há oito dias dele recebi um convite para ir ao Palácio do Catete.

– Esse nosso encontro foi uma das páginas mais dramáticas da nossa vida, pois o que Getúlio Vargas me pedia era o que eu estava disposto a lhe dar: o ato de justiça de esperar que os acontecimentos nos quais se achava envolvida a sua autoridade, pudessem merecer do Judiciário o julgamento indispensá-

vel, para que os seus concidadãos aferissem da limpeza, da decência e da dignidade de sua pessoa naquele emaranhado de acontecimentos, de nenhum dos quais, estou certo, havia tido ciência.

A 16 de agosto, nesse encontro, Assis Chateaubriand declarou-se disposto ao ato de justiça de aguardar a decisão da Justiça sobre os acontecimentos nos quais estava envolvida a autoridade do Presidente. A 16 de agosto, Assis Chateaubriand, o jornalista e empresário de jornal, rádio e TV mais poderoso do Brasil daquele momento, não duvidava “da limpeza, da decência e da dignidade [do Presidente] naquele emaranhado de acontecimentos”. De nenhum deles, Chateaubriand estava certo, o Presidente “havia tido ciência”.

Apesar disso, os jornais de Chateaubriand, as rádios de Chateaubriand e a TV de Chateaubriand permaneceram, por mais oito dias, até o desfecho da crise, à disposição de Carlos Lacerda e seus acólitos, contra o Presidente.

Na tarde de 24 de agosto, com o Presidente morto, Chateaubriand só se lembra dos momentos poéticos – e conta no discurso no Senado:

– Uma noite, na Praia de Tambaú, na Paraíba, conversava com José Américo. O Governador da minha terra, que não tinha com o Presidente Vargas senão o alheamento, a distância criada pela crise de 1937, me contava, com a humildade franciscana de que é capaz a sua grande alma, o seu admirável espírito: quando topou Vargas neste Senado, tudo o que havia dentro das suas entranhas de marroeiro e de jagunço paraibano o arrebatava para um ajuste de contas pessoal, com o homem que havia destruído e aniquilado a sua sorte política em 1937. E afirmava José Américo que quanto mais impetuosas, mais violentas eram as suas rabanadas de cetáceo contra Vargas, mais doce, mais humilde, mais cristão se revelava este na sua misericórdia e na sua magnanimidade contra aquelas explosões de sensibilidade de homem do sertão do Nordeste.

– E à medida que os seus ímpetos (falava ainda o paraibano) se quebravam diante da magnanimidade e da grande nobreza de alma de Vargas, mais se sentia elevado e mais compreendia que na brutalidade, na violência, no vulgarismo da sua paixão o gaúcho lhe ensinava um coisa – a capacidade de perdoar.

É muito bonito tudo isso que Chateaubriand diz, mas teria José Américo tantas razões de queixa? Vamos aqui interromper o devaneio de Assis Chateaubriand para lembrar que, se não fosse por Getúlio Vargas, o tão falado José Américo não chegaria a ser metade do que foi.

Ministro da Revolução de 30, indicado por Juarez Távora, que preferia o posto de delegado militar no Nordeste, para substituí-lo no Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo tornou-se candidato à Presidência em 1937, na eleição que seria cancelada pelo golpe do Estado Novo. Jamais perdoaria ao Presidente esse episódio, embora atravessasse confortavelmente todo o o Estado Novo, de 1937 em diante, com as prerrogativas e o salário milionário de ministro do Tribunal de Contas da União, para o qual fora nomeado em 1935, a seu próprio pedido, por Getúlio Vargas. Doce exílio interno com prerrogativas e mordomias das melhores...

O discurso de Assis Chateaubriand foi feito na tarde de 24 de agosto, como que diante do corpo morto do Presidente. Chateaubriand não poderia descer a detalhes sobre os dias anteriores, sobre o uso de seus jornais, rádios e televisões na campanha – afinal bem-sucedida, para afastar o Presidente do governo, ainda que ao preço de sua vida. Foi, então, lírico, o discurso de Chateaubriand:

– Sr. Presidente, quando um dia comuniquei a Getúlio Vargas as palavras de José Américo, vi que daquele homem frio, daquele pedaço de Pão de Açúcar que era, daquela natureza aparentemente árida, duas lágrimas rolavam. Era esse homem de sensibilidade que eu queria revelar ao Senado.

Tantos e tão ternos sentimentos só foram revelados na tarde de 24 de agosto, depois de devidamente morto o Presidente. Do encontro de Chateaubriand com o Presidente em diante, por oito dias mais, a imprensa, o rádio e a televisão de Chateaubriand – o rádio e a TV poderiam ser silenciados e seus canais de transmissão cassados pelo governo – continuaram à disposição de Carlos Lacerda. E foi nesses oito dias que a campanha tornou-se mais violenta.

Talvez Chateaubriand não pudesse revelar, antes da morte do Presidente, esse encontro de 16 de agosto. Porque a conspiração avançava.

A EXIGÊNCIA DE CHATEAUBRIAND AO GENERAL MOZART DORNELLES

Chateaubriand também não revelou, no mesmo discurso, o encontro que tivera, em plena crise, com o General Mozart Dornelles, Subchefe do Gabinete Militar do Presidente Vargas e amigo de longa data de Chateaubriand. Da realização desse encontro e do que nele foi dito, o autor do presente livro teve notícia pelo Senador Francisco Dornelles, filho do General Mozart, primeiro em conversa particular e depois, no início de 2005, em depoimento para o documentário de televisão Tancredo Neves, Mensageiro da Liberdade.¹¹⁴

Chocado com a virulência dos ataques de Lacerda ao Presidente Vargas, não só em seu jornal como nas televisões de Chateaubriand, a do Rio e a de São Paulo, o General Mozart procurou Chateaubriand e ouviu dele o seguinte:

Que Chateaubriand admirava e adorava o Presidente e que bastava o Presidente desistir da Petrobrás. Se o Presidente desistisse da Petrobrás, Chateaubriand tiraria Lacerda da televisão e entregaria a televisão a quem o Presidente quisesse.

De volta ao Palácio do Catete, e chocado com a exigência de Chateaubriand, o General Mozart Dornelles decidiu aconselhar-se com o Ministro da Justiça Tancredo Neves, seu cunhado (o General era casado com Mariana Neves Dornelles, irmã de Tancredo).

Tancredo respondeu:

– Se é isso, fique certo de que o Presidente morre mas não desiste da Petrobrás.

No mesmo dia do encontro de Chateaubriand com o Presidente, o general Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra e vice-presidente do Clube Militar, recebeu carta dos advogados de D. Lúcia Vaz, viúva do major Rubens Florentino Vaz, na qual esses advogados manifestavam descrença em que se viessem a apurar, através dos inquéritos em andamento, as respon-

¹¹⁴ Realizado pelas produtoras FBL, de Fernando Barbosa Lima e Rozane Braga, e Lúmen, de Nina Luz e Cláudia Castelo.

sabilidades pelo crime da Rua Tonelero. Os advogados concluíam:

– A crise realmente ultrapassa os limites e os objetivos de um processo judicial. Ela só pode ter solução, que liberte o país do opróbrio e das inquietações que o oprimem, através de caminhos e métodos insubstituíveis, e cujo emprego é imposto pelo problema criado, não pela nação, mas pelo próprio governo.¹¹⁵

Não podia haver proposta mais explícita de golpe – e a carta, segundo lemos nas memórias do General Juarez Távora, era assinada pelos advogados Adauto Lúcio Cardoso, futuro deputado pela UDN, Presidente da Câmara e ministro do Supremo Tribunal Federal, e Heráclito Fontoura Sobral Pinto – o famoso Sobral Pinto, defensor dos direitos humanos, mas nesse momento rendido à conspiração golpista.

¹¹⁵ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, volume 2, P. 250.

CAPÍTULO 20

TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO

UMA EDIÇÃO FALSA DA TRIBUNA DA IMPRENSA PARA ENGANAR GREGÓRIO
PRISÃO DE CLIMÉRIO, CONFISSÃO DE GREGÓRIO

CLIMÉRIO TINHA EM SEU PODER 35 MIL CRUZEIROS,
EM CÉDULAS DA MESMA SÉRIE DOS 225 MIL ENCONTRADOS COM
GREGÓRIO E DOS SETE MIL DE ALCINO.

Nos primeiros dias, no Galeão, Gregório manteve-se na negativa de sua própria responsabilidade e tentou espalhar culpas para criar confusão.

Na manhã, porém, do dia 17, terça-feira, uma patrulha da Aeronáutica prendeu Climério, o companheiro de Alcino na noite do atentado – e as negativas de Gregório tornaram-se ainda mais insubsistentes.

Climério já fora procurado em quatro Estados, Estado do Rio, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e até em São Borja. Assim como no caso de Alcino, o paradeiro de Climério foi estabelecido com a ajuda de um motorista de táxi também do bairro do Catete, no qual Climério morara algum tempo e, como funcionário da guarda, conhecera muita gente.

Climério fora primeiro para o sítio de sua mãe, em Jacarepaguá, então um lugar distante e isolado do Rio, e de lá para a casa de um compadre em Tinguá, na Baixada Fluminense. Além do motorista do Catete, os oficiais do IPM tiveram como informante a própria mãe de Climério, assustadíssima e sem saber o que fazer ou dizer.

Localizado num bananal atrás da casa do compadre, em Tinguá, Climério não tentou fugir nem resistir. A caçada mobilizara duzentos homens armados, dezenas de veículos e até um helicóptero.

Climério tinha em seu poder 35 mil cruzeiros, em cédulas da mesma série dos 225 mil encontrados com Gregório e dos 7 mil de Alcino.

Da mesma forma que Alcino, Climério confessou tudo – até porque não havia como explicar o dinheiro da mesma série e numeração consecutiva. Gregório ainda tentava socializar a autoria do atentado, fazendo compartilhar dele sobretudo o General Mendes de Moraes e o deputado Euvaldo Lodi, e só começaria a ceder a partir da prisão de Climério e da prova estabelecida por esse dinheiro.

Foi nessa altura das investigações, talvez até um dia antes da prisão de Climério, que oficiais do IPM tiveram a ideia de fazer imprimir uma edição falsa da Tribuna da Imprensa para enganar Gregório e levá-lo a confessar (ele estava incomunicável e não poderia distinguir um jornal falso de um verdadeiro). Carlos Lacerda não gostou da ideia – certamente por perceber que o fato acabaria por tornar-se público e reduziria ainda mais a credibilidade de seu jornal, já comprometida pela paixão com que se conduzia. Lacerda não gostou, fez objeções (“Bem, imaginem, um jornalista fazer um jornal falso...”) mas acabou concordando.

A edição falsa foi produzida e impressa – apenas alguns exemplares – nas oficinas da Tribuna, com a participação de dois ou três gráficos e jornalistas de confiança. O jornal era o mesmo que estava nas bancas e só a manchete mudava, para dizer que Benjamim Vargas, abandonando amigos e cúmplices, fugira para o Uruguai.

Segundo outra versão, o jornal falsificado não foi a Tribuna mas O Globo, e a manchete falsa anunciava não a fuga, mas o suicídio de Benjamim Vargas. Por essa versão alternativa, Gregório não se abalou ao encontrar o jornal por acaso, ou no corredor, a caminho do banheiro, ou em outro lugar dos que percorria rotineiramente na Base Aérea do Galeão. Gregório, ao ler a notícia do “suicídio” de Benjamim Vargas, teria dito apenas:

– Coitado, ele não devia nada!

E nada confessou.

Para Carlos Lacerda, segundo seu biógrafo Foster Dulles, Gregório desabou quando leu a manchete falsa da Tribuna – Bejo Vargas foge para Montevideu, abandonando os seus amigos na hora do perigo.

– Quando ele leu, desabou! – recordou Lacerda mais tarde. – Aí começou

a contar... Mas nunca aceitou incriminar Bejo Vargas. Sempre sustentou que o Getúlio não sabia e que o Bejo só tinha sabido depois. Quer dizer, o homem foi leal a eles até o fim.¹¹⁶

Aos dirigentes do inquérito – escreveu em O Cruzeiro o repórter Arlindo Silva, que teve acesso privilegiado ao Galeão, ao IPM e aos presos – ocorreu, então, outra ideia:

– A ideia de chamar o Inspetor Cécil Borer, da [delegacia de] Ordem Política e Social, famoso por suas campanhas contra os agitadores comunistas, desde há longo tempo. Confiavam os oficiais do Galeão que Borer, com seu largo tirocínio em obter confissões pelo “cerco psicológico”, pudesse vencer Gregório... Aos jornalistas, que não arredavam pé do portão da Base Aérea, declarou o Inspetor Borer que lá fora para examinar documentos do arquivo do “Anjo Negro”, que revelavam acordos entre trabalhistas e comunistas, na tarefa insana da agitação.

– Na realidade, porém – prossegue Arlindo Silva – Borer fora à Base para se defrontar com seu antigo desafeto, inimigo de 15 anos, Gregório Fortunato. Durante vinte horas Borer permaneceu numa sala, sozinho, com Gregório. Os papéis estavam, então, invertidos: o mandachuva de ontem estava transformado em réu, e o perseguido de ontem, agora, era o inquiridor.

– Pela madrugada adentro se desenrolou a conversa entre os dois. O inspetor demonstrando, mais uma vez, ser senhor absoluto da técnica do interrogatório, a certa altura (depois de 17 horas de “cerco”) chamou um oficial e disse: “Acho que dentro de umas duas horas ele vai confessar”. Com efeito, duas horas e meia depois Gregório confessava sua responsabilidade na articulação do crime que roubou a vida ao major Vaz e feriu o diretor da Tribuna de Imprensa. Depois dessa confissão, Borer disse: “Agora, deixem o homem dormir, que ele merece...”.

A prisão de Climério e a confissão de Gregório, avaliadas com serenidade e objetividade, poderiam ser o ponto final das investigações sobre o Presidente e sua família. Como sabemos, porém, o coronel Adil só deixou de investigar

¹¹⁶ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., P. 183.

o Presidente quando este morreu, uma semana depois.

No clima daqueles dias, de paixão e cegueira, qualquer fato novo do inquérito era levado ao público sempre de modo a atizar as labaredas da campanha pela derrubada do governo.

A crise do ministério, com a demissão do ministro Nero Moura e a dificuldade de dar-lhe substituto, servia também aos mais radicais, para quererem pressa na liquidação do Presidente.

Nesse mesmo dia, o Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos soube que o Brigadeiro Roszanyi não aceitara o convite para o Ministério e foi chamado a um encontro com o Presidente.

– Epaminondas – disse o Presidente – eu vou precisar de você. Você aceitaria a pasta?

O Presidente perguntou “o que eu achava da situação, tendo-lhe respondido que cor de rosa não estava, que eu a considerava grave, gravíssima mesmo, tudo dependendo da sorte. Se houvesse sorte, a situação poderia ser contornada”.

– Epaminondas – respondeu o Presidente – receio sacrificar um amigo.

– Neste particular, Dr. Getúlio, esteja tranquilo, embora eu preferisse que o senhor nomeasse o Roszanyi e me deixasse onde estou. Mas já que o senhor necessita de mim, pode dispor, sem se preocupar com prejuízos que possam advir, porque eu não terei meios de pagar a oportunidade que senhor me vai dar, para que eu reafirme, uma vez mais, que não sou igual a esses que aí estão.

A POSSE DE EPAMINONDAS

Só na manhã de 18 de agosto, quarta-feira, o brigadeiro Epaminondas assumiu o Ministério da Aeronáutica, na verdade nominalmente, porque tinha o título mas quase nenhum poder de comando.

– Às 10 horas da manhã – contaria ele em entrevista a Yedo Mendonça, de O Cruzeiro – fui chamado pelo General Caiado de Castro para comparecer ao Catete, e lá chegando recebi a comunicação de que era o novo Ministro da Aeronáutica. Estava em Palácio o Brigadeiro Nero Moura, que queria, no mesmo instante, entregar a pasta. Pedi-lhe que esperasse, sendo marcada a

posse no Catete para 16 horas, e a transmissão no Ministério para 17 horas.

– Às 11 horas, comuniquei ao Brigadeiro Eduardo Gomes que tomaria posse às 16 horas e receberia a pasta às 17 horas. Mais tarde tive ciência de que o Brigadeiro Eduardo Gomes procurou o General Juarez Távora e, juntos, pediram ao Ministro da Guerra, General Zenóbio, que aconselhasse o Presidente a não me nomear, porque eu era amigo dele, e isso poderia irritar a Aeronáutica. O General Zenóbio não concordou, e o General Juarez Távora, às 16 horas e pouco, depois, portanto, que eu havia tomado posse, segundo soube, foi ao Palácio do Catete se entender com o General Caiado para fazer a mesma ponderação.

Esses detalhes só são importantes porque revelam os bastidores da conspiração. Dias antes, o General Juarez Távora, um dos comandantes do golpe, fora procurado em casa pelo General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar do Presidente. Agora o General Juarez vai ao Catete, o palácio presidencial, para fazer objeções à escolha do Presidente!

Nesse mesmo depoimento a Yedo Mendonça, o Brigadeiro Epaminondas diz que, ao tomar posse, teve a satisfação de ver que todos os brigadeiros pediam comandos e ofereciam apoio. Segundo Nero Moura, não foi bem assim:

– O Epaminondas chamou todos os oficiais ao seu gabinete, convidando-os a permanecer nas mesmas funções, mas eles se recusaram, pedindo para serem exonerados no mesmo instante. Ele só levava o chefe de gabinete, Amaral Pena, seu amigo pessoal, e que já havia sido convidado. Disseram: “Muito obrigado, mas não queremos ser seus oficiais de gabinete. O senhor nos substitua o mais depressa possível”. Ele apelou para que aguardassem os substitutos, porém, nos seus quatro dias de ministério, não conseguiu nem completar o quadro de ajudantes de ordens.

Anos mais tarde, já depois da morte do Brigadeiro Eduardo Gomes, um amigo deste contou a Nero Moura:

– O Eduardo Gomes me disse que, se o Fontenelle [Brigadeiro Dyott Fontenelle] tivesse sido nomeado Ministro da Aeronáutica naquela crise de agosto, ele, Eduardo, poria fim a todos os problemas em 24 horas, e o Getúlio estaria a salvo.

Nero Moura retrucou:

– Foi exatamente com essa intenção que combinei com o Presidente a nomeação do Fontenelle, e ele ficou de acordo. Eu lhe disse que o Eduardo acabaria com a crise em 24 horas, caso uma pessoa em quem ele pudesse confiar fosse nomeada.¹¹⁷

Teria sido assim? Se a revolta na Aeronáutica resultasse apenas do atentado de Tonelero e do assassinato do major Rubens Vaz, talvez. Mas a conspiração vinha de muito antes do atentado de Tonelero, como vimos no episódio do impeachment, em junho, quando o próprio Brigadeiro Eduardo Gomes insistiu com Afonso Arinos para a votação desse pedido, em busca de uma prova definitiva de que seria impossível afastar o Presidente por meios constitucionais. E Chateaubriand, o senhor de mídia, desistiria da campanha com a qual pretendia forçar o Presidente a desistir da Petrobrás?

Nesse mesmo dia 18 de agosto, foram oficialmente apresentados à imprensa, como responsáveis pelo crime da Rua Tonelero, Gregório Fortunato, Climério, Alcino e João Valente de Souza. No dia seguinte seria preso na cidade de Patrocínio, em Minas, José Antônio Soares, o intermediário de Climério que contratara Alcino para matar Carlos Lacerda. Era como se o caso chegasse ao fim.

“ELEMENTOS SEGUROS DE PROVA”

No dia 19, preso Soares e sem ninguém mais para prender – (dos supostos mandantes ainda sob suspeita, Mendes de Moraes era general e Euvaldo Lodi deputado, imprendíveis ambos) – o coronel Adil reuniu a imprensa para divulgar um comunicado no qual dizia:

– Não tenho dúvidas e já tenho elementos seguros de prova de que o crime foi planejado e executado por elementos que serviam no Palácio do Catete, onde residiam mesmo.

Não havia novidade nisso, pelo menos novidade que exigisse um comuni-

¹¹⁷ Nero Moura, *Um voo na história*, p. 298.

cado solene do IPM. Por essa razão – “crime planejado e executado por elementos que serviam no Palácio do Catete” – o Presidente determinara a prisão de Gregório Fortunado quase duas semanas antes.

A nota e a entrevista acrescentavam ter Soares entrada franca no Palácio, embora não fizesse parte da guarda pessoal. E que as cédulas apreendidas em poder de Climério eram cédulas verdadeiras (surgira a especulação de que fossem falsas ou enviadas à guarda pela Caixa de Amortização do Banco do Brasil, responsável pela emissão do papel moeda), da mesma forma como era verdadeira “a conclusão de que lhe haviam sido entregues [a Climério] por Gregório, para quem convergiam agora as mais sérias suspeitas”.

Só agora convergiam para Gregório as mais sérias suspeitas? Se nesse dia 19 Gregório ainda não tinha confessado, e ainda não fora vencido pelo “cerco psicológico” do inspetor Borer, será que a confissão de Climério, a de Alcino e a de Valente e o dinheiro da mesma série e de numeração consecutiva encontrado com Climério e Alcino e no quarto de Gregório não constituíam provas suficientes para encaminhar o inquérito à Justiça e entregar-lhe os criminosos? Ou era necessário prolongar o inquérito e preservar e realimentar dúvidas para evitar o colapso da campanha em favor da deposição do Presidente?

A própria declaração do coronel Adil aos jornais, sem dúvida uma satisfação que ele dava, uma prestação de contas que fazia aos colegas da Aeronáutica, não terá sido pedida e cobrada precisamente para servir a essa campanha?

CAPÍTULO 21

QUARTA, QUINTA E SEXTA-FEIRAS, 18, 19 E 20 DE AGOSTO
LUÍS CARLOS PRESTES: "UNIR NOSSAS FORÇAS E PÔR ABAIXO
O GOVERNO VARGAS!"

DEPOIS DA CALMARIA

CARLOS LACERDA VAI A SÃO PAULO E MOSTRA, EM DISCURSOS
E NA TELEVISÃO, DOCUMENTOS RETIRADOS DOS ARQUIVOS DE
GREGÓRIO FORTUNATO, OS ARQUIVOS QUE DESAPARECERIAM
E NÃO SERIAM ANEXADOS AOS AUTOS DO IPM DO GALEÃO.

Será apenas uma sensação bem-intencionada e ilusória ou, depois da prisão de Climério, na manhã do dia 17, os acontecimentos diminuem tanto em número como em tamanho? São dois dias, 18 e 19, em que nada acontece de tão importante ou de tanto impacto quanto nos dias anteriores.

No dia 18 acontece apenas a posse do Brigadeiro Epaminondas no Ministério da Aeronáutica. No dia 19, apenas a prisão de José Antônio Soares, que já não fazia grande diferença, uma vez presos Gregório, Climério e Alcino e apreendido o dinheiro, da mesma série e de numeração consecutiva, em poder dos três.

A crise estaria cedendo? Ou era a calmaria que precede o pior da tempestade? Os adversários do Presidente estariam recuando? Não havia sinal disso, a não ser que se quisesse interpretar dessa forma a escassez de fatos novos, de impacto, desde a prisão de Climério, na terça-feira 17. E o Brigadeiro Eduardo Gomes reagira à escolha do Brigadeiro Epaminondas para o cargo de Ministro da Aeronáutica, dizendo que agora, sim, a Aeronáutica iria às últimas consequências.

No dia 20 há aparências de normalidade. No governo, assina-se um acordo com os Estados Unidos para a troca de trigo americano por areias

monazíticas brasileiras, então um mineral estratégico na indústria nuclear. De parte do governo brasileiro, era uma tentativa de demonstrar aos tacanhos e truculentos condutores da política externa dos Estados Unidos que os dois países podiam cooperar, sem prejuízo da política econômica nacionalista do Brasil, da mesma forma como tinham cooperado na Segunda Guerra Mundial.

Carlos Lacerda, nesse dia, vai a São Paulo e mostra, em discursos e na televisão, documentos retirados dos arquivos de Gregório Fortunato, os arquivos que desapareceriam e não seriam anexados aos autos do IPM do Galeão.

O ex-Presidente Eurico Dutra declarara pouco antes que a renúncia do Presidente serviria para tranquilizar o país. A Ordem dos Advogados e o colegiado de diretores das faculdades da Universidade do Distrito Federal também pediam a renúncia.

– Carlos [Lacerda] – escreve seu biógrafo Foster Dulles – durante sua agenda abarrotada de discursos... mostrou cópias de documentos encontrados nos arquivos de Gregório e afirmou que havia ido a São Paulo a fim de pregar uma “revolução da paz”, a ser feita pelo povo, dentro dos moldes constitucionais e em prol da renúncia do “Presidente Fantoche, já deposto moralmente”. Falando na convenção da UDN em São Paulo, Carlos apoiou Prestes Maia, candidato a governador contra Ademar de Barros e Jânio Quadros.¹¹⁸

Mesmo em São Paulo, onde a oposição ao Presidente, nas elites e na mídia, era maior que em qualquer outro lugar, a fúria de Lacerda não acrescentaria, nesse dia, um solitário prego ao caixão cuja madeira os inimigos aparelhavam para enterrar o Presidente.

Talvez Lacerda não soubesse, mas nessa tarde encontraram-se no Rio os três ministros militares, em reunião do Alto Comando do Exército.

Segundo Queiroz Júnior, um dos secretários do Presidente na época e depois um dos mais empenhados pesquisadores de seu governo e destes acontecimentos, a convocação desse encontro fora provocada por uma visita horas antes, de manhã, do Vice-Presidente Café Filho ao Ministro da Marinha, Almirante Renato Guilhobel.

¹¹⁸ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda..., P. 187.

– Café Filho, no dia 20, pela manhã – escreve Queiroz Júnior no livro *Memórias sobre Getúlio* – sugere ao Ministro Guilhobel que, em nome das Forças Armadas, pleiteasse a renúncia do Presidente Getúlio, simultaneamente com a sua, assumindo o governo [o Presidente da Câmara, deputado] Nereu Ramos, que convocaria o Congresso para eleger [novo] Presidente. Zenóbio discorda da proposta e reúne o Alto Comando do Exército, com a presença dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica, de Juarez [Távora] e Eduardo Gomes e outros. No fim chegou Mascarenhas de Moraes. O Alto Comando divulga nota dizendo que “por unanimidade e dentro do mais estreito espírito de compreensão reafirmam que às Forças Armadas cabe manter a ordem, a disciplina e a integridade da Constituição e que, em qualquer hipótese, se oporão com firmeza a que sejam feridos esses princípios em que repousam a felicidade do país e os deveres constitucionais das Forças Armadas”.¹¹⁹

A versão do próprio Café Filho, como veremos em detalhe adiante, é que esse encontro com o Almirante Guilhobel só aconteceu no dia seguinte, 21, domingo.

Da reunião do Alto Comando do Exército, reunião, como tudo naqueles dias, inteiramente anormal, porque realizada com a participação dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que era o Marechal Mascarenhas de Moraes, além de Eduardo Gomes e Juarez Távora, que nada tinham a fazer ali, é de Mascarenhas a melhor versão que temos. Ela não confirma que já se tivesse discutido a proposta de renúncia dupla, do Presidente e do Vice-Presidente – o que talvez se explique pela circunstância de que o Marechal Mascarenhas, segundo Queiroz Júnior, chegou com a reunião já em andamento. Diz Mascarenhas, em suas memórias, que compareceu a essa reunião “e o que nela se resolveu, coerentemente com os princípios já estabelecidos” (em reunião no dia 11) foi registrado na nota oficial distribuída à imprensa:

– Reuniu-se hoje o Alto Comando do Exército, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministros da Marinha e da Aeronáutica [e dos]

¹¹⁹ Queiroz Júnior, *Memórias sobre Getúlio*, p. 161.

Chefes do Estado-Maior da Armada e da Aeronáutica. Depois de apreciada a situação do país face aos últimos acontecimentos, decidiram, por unanimidade, e dentro do mais estrito espírito de compreensão, reafirmar que às Forças Armadas cabe manter a disciplina e a integridade da Constituição e que, em qualquer hipótese, se oporão com firmeza a que sejam feridos esses princípios, em que repousam a felicidade do País e os deveres constitucionais das Forças Armadas.

Comentando a reunião e os fatos que se verificavam paralelamente no meio militar, o Marechal Mascarenhas diz em suas memórias:

– Nesse clima de confiança na unidade de pensamento e de ação das Forças Armadas, prosseguiram os entendimentos, até que, excitada a opinião pública por novos fatos divulgados no decorrer das investigações do inquérito policial-militar, a oficialidade dos postos médios da Aeronáutica e da Marinha, principalmente, começou a exigir, de público, novos pronunciamentos de seus chefes, já então imbuídos da ideia de que só o afastamento do Presidente da República poderia garantir o livre prosseguimento das diligências e consequentemente a punição dos verdadeiros culpados pelo atentado da Rua Tonelero.¹²⁰

Fica claro desse registro, de um homem da sobriedade do Marechal Mascarenhas, fiel até o fim (e mesmo depois) ao Presidente Vargas, que estava cada vez mais difícil aos comandos conter a oficialidade dos postos médios, especialmente da Aeronáutica e da Marinha.

Mas não era só a oficialidade dos postos médios. Como veremos, a palavra decisiva para a deposição do presidente seria, logo depois, a do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Nesse mesmo dia, as tropas do Exército foram postas em prontidão.

¹²⁰ João Batista Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. 2, pp. 583 e 584.

PRESTES PEDE A DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO

Para esse ataque a partir da direita, a articulação da oficialidade “média”, o governo estava preparado, mais psicológica que política e militarmente. Mas no sábado, 21 de agosto, foi atacado dos dois lados e em primeiro lugar a partir da esquerda. A Imprensa Popular, jornal do Partido Comunista, apareceu nessa manhã com uma longa entrevista de Luis Carlos Prestes, secretário-geral do partido, pregando a derrubada do Presidente.

Como para evitar qualquer identificação entre a linha do PC e a linha da UDN, que encabeçava a oposição conservadora, antinacionalista e antirreformista, a manchete da Imprensa Popular dizia:

– Prestes desmascara os golpistas.

Na entrevista, Prestes podia desmascarar os golpistas, mas pedia com todas as letras a deposição do Presidente:

– Os trabalhadores brasileiros conhecem os instintos sanguinários do Sr. Vargas e de seus policiais. Cresce o desprestígio e a impopularidade do Sr. Vargas e, em número cada vez maior, os patriotas e democratas começam a compreender que o atual estado do coisas não pode continuar e que, como afirmam os comunistas, precisamos unir e organizar nossas forças para pôr abaixo o governo de Vargas.

Essa entrevista foi republicada no dia seguinte, 22 de agosto, e, por coincidência, saiu pela terceira vez no próprio dia 24.

– Nesse dia – comenta Cláudio Lacerda – a notícia do suicídio de Vargas só chegou depois do jornal estar na rua [e] o editorial da Imprensa Popular denunciava: “Nosso povo é hoje mais forte que o governo de traição nacional de Vargas, que os golpistas da UDN e que os generais fascistas”.¹²¹

¹²¹ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, p. 32.

CAPÍTULO 22

ENTRE A QUARTA-FEIRA, 18, E A SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO

OSWALDO ARANHA SURPREENDE O PRESIDENTE CHORANDO

DEBRUÇADO NUMA JANELA DO CATETE

“MAS QUE É ISSO, SEU GETÚLIO?” – PERGUNTA OSWALDO. –

“ESTÁ CONFIRMADO. O MANECO CHEGOU E CONFIRMOU

QUE VENDEU A PROPRIEDADE”.

A vida toda o Presidente empenhara-se em separar as questões de família (e, de modo geral, de sua vida privada) das questões políticas e de governo. Com isso, inclusive, poupava a família de muitos abalos. Agora, porém, ele se vê forçado a discutir com alguns auxiliares, como Oswaldo Aranha e Tancredo Neves, até mesmo a conduta dos filhos.

– Ele me dava conhecimento de fatos íntimos – disse Tancredo Neves na entrevista de 1979 ao autor deste livro. – Na crise, um fato que abalou profundamente o Presidente, e que a meu ver foi um fator decisivo na sua resolução, foi quando ele obteve do Maneco a certeza de que o Maneco tinha vendido a fazenda ao Gregório. Esse fato foi, para ele... Ele, depois, foi outro homem. Outro homem do ponto de vista da resistência moral. Ele ficou sem ânimo.

– Os jornais descobriram, quando foi feita a devassa no Catete, apanharam lá uns documentos... encontraram um recibo do Maneco, [da] importância pela venda da Fazenda Tal. O Maneco tinha a procuração do Getúlio para essa operação. O Maneco tinha casado, estava em viagem de núpcias no exterior. O Presidente não acreditou na notícia. “Isso não pode ser verdade. Isso não tem cabimento. É só uma exploração. Esse documento é falso”. Então foi diligenciada a vinda do Maneco para o Brasil, o retorno do Maneco.

– Eu fui receber o Maneco no Aeroporto do Galeão, que era também uma praça de guerra. Para passar naquela ponte ali no Galeão, tivemos que nos

identificar, e chama lá o tenente, o tenente chama o capitão, o capitão chama o major, confabulam lá, até que deram licença para eu atravessar a ponte e ir até o Galeão. Recebi o Maneco: "Em primeiro lugar, temos que ir para o Catete". Cheguei lá, estava o Presidente, estava o Lutero, estava a Alzira. O Presidente perguntou: "Você vendeu a fazenda, Maneco?". Ele confirmou.

O Presidente, segundo Tancredo Neves, "teve um profundo abalo; ele experimentou, no seu ânimo, um profundo abalo".

– Ele teve que vender uma fazenda para pagar dívidas. Você imagina. Agora, o que ele nunca pensou é que essa fazenda pudesse ser vendida para o Gregório. Penso que isso o traumatizou muito... Ele verificou que o Gregório não tinha condições de comprar essa fazenda. Se comprou, é porque tinha ganho dinheiro ilicitamente. Quer dizer, ele teve provas...¹²²

Batista Lusardo, amigo e companheiro (às vezes adversário) do Presidente desde os anos 20, ouviu o depoimento de Oswaldo Aranha e conta em suas memórias:

– Acusaram seu filho Maneco de negócios com o "Tenente" Gregório Fortunato, e Vargas mandou chamá-lo. O Presidente queria saber do filho o que havia de verdade na acusação feita pela UDN, de que negociara com Gregório umas terras em São Borja. E o rapaz disse ao Getúlio que era verdade, que tinha vendido... Só aí o Presidente tomou consciência dos problemas bárbaros que derrocavam seu governo. Mandou então chamar Oswaldo Aranha com urgência (eu transmito o episódio como me foi narrado pelo próprio Oswaldo, na manhã de 24 de agosto).

– Oswaldo subiu e encontrou Getúlio debruçado numa janela do Catete, olhos escuros e uma fisionomia tristonha, denotando que ele havia chorado. – Mas que é que há, "seu" Getúlio? – Oswaldo, está confirmado. Debaixo do Catete há um mar de lama. O Maneco chegou e confirmou que vendeu a propriedade. Dito isto, voltou a chorar. – Mas que é isso – Oswaldo tratou de animá-lo – mas, meu Deus, Getúlio, venha cá, tenha paciência. É humano, um filho pode errar! Você não foi consultado. Compreendo seu pesar, mas a His-

¹²² Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

tória está cheia desses acontecimentos! Reaja, você é um homem forte, um homem poderoso, um homem que tem enfrentado e vencido tantas situações difíceis na vida. Paciência, vamos andando...¹²³

Carlos Lacerda, nesse momento, percebendo o Presidente paralisado e indefeso, esporeia as Forças Armadas pela Tribuna da Imprensa:

– Os chefes militares sabem o que fazem. Se não assumem, pela inércia, as suas responsabilidades perante o povo e diante da História, que é implacável no seu julgamento... por Deus, não se escondam atrás da Constituição!

Dos arquivos de Gregório Fortunato – dois armários de aço de quatro ou cinco gavetas, segundo o então major Gustavo Borges – só alguns documentos selecionados foram divulgados, ou melhor, contrabandeados para jornais amigos e dispostos a usá-los contra o Presidente. Os arquivos de Gregório não foram, depois, incorporados aos autos do IPM, o que motivou, já na defesa prévia, o protesto do advogado de Gregório, Carlos de Araújo Lima, “fazendo sua a estranheza geral, [porque] até o presente momento não esteja incorporado a este processo o arquivo de Gregório, manipulado pela comissão do Inquérito Policial-Militar, para fins de inquérito dirigido [e] apresentado unilateralmente nos jornais e revistas”.

Ao protesto do advogado de Gregório associou-se Sobral Pinto, que era um dos advogados de acusação:

– Realmente – disse Sobral Pinto – a única fonte que surgiu neste processo, como elemento de informação dos responsáveis diretos pela morte do major Rubens Florentino Vaz e pelo atentado contra Carlos Lacerda, foi Gregório Fortunato. De sua palavra e de seu arquivo teriam de partir, necessariamente, as pistas para essas investigações.

– Pois bem, do seu arquivo não se tem mais notícia, como, também, na ocasião em que foi apreendido, também não se soube, senão numa parte diminuta, o que é que ele continha realmente. Não foi feita, igualmente, por qualquer autoridade, nenhuma relação dos documentos que o integravam e dos papéis que nele se achavam recolhidos.

¹²³ Glauco Carneiro, Lusardo, o último caudilho, vol. 2, P. 484.

– Dele se tiraram apenas algumas peças, poucas, que foram entregues aos jornais de oposição, que as publicaram com escândalo. As pistas que porventura poderiam fornecer não foram seguidas nem utilizadas... As acusações formuladas por Gregório Fortunato não foram investigadas com profundidade... parecendo que surgiam apenas como brasas incandescentes que mão nenhuma ousava reter por muito tempo.¹²⁴

O arquivo de Gregório Fortunato serviu apenas para alimentar a impressão de grande intimidade entre ele e a família do Presidente – e de influência de Gregório, que afinal fora condecorado pelo Ministro da Guerra. Segundo Lutero Vargas, Gregório não tinha nem influência nem intimidade:

– Eu acho que o Gregório não tinha influência nenhuma, como nunca teve, sobre Getúlio Vargas. Ele era proibido de subir nos apartamentos presidenciais, pela minha mãe...

– Ele era um guarda-costas. Mas Getúlio Vargas não sabia o que Gregório pedia em nome dele. Ele não sabia daquela influência. Jamais ele poderia permitir. Gregório então abusava, fazia pedidos sem o meu pai saber. Quer dizer, o meu pai não sabia de nada disso. Eu mesmo ficava admirado: eu, deputado federal, filho do Presidente, me pedirem cartão de apresentação para o Gregório! Eu pensei até que era uma provocação...¹²⁵

¹²⁴ Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto*, pp. 268 e 269.

¹²⁵ Lutero Vargas ao autor, 1979.

CAPÍTULO 23

SÁBADO, 21 DE AGOSTO

NOVA REUNIÃO DO CLUBE DA AERONÁUTICA REALIMENTA A CRISE

CAFÉ FILHO PROPÕE A RENÚNCIA DUPLA

O VICE-PRESIDENTE ENTENDE-SE COM OS MINISTROS MILITARES E
TAMBÉM COM OS LÍDERES MILITARES DO GOLPE E VAI A VARGAS COM
A FÓRMULA DE RENUNCIAREM AMBOS, O PRESIDENTE E O VICE.

Simultaneamente ao ataque de Prestes pelo jornal oficial do Partido Comunista, pedindo sua renúncia ou sua deposição, o Presidente viveu nesse sábado, 21 de agosto, o primeiro ato do episódio que ficaria conhecido como a proposta de “renúncia dupla”.

– Na manhã do sábado, 21 de agosto de 1954, três dias antes do suicídio de Getúlio Vargas – escreverá o então Vice-Presidente João Café Filho em suas memórias, *Do Sindicato ao Catete* – entrou no meu gabinete Gustavo Capanema, líder do Governo na Câmara dos Deputados. Comentou com sussurrante desalento a situação criada pelo crime de Tonelero e pelos arquivos de Gregório, extraíndo conclusões dramáticas em tom lívido. Homem de pendor intelectual, habitual às coisas do espírito, Capanema descia ao charco das realidades terrenas para um relance no Brasil em hora de torvelinho rasteiro.¹²⁶

Segunda-feira, informou Capanema, “limpando os óculos”, Afonso Arinos vai fazer um discurso “tremendo”.

– Afonso Arinos, que era o líder da Minoria na Câmara dos Deputados, já ocupara duas vezes a tribuna parlamentar a propósito do crime da Rua Tonelero, à proporção que o inquérito policial-militar revelava a identidade dos crimi-

¹²⁶ João Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. 1, p. 318.

nosos, localizando-os entre elementos da guarda pessoal sediada no Palácio do Catete.

– Agora, Gustavo Capanema anunciava novo “discurso tremendo” de Afonso Arinos, nas próximas quarenta e oito horas. Que ainda iria dizer o líder da Minoria?

Quais as possibilidades do Presidente Vargas na Câmara? – perguntou Café Filho, “contagiado por aquele quebranto”.

Não dispõe de forças parlamentares para uma contraofensiva política, respondeu Capanema.

– O desgaste é completo. A campanha oposicionista, no Congresso, nos jornais e no rádio, enfraqueceu-o demais.

Em discurso na Câmara, dias antes, Capanema condenara o movimento pela renúncia do Presidente. Aparteadíssimo, diz Café, rebateu as acusações que procuravam envolver a pessoa do Presidente na trama do crime da Rua Tonelero.

No encontro, agora, com o Vice-Presidente, Capanema revelou, a certa altura, que, “em conversa com o Marechal Eurico Gaspar Dutra, este manifestara a opinião de que a renúncia se justificava e que ele próprio, se estivesse na Presidência, optaria por esse caminho, acrescentando que de modo algum poderia admitir a ideia de uma renúncia forçada”.

Café, então, segundo seu próprio relato, anunciou a Capanema que ia “propor ao Presidente, naquele mesmo dia, uma solução”.

– É uma fórmula – acrescentou – capaz de resolver pacificamente o problema. A única maneira de conjurar a desordem que se alastra.

Capanema “quis logo conhecer a fórmula”.

– A nossa renúncia simultânea, minha e de Getúlio – respondeu Café, dizendo estar “ventilando pela primeira vez o assunto”.

– Não, não faça isto, Café! Seria o fim de tudo. Nem pense em tal coisa – reagiu Capanema.

– Mas, existe outro recurso? Eu não vejo. Só se for a revolução. Há um impasse e pode parecer que não se encontra uma solução por minha causa, como se eu fosse um obstáculo ou estivesse empenhado em assistir de longe à

luta para me beneficiar dos despojos... Tenho o dever de contribuir para que o país não descambe do mar de lama, a que se referiu o Presidente, num mar de sangue.

– Compreendo – respondeu Capanema. – Mas reflita muito no que vai fazer, Café!¹²⁷

Do gabinete de Café Filho, no edifício do Ministério do Trabalho, o líder do Governo foi para o Ministério da Guerra, ao encontro do General Zenóbio. Café Filho, que assegurara a Capanema não ter “ventilado o assunto” com ninguém, dirigiu-se ao Ministério da Marinha, para sondar o Almirante Guilhobel sobre a ideia.

Como estamos reconstituindo esse primeiro ato do episódio da renúncia dupla com base no depoimento de seu protagonista, o ainda Vice-Presidente João Café Filho, é preciso considerar que ele escreveu suas memórias, anos depois, sentindo necessidade de defender-se das acusações de ter-se aliado, em 1954, como Vice-Presidente, aos inimigos do Presidente Vargas, e em 1955, como Presidente, aos grupos civis e militares empenhados em impedir sucessivamente a candidatura, a eleição e a posse do Presidente Juscelino Kubitschek.

A reconstituição feita por Café Filho, antigo jornalista, de seu encontro com o líder Capanema, deixa Café muito bem, quase encorajado a levar o plano da renúncia dupla aos ministros militares e em seguida ao próprio Presidente.

Poderemos, porém, ter a certeza de que de fato Café Filho não “ventilara o assunto” com ninguém antes de Capanema?

Dias antes, a 11 de agosto, Café Filho aceitara encontrar-se com Carlos Lacerda, no apartamento de um amigo no Hotel Serrador. Desde esse encontro, se não antes disso, o Marechal Mascarenhas de Moraes considerava Café Filho comprometido com o golpe contra o Presidente.

Com a ofensiva golpista desenvolvida como estava, seria crível que a ideia da renúncia dupla, brotando ou não, originalmente, da cabeça do Vice-Presidente, não fosse discutida previamente com os planejadores do golpe? Por que ela seria comunicada em primeiro lugar ao líder Gustavo Capanema, que

¹²⁷ Idem, P. 321.

era homem de grandes dotes intelectuais, mas não de grande argúcia ou audácia políticas? E por que, sobretudo, antes de ouvir o Presidente?

Talvez já tivesse havido, na véspera, a sondagem ao Almirante Guilhobel, mencionada por Queiroz Filho e que teria provocado nesse mesmo dia, 20 de agosto, uma reunião do Alto Comando do Exército, com a presença dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Marechal Mascarenhas de Moraes.

O VICE COM OS MINISTROS MILITARES

Vejamos, porém, como o Vice descreve os lances seguintes:

– Após um diálogo preliminar, transmiti o meu plano ao Ministro da Marinha. Perguntei-lhe se as Forças Armadas estariam em condições de garantir a ordem pública, na hipótese de efetivar-se a renúncia de Getúlio juntamente com a minha.

– Guilhobel confessou-me as suas apreensões. Era muito forte na Marinha, disse, o movimento contra o Presidente. Cerca de noventa por cento da corporação estava contra Vargas. Mas [ele], seu auxiliar, nada [podia] fazer senão acompanhá-lo até o fim.

Café Filho, nesse ponto (e sempre de acordo com suas memórias), manifestou a Guilhobel a intenção de conversar também com o Ministro da Guerra. Com a mesma ausência de malícia do líder Capanema, o Almirante Guilhobel prontificou-se a falar com o General Zenóbio e ainda marcou um encontro em seu próprio gabinete, no Ministério da Marinha, do Ministro da Guerra com o Vice-Presidente da República.

Ao chegar, o General Zenóbio comunicou que Capanema o procurara “assombrado”. Afirmou, então, “com aquela veemência muito sua”:

– Esta situação só se resolve mesmo é à bala!

Todos, segundo Café, ouviram calados. Depois, trancaram-se, Guilhobel, Zenóbio e Café, numa das salas do gabinete do Ministro da Marinha.

O diálogo foi uma batalha de alfinetes – diz Café – em virtude do temperamento “enfático” do Ministro da Guerra. Café repetiu ao General Zenóbio o

que expusera a Capanema e ao Ministro da Marinha, Zenóbio interrompeu:

– Sou auxiliar do Presidente. Estarei ao lado dele, haja o que houver. Não tomo parte em nenhum movimento de renúncia.

– Perdão – reagiu Café. – Não estou pedindo seu apoio nem sequer a sua opinião. Quero apenas comunicar a um dos responsáveis pela ordem pública e pela sobrevivência do regime uma decisão que já tomei e vou transmitir ao Dr. Getúlio dentro de poucas horas. Seria incapaz de ir ao Catete como porta-voz de qualquer movimento para propor a saída do Presidente nos termos em que está sendo reclamada. Vou levar-lhe uma solução política, baseada na minha própria renúncia e na dele. A oposição quer que Vargas se afaste e eu assumo o Governo. O que vou sugerir é a minha própria desistência antecipada, dentro de um ajuste em que fique assegurada a Getúlio uma retirada honrosa, com a possibilidade de indicar um amigo dele para lhe suceder. É coisa diametralmente distinta do que está sendo pleiteado de público. O que me inspira é o sentimento de ver restaurada no País a sua normalidade. Não é possível nem justo que a nação continue indefinidamente nesta guerra de nervos, que lhe vem perturbando a vida e o trabalho.

A esse discurso, prossegue Café Filho, o General Zenóbio reagiu como quem canta um estribilho, e falando sempre aos borbotões. Zenóbio reiterou o que já dissera. Era auxiliar do Presidente. Permaneceria ao lado dele até o último instante. Não se interessava por qualquer renúncia. Embora tão cioso da sua função de condestável da legalidade, não tinha o domínio dos contingentes militares.

Café Filho teria dito isso ao Ministro da Guerra, acrescentando:

– A ordem não está sendo mantida nas Classes Armadas, que vivem reunidas em seus clubes, clamando pela renúncia do Chefe do Governo. Chegou-se, numa dessas assembleias, no Clube Militar, a bradar por uma marcha ao Catete, evitada pela energia do General Juarez Távora.

O General Zenóbio protestou:

– É exatamente o Juarez Távora o culpado de tudo isto!¹²⁸

¹²⁸ Idem, P. 324.

O VICE COM O PRESIDENTE

Café Filho despediu-se, informando que nessa mesma tarde levaria ao Presidente a proposta da renúncia simultânea.

– Fui logo recebido pelo Presidente, apreensivo mas cordial. Não o deixei tratar de nenhum assunto. Desta vez, assumi o comando da conversa, entrando direto no motivo da visita.

Não havia tempo a perder, disse Café, segundo ele próprio, ao Presidente. Urgia uma solução, antes que os ímpetos juvenis da oficialidade mais impaciente e a pressão da opinião pública envolvessem os chefes militares mais serenos, fazendo a tropa sair dos quartéis para a rua:

– Se eu fosse Presidente, disse a Vargas, pondo as cartas na mesa, também não aceitaria uma renúncia imposta. Dou-lhe razão. Mas a proposta que lhe trago é diferente. Reclama-se o seu afastamento e prega-se a minha ascensão. Pois bem. Vamos sacudir a Nação com um gesto: fomos eleitos juntos na mesma chapa, renunciaremos agora juntos no mesmo destino. Será um fato novo, capaz de cortar a agitação. Escolheremos para o governo uma pessoa de sua confiança, com a aceitação de todas ou, pelo menos, das principais agremiações partidárias, a quem caberá a missão de restabelecer a normalidade.

Café Filho escreve nas memórias que para essa conversa levava “engatilhados” alguns nomes, como os de Oswaldo Aranha, José Américo, Alberto Pasqualini, Gustavo Capanema, Álvaro Alberto e Mascarenhas de Moraes, para a hipótese de uma indagação do Presidente a respeito.

A lista não teve serventia, diz Café, não chegando a mencionar os nomes cogitados, “de vez que a conversa não atingiu tal profundidade”. Desconfiado, “supondo, talvez, que eu [Café] estivesse concertado com algum escalão militar ou civil”, o Presidente perguntou se o Vice-Presidente falara da proposta com mais alguém.

– Apenas a três amigos seus: ao deputado Capanema e aos Ministros da Guerra e da Marinha. Não fui à Aeronáutica, porque o seu novo titular não parece ter o controle dos comandos. Indaguei de Zenóbio e Guilhobel se estavam em condições de manter a ordem durante a transição, uma vez posta em

prática a renúncia conjunta. De Capanema procurei saber se o Presidente dispunha, ainda, de suficiente força parlamentar. De todos esses colaboradores seus, bem como de outros, ouvidos anteriormente, só recolhi impressões negativas. É a razão da minha atitude. Creio que não lhe vale a pena exercer uma autoridade apenas teórica. E há de concordar comigo em que o país não deve continuar assim à beira da anarquia e da guerra civil.

O Presidente ouviu-o, prossegue Café Filho, “pendurado, pelo olhar, ao teto do Palácio, numa reflexão mímica, que lhe era quase um cacoete ou uma evasão”.

– Enganam-se os que me acreditam incapaz de renunciar – retrucou o Presidente. – Estou velho e esgotado. A situação é realmente difícil. Não contesto o quadro que me traçou. Posso largar isto definitivamente.

Tinha na voz – comenta o Vice – uma amargura tão intensa que parecia um pranto seco. Pensou uns segundos e, com ironia, completou:

– Irá buscar-me depois uma patrulha da Aeronáutica...

– Isso, não! – Café diz ter discordado com veemência.

– Em tudo isto – insistiu o Presidente – há muita paixão.

– Uma das condições da nossa renúncia será a garantia de que a sua pessoa de ex-Chefe de Estado nada sofrerá. Eu mesmo me encarreguei de obter das oposições e das Forças Armadas esse compromisso. Qualquer incompatibilidade pessoal cederá ao imperativo de restaurar a tranquilidade pública.¹²⁹

Aqui o inconsciente trai o Vice-Presidente – e trai duas vezes, uma na conversa e outra nas memórias. Só nesse dia, segundo ele, “ventilara” o assunto da renúncia dupla – e apenas com quatro pessoas: o líder Capanema, o Ministro da Marinha, o Ministro da Guerra e o Presidente. E já conseguira, não só das Forças Armadas, como também das oposições, garantias de que o Presidente, renunciando, seria tão respeitado que não apareceria qualquer patrulha da Aeronáutica para prendê-lo. Quem dera essa garantia das oposições se o Vice-Presidente só conversara sobre sua proposta com o Presidente, seu líder na Câmara e dois de seus ministros militares? E quem dera garantia pelas

¹²⁹ Idem, pp. 325 a 328.

Forças Armadas – os líderes militares da conspiração, como Juarez Távora e Eduardo Gomes? Ou Carlos Lacerda, com quem Café Filho se encontrara dias antes? Que certeza podemos ter de que Lacerda não fora informado da proposta da renúncia dupla?

A seguir, em suas memórias, Café Filho passa a defender-se das reações do Ministro da Justiça, Tancredo Neves, à proposta da renúncia dupla:

Na mesma tarde, ao ser informado pelo Presidente, o Ministro da Justiça, Tancredo Neves, “de uma dedicação inconsútil, mas possivelmente cego nesse instante, destilou (diz Café) este veneno”:

– A atitude do Vice-Presidente vem agravar demais a situação. Se ele, até há pouco dentro de rigorosa linha de serenidade e correção, tomou tal rumo, é porque evidentemente passou a participar da conjura. E, se o fez, foi naturalmente, com a cobertura de prestigiosos militares.¹³⁰

O “veneno” foi a avaliação que, a pedido do Presidente, o Ministro da Justiça fez, nesse mesmo dia, da iniciativa de Café Filho. Avaliação que não deve ter sido muito diversa daquela do Presidente. Tanto que este disse ao Ministro da Justiça que só responderia a Café Filho no domingo, mas que sua resolução era inabalável: não renunciaria e só morto deixaria o Catete.

Na opinião de Café Filho, em suas memórias, essas e outras “dissuasões” de seus conselheiros domésticos desviaram o Presidente “do salva-vidas que eu lhe propusera”. Café pensava também, e escreveu, que predominavam, ao redor do Presidente, os que preferiam vê-lo no poder a qualquer preço, mesmo arriscando o coração e os nervos de setenta e um anos. Na verdade, aqueles cuja opinião era mais respeitada e solicitada pelo Presidente – já que não se poderia falar em qualquer influência “predominante” sobre um homem de sua forte, embora serena, personalidade – eram auxiliares e amigos que não preferiam vê-lo no poder a qualquer preço, mas também não aceitavam, tanto quanto ele, tentativas como essa, de oferecer ao Presidente um “salva-vidas” que ele não pedia e não estava disposto a aceitar.

O Presidente despediu-se de Café Filho dizendo:

¹³⁰ Idem, P. 329.

– Agradeço-lhe a colaboração. Compreendo a gravidade do momento. Não tenho apego a isto. Depois de ouvir alguns amigos, dar-lhe-ei uma resposta definitiva.

Para essa resposta definitiva, o Presidente não fixou prazo. Café, então, escreve:

– Teve, ainda, jeito de encaixar uma das suas pilhérias. Despedimo-nos.¹³¹

O BRIGADEIRO E JUAREZ SÃO INFORMADOS

Deixando o Catete, o Vice-Presidente chamou seu amigo Elmano Cardim, diretor do Jornal do Commercio, a quem pediu que fosse dar notícia, a alguns chefes militares, de seu encontro com o Presidente e da proposta que então formulara.

– Transmíti-lhe a impressão de que o Presidente aceitaria a renúncia dupla. Urgia conquistar o apoio dos militares que se opunham a Getúlio, e sem sua concordância não poderia vingar a conciliação.

– Não me parecia conveniente surpreendê-los com a decisão depois de tomada, até porque dela poderiam discordar, e, então, todo o esforço pacificador estaria frustrado.

– Uma vez que Vargas já estava ciente da proposta e até se lhe mostrara favorável em princípio, tornava-se oportuno prevenir os chefes das Forças Armadas, que no momento estavam no comando dos acontecimentos.¹³²

De novo o inconsciente trai o então Vice-Presidente. O Presidente dissera apenas que pensaria na proposta e logo responderia. De nenhum modo mostrara-se favorável a ela.

Na mesma noite desse sábado, 21, sem que o Presidente houvesse sequer fixado prazo para responder à proposta, Elmano Cardim foi procurar o Brigadeiro Eduardo Gomes. Fez isso às 11 horas da noite, embora o Brigadeiro fosse de dormir muito mais cedo. O Brigadeiro elogiou o gesto do Vice-Presidente, mas mostrou-se cético quanto a suas possibilidades de êxito.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Idem, p. 330.

Depois de Eduardo Gomes, Elmano Cardim procurou o General Juarez Távora – que era no Exército, como o Brigadeiro na Aeronáutica, o líder da corrente mais firme a favor da derrubada do Presidente a qualquer preço.

– Pôs-me ele – escreverá em suas memórias o General Juarez Távora – a par de proposta que o Vice-Presidente Café Filho fizera ao Presidente Getúlio, no sentido de renunciarem, ambos, aos seus cargos, deixando ao Congresso Nacional oportunidade de eleger um novo governo de conciliação nacional. Essa proposta de Café, transmitida ao Ministro da Marinha, Almirante Guilhobel, havia sido recebida, por ele, com espírito de compreensão; mas, ao ser comunicada ao Ministro da Guerra, General Zenóbio, este a recebeu hostilmente.

– Cientificado desses fatos – prossegue o General Juarez – pus-me, logo, em contato com o Marechal Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a fim de pô-lo a par dos mesmos, e expor-lhe a perigosa divisão que se processava entre a Marinha e a Aeronáutica, de um lado, e o Exército, do outro – capaz de arrastar-nos a um confronto armado de consequências imprevisíveis. Sugerí-lhe, em consequência, conversar com o Presidente Vargas, de quem era amigo pessoal, a respeito disso e das possibilidades de paz que se abriam para o país, com o esquema proposto pelo Vice-Presidente Café Filho.¹³³

GREGÓRIO ACUSA MAIS UM

Gregório Fortunato, astucioso como era, e sabendo ou não o que se passava fora das muralhas do Galeão, agiria nesse dia como se soubesse de tudo, da entrevista de Luís Carlos Prestes aos passos do Vice-Presidente em sua campanha pela renúncia dupla.

A tática de Gregório, desde seu primeiro depoimento, ainda na Polícia Militar do então Distrito Federal, no dia 11 de agosto, quando ainda não estava oficialmente preso, nem sob o controle do IPM do Galeão, fora espalhar a culpa e a iniciativa pelo atentado.

¹³³ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, volume 2, p. 252.

No dia 13, abrindo mão de suas imunidades de deputado, Lutero Vargas apresentara-se espontaneamente ao Galeão, a pedido do pai e por conselho de Tancredo Neves. No Galeão, exibiram-lhe um suposto depoimento de Gregório em que ele, Lutero, era acusado de ser o mandante do atentado. Esse depoimento desapareceria em seguida – especialmente depois que o encarregado do IPM, coronel Adil de Oliveira, surpreendido pela apresentação espontânea do filho do Presidente, teve de inocentá-lo. Nem Carlos Lacerda, que viveria mais de vinte anos depois disso, insistiria nas acusações a Lutero.

Excluído, portanto, o nome de Lutero Vargas, Gregório passou a mencionar outros. Já sabíamos do General Mendes de Moraes e do deputado Euvaldo Lodi. Nesse dia, sábado, 21 de agosto, Gregório acusou Roberto Alves, que também trabalhava com o Presidente, como um de seus secretários, de ter sido o portador de um pedido do deputado Euvaldo Lodi para a “eliminação” de Carlos Lacerda.

Essa nova acusação foi levada muito a sério, tanto que, transmitida à Câmara dos Deputados, teve como consequência uma iniciativa de um dos Vice-Presidentes desta, deputado José Augusto [Bezerra de Menezes, da UDN do Rio Grande do Norte], depois comunicada por este ao plenário, na sessão de 24 de agosto:

– No sábado [dia 21], ausente do Rio o Presidente desta Casa, o Sr. Nereu Ramos, fui procurado, na qualidade de 1º. Vice-Presidente, pelo Coronel Clóvis Travassos, oficial superior do quadro da Aeronáutica, para me informar que, no inquérito a que se está procedendo no Galeão, sob a presidência do Coronel Adil de Oliveira, havia referências ao Sr. Deputado Euvaldo Lodi, cujo depoimento se tornara assim necessário à elucidação dos fatos delituosos a apurar.

– Indagava de mim o Coronel Travassos se seria possível um entendimento meu com o nosso ilustre colega. Este, às primeiras horas da noite daquele mesmo dia, por mim procurado, prontificou-se a ir ao Galeão tomar conhecimento do que se tratava e dar todos os esclarecimentos sobre os fatos que fossem do seu conhecimento e interessassem à elucidação da verdade.

– Mais tarde, às 9 e meia horas da noite, seguiu o deputado Lodi para o

Galeão, em minha companhia e já então também do Coronel Travassos, que, por solicitação nossa, nos guiou naquela praça de guerra. Atenciosamente recebidos pelo Coronel Adil e seus companheiros da Comissão de Inquérito, prestou o Deputado Euvaldo Lodi todas as declarações e esclarecimentos que lhe foram solicitados, retirando-se, em seguida, em minha companhia, para a sua residência. São estas as informações que me julgo no dever de transmitir à Câmara dos Senhores Deputados.¹³⁴

(Acareados depois, Gregório repetiu que recebera de Roberto Alves o pedido de Lodi para a eliminação de Lacerda. Roberto Alves confirmaria a acusação de Gregório e descreveu uma cena, em que disse estar presente, na qual Lodi apelava a Gregório para que Lacerda fosse morto.)

NOVA REUNIÃO NO CLUBE DA AERONÁUTICA

Era um sábado. Apesar disso ou talvez por isso, naquele tempo em que a vida, especialmente nas noites de sábado, tinha menos ofertas de lazer e de entretenimento, e por isso muito menos demandas, nova reunião fora marcada, para as 8 da noite, no Clube da Aeronáutica.

– Na tarde desse dia, a bordo do cruzador Barroso, em solenidade interna – conta o Marechal Mascarenhas em suas memórias – o Almirante Muniz Freire pronunciou um discurso no qual, em termos violentos, verberou a atitude do Governo, diante dos acontecimentos referentes ao atentado da Rua Tonelero. Essa oração provocou a prisão do citado oficial pelo Almirante Noronha, mais alta autoridade presente. Desse ato resultou a solidariedade ao punido pela oficialidade do navio e manifestações gerais de desaprovação, que culminaram com a anulação da punição imposta ao Almirante Muniz Freire, decidida em reunião dos almirantes.

– Era a primeira prova clara – diz o Marechal Mascarenhas – de que os oficiais da Marinha estavam se solidarizando com seus colegas da Aeronáutica, no sentido de que fosse exigida a renúncia presidencial.

¹³⁴ Diário do Congresso Nacional, 25 de agosto, 1954.

– Na reunião noturna do Clube da Aeronáutica, a anulação da punição do Almirante Muniz Freire foi comunicada aos presentes e ovacionada pela assembleia, constituída de numerosos oficiais das Forças Armadas. A sessão, que para ser aberta aguardava apenas a chegada do Almirante Bosísio, teve início após a declaração desse oficial-general sobre a solução do incidente do Barroso, quando, ao concluir, afirmou estar toda a oficialidade da Armada, com seus almirantes à frente, inclusive o seu ministro, solidária com a Aeronáutica em provocar a solução para a crise nacional.¹³⁵

Nessa reunião, o major Gustavo Borges leu os relatórios, ou resumos deles, do coronel João Adil de Oliveira, sobre o IPM do Galeão. Borges terminou dizendo que já tinham sido presos todos os criminosos e que o crime estava mais ou menos descoberto.

– Estes os fatos, senhores oficiais-generais – concluiu o major Gustavo Borges. – Agora aguardamos as ordens de Vossas Excelências.

Segundo o depoimento do Brigadeiro Epaminondas, novo Ministro da Aeronáutica, aos jornais e revistas daqueles dias, o que então aconteceu foi o seguinte:

– O Brigadeiro Loyola Daher, que presidia a reunião, encerrou-a bruscamente e retirou-se. Apesar da inquietação e da agitação que já então reinava, o Brigadeiro Eduardo Gomes retirou-se calmamente, com alguns brigadeiros que estavam em sua companhia. Foi quando o [Brigadeiro] Guedes Muniz, subiu ao tablado e declarou que os oficiais-generais saberiam cumprir com o seu dever, e que convocava os brigadeiros para uma reunião domingo [dia seguinte, 22 de agosto], às 10 horas, no Clube da Aeronáutica.¹³⁶

O depoimento do Brigadeiro Epaminondas pode ser passional. Mas é confirmado pelo do Marechal Mascarenhas de Moraes, que retoma os acontecimentos a partir da tentativa de encerramento da assembleia:

¹³⁵ Mascarenhas de Moraes, João Batista. *Memórias*, volume 2, P. 585.

¹³⁶ Gomes dos Santos, Epaminondas. Entrevista a Yedo Mendonça, revista *O Cruzeiro*, setembro de 1954, transcrita em Afonso César, *Política, Cifão e Sangue*, P. 263.

– A oficialidade presente deu-se por insatisfeita. Com marcante frieza e desapontamento, a assembleia permaneceu no recinto. Compreendendo a significação dessa atitude, os brigadeiros presentes reuniram-se novamente, após ligeiros entendimentos, e lavraram uma declaração convocando os oficiais-generais da Aeronáutica para uma reunião, na manhã seguinte, a fim de firmarem a “palavra de ordem” das forças de ar, como fora proclamada, havia pouco, a dos chefes navais.

Para um homem como o Marechal Mascarenhas de Moraes, era o sinal da rebelião. Ele, em suas memórias, acrescenta:

– Oficiais do Exército, presentes à reunião, sentindo o rumo dos acontecimentos, e prevendo a quebra de unidade no conjunto das Forças Armadas, decidiram organizar comissões para, naquela mesma noite, correr às residências dos generais do Exército e informá-los do que havia sido decidido na reunião do Clube da Aeronáutica.

– Na verdade – acrescenta o Marechal em suas memórias – as forças de mar e ar, com as decisões tomadas, estavam em franca oposição ao Governo, exigindo a renúncia do Presidente da República.¹³⁷

¹³⁷ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, volume 2, pp. 584 e 585.

CAPÍTULO 24

A BALA DE FUZIL FOI ENCRAVAR-SE A PEQUENA DISTÂNCIA DO PRESIDENTE **RISCOS E TENTATIVAS DE ASSASSINATO**

ELE ERA ACUSADO, POR UMA OPOSIÇÃO INTERNA QUE JAMAIS O ENTENDERA, DE FAZER O JOGO DE HITLER. AO MESMO TEMPO, TINHA A VIDA AMEAÇADA, A CADA NOITE, PELA AÇÃO DOS AGENTES DO PRÓPRIO HITLER.

Não era a primeira vez que Getúlio Vargas enfrentava ameaças dessa ordem. Ele correria risco de vida na liderança da Revolução de 1930 e na resistência à revolução de 1932.

Nos próximos levantes armados contra seu governo, vai enfrentar riscos e tentativas de assassinato.

Vencida a rebelião de 1932, o Brasil votou em maio de 1933 para eleger a Assembleia Nacional Constituinte que institucionalizaria a Revolução de 1930, na expectativa de que, além de democracia, agora teria paz.

Essa eleição, porém, não deu paz ao país. A nova Constituição, promulgada em 14 de julho de 1934, incorporara a seu texto os grandes princípios de justiça social que eram o denominador comum das primeiras leis trabalhistas de Getúlio Vargas e as diretrizes nacionalistas da política econômica do governo provisório. Ao mesmo tempo, porém, ela montara mecanismos tão complicados de funcionamento do governo e de seu relacionamento com o Congresso que na prática deixara o governo de mãos amarradas – tal como desejavam as forças conservadoras e oligárquicas que a revolução afastara e que a redemocratização reabsorvia.

Mas não eram só as forças conservadoras e oligárquicas. O primeiro golpe sangrento e traumático contra esse melhor dos mundos imaginados pela Constituição de 1934 não veio da direita, mas da extrema esquerda.

O LEVANTE COMUNISTA DE 1935

Em novembro de 1935, o Partido Comunista tentou uma insurreição, iniciada em Natal e no Recife e em seguida levada ao Rio, para derrubar o governo Vargas. O líder ostensivo da insurreição era Luís Carlos Prestes, o grande herói do ciclo revolucionário tenentista deflagrado em 1922 e, em seguida, principal comandante da Coluna Prestes, de 1924 a 1926.

Prestes, porque já se aproximava do Partido Comunista, recusara o comando militar da Revolução de 1930 – recusa recebida até com alívio por Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, os principais líderes da Revolução. Em seguida à Revolução, por ele combatida com enorme veemência, Prestes passou alguns anos na União Soviética, de onde voltaria para o Brasil em meados de 1935, com passaporte falso, em nome de um suposto empresário português, Antônio Vilar, para comandar a insurreição tentada em novembro.

A insurreição fora decidida em Moscou, pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista, e teve a comandá-la um pequeno grupo no qual Prestes era o único brasileiro, cercado por um alemão (Harry Berger), um argentino (Rodolfo Ghioldi) e um cidadão soviético nascido na Ucrânia (o falso belga Jules Leon Vallée, na verdade Bóris Stuchevski).

A insurreição revelar-se-ia uma trapalhada monumental, mas poderia ter dado certo. Nesse caso, seu objetivo principal seria instituir no Brasil um novo governo, nominalmente chefiado por Prestes e aliado com a Rússia Soviética – ou subordinado a ela? Para instituir esse governo, os comandantes do levante teriam de promover a eliminação do governo Vargas, o que, considerando-se a origem e a natureza do movimento, não excluía a hipótese de eliminação física do próprio Presidente.

Depois de alguns momentos de triunfo no Nordeste, a insurreição de Prestes foi liquidada em poucas horas no Rio. O combate mais violento ocorreria no quartel do 3º. Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, Zona Sul do Rio, rebelado sob o comando de Agildo Barata, uma espécie de tenente temporão, que não alcançara as revoluções de 1922 e 1924 nem a Coluna Prestes, mas começara a destacar-se logo em seguida e ganhara grande presti-

gio militar na Revolução de 1930.

Se não fosse logo derrotado pelas forças legais, Barata, a partir do 3º. R.I., ameaçaria diretamente os dois palácios presidenciais, o Catete, que dava fundos para a Praia do Flamengo, e o Guanabara, muito próximo da Praia de Botafogo. A Praia de Botafogo é a continuação, numa enseada, da Praia do Flamengo. A Praia Vermelha fica logo depois da Praia de Botafogo.

Se os planos dos insurretos não excluíam a morte do Presidente, suas expectativas incluíam também a hipótese de fuzilamento sumário, pelas forças do governo, dos rebeldes vencidos ou capturados. Causou-lhes surpresa não ter havido fuzilamentos no 3º. R.I., o que pareceu a eles uma demonstração de fraqueza do governo (como revelariam, sessenta anos depois, documentos dos antigos arquivos secretos soviéticos). Foi outra a razão de não ter havido fuzilamentos. Assim que soube da derrota iminente do 3º. R.I., onde ainda se combatia, Getúlio Vargas dirigiu-se imediatamente para lá, levando o General Eurico Dutra, Comandante da 1ª. Região Militar, e proibiu qualquer execução.

O LEVANTE INTEGRALISTA DE 1938

Menos de três anos depois, em maio de 1938, foi o movimento integralista, de extrema direita, que tentou derrubar o governo e atacou diretamente o Palácio Guanabara com a cumplicidade da guarda de serviço naquela noite, a cargo de um contingente de fuzileiros navais comandado por um militante integralista, o tenente Júlio Nascimento. Ao lado de Alzira e Manoel Antônio, seus filhos, o Presidente teve de defender-se de arma na mão para impedir que os revoltosos assaltassem o andar superior, para matá-lo.

Assim como o Partido Comunista estava ligado, em 1935, à Internacional Comunista, e, por ela, subordinado aos interesses da União Soviética, então governada por Stálin, a Ação Integralista Brasileira tinha vínculos, inclusive financeiros, com a Itália fascista de Mussolini, e com a Alemanha de Hitler.

O Diário do Conde Galeazzo Ciano, genro de Mussolini e então seu Ministro do Exterior, publicado logo depois da Segunda Guerra Mundial, tem um registro, datado de 9 de novembro de 1937, que deixa clara a natureza dessas relações:

– Continua o eco do Pacto Tripartite [o pacto que instituíra o Eixo, a aliança política e militar entre a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e o Japão, dominado por uma ditadura militar de extrema-direita, em nome do Imperador Hiroito]. Não convém solicitar a adesão de pequenos Estados a esse que deve manter-se um pacto de gigantes. Mas três países me interessam: a Espanha, que deve representar o prolongamento do Eixo sobre o Atlântico; o Brasil... e a Polônia, trincheira antirrusa. Pela Espanha é preciso esperar. Quanto ao Brasil, é preciso trabalhá-lo logo e já telegrafei a Lojacono [Embaixador da Itália no Rio]. Há cerca de um ano financio os integralistas com 40 contos por mês. Se, nestes dias de luta, for necessária uma intervenção maior, darei a necessária disponibilidade ao Embaixador.¹³⁸

Esse registro é de 9 de novembro de 1937. No dia seguinte, Getúlio Vargas assumiria plenos poderes de governo pelo golpe e pela Constituição do Estado Novo. A Itália fascista e a Alemanha nazista receberam esse golpe com grandes esperanças, imediatamente frustradas. O Brasil de Getúlio Vargas não aderiu, nem no futuro aderiria ao Pacto Tripartite, assim como não se associaria a esses países na Segunda Guerra Mundial.

Ao contrário, as futuras potências aliadas receberam com alívio o golpe do Estado Novo, certas de que agora poderiam contar com o Brasil contra Hitler. A Ação Integralista, que esperava, do Estado Novo, a entrega do Ministério da Educação (oficialmente, da Educação e da Saúde; na prática, também Ministério da Cultura) a seu “Chefe Nacional” Plínio Salgado, esperou o quanto pode, até convencer-se de que isso não aconteceria. Essa decepção foi uma das causas do levante de maio de 1938.

Tão mal concebido, tão mal planejado e tão mal executado quanto a tentativa insurrecional comunista de 1935, o levante integralista foi, num ponto, mais objetivo e perigoso que o anterior. Seu primeiro alvo era o Palácio Guanabara, residência de Getúlio Vargas e sua família.

¹³⁸ Galeazzo Ciano, *Diário 1937-1938*, Capelli Editore, 1948, p. 47, fac simile em Hélio Silva, 1938, *Terrorismo em Campo Verde*, Rio, 1971, ed. Civilização Brasileira, entre as páginas 198 e 199.

A resistência pessoal do Presidente e de seus filhos Alzira e Manoel Antônio, enfrentando com revólveres o poder de fogo muito maior das metralhadoras dos atacantes, não teria sido suficiente. A família Vargas foi salva graças à ação e à coragem pessoal do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra.

Os integralistas estavam muito infiltrados nas Forças Armadas e conseguiram, antes do ataque, neutralizar muitas unidades e iludir os estados-maiores que deveriam antecipar-se e desarmar as ações hostis ao governo. Dutra dormia em sua casa, na rua Gustavo Sampaio, no bairro do Leme, colado a Copacabana, quando foi acordado, logo depois de uma hora da madrugada, por um telefonema desesperado do Palácio Guanabara, possivelmente de Alzira Vargas.

Perto da casa de Dutra, um grupo integralista armado aguardava a chegada do automóvel oficial, para interceptá-lo, quando partisse para o Palácio Guanabara, e prender o Ministro. Este, porém, ou por intuição ou por outro motivo qualquer, não mandou chamar o carro. Vestiu-se e saiu a pé para o Forte do Leme, ali perto, sem ser identificado pelos rebeldes. Do Forte, Dutra deu as ordens mais urgentes e partiu para o Guanabara num caminhão com a pequena tropa que conseguira ali reunir.

Ao chegar, Dutra foi interpelado por um dos rebeldes armados que dominavam as entradas do Palácio e identificou-se:

– Sou o Ministro da Guerra!

A resposta foi uma rajada de metralhadora, que passou perto e atingiu apenas a orelha de Dutra. O Ministro teve de abrigar-se atrás de um muro, mas daí em diante os atacantes passaram a ser batidos. Em pouco tempo chegaram os reforços requisitados por Dutra e o levante foi liquidado.

Se Dutra e os reforços demorassem mais, a munição do Presidente, de sua filha e seu filho e dos poucos policiais e militares que os defendiam estaria esgotada e eles não teriam outros meios de defesa.

Na tarde seguinte, em sua última edição, O Globo daria esta manchete:

– Passou a menos de [um] metro do Chefe da Nação!

– A bala de fuzil furou uma vidraça, atravessou a porta, penetrou nas estantes e foi encravar-se a pequena distância do Presidente.

OS SEGREDOS DA ÉPOCA DA GUERRA

Logo depois de escapar à morte no levante integralista de maio de 1938, Vargas concedeu várias audiências solicitadas pelo Embaixador da Alemanha, Karl Ritter. O Embaixador queria declarações oficiais do governo brasileiro, assegurando que nenhum alemão estava envolvido no levante. Mas havia alemães envolvidos, inclusive alemães ligados ao governo de Hitler, ao Partido Nazista e à Embaixada da Alemanha no Brasil (o adido cultural da Embaixada, Hans Menning von Kossel, era, ostensivamente, o Presidente de um Partido Nazista Brasileiro, permitido por leis votadas pelo Congresso).

O Embaixador queria também que Vargas abrisse exceção para a ordem que adotara logo depois da instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, proibindo o funcionamento no Brasil de qualquer partido político estrangeiro. O Partido Nazista, alegava o embaixador, era um órgão do governo alemão e fazia parte, nos países estrangeiros, da estrutura da respectiva embaixada.

Vargas não cedeu e não soltou os alemães envolvidos no putsch integralista. Logo o Embaixador viajou para a Alemanha, para o congresso do Partido Nazista em Nuremberg, e fez tais ataques ao governo brasileiro que Vargas aproveitou para decretar sua expulsão, declarando-o *persona non grata* no Brasil.

Menos de um ano depois, a Alemanha mandou ao Brasil outro Embaixador, Kurt Prufer, sem a arrogância aristocrática de Ritter. Já não se discutia a questão do Partido Nazista, que estava proibido, nem a dos alemães envolvidos no golpe integralista. Também não se discutia outra questão – o governo Vargas proibira as escolas primárias em língua estrangeira e fechara as escolas alemãs que funcionavam nos Estados do Sul – Rio Grande, Santa Catarina e Paraná.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, pela invasão da Polônia por tropas da Alemanha nazista no início de setembro de 1939, todos os países americanos, inclusive o Brasil, declararam-se neutros, a pedido dos Estados Unidos. Ao contrário do que escrevem ainda hoje muitos historiadores, não

foi por simpatia para com a Alemanha de Hitler que o Brasil declarou-se neutro no início da Segunda Guerra Mundial. Foi por proposta e a pedido dos Estados Unidos, onde o Presidente Franklin D. Roosevelt não dispunha de maioria no Congresso, na imprensa e na opinião pública, para tomar posição contra a Alemanha.

Essa neutralidade brasileira manteve-se até dezembro de 1941, quando Japão atacou a base aeronaval dos Estados Unidos em Pearl Harbor, no Havaí. O Brasil imediatamente declarou apoio aos Estados Unidos e no início de 1942 rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. Nessa altura, o governo da Alemanha sabia que o Brasil cedera aos Estados Unidos a operação de bases aéreas em todo o nordeste brasileiro, bases das quais os Estados Unidos transportariam tropas para Dacar, no Senegal, e, daí, para todo o Norte da África e para ataques à Sicília e a todo o sul da Itália.

Essas bases, chamadas o “Trampolim da Vitória”, eram tão importantes que imediatamente as forças de submarinos alemães passaram a afundar navios mercantes brasileiros – navios de carga e de passageiros, que não tinham maior significado estratégico. Tratava-se de uma ação terrorista, apenas para intimidar o Brasil.

A resposta brasileira, em agosto de 1942, foi a declaração de guerra à Alemanha de Hitler.

Depois que o Eixo nazifascista convenceu-se de que nada poderia esperar do Brasil de Getúlio Vargas e depois do fracasso da tentativa de golpe integralista de 1938, aconteceu muita coisa que não foi levada ao conhecimento público.

Foram fatos cuja divulgação a censura proibiu, não só aqui como na imprensa das duas grandes democracias – os Estados Unidos e a Inglaterra – que eram o núcleo e a liderança dos Aliados, a grande coalizão contra Hitler da qual participava desde o começo o Brasil.

Não era só no Brasil ditatorial do Estado Novo e de Getúlio Vargas que havia censura. Havia censura, também, nos Estados Unidos e na Inglaterra, em nome do interesse de guerra. Isso para não falar na França, que fora derrotada e ocupada pela Alemanha de Hitler.

O QUE VARGAS SÓ CONTOU DEPOIS DA GUERRA

Alguns desses fatos ou alguns poucos fatos elucidativos de um conjunto muito maior seriam transmitidos ao Senado do Brasil na sessão de 12 de dezembro de 1946. Meses antes, a Assembleia Nacional Constituinte encerrara seus trabalhos, promulgando a Constituição de 18 de setembro daquele ano, e passando a funcionar como Congresso Nacional, dividido em Câmara e Senado.

Atacado ao longo de todos os debates da Constituinte, Vargas afastara-se para evitar que sua presença perturbasse os debates.

No dia 12 de dezembro de 1946, porém, Vargas fizera no Senado um discurso que ficaria famoso em defesa de seu governo.

– Minha eleição – disse ele, referindo-se ao mandato de senador pelo Rio Grande, que exercia, e aos demais para os quais fora eleito (mandatos de senador por São Paulo e de deputado por sete Estados) – adquire uma expressão nacional e pesam sobre meus ombros as responsabilidades da confiança do povo brasileiro. Ao povo, pois, eu me dirijo.

Muitas das iniciativas e decisões de Getúlio no exercício da Presidência da República de 1930 a 1945 não eram objeto de controvérsia e não precisavam de defesa. O ponto crítico era o golpe de 10 de novembro de 1937, era o Estado Novo:

– Em 1937 – diz Getúlio – eu não quis o poder. Era indispensável enfrentar com um governo forte todas as influências internacionais que nos lançavam a uma guerra civil. Posso ter errado na forma. Mas a história provou que cumpri meu dever.

O discurso converte-se em depoimento e Vargas reconstitui alguns dos episódios decisivos dos anos do Estado Novo:

– Hitler costumava afastar da vida os Chefes de Estado que se não afastavam do seu caminho – e eu mesmo tivera uma experiência desses hábitos [o ataque integralista de maio de 1938, ao Palácio Guanabara, no Rio]. Para que minha missão pudesse ser cumprida, precisava viver e contemporizar. A linha de neutralidade rigorosa era a única defesa.

A neutralidade do Brasil – e de Getúlio – só foi rigorosa da boca para fora. Desde 1938, o Brasil agia contra a Alemanha e bem antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, dava todo apoio a eles. A dificuldade não estava no Brasil, mas nos Estados Unidos, onde o pensamento isolacionista e a oposição a Roosevelt dificultavam a resistência à Alemanha de Hitler. Getúlio, então, revela um fato que as circunstâncias o tinham obrigado a manter sob reserva:

– Enquanto não se conseguia a evolução da política externa dos Estados Unidos, meu compromisso pessoal com o Presidente Roosevelt era contemporizar, assegurar a ordem interna no Brasil e manter a unidade continental.

– Graves e dolorosos foram esses dias de ação silenciosa e esquiwa, esperando todas as noites a morte, enfrentando todos os dias as investidas dos que imaginavam desviar o Brasil de seu destino continental, e sofrendo as injustiças de campanhas que o desconhecimento da realidade fomentava contra a diretriz que devia ser prudente e cautelosa, sábia e sutil.

– Cordell Hull (Secretário de Estado dos Estados Unidos no governo Roosevelt) e Sumner Welles (Subsecretário) já testemunharam também como o Brasil foi fiel a seus compromissos. Não estávamos fazendo política internacional. Fortalecíamos a ação genial de Roosevelt, que precisava da união da América para salvar a Europa. Cobrimos o flanco dos Estados Unidos, política e militarmente.

Enquanto o Brasil e ele próprio, com risco até de vida, cobriam o flanco dos Estados Unidos, poderosas empresas americanas, que tinham para com os Estados Unidos deveres que Getúlio e o Brasil não tinham, colaboravam escandalosamente com Hitler. Enquanto a Standard Oil, a Texaco e a International Telephone and Telegraph-ITT acumpliciavam-se com a Alemanha de Hitler, o Brasil de Getúlio Vargas expunha-se a grandes riscos para apoiar Roosevelt e os Estados Unidos contra o nazismo.

O governo Vargas prendera alemães envolvidos no golpe integralista, fechara o Partido Nazista, proibira as escolas de língua alemã do Sul do Brasil e expulsara o embaixador alemão Karl Ritter. No início de 1942, o Brasil rompera relações diplomáticas com a Alemanha. Em agosto, declarara guerra.

Há uma frase nesse discurso que precisamos reter:

– Graves e dolorosos foram esses dias de ação silenciosa e esquiva, esperando todas as noites a morte.

Da mesma forma que os submarinos alemães afundavam navios mercantes brasileiros, a ação da invisível quinta coluna nazista – a espionagem alemã e seus agentes locais – ameaçava a cada noite a vida do Presidente e de sua família.

Ele era acusado, por uma oposição interna que jamais o entendera, de fazer o jogo de Hitler. Ao mesmo tempo, tinha a vida ameaçada, a cada noite, pela ação dos agentes do próprio Hitler.

A EXPECTATIVA DE VARGAS AO VENCER EM 1950

Por maior que pudesse ser a alegria de seus aliados e eleitores em 1950, Getúlio Vargas sabia que vencer a eleição fora o mais fácil. O mais difícil viria depois.

Em julho de 1950, pouco antes de iniciar a campanha, Getúlio concedera a Miguel Costa Filho, da Folha da Noite, de São Paulo, filho do primeiro Miguel Costa, um dos comandantes da Revolução de 1924, da Coluna Prestes e da Revolução de 30, uma entrevista exclusiva que resumia os pontos básicos da plataforma do candidato, logo eleito Presidente. Antevendo as resistências, tanto a essa plataforma quanto à sua eleição, o candidato fizera previsões sobre os anos seguintes. Previsões proféticas:

– Conheço o meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que pela segunda vez não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão aguentar? Uma coisa lhe digo: não poderei tolerar humilhações.

– Tenho 67 anos e pouco me resta de vida. Quero consagrar esse tempo ao serviço do povo e do Brasil. Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso mesmo, desmanchar alguns erros de minha administração e em-

penhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista.

– O Brasil ainda não conquistou sua independência econômica e nesse sentido farei tudo para consegui-lo. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade.

– Por isso mesmo serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, porque não se arriscam a ferir o sentimento de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários.

– Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo a minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem...

CAPÍTULO 25

NOITE DE SÁBADO, 21, MADRUGADA DE DOMINGO, 22 DE AGOSTO

“JÁ VIVI MUITO. AGORA POSSO MORRER” – DIZ O PRESIDENTE

NEM TODOS ESTAVAM COM O GOLPE

OS BRIGADEIROS E OS ALMIRANTES PEDEM A RENÚNCIA DE VARGAS.

PARA O GENERAL ZENÓBIO, MINISTRO DA GUERRA, O PRESIDENTE

SÓ RENUNCIARÁ DEPOIS DE MORTO.

Tarde da noite de sábado, por volta das 22h30, bem depois do encerramento da reunião no Clube da Aeronáutica, chegaram à casa do Marechal Mascarenhas seu chefe de gabinete, tenente-coronel Edson de Figueiredo, e seu assistente-secretário, tenente-coronel Dilermando Gomes Monteiro, que seria, mais de vinte anos depois, como General, nos anos 70, um dos mais fortes pontos de apoio da abertura política. Os dois oficiais limitaram-se a informar o Marechal Mascarenhas dos fatos verificados na reunião do Clube Militar.

– Cerca das 23 horas – conta o Marechal – vieram procurar-me, em comissão, o Major Araken Ararê da Cunha Tôrres e mais dois camaradas, tendo esse oficial, secundado por ambos os companheiros, feito uma explanação acerca dos acontecimentos, concluindo por expressar que a opinião dominante no Exército, nos postos médios e inferiores, era de que a renúncia do Presidente Vargas precisava concretizar-se. Falou em nome de muitos oficiais, vários dos quais estariam, naquele momento, percorrendo residenciais de outros oficiais-generais e reafirmou o desejo de que essa ideia fosse avocada pelos chefes militares, visto ser aspiração de todos evitar a infração dos princípios de disciplina e hierarquia na solução da crise atual.

O Marechal Mascarenhas, que não estava no esquema do golpe, respondeu reafirmando seu ponto de vista, já expresso na nota que se seguira às

reuniões do Alto Comando do Exército. Embora pessoalmente julgasse a renúncia uma solução digna, não admitiria, de forma alguma, sua imposição ao Presidente.

Ainda mais tarde, às 23h30, chegaram à casa do Marechal os Coronéis Antônio Henrique de Almeida Moraes e José Alexínio Bittencourt, comandantes, respectivamente, do 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40 e do 2º Batalhão de Infantaria Blindada, que se juntaram à troca de ideias.

Esses coronéis, segundo as memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes, deram testemunho de que “a oficialidade da tropa estava absolutamente obediente às determinações superiores e, pelo menos em suas unidades, não comungava ideias de impor ao Senhor Presidente Getúlio Vargas a solução da renúncia, de vez que o remédio constitucional deveria ser aplicado pelo poder competente, e nunca por influência das classes armadas, que representavam a força”.

A conversa, observa o Marechal, terminou à uma hora do dia 22, com a final reafirmação do seu ponto de vista inicialmente esclarecido. Contrário, naturalmente, à exigência de renúncia do Presidente.¹³⁹

“JÁ VIVI MUITO. AGORA POSSO MORRER” – DIZ O PRESIDENTE

Depois do encontro com Café Filho, o Presidente conversara com Tancredo Neves, seu mais constante interlocutor ao longo da crise, não só por ser o Ministro da Justiça, responsável, no governo, pelo acompanhamento das investigações e da crise, como pela serenidade, pela coragem e pela lucidez que demonstra em todos os momentos.

Com Tancredo Neves ele pode abrir-se mais até que com os filhos. O impulso destes é pensar primeiro no pai. Ele e o Ministro da Justiça têm o dever de pensar primeiro nas responsabilidades do governo perante o país.

Comentando a proposta de Café Filho, o Presidente diz ao Ministro da Justiça:

¹³⁹ Mascarenhas de Moraes, João Batista, *Memórias*, p. 585.

– Só morto sairei do Catete!

Ao Ministro essa declaração não parece encerrar – pelo menos não encontramos registro disso – o propósito do suicídio.

O Presidente, afinal, está protestando contra uma proposta na qual vê a intimação para uma deposição branca. Sua disposição é resistir, disposição acentuada pelos acontecimentos das horas seguintes, ainda nessa noite de sábado e na madrugada e no resto do dia seguinte, o domingo, 22 de agosto.

Ainda na madrugada desse dia 22, domingo, o Brigadeiro Epaminondas encontra o Presidente, que pergunta:

– Então, como vai sua aviação?

– As bases estão em perfeita ordem, Presidente. – Era uma verdade formal, mas não refletia o clima de revolta e indisciplina a essa altura dominantes na Aeronáutica. O Presidente, que sabia desse clima e do processo de contaminação já avançado na Marinha e no Exército, disse, então, segundo o depoimento de seu Ministro:

– Não renunciarei. Fui eleito pelo povo brasileiro para governá-lo por cinco anos. E cumprirei meu mandato até o fim, contando com a colaboração das Forças Armadas. Mas ainda que me falte o concurso do poder militar, ainda que me veja abandonado pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pelos meus próprios amigos, eu resistirei seguindo. Já estou velho, é verdade, e não terei muito fôlego para reagir. Mas derramarei meu sangue na defesa de um direito que conquistei nas urnas legitimamente. Já vivi muito. Agora posso morrer. Nunca darei, entretanto, uma demonstração de pusilanimidade. Assim, se por acaso quiserem depor-me, lançarei um manifesto à nação e morrerei lutando de arma em punho...¹⁴⁰

Não era assim, solene e rebuscado, o modo de conversar do Presidente, mesmo nos momentos mais graves. Essa foi a versão publicada pelo jornal O Globo, que deve tê-la recolhido oralmente do Ministro e costumava, como quase todos os jornais da época, melhorar literariamente a fala de seus personagens. De qualquer maneira e descontados os excessos, o Presidente assegu-

¹⁴⁰ O Globo, 23.8.1954.

rava ao novo Ministro da Aeronáutica, nomeado dias antes, aquilo que já era sabido de seus outros auxiliares. Nos primeiros dias depois do atentado, ele até pensara em renunciar, o que chegou a dizer duas semanas antes, no domingo, 8 de agosto, em casa de Alzira e Amaral Peixoto. Agora, porém, afastadas as suspeitas sobre ele próprio e sua família, o Presidente considerava-se no dever de resistir à campanha golpista que se prevalecia do pretexto do atentado para liquidar as realizações de seu governo.

Tanto era essa a disposição do Presidente que, horas depois, o Ministro da Guerra, general Zenóbio, dizia no Jockey Clube, com a habitual dificuldade de expressão:

– O Presidente só renunciará depois de morto!

CAPÍTULO 26

DOMINGO, 22 DE AGOSTO, MANHÃ

OS ALMIRANTES TAMBÉM DECIDEM PELA RENÚNCIA

A RESOLUÇÃO “SECRETA” PELO GOLPE

EDUARDO GOMES METE A MÃO NO BOLSO E TIRA UMA RESOLUÇÃO SECRETA QUE JÁ ERA DO CONHECIMENTO DE TODOS, E APRESENTA COMO ÚNICA SOLUÇÃO A RENÚNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Na manhã de domingo, às 10 horas, a assembleia do Clube da Aeronáutica é reinstalada.

Uma primeira proposta preconizava que se aguardasse o fim do inquérito. Se houvesse algum fato novo, os brigadeiros voltariam a deliberar.

– Foi quando o Brigadeiro Eduardo Gomes, a exemplo do que fizera na primeira reunião – diz o Brigadeiro Epaminondas, que não estava presente mas recebeu esse relato de um dos participantes – meteu a mão no bolso e tirou [uma] resolução secreta que já [era] do conhecimento de todos, e que apresentava como única solução a renúncia do Presidente da República, e foi aprovada por todos.

– Às 12h45 – prossegue o Brigadeiro Epaminondas – tive ciência, por um brigadeiro que havia tomado parte no encontro, de que os trabalhos haviam sido suspensos porque o Brigadeiro Eduardo Gomes teria de comparecer ao Estado-Maior das Forças Armadas.¹⁴¹

O Brigadeiro Eduardo Gomes teve de intervir e impedir que fosse sequer discutida a proposta de que o Clube da Aeronáutica aguardasse o fim do inquérito, agora conduzido pela própria oficialidade da FAB. Inevitavelmente o

¹⁴¹ Entrevista a Yedo Mendonça, O Cruzeiro, transcrita em Afonso César, Política, Cifrão e Sangue, P. 264.

IPM inocentará o Presidente, e aí ficará bem mais difícil depô-lo. O Brigadeiro apresenta, então, a proposta que exige a renúncia imediata do Presidente. Já havia, aliás, um manifesto de brigadeiros, com cerca de trinta assinaturas, nesse sentido. A assembleia do Clube da Aeronáutica era só para fazer barulho.

Da assembleia, não foi ao Estado-Maior das Forças Armadas, o EMFA, que o Brigadeiro Eduardo Gomes se dirigiu, e sim, em companhia do brigadeiro Ivã Carpenter Ferreira, chefe interino do Estado-Maior da Aeronáutica, à casa do Marechal Mascarenhas de Moraes, Chefe do EMFA.

O Chefe do EMFA, o Estado-Maior conjunto das Forças Armadas, não estava acima dos ministros militares. Mas o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, a Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, promovido a marechal por ato da Assembleia Nacional Constituinte em 1946, tinha, como pessoa, sobre o conjunto das Forças Armadas, não a ascendência de seu cargo, mas a autoridade de seu passado. Assim, era natural que decisões como a dos brigadeiros fossem desde logo comunicadas a ele.

O Marechal, portanto, foi informado pelos dois brigadeiros dos motivos da reunião interrompida no Clube da Aeronáutica e, segundo o comunicado oficial divulgado pelo EMFA já na madrugada seguinte, “do estado de ânimo reinante nas classes armadas, em particular na Marinha e na FAB”.

Contrário como era ao movimento para impor a renúncia ao Presidente, o Marechal Mascarenhas preferiu ser o mais discreto que pode nesse comunicado, recusando-se a servir de porta-voz do que lhe fora dito e mostrado.

O que lhe foi dito é que os brigadeiros tinham aprovado um documento, já com trinta assinaturas, no qual solicitavam que o Brigadeiro Eduardo Gomes “comunique aos ministros militares e ao chefe do EMFA uma determinada decisão unânime que foi ali tomada [na reunião], como capaz de restaurar a tranquilidade no país”. O documento dizia também que os “oficiais-generais da Força Aérea Brasileira, identificados com o sentimento de sua corporação ante a evolução dos fatos criminosos revelados no inquérito policial-militar, exprimem mais uma vez seu agradecimento à solidariedade recebida ao Exército e da Marinha”.

A decisão unânime que Eduardo Gomes fora encarregado de transmitir era que os brigadeiros exigiam a renúncia do Presidente, decisão registrada em outro documento (a "resolução secreta"), explicitamente:

– Os oficiais da FAB abaixo-assinados, reafirmando sua determinação de permanecer dentro da ordem, da disciplina e dos deveres constitucionais, consideram que a presente crise nacional só poderá ser satisfatoriamente resolvida pela renúncia do Presidente da República.

OS ALMIRANTES TAMBÉM DECIDEM PELA RENÚNCIA

Antes da chegada dos Brigadeiros Eduardo Gomes e Ivã Carpenter, o Marechal Mascarenhas atendera a um pedido telefônico do General Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra. Juarez ocupava um cargo de confiança do Presidente, e, apesar disso, tornara-se o principal comandante do dispositivo golpista no Exército. Juarez queria ser recebido pelo Marechal, na casa deste. Minutos depois, telefonou de novo, perguntando se poderia fazer-se acompanhar pelos Brigadeiros Eduardo Gomes e Ivã Carpenter e "outros oficiais". O marechal concordou.

Logo depois de Eduardo Gomes e Carpenter e, presume-se, da comunicação destes, chegaram à casa do Marechal o Almirante Salalino Coelho, Chefe do Estado-Maior da Armada, e os Generais Juarez, Canrobert Pereira da Costa, Álvaro Fiúza de Castro e Humberto de Alencar Castello Branco (este o futuro Presidente, em 1964, depois do golpe que depôs o Presidente João Goulart).

É possível que tenha sido pelo Almirante Salalino que o Marechal Mascarenhas foi informado da decisão, também unânime, de uma reunião de almirantes, de solidarizar-se com os brigadeiros e exigir também a renúncia do Presidente. Já se sabia dos manifestos dos brigadeiros e dos almirantes, mas o General Juarez ainda não podia falar num terceiro manifesto, o dos generais, também exigindo a renúncia, pois as assinaturas ainda estavam sendo colhidas (e muitos generais, titulares de comandos decisivos, recusarão apoio ao golpe, não vendo razões para a renúncia ou a deposição do Presidente).

Na reunião na casa do Marechal Mascarenhas, segundo ele próprio, em suas memórias, foi “debatida a crise [e] discutida a atuação dos chefes do Exército no caso, e as consequências previsíveis da permanência do Senhor Getúlio Vargas à testa do governo”.

Ainda são eufemismos, mas não escondem que se discutia o afastamento do Presidente.

– Julguei do meu dever – acrescenta o Marechal – dar conhecimento dos debates ao Ministro Zenóbio da Costa e ao excelentíssimo senhor Presidente da República, o que fiz, ao primeiro, às 16 horas, e ao segundo, por volta das 19:30 horas do mesmo dia.¹⁴²

Enquanto o Marechal Mascarenhas participava da reunião em sua casa, o novo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Epaminondas, recebia, também em casa, a visita de um emissário de Eduardo Gomes, o Brigadeiro Guedes Muniz.

– Guedes Muniz – segundo o Brigadeiro Epaminondas – começou dizendo que eu era amigo da classe, um oficial que sempre tinha ficado com a classe, e por isso achava que nesse momento eu não poderia ficar contra os companheiros.

Epaminondas interrompeu, bruscamente:

– Muniz, você é um homem reconhecidamente inteligente, mas não tem o direito de pensar que estou aceitando essa pílula que você está dourando. Se, para ficar com a classe, é necessário trair um amigo que confiou em mim, então estou contra a classe. Se vocês pretendem que eu leve qualquer resolução de vocês ao Presidente da República, eu me nego e estou contra a classe. Depois declarei que a meu ver a Aeronáutica não tinha autoridade moral para fazer exposição de escândalos, porque devia, em primeiro lugar, limpar a própria casa, e citei os motivos que me levavam a isso afirmar.¹⁴³

¹⁴² Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. 2, pp. 585 e 586.

¹⁴³ Entrevista a Yedo Mendonça, *O Cruzeiro*, transcrita em Afonso César, *Política, Cifrão e Sangue*, p. 264.

ZENÓBIO VAI À VILA

Já à noite o Ministro da Aeronáutica foi procurado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, que se anunciou como portador de um comunicado do que haviam resolvido, "o qual não queria divulgar sem antes me dar conhecimento, por ser eu Ministro da Aeronáutica; e que nesse comunicado se informava da existência de uma resolução secreta".

— Li ambos os comunicados. Disse, então, ao Brigadeiro Eduardo Gomes que achava que o precedente que se ia estabelecer era muito grave, porque seria anulado todo o poder civil da Nação — Executivo, Legislativo e Judiciário — criando-se um quarto Poder, o Poder da Força. A vingar tal procedimento, todas as vezes que os militares achassem que o Presidente não servia, correriam um abaixo-assinado, uma verdadeira ação entre amigos, e o obrigariam a renunciar, ou melhor, o deporiam, apoderando-se do governo, como fizeram, depois, num golpe branco.

O Brigadeiro Eduardo Gomes respondeu que ninguém desejava a revolução, e os brigadeiros apenas estavam opinando, pois achavam que tinham o direito de opinar.

— Respondi ao Brigadeiro que, na minha opinião, ele já tinha a cabeça salpicada do sangue do major Vaz, porque ele, que havia dirigido e orientado esses rapazes, não tivera, entretanto, uma palavra de tranquilidade, uma palavra de prudência, aconselhando-os a não acompanhar o jornalista Carlos Lacerda. Disse, ainda: você, que tomou todas as providências por ocasião do atentado, limitou-se, depois, a levar o corpo até o cemitério, e a seguir omitiu-se, deixando esses rapazes entregues à própria sorte.

— Não fosse o acaso, e talvez, tivéssemos de lamentar outras mortes. Respondeu o Brigadeiro Eduardo Gomes que, realmente, eu agira com correção, orientando e apoiando os rapazes, inclusive na realização de diligências que foram levadas a efeito com tropas da III Zona Aérea [da qual o Brigadeiro Epaminondas fora comandante até ser nomeado ministro]. Disse, ainda, ao Brigadeiro Eduardo Gomes que tinha a impressão de que o General Zenóbio iria reagir, e que talvez houvesse luta, sendo ele o responsável pelo sangue

que se derramasse. O Brigadeiro Eduardo Gomes me respondeu que o General Zenóbio não tinha a Vila Militar, como pensava, pois os Generais Colônia, Jaime de Almeida e Nelson de Melo não marchariam para defender o governo.

Diante dessa informação e logo que saiu o Brigadeiro Eduardo Gomes, o Brigadeiro Epaminondas procurou o General Zenóbio em sua casa, para informá-lo.

– O Ministro da Guerra decidiu, incontinênti, seguir para a Vila. Estava presente o General Odylio Denys [Comandante da Zona Militar Leste, que incluía a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal], que o acompanhou. Antes de sair, o General Zenóbio declarou: “Vou à Vila prender os três.” Perguntou o General Denys: “Mas você vai deixá-los lá?” “Não, vou trazê-los aqui para baixo comigo.” E, juntando às palavras a ação, o General Zenóbio rumou para a Vila Militar. Mais tarde telefonou dizendo que tudo o que eu soubera não era verdade, tudo era mentira e a Vila estava muito bem, sem novidades.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Entrevista transcrita em Afonso César, *Política, Cifrão e Sangue*, pp. 265 a 269.

CAPÍTULO 27

22 DE AGOSTO, DOMINGO, À TARDE

AGORA O MANIFESTO DOS GENERAIS

O PRESIDENTE É INFORMADO

O MINISTRO DA JUSTIÇA TANCREDO NEVES PROPÕE O ESTADO DE SÍTIO:
VOOS RASANTES SOBRE O PALÁCIO DO CATETE.

Na tarde desse domingo, 22 de agosto, o Presidente reunira-se com vários de seus ministros, o que não deveria ser debitado exclusivamente à situação daqueles dias. Era costume do Presidente aproveitar o fim de semana para conversar com auxiliares, amigos e parlamentares, frequentemente em busca de novos talentos. Foi assim, nos fins de semana, que se aproximara de seu futuro Ministro da Educação, Antônio Balbino, deputado pelo PSD da Bahia e agora candidato ao governo de seu Estado. Assim também fizera intimidade com Tancredo Neves, deputado do PSD de Minas, agora Ministro da Justiça.

Nesse domingo, o Presidente não está em busca de novos talentos, mas apenas, entre seus amigos já estabelecidos, de informações e avaliações.

À medida que recebe informações sobre esses acontecimentos, é claro que o Presidente discute consigo mesmo as alternativas que ainda lhe restam, ou melhor, que ainda se contrapõem à opção pelo sacrifício pessoal, último recurso para evitar um conflito armado que sacrificará muitas vidas além da sua.

No início da noite, Eduardo Gomes procura o Ministro da Aeronáutica, a pretexto de informá-lo sobre o manifesto dos brigadeiros, mas na verdade para atizar a guerra de nervos. Eduardo Gomes passa ao Brigadeiro Epaminondas, para que a faça chegar ao Presidente e ao General Zenóbio, Ministro da Guerra, a "informação" de que este já perdeu o controle da Vila Militar e não disporá de tropas que protejam o Palácio do Catete e tomem conta de outros pontos estratégicos, para impedir ações das forças e bases

golpistas, da Aeronáutica, da Marinha e do próprio Exército.

Zenóbio, informado, vai à Vila, disposto a prender os generais refratários à defesa do governo, mas volta com a convicção de que a Vila está firme a seu lado.

POR QUE 1954 NÃO É IGUAL A 1945

Às 19h30, depois de seu encontro com o General Zenóbio – que ainda não tinha recebido do Brigadeiro Epaminondas as informações de Eduardo Gomes sobre a suposta insubordinação da Vila Militar – o Marechal Mascarenhas foi ao Catete para transmitir ao Presidente as comunicações que lhe tinham sido feitas e as impressões lhe tinham ficado de um dia de tantos contactos.

A primeira reconstituição desse encontro, feita pelo Marechal Mascarenhas, é a que está no comunicado à imprensa distribuído horas depois, já na madrugada de segunda-feira, pelo Estado-Maior das Forças Armadas. É uma versão oficial, que não pode reproduzir o diálogo e a emoção das frases, e diz:

– O senhor Presidente, tomando conhecimento do assunto, expressou sua firme determinação de manter-se no posto a que foi elevado pelo sufrágio popular, visto não encontrar ainda razões para afastar-se, com base na Constituição Federal.

– Nessa ocasião, o Marechal renovou ao senhor Presidente suas afirmações de respeito aos princípios constitucionais, em coerência com os compromissos por ele anteriormente assumidos e consubstanciados nas notas oficiais expedidas após as reuniões realizadas pelo Alto Comando do Exército e os titulares da Marinha e da Aeronáutica.

Segundo o noticiário de O Globo, o Presidente, ao tomar conhecimento do memorial dos brigadeiros, teria dito, sempre melhoradas literariamente pela redação do jornal as palavras que efetivamente pronunciara:

– Não renunciarei. Fui eleito pelo povo para um período de cinco anos. Não me deixarei desmoralizar pelos que pretendem abreviar meu tempo de governo.

Ao que o Marechal Mascarenhas teria respondido:

– Eu acompanharei V. Exa.

Anos depois, em suas memórias, o Marechal Mascarenhas de Moraes escreverá que o Presidente, nesse encontro, fez sentir sua firme determinação de não renunciar:

– Marechal, em 1945 eu estava no Governo mantido pela vontade das armas. Atualmente fui eleito pelo povo e não posso sair daqui enxotado pelas Forças Armadas. Não renuncio, só sairei morto e o meu cadáver servirá de protesto contra essa injustiça.

(No registro da conversa em suas memórias, Mascarenhas deixa a impressão de que recebera essas palavras como o protesto de alguém disposto a resistir. Se tivesse considerado que o Presidente manifestava a disposição de suicidar-se, o Marechal teria reagido e nas memórias teria registrado essa impressão e sua reação.)

Imediatamente o Marechal reafirmou seu ponto de vista e seu apoio:

– Quero repetir a Vossa Excelência que mantenho os meus compromissos assumidos na reunião do Alto Comando do Exército.

O Presidente:

– Marechal, eu acredito nas suas palavras porque o senhor não é político e é meu amigo.

Já no comunicado do EMFA, mas especialmente nas memórias, o Marechal Mascarenhas empenha-se em enfatizar qual fora seu papel nessa visita ao Presidente:

– Como se vê, fui ao Palácio do Catete no desempenho de minhas funções de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, diretamente subordinado ao Presidente, para esclarecê-lo acerca da real situação do momento, e não como emissário de quem quer que seja ou portador de insinuações ou exigências de qualquer espécie.

A essa explicação, ele acrescenta uma informação que, com seu endosso, adquire grande importância:

– Ao retirar-me, encontro no fundo da escada, aprestando-se para subi-la, o Vice-Presidente da República, Dr. Café Filho, que, ao cumprimentar-me, pergunta como vão os acontecimentos. Apesar de estar convencido do contrá-

rio, respondi laconicamente – tudo bem! – para não revelar a gravidade da situação a quem, como ele, estava notoriamente ligado aos revolucionários, que envidavam todos os esforços no sentido do afastamento temporário ou definitivo do Presidente Getúlio Vargas.¹⁴⁵

Esse parágrafo não foi escrito no incêndio dos acontecimentos, no fogo das paixões, mas anos depois. E o Marechal Mascarenhas diz, com sua autoridade e com todas as letras, que o Vice-Presidente Café Filho estava ligado ao golpe contra o Presidente.

Também Samuel Wainer não pensou na hipótese do suicídio, quando procurado, na mesma noite, por Danton Coelho, que exercia a presidência da empresa editora da Última Hora, e por Manoel Antônio Vargas, com um pedido, em nome do Presidente – que uma frase deste fosse a manchete do jornal, na manhã seguinte:

– Só morto sairei do Catete!

Era, literalmente, a mesma frase dita a Tancredo Neves, na véspera, em seguida ao encontro do Presidente com o Vice Café Filho. Wainer, como Tancredo e como o Marechal Mascarenhas ao ouvir declaração equivalente, considerou na hora que a manchete pedida era uma proclamação de resistência. E até comentou:

– Essa é a primeira manchete que o Presidente me pede. Espero que não seja a última.

(Foi essa, portanto a manchete das duas edições da Última Hora na segunda-feira, 23 de agosto. Na manhã de 24 de agosto, ao receber a notícia do suicídio, Samuel foi para as oficinas do jornal, onde costumava “fechar”, isto é, concluir e aprovar a primeira página, e encontrou a matriz em chumbo da edição final da véspera. Numa súbita inspiração, decidiu repetir a mesma manchete, sobrepondo-lhe um antetítulo: “O Presidente cumpriu a palavra: – Só morto sairei do Catete!”. Outro título, menor, dizia: “Última Hora havia adiantado, ontem, o trágico propósito”. Na verdade, a Última Hora publicara a frase do Presidente, mas não lhe dera tal interpretação.)

¹⁴⁵ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. 2, pp. 586 e 587.

JUAREZ TEME A MORTE DO PRESIDENTE

Quem, na noite de domingo, pensou na morte do Presidente, mas não no suicídio, foi o General Juarez Távora.

Depois do encontro com o Marechal Mascarenhas, o Presidente recebera o Vice Café Filho, para comunicar-lhe que não podia aceitar a proposta de renúncia dupla. Assim que deixou o Catete, Café fez chegar a notícia da recusa ao Brigadeiro Eduardo Gomes, que a repassou ao General Juarez Távora, cabeça da conspiração no Exército.

O que Eduardo Gomes diz a Juarez, e Juarez repete em suas memórias, é que o Presidente optara “pela resistência, até a morte, tendo transmitido ordens, nesse sentido, ao Ministro da Guerra”.

Para Juarez, essa decisão do Presidente ameaçava jogar o Exército, de um lado, contra a Marinha e a Aeronáutica, do outro. Quando escreve isso, em suas memórias, Juarez confessa que o Exército, ou pelo menos a grande maioria dele, estava com a legalidade. Quem ameaçava, portanto, jogar a Aeronáutica e a Marinha, além de uma fração do Exército, contra a grande maioria deste, não era o Presidente: eram os líderes do golpe, como o próprio Juarez e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Na cabeça de Juarez, porém, a recusa do Presidente à proposta de renúncia dupla configurava mais uma culpa, mais um crime de Getúlio Vargas, além dos que já lhe eram imputados, inclusive o atentado de 5 de agosto contra Lacerda.

Indignado com a atitude do Presidente, Juarez reúne-se, em seguida, com os Generais Canrobert, Nicanor Guimarães, Alcides Etchegoyen e Fiúza de Castro, com os quais elabora um manifesto de solidariedade “de oficiais-generais do Exército à posição adotada por seus camaradas da Marinha e da Aeronáutica”.¹⁴⁶

Era um último e desesperado apelo – diz Juarez – à união das Forças Armadas, “para impedir que se estraçalhassem entre si” e para evitar “a impuni-

¹⁴⁶ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, vol. 2., P. 252.

dade de alguns bandidos que haviam urdido e executado o crime da rua Tonelero". Para impedir que as Forças Armadas se estraçalhassem entre si, o General Juarez queria que a maioria legalista rasgasse a Constituição e rompesse a disciplina militar, aderindo ao golpe e à minoria golpista.

Quanto aos bandidos do crime da rua Tonelero, Juarez sabia muito bem que não estavam impunes: estavam todos presos e, agora, confiados à guarda da própria Aeronáutica, na base aérea do Galeão. Só poderiam, os bandidos, conquistar a impunidade de duas maneiras: ou pela fuga, e aí a culpa seria dos oficiais da própria Aeronáutica encarregados do IPM, ou pela absolvição, responsabilidade de seus julgadores. Se alguém não podia mais ser acusado de coisa alguma nessa questão, esse alguém era exatamente Getúlio Vargas.

O General Juarez Távora era, no íntimo, um homem de bem, embora não dos mais brilhantes, o que frequentemente embolava seus atos com suas intenções. O compromisso constitucional de um Presidente não era menos sério que o juramento à bandeira de um militar, mas, nessa crise, Juarez fora de tal modo possuído pela paixão que não conseguiu levar em conta os deveres de um Presidente. Ao analisar a decisão do Presidente, de resistir e lutar pela preservação de seu governo, de sua honra e também da Constituição que jurara cumprir e defender, o General Juarez escreve, com insuperável concisão e frieza, esta enormidade:

– A decisão do Presidente... provocaria... sua morte... e o ressurgimento do carisma getulista.¹⁴⁷

Enquanto o Presidente pensava no sacrifício pessoal para evitar a morte de qualquer outro brasileiro, o General Juarez Távora calculava que a ação militar para a derrubada do governo resultaria "provavelmente" na morte do Presidente. Isso preocupava o General Juarez, não porque pelo menos a vida do Presidente lhe merecesse respeito, mas porque sua morte produziria um evento muito desagradável, o ressurgimento do carisma getulista. Mais um crime de Getúlio Vargas...

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

TANCREDO NEVES PROPÕE O ESTADO DE SÍTIO

Todas as informações que o Presidente recebia eram por ele transmitidas ao Ministro da Justiça Tancredo Neves, com quem discutia as medidas políticas a tomar.

Ao ter conhecimento do manifesto dos brigadeiros – lemos em Tancredo fala de Getúlio, livro de Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos – Tancredo Neves propôs a prisão de todos os signatários e o envio de mensagem ao Congresso, pedindo a decretação do estado de sítio, “mas sua sugestão foi rejeitada pelos três ministros militares – Zenóbio da Costa (da Guerra), Renato Guilhobel (da Marinha) e Epaminondas Gomes dos Santos (que substituíra Nero Moura na pasta da Aeronáutica) – sob o argumento de que ela precipitaria o desenlace da crise”.

– Nessa mesma noite, Tancredo divulgou comunicado pedindo ao povo que se acautelasse contra boatos espalhados pela cidade com o intuito de causar a “perturbação da ordem pública” e acrescentando que o governo dispunha de meios para controlar a situação. Não obstante, correu o boato de que o governo estaria preparando a decretação do estado de sítio e a consequente suspensão das garantias constitucionais.¹⁴⁸

É mais provável que não tenham sido consultados todos os ministros militares e que o Presidente aproveitasse as objeções do General Zenóbio para não aceitar o pedido de estado de sítio e a prisão dos brigadeiros rebelados.

Como verificara e disse várias vezes o Ministro da Justiça Tancredo Neves, o Presidente exercia seu segundo governo dominado por um complexo de ditador. Ele queria, em toda e qualquer situação, demonstrar que podia ser um Presidente constitucional, rigorosamente cumpridor da Constituição.

Preocupado com as suspeitas de que pretendia perpetuar-se no poder, o Presidente decidira precipitar a própria sucessão, autorizando Tancredo Neves a articular a candidatura do governador de Minas, Juscelino Kubitschek, mais de um ano antes da eleição presidencial. Agora mesmo, em agosto, como

¹⁴⁸ Rocha Lima, Valentina, e Plínio de Abreu Ramos, Tancredo fala de Getúlio, pp. 80 e 81.

diria com certa brutalidade o General Nelson de Mello, comandante da Vila Militar, o Presidente não permitira o fechamento de uma só rádio.

Além disso, como também observou Tancredo Neves em seu depoimento a Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, o Presidente achava – e continuou achando até o fim – que o General Zenóbio tinha meios, no Exército, de vencer a conspiração.

– O problema de Vargas – diria Tancredo – é que naquele momento ele realmente sentiu que aquilo era grave – ele nunca subestimou a crise – mas acreditou muito no [General] Zenóbio, que lhe dava a plena segurança de que a debelaria com relativa facilidade, que o Exército era um bloco... Enquanto o Presidente acreditou no Zenóbio, que lhe transmitia um sentimento de segurança em relação ao Exército, ele se colocou numa postura de maior calma, de maior tranquilidade, e desaconselhava algumas medidas que se propunham, como o estado de sítio: “Não, o Zenóbio diz que a situação vai bem”. Quando o Zenóbio entrou em colapso, aí ele também sentiu a gravidade da situação.

– Quando eu disse ao Presidente – prossegue Tancredo – que era preciso pôr termo às reuniões do Clube da Aeronáutica e do Clube Naval, tivemos uma reunião, o Presidente, o Zenóbio e eu, e o Zenóbio disse: “Absolutamente! Quem puser a cabeça de fora – foi a expressão dele – quem puser a cabeça de fora, eu acerto com ele. Enquanto não houver necessidade disso, deixem eles lá falarem. Bobagem, isso não tem importância nenhuma...” E o Presidente deu apoio ao Zenóbio: “Bom, sendo assim, vamos ficar com o Ministro da Guerra”. Eu mostrei naquela ocasião a necessidade de fechar os dois clubes.

– Era preciso coibir os excessos, as manifestações, porque já eram movimentos subversivos, não é? Mas o Zenóbio impediu, e o Presidente ainda nesse momento achou que... Eu disse ao Zenóbio: “O senhor não faz nada, depois do manifesto da Aeronáutica vem o manifesto da Marinha, e amanhã o senhor não se surpreenda se surgir o manifesto do Exército.” Ele disse: “Do Exército não vai surgir nada”. Quando foi na reunião do ministério, [na madrugada de 24 de agosto], ele já levava o Manifesto dos Generais, apoiando geralmente o movimento da Marinha e da Aeronáutica. Aí o próprio Zenóbio entrou... numa crise de confiança.

– Mas até aquele momento – pergunta Valentina da Rocha Lima – o [General] Zenóbio acreditava mesmo que a situação era tal como ele a estava descrevendo ao Presidente?

– Acredito que sim – responde Tancredo Neves. – Acredito que ele fosse sincero. Depois, lendo o depoimento do Café Filho, Do Sindicato ao Catete, a gente começa a entrar em dúvida. Você vê nitidamente que o Café teve conversas com o Zenóbio em plena crise. E a cena do Zenóbio quando não foi mantido no Ministério da Guerra é muito significativa, não é?¹⁴⁹

O MANIFESTO DOS GENERAIS

Ao deixar o Presidente, depois do encontro em que lhe comunicara a decisão dos brigadeiros e, com certeza, a dos almirantes, o Marechal Mascarenhas, descendo a escada, cruzara com o Vice-Presidente Café Filho, que aguardava para subir.

Se fosse o caso de observar o protocolo, o Vice-Presidente teria precedência sobre o Marechal. Mas eram tais as suspeitas sobre Café Filho que o Marechal não quis conversa com ele, nem lhe cedeu passagem ou deu qualquer informação substancial, por estar certo, como escreveria em suas memórias, de que o Vice-Presidente aderira ao golpe contra o Presidente.¹⁵⁰

Recebido pelo presidente, Café Filho foi informado daquilo que que já devia saber: que o Presidente não poderia aceitar a proposta de renúncia dupla.

Café Filho não manteve qualquer reserva sobre essa segunda conversa com o Presidente, cujo resultado era esperado, com ansiedade, pelos líderes da conspiração.

Se o Vice-Presidente agisse, como disse antes e depois, mobilizado pela solidariedade ao Presidente, não haveria razão para que um dos primeiros, se não o primeiro, a receber a notícia da resposta do Presidente, fosse precisamente o Brigadeiro Eduardo Gomes. Que não demorou a transmiti-la ao gene-

¹⁴⁹ Idem, pp. 40 e 41.

¹⁵⁰ Mascarenhas de Moraes, Memórias, pp. 478 e seguintes. .

ral Juarez Távora, para quem a concordância do Presidente, na verdade sua capitulação, seria a última hipótese de solução legal.

– Entretanto – diz o General Juarez Távora em suas memórias – essa última tentativa de solução legal e pacífica do problema pareceu-me perdida, quando, às vinte e duas horas do dia 22 de agosto, recebi telefonema do Brigadeiro Eduardo Gomes, informando-me de que o Presidente rejeitara a ideia de sua renúncia conjunta com a do Vice-Presidente, e optara pela resistência, até a morte – tendo transmitido ordens, nesse sentido, ao Ministro da Guerra.

Essa decisão do Presidente – diz o General Juarez Távora em suas memórias – ameaçava jogar o Exército contra a Marinha e a Aeronáutica, e provocaria, provavelmente, com a morte do Presidente, o ressurgimento do “carisma” getulista.¹⁵¹

Acuado como estava o Presidente, cercado por lobos em busca de sangue, como diria o próprio líder da Oposição, deputado Afonso Arinos, Juarez Távora acusava o Presidente de jogar o Exército contra a Marinha e a Aeronáutica, quando era ele, Juarez Távora, que articulava o Exército contra o Presidente, e quando o Brigadeiro Eduardo Gomes mobilizava a Aeronáutica para o golpe, e a maioria dos almirantes colocara a Marinha contra o governo. Nesse momento, o General Juarez Távora temia o ressurgimento do carisma getulista! Ou seja, o Presidente não poderia sequer morrer em paz. Sua morte provocaria o ressurgimento do carisma getulista que incomodava o General Juarez!

Morresse ou não o Presidente, ressurgisse ou não seu carisma ameaçador, o General Juarez Távora, cujo dever e juramento eram a defesa da ordem constitucional, assim como os do Brigadeiro Eduardo Gomes e dos demais conspiradores, reuniu-se com os Generais Canrobert Pereira da Costa, Nicanor Guimarães de Sousa, Alcides Etchegoyen e Fiúza de Castro, na residência deste último, na Avenida Maracanã, para redigir um manifesto de solidariedade de oficiais-generais do Exército à posição adotada por seus camaradas da Marinha e da Aeronáutica. Tudo isso era a pregação do golpe, mas, para Juarez tinha outro sentido:

¹⁵¹ Távora, Juarez. Uma vida e muitas lutas, volume 2, P. 252.

– Era um último e desesperado apelo à união das Forças Armadas, para impedir que se estraçalhassem, entre si, para garantir, afinal, como declarara, no discurso do Clube Militar, a impunidade de alguns bandidos que haviam urdido e executado o crime da Rua Tonelero.

– Redigido naquela noite, e assinado pelos cinco generais presentes, esse manifesto teve o seu texto retocado, no dia seguinte, após o que se iniciou o trabalho de obtenção de novas assinaturas, de que participei, logo que terminou o primeiro expediente da ESG [Escola Superior de Guerra]. Essa tarefa se prolongaria até a noite do dia 23, quando já o haviam firmado vinte e sete generais. Seu texto... devia ser publicado, no dia seguinte, se o General Zenóbio insistisse em sua irredutibilidade de apoio à permanência do Presidente Vargas no poder.¹⁵²

Dos documentos reveladores da conspiração e dos planos golpistas da crise de agosto de 1954, o manifesto dos generais, posterior ao dos brigadeiros e ao dos almirantes, é o mais longo e o mais explícito. O que permite discuti-lo melhor.

Ele começa dizendo:

– O inquérito policial-militar em andamento na Base Aérea do Galeão já apurou, indiscutivelmente, que foi a guarda pessoal do Presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que planejou e preparou, dentro do palácio presidencial, e fez executar o atentado em que foi assassinado o major-aviador Rubens Florentino Vaz.

Até aqui nenhuma novidade, tanto que Gregório fora preso no Catete na manhã de 8 de agosto, por ordem do Presidente, antes da instauração do inquérito policial-militar, o IPM.

A seguir o manifesto diz que, depois de haver o Presidente da República assegurado à nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à Justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do palácio presidencial, alertaram os criminosos e lhes forneceram meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro.

¹⁵² Idem, pp. 252 e 253.

Essa acusação estava desfeita já fazia muito tempo: todos os acusados estavam presos – Gregório, Climério, Alcino, Soares, Valente... É espantoso que tenha sido ressuscitada a 22 de agosto, tanto tempo depois.

Com base em acusações desmentidas, superadas e peremptas, o manifesto dos generais retoma a hipótese inicial e pede, é claro, a renúncia do Presidente:

– Considerando que é assim duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados; considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao Presidente da República; considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao Presidente da República para o exercício do seu mandato; considerando, enfim, que a perduração da atual crise político-militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranquilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do país: os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual Presidente da República, processando-se a sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

O manifesto foi assinado pelos generais Álvaro Fiúza de Castro, Canrobert Pereira da Costa, Nicanor Guimarães de Souza, Juarez Távora, Alcides G. Etchegoyen, Emílio R. Ribas Jr., Edgar Amaral, Altair de Queirós, J. Machado Lopes, Peri Constant Bevilacqua, Humberto Castello Branco, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Inácio José Veríssimo, Barros Falcão, João Batista Rangel, Nilo Horácio de Oliveira Sucupira, Antônio Coelho dos Reis, Delso Fonseca, Henrique Lott, Otávio Saldanha Mazza, T. de Alencar Araripe, Nélon Rebelo de Queirós, José Daudt Fabrício, Nestor Souto de Oliveira, Nilo Augusto Guerreiro Lima, Penha Brasil, Jair Dantas Ribeiro.

O RISCO DE CONFRONTO AGRAVA-SE NESSA NOITE

Havia, de fato, nessa noite de domingo, mas não por culpa do Presidente, o risco de um confronto armado entre grupos desavindos das Forças Armadas.

Depois da visita do General Zenóbio à Vila Militar, teve início a movimentação de contingentes do Exército, com ordens para antecipar-se às ações previsíveis da Aeronáutica e neutralizá-las. Isso significava, por exemplo, ocupar aeroportos e bases aéreas, imobilizar aviões, talvez prender pilotos, mecânicos e outros auxiliares, isolar tanques de combustível e depósitos de armamento. Se a ordem se estendesse à neutralização de ações previsíveis da Marinha, forças do Exército teriam de ocupar instalações portuárias, navios, o quartel dos fuzileiros e assim por diante. Por quanto tempo seria possível manter em andamento tais operações sem qualquer reação, ainda mais com a oficialidade jovem da Aeronáutica e também da Marinha no perigoso grau de excitação e intoxicação psicológica a que tinha sido levada?

No início da madrugada, alertado pelo Brigadeiro Ivã Carpenter, o Marechal Mascarenhas vai ao Ministério da Guerra, onde o General Zenóbio informa já ter dado contraordem, cancelando esse movimento de tropas.

O Presidente, no Catete, poderia não estar informado de cada um dos detalhes de tantos movimentos e acontecimentos, mas tinha perfeito conhecimento do principal e do rumo que tomavam as coisas. Nem haveria como ignorá-lo. Ao Presidente não escaparia o perigo dessas idas e vindas, desse jogo de cabra-cega.

A movimentação de contingentes do Exército para conter possíveis ações da Aeronáutica deve ter sido uma fortíssima descarga de adrenalina nos jovens oficiais da FAB e mesmo em alguns mais velhos e ainda desajuizados. De madrugada, certamente assanhados pela contraordem do General Zenóbio, alguns pilotos decolaram e passaram a fazer sucessivos voos rasantes sobre o Palácio do Catete.

Nos amplos telhados do Palácio e de seus anexos já estavam instalados postos improvisados de defesa antiaérea. Nem era preciso que uma só bomba fosse lançada. Bastaria um desses pilotos perder a cabeça e disparar sua me-

trahadora ou perder o controle de seu avião e precipitar-se com ele em direção ao perímetro do palácio para ter início a fase armada de uma guerra civil que ninguém saberia dizer como começara, quanto mais saber como terminaria.

Felizmente nada disso aconteceu e entre mortos e feridos salvaram-se todos nesse momento. Mas a brincadeira foi até as 4 horas da manhã.

Não há registro de qualquer comentário do Presidente sobre esses voos. Mais tarde, Tancredo Neves diria que eram parte de um conjunto de atos de intimidação, operações de guerra psicológica para intimidar o governo e seus integrantes. O próprio Tancredo Neves recebia telefonemas anônimos, ameaçando-o de morte – uma bomba, por exemplo, em seu carro – e de ações contra sua família.

Aquilo tudo estava longe de ser uma guerra limpa.

ORDENS DE ATAQUE E VOOS RASANTES

O manifesto dos generais começava a ser redigido e a receber assinaturas quando surgiram notícias, alarmantes, naturalmente, de agravamento da situação militar.

– Por volta das 23 horas – diz Mascarenhas de Moraes em suas memórias – o Brigadeiro Ivã Carpenter Ferreira comunicou-me haver sabido do deslocamento de tropas, visando atuar contra a Aeronáutica, e que ele dera ordem para, no caso de ação das forças do Exército, os elementos da Aeronáutica receberem-nas de braços cruzados, permitindo, sem reagir, as ocupações que desejassem fazer de órgãos militares da Força Aérea.

O Marechal Mascarenhas já tinha a preocupação de esclarecer que não fora portador de qualquer ultimato ao Presidente – apenas, como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, levava a ele as informações que recebia. Tinha agora uma segunda preocupação – a ordem de ataque pelo Exército a posições da Aeronáutica. Surge, porém, uma terceira preocupação:

– Logo depois, às 23:30 horas, fui procurado pelo Major Plínio Pitaluga, que me comunicou estar em início um movimento no seio da oficialidade [do Exército], para solicitar ao Senhor Presidente da República que considerasse

a fórmula de sua renúncia, estando em organização um memorial que já contava com a assinatura de alguns generais e ao qual ele próprio [o Major Pitaluga] aporia a sua. Declarei-lhe que esse documento não merecia a minha atenção e que não o assinaria, por ser contrário à disciplina e ao meu ponto de vista.

Diante desse fato novo, previsto, aliás, pelo Ministro da Justiça Tancredo Neves – um manifesto dos generais em seguida ao dos brigadeiros e ao dos almirantes – o Marechal Mascarenhas decidiu procurar novamente o General Zenóbio.

– Ainda antes de minha partida para o seu gabinete – diz Mascarenhas – estranhei que os noticiários radiofônicos estivessem transmitindo versão deturpada de minha participação nos acontecimentos referentes à reunião da tarde... insinuando que eu convocara os oficiais-generais e, em seguida, levava ao Senhor Presidente da República um ultimato das classes armadas. Em consequência, determinei ao Tenente-Coronel Dilermando [Gomes Monteiro] que fizesse uma nota esclarecedora a respeito.

Já na madrugada do dia 23 – era 1h da manhã – o Marechal Mascarenhas chegou ao gabinete do Ministro da Guerra e foi informado de que ele expedira contraordem, cancelando o movimento de tropas contra a Aeronáutica.

Voltando para casa, o Marechal teve outra notícia tranquilizadora:

– Atendi a um telefonema do Major Pitaluga, que me informava haver sido decidido o adiamento da publicação do manifesto [dos generais] até que tivesse um número mais expressivo de assinaturas...

Em seguida – acrescenta o Marechal em suas memórias – esse oficial passou o fone ao general Fiúza de Castro, o qual me prestou maiores esclarecimentos sobre a ideia fundamental do citado documento, tendo eu, mais uma vez, manifestado a minha repulsa ao mesmo.¹⁵³

No início dessa noite, voltavam de um sítio, em Jacarepaguá, o Embaixador Batista Lusardo e seu filho Luís Alberto. No carro, ouviram pelo rádio a notícia do manifesto dos almirantes. Lusardo voltou-se para o filho e disse:

– Isto é uma coisa muito séria. Vamos para o Catete.

¹⁵³ Mascarenhas de Moraes. Memórias, volume 2, pp. 587 e 588.

– Aí – fala o filho, Luís Alberto – nós chegamos em casa, mudamos de roupa e fomos para o Palácio do Catete, a poucos metros do nosso apartamento. E, lá chegando, nós vimos os dispositivos militares, metralhadoras assestadas, soldados vigilantes, todas aquelas coisas. Entramos no Gabinete Militar e meu pai subiu para conversar com o Getúlio, e eu fiquei embaixo, conversando com meia dúzia de pessoas civis – o restante eram militares. Lá pelas tantas, o General Caiado de Castro mandou distribuir armamento para os presentes, dizendo que a Aeronáutica ia atacar o Palácio. Passa um avião, depois passa outro avião da FAB, em voo rasante, sobre o Palácio, numa atitude de evidente achincalhe ao Presidente. E ali estivemos até 4 horas do dia 23. Depois, aquilo se desfez e não houve nada. Fomos dormir, então.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Carneiro, Glauco. Lusardo, o último caudilho, volume 2, pp. 484 e 485.

CAPÍTULO 28

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO

UM HOMEM CALMO E RÉPOUSADO: O ÚLTIMO DIA

O PRESIDENTE TRABALHA NORMALMENTE

“NÃO SÃO OS ACONTECIMENTOS DE FORA QUE NOS PERTURBAM, MAS O QUE ESTÁ EM NÓS MESMOS. SEI O QUE DEVO FAZER E PARA ONDE VOU — E POR ISSO DIGO QUE ESTOU TRANQUILO. VOU NUMA SÓ DIREÇÃO — E PARA A FRENTE”.

Cessados os voos rasantes às 4 horas da madrugada, foram dormir os que podiam ou conseguiram. Além daqueles que as tensões e a insônia mantiveram de olhos abertos, outros, de um lado e outro, amigos e inimigos, tinham muita coisa para fazer — uns na conspiração, outros, contra ela, na defesa do Presidente.

O Presidente, de sua parte — e para compensar noites de insônia como a de Belo Horizonte e outras depois — deve ter dormido bem, porque no dia seguinte, a segunda-feira, 23 de agosto, apareceu descansado e de bom ânimo.

É possível que suas opções já estivessem reduzidas ao mínimo: ou o General Zenóbio venceria a conspiração sem violência, como assegurara desde o início; ou o Presidente, ele próprio, evitaria a guerra civil, pelo sacrifício pessoal.

Contando contagiar os seus e os auxiliares mais próximos com a própria tranquilidade, ele faz dessa segunda-feira um dia normal de trabalho, mesmo sabendo que isso não daria a mão — e as armas — dos conspiradores.

— Ele não era um Presidente atormentado — dirá o Ministro Tancredo Neves. — Naturalmente, essas sugestões lhe eram feitas por amigos, dizendo que ele deveria ir para o Rio Grande do Sul, descansar numa fazenda, passar lá um fim de semana, voltar na segunda ao Rio de Janeiro. Consciente da gravidade e das dimensões da crise, o Presidente não permitiu que ela o imobilizasse.

Mas em nenhum momento ele subestimou a gravidade da crise.¹⁵⁵

Segundo Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil e, nessa condição, o auxiliar que mais estava com ele todos os dias, o Presidente queria demonstrar com isso que continuava a realizar seu trabalho com a aplicação e a entrega de sempre. Crise ou não crise, ele achava que tinha o dever de trabalhar normalmente.

Lourival Fontes esteve várias vezes com ele nessa segunda-feira, ao longo de um dia de trabalho que entraria longe pela noite:

– Ele não descansou, um só dia, dos deveres administrativos. Nunca lhe surpreendi uma palavra amarga para os adversários ou um brado de inconformação com o destino. Parecia ser, naquela casa, a única pessoa que guardava a serenidade.

Ainda na manhã ou na tarde desse dia, o Presidente mandou um bilhete – era comum, nele, servir-se de bilhetes manuscritos e concisos, para pedir providências ou informações – ao chefe do Gabinete Civil:

– Dizer ao Oswaldo [Aranha, Ministro da Fazenda] que o M. [Ministro] da Marinha reclamou que lhe negaram 500 mil dólares para aquisição de sobressalentes de navios que começavam a encostar, no entanto concederam quase um milhão de dólares para importar esquadrias de alumínio para a Cidade Universitária, coisas que podem ser feitas aqui ou substituídas por materiais equivalentes.

Esse bilhete, segundo o livro-depoimento de Lourival Fontes, talvez já revele, “nas letras irregulares e hesitantes, o efeito do estado emocional sobre os nervos do Presidente”.

Apesar de tudo, houve tempo e oportunidade para Lourival Fontes informar-se e informar ao Presidente, no mesmo dia, que a queixa não tinha fundamento.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Entrevista ao autor, 1979.

¹⁵⁶ Fontes, Lourival, e Carneiro, Glauco. *A face final de Vargas*, pp. 144, 146 e 147.

UM NETO? OU UMA NETA?

Desde o início do governo, o Presidente, que costumava trabalhar desde cedo, de manhã, até tarde da noite ou mesmo até de madrugada, preferia passar a manhã sozinho ou convocando auxiliares mais próximos – como o próprio Lourival Fontes, ou o General Caiado, do Gabinete Militar, ou os integrantes da Assessoria Econômica – e reservar a tarde para o despacho com os ministros, para as audiências e visitas e para as “conferências” – encontros com dirigentes de órgãos governamentais que não eram ministros.

Na tarde do dia 23, segundo o registro dos jornais, foi a seguinte a agenda do Presidente:

– Despacharam com o Chefe do Governo os Ministros da Justiça, da Educação e da Saúde, os quais se demoraram o tempo de rotina. Em conferência assentou-se ainda o sr. Getúlio Vargas com o coronel Paulo Torres, novo chefe do DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública, chefe de Polícia), não transpirando à reportagem os assuntos tratados. O Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, também foi recebido pelo Chefe do Governo à tarde, com o qual conferenciou a portas cerradas. O sr. Oswaldo Aranha, sem ser esperado, também compareceu, retirando-se à noitinha. Às cinco horas da tarde, exatamente, guiando ele próprio o seu carro, chegou o sr. João Goulart.

Às 2 horas da tarde, logo depois do almoço, o Presidente recebera o líder Gustavo Capanema e, em seguida, sua nora Vera, mulher de Manoel Antônio Vargas, que levava, em meio a tantas outras e tão más, uma boa notícia:

– Dr. Getúlio, o senhor vai ter um neto.

O Presidente, segundo Manoel Antônio, nunca era unilateral em coisa nenhuma, tinha sempre uma outra ideia a respeito do assunto.

– Nunca aceitava as coisas fechadas, empacotadas. Dizia: “Não, mas também pode ser assim”. Até a minha mulher conta que esteve com ele e disse: “Dr. Getúlio, o senhor vai ter um neto.” E ele: “E se for uma neta?”.

O Presidente recebeu também, nessa tarde, uma comissão de donas de casa e o poeta (e empresário) Augusto Frederico Schmidt. É o que lemos no Diário da Noite:

– O Presidente da República cumpriu ontem todos os seus compromissos de rotina, tendo mesmo recebido, em audiências especiais, um poeta, o sr. Augusto Frederico Schmidt, e uma comissão de donas de casa que integram uma associação de combate à carestia. Por outro lado, o Catete apresentava aspecto calmo, notando-se apenas uma alteração, tal seja, o reforço da guarda do Exército que ali dá serviço todos os dias. É certo ainda que nos jardins quedavam-se grupos de amigos, políticos e funcionários graduados da administração federal, além de repórteres à cata de notícias.¹⁵⁷

O PRESIDENTE AO POETA SCHMIDT: “JÁ SEI O QUE VOU FAZER”

Entre as muitas audiências desse dia, ao qual conseguira conferir todas as aparências de normalidade, o Presidente recebera o poeta Augusto Frederico Schmidt.

Amigo pessoal como era, o poeta pedira audiência na condição de empresário, ostensivamente para tratar de questões relativas ao abastecimento e ao custo de vida.

Não fora, portanto, ao poeta a audiência, mas ao empresário. Que, segundo uma versão, queria tratar da questão do custo de vida, que preocupava enormemente e permanentemente o Presidente.

Schmidt, segundo essa versão, era portador do relatório de um grupo de empresários americanos, interessados em investir na instalação de uma rede de supermercados no Brasil. Schmidt era acionista e diretor de uma rede incipiente de supermercados chamada “Disco” (Distribuidora de Comestíveis Ltda. ou S.A.).

Os supermercados eram uma realidade emergente na economia e no modo de vida dos Estados Unidos, mas não constituíam novidade para o Presidente, que estimulara e apoiara financeiramente a constituição, no Rio Grande, de uma companhia de economia mista, controlada pelo governo do Estado, para atuar na área do comércio de alimentos, inclusive com supermercados, diante

¹⁵⁷ Diário da Noite, Rio, 24.8.54.

de uma crise de abastecimento que o comércio local não conseguia vencer.

Outra versão, porém, diz que Schmidt – sócio do grupo minerador Orquima – fora tratar da exportação de areias monazíticas, então mineral estratégico, para a indústria nuclear dos Estados Unidos, que o Presidente autorizara pouco antes, em busca de algum alívio nas pressões norte-americanas sobre o Brasil e como compensação ao que era essencial e prioritário naquele momento – a Petrobrás e a Eletrobrás.

O Presidente conhecia igualmente bem a questão dos minérios. Quinze anos antes, no início da Segunda Guerra Mundial, seu primeiro governo realizara negociações com os Estados Unidos, então sob a Presidência de Franklin D. Roosevelt, e aceitara incluir o tório e outros minerais radioativos (assim como o urânio, cuja ocorrência no Brasil começava a ser pesquisada em parceria com os Estados Unidos) na contribuição brasileira ao esforço de guerra dos países aliados contra a Alemanha de Hitler e o nazismo.

Agora, em agosto de 1954, em plena Guerra Fria, havia no mundo uma névoa de medo, mistério e conspiração sobre tudo aquilo que se referia à indústria nuclear. Nada, porém, que assustasse o Presidente, que recebeu Schmidt com a maior naturalidade, sabendo que ele suscitaria as reivindicações de sua empresa, a Orquima, para a exportação de tório.

Schmidt, intimidado pelo assunto de que pretendia tratar e também pelas ameaças que cercavam o Presidente, tenta ser agradável:

– O senhor precisa tomar uma providência, Presidente. Assim como está não pode continuar...

“SEI O QUE DEVO FAZER E PARA ONDE VOU”

É o Presidente que, com a cabeça a prêmio, está no corredor da morte, sabendo-se provavelmente em suas últimas horas de vida. Mas é Schmidt, o poeta, não o empresário, que se deixa dominar pela ansiedade.

O Presidente tranquiliza o poeta:

– Não se preocupe, Schmidt. Já sei o que vou fazer.

O poeta não tem, em sua situação, como compreender o que compreende-

remos nós, acompanhando de longe a evolução dos acontecimentos e a redução, no espírito do Presidente, das opções à sua escolha desde o deflagrar dessa crise. E o Presidente faz ao poeta uma confidência que de imediato permanecerá indecifrada.

O Presidente diz que já sabe o que vai fazer. Augusto Frederico Schmidt, autor de tantos poemas sobre a morte, sua companheira desde a juventude de tuberculoso, não se dá conta de que o Presidente anuncia-lhe o oposto da luta contra a morte. Na verdade, a luta em aliança com ela.

– Não me faço ilusões – diz o Presidente a Schmidt, segundo a reconstituição deste. – Conheço a gravidade de tudo, mas estou, assim mesmo, tranquilo. Não são os acontecimentos de fora que nos perturbam, mas o que está em nós mesmos. O difícil, o que provoca indecisão, é a necessidade de tomar um rumo, uma resolução. Mas quando enfim decidimos e sabemos o que vamos fazer, isso nos tranquiliza. Sei o que devo fazer e para onde vou – e é por isso que lhe digo que estou tranquilo. Vou numa só direção – e para a frente.

– E fez um gesto – escreve o poeta – que procurava exprimir certeza e convicção.¹⁵⁸

Hoje podemos deduzir, dessas palavras, que o Presidente já decidira – e ainda estávamos na tarde de segunda-feira, 23 de agosto, com muita coisa ainda a acontecer até a manhã seguinte – não haver alternativa a não ser o sacrifício de sua vida. (Surgiria, porém, de madrugada, uma alternativa inesperada, mas logo engolida pela resistência das mesmas forças que só aceitariam o fim do governo Vargas, fosse qual fosse o preço a ser pago.)

Podemos deduzir também que ele confiara o enigma dessa decisão a um poeta, para que este a registrasse em palavras que fossem duradouras.

No momento de seu encontro com o poeta Schmidt, o Presidente já tinha pronto, mas ainda não assinado, seu manifesto político final, a Carta-Testamento. Ele a assinaria horas depois, nessa noite, quando o desfecho de sangue revela-se afinal irreversível – e a última escolha seria entre o sangue de muitos e o sangue de um só.

¹⁵⁸ Schmidt, Augusto Frederico. *As Florestas*, p. 210.

O poeta Schmidt não percebeu, felizmente, o que se encerrava nas palavras confiadas a ele pelo Presidente. O importante era que conseguisse retê-las e preservá-las. O que o poeta fez, sem decifrar, ao ouvi-las, o mais oculto dessa mensagem.

Schmidt voltou abalado do encontro. Sua irmã, Anita, conta:

– Sempre pensei em Augusto como um profeta. Havia profecia em seus versos. Falava de coisas, há trinta, quarenta anos, que hoje começaram a acontecer... Na véspera do suicídio de Vargas, Augusto esteve no palácio. Voltou impressionado: “Não gostei... O Presidente está muito abatido”. Augusto teria dito: “O senhor precisa tomar uma providência, Presidente. Assim como está não pode continuar”. E Vargas: “Não se preocupe mais, Schmidt. Já sei o que vou fazer”.¹⁵⁹

AINDA OUTRA PORTA NO FIM DO CORREDOR

No momento em que transmitia, quase psicografava sua declaração a um homem de tanta sensibilidade e de tão obsessiva convivência com a morte como o poeta Schmidt, o Presidente ainda não estava no fim de um corredor com uma só porta – a do sacrifício pessoal.

Estava lá, sim, essa porta, mas ele só poderia atravessá-la depois de saber fechadas ou emparedadas todas as outras. Ao lado dessa última, ainda havia uma penúltima, que talvez pudesse abrir-se: a hipótese, só nessa noite descartada, de uma vitória sem sangue do grupo legalista do Exército, que poderia conseguir, no cotejo de forças, a capitulação das forças golpistas.

Agora o Presidente tem apenas de esperar que essa hipótese se realize ou se frustrar. Por isso ele pode dizer a Augusto Frederico Schmidt que já sabe o que fazer.

¹⁵⁹ Schmidt, Anita. *A face do amor*, pp. 35 e 36.

CAPÍTULO 29

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO, TARDE

PARA TANCREDO NEVES, O INSPIRADOR FOI CARLOS LACERDA

O DISCURSO DE CAFÉ FILHO NO SENADO

MENOS DE 24 HORAS DEPOIS DE TORNAR PÚBLICAS AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DISPUSERA A RENUNCIAR AO PRÓPRIO MANDATO EM BENEFÍCIO DO PAÍS, O VICE ESTAVA FIRMEMENTE INSTALADO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Ainda nessa tarde, o Vice Café Filho fala no Senado, cuja Presidência exercia cumulativamente, por força de uma norma constitucional que não existe mais. Desse discurso, no qual reconstituía as peripécias de sua proposta de renúncia dupla, Café Filho poderia dizer que a intenção não era deixar mal o Presidente – apenas documentar que o Vice-Presidente não se omitira na crise nem afastara de si a taça de sacrifício pessoal que não poderia recusar.

Se essa era a intenção, a impressão que ficou foi outra. Naquele momento, no clima febril em que os acontecimentos interagiam com a repercussão que lhes era dada pelos jornais, pelo rádio e já pela televisão (e vice-versa), o discurso do Vice só poderia operar contra o Presidente.

Na tarde de 23 de agosto de 1954 – já conhecido o ultimato dos brigadeiros e dos almirantes, e aguardado o dos generais, exigindo a renúncia do Presidente – o Vice tornava público no Senado ter oferecido ao Presidente uma tábua de salvação, além de se ter disposto a abrir mão de seu mandato de Vice-Presidente e, junto com ele, da expectativa de tornar-se o próximo Presidente. E o Presidente recusava!

Numa cabeça como a do General Juarez Távora, a recusa do Presidente à proposta da renúncia pública foi mais um crime de Getúlio Vargas. Recusando o salva-vidas lançado pelo Vice, salva-vidas, por sinal, que não pedira, o Presidente, segundo o General Juarez, dividia as Forças Armadas, lançava uns

contra os outros seus grupos desavindos e, além disso, poderia morrer no conflito, causando, morto, um inconveniente que já não tinha como produzir vivo: o recrudescimento do carisma getulista.

Se o próprio Presidente não pusesse termo à crise na manhã seguinte, o discurso de Café Filho no Senado poderia ter sido mais destruidor do que foi (embora não tanto quanto pretendia). Menos de 24 horas depois de pronunciá-lo, e de tornar públicas as circunstâncias em que se dispusera a renunciar ao próprio mandato em benefício do país, o Vice estava firmemente instalado na Presidência da República, que Getúlio Vargas desocupara sem levar ninguém em sua companhia.

PARA TANCREDO, UM DISCURSO INSPIRADO POR LACERDA

Enquanto o Presidente, no Catete, atendia a tantos compromissos (e convivía com tantas pressões), realizava-se nas ruas de São Paulo uma passeata contra ele, organizada por entidades estudantis. Diante do Palácio do Catete, havia também manifestações hostis. Mas o ataque maior, nessa tarde, veio do Senado, ao qual, como seu Presidente, o Vice Café Filho comunicou em discurso a proposta de renúncia dupla e sua recusa pelo Presidente.

O Vice-Presidente ainda falava no Senado e Alzira Vargas já recebera no Catete e passava ao pai a cópia mimeografada do discurso, que recebera do senador Sá Tinoco, do PSD do Estado do Rio.

A simples existência de cópias mimeografadas – numa época anterior aos computadores e até às copiadoras xerox – significava que o texto do discurso seria ou já estava sendo distribuído aos jornais, que, evidentemente, dariam a ele grande repercussão.

Surpreendido pelo discurso, o Presidente reagia:

– Mas ele me disse, há dois dias, que hipotecava solidariedade, ratificando o seu apoio. E faz um discurso desses, em que pretende pedir minha renúncia, sem me ouvir.

A proposta de renúncia dupla fora apresentada pelo Vice-Presidente Café Filho ao Presidente no sábado, 21 de agosto, e formalmente recusada no domingo, 22.

O que mais provavelmente surpreendeu e chocou o Presidente não foi a proposta, mas o discurso, que revelava a conversa sobre a renúncia dupla. A expectativa do Presidente era que o Vice ou mantivesse em reserva as duas conversas entre os dois – a da proposta, no sábado, e a da recusa, no domingo – ou, se decidisse torná-las públicas, desse disso algum aviso prévio.

Mesmo nos momentos de maior dureza nos debates na Câmara e no Senado, os líderes do governo e da oposição comunicavam previamente ao adversário que discursariam, quando o fariam e sobre o quê – e em alguns casos antecipavam até o que diriam.

Como já vimos, na reconstituição destes dias, o líder Gustavo Capanema sabia antecipadamente quando seria o próximo discurso do líder da oposição Afonso Arinos – e no sábado, 21, avisou a Café Filho que o próximo discurso de Afonso Arinos seria “tremendo”. (O que não foi. Tremendo foi o discurso de Café Filho, nessa segunda-feira. O de Afonso Arinos, segundo Capanema, informando o Presidente, fora “discreto”.)

Era uma regra de etiqueta parlamentar. Quando um líder ia falar, queria que o líder adversário soubesse disso, para ser ouvido e poderem discutir. Era a praxe de adversário para adversário – quanto mais de aliado para aliado. O Vice-Presidente presumia-se no direito de contar ao Senado suas conversas com o Presidente – tanto mais que as tinha revelado ao Brigadeiro Eduardo Gomes, no interesse da conspiração. Gostaria, porém, de que o Presidente se antecipasse a ele nessa revelação? E como reagiria se o Presidente, sem avisá-lo, contasse que fora procurado por ele com a proposta da qual dera notícia reservada pelo menos ao Brigadeiro Eduardo Gomes e que tornava pública nesse discurso no Senado?

Para o Ministro da Justiça Tancredo Neves, a proposta e o discurso da renúncia dupla resultavam do encontro de Café Filho com Carlos Lacerda, ainda no dia 11 de agosto:

– Nesse dia – diria Tancredo – o Café entrou na conspiração e foi para a casa do Chico [Francisco] Campos, onde redigiram o discurso que ele pronunciou no Senado... Foi quando o Presidente teve conhecimento da decisão do Café. Eu despachava com o Presidente, quando Alzira entrou na sala de

despachos, interrompeu e deu ao Presidente o discurso mimeografado, que o Vice-Presidente Café Filho estava pronunciando no Senado, dizendo que o tinha recebido através do senador Tinoco. Ela estava perplexa, o Presidente tomou o discurso, me pediu que lesse em voz alta, e eu sentia à medida que eu prosseguia na leitura, ele ia se tomando de uma indignação, mas sopitando a sua reação. Ao final ele me disse: “Eu não esperava que o Café fizesse isso, ele não podia ter comigo esse comportamento”.¹⁶⁰

– O Ministro da Justiça – lemos no livro Tancredo fala de Getúlio – afirmou então que considerava o Vice-Presidente comprometido com a conspiração em curso e que seu pronunciamento apenas transmitia uma exigência dos chefes militares sublevados.¹⁶¹

O QUE CAFÉ DISSE NO SENADO

Não podemos deixar de reler, examinar e discutir esse discurso do então Vice-Presidente Café Filho no Senado. Ele começa dizendo:

– Senhores Senadores:

– Dirijo-me ao Senado com a emoção de estar diante da própria Nação, de que sois uma imagem viva e fiel. A revelação dos fatos que venho trazer ao vosso conhecimento afigura-se-me um dever da minha consciência de homem público. Como Presidente desta Casa, não posso nem quero mantê-la desinformada de uma atitude que acabo de tomar, envolvendo a responsabilidade do meu mandato, perante vós e o povo brasileiro que me elegeu a 3 outubro de 1950.

Café afirma em seguida ter necessidade de definir e esclarecer sua posição, como um imperativo tanto mais indeclinável quanto seu nome, por força de encargos constitucionais, vem sendo ultimamente focalizado.

– Não preciso – acrescenta ele – desenvolver maiores considerações para caracterizar a gravidade da atual conjuntura nacional. Também não me cabe

¹⁶⁰ Entrevista ao autor, 1979.

¹⁶¹ Rocha Lima, Valentina, e Plínio de Abreu Ramos, Tancredo fala de Getúlio, P. 80.

entrar no mérito dos acontecimentos que determinaram a complexa e delicada situação em que se encontra o país.

Esquivando-se ao julgamento dos fatos, diz o Vice-Presidente:

– Não entro na análise dos fatos para proferir um julgamento que não me compete. Limito-me a reconhecer uma situação que está ai aos olhos de quem quiser ver.

Aqui o discurso entra na reconstituição dos acontecimentos:

– Foi diante desse estado de coisas que em alguns círculos se começou a admitir a hipótese de uma solução através da transição do poder supremo ao Vice-Presidente da República. O silêncio e a indiferença de minha parte poderiam ser erroneamente interpretados. Por outro lado, poderia parecer que a minha pessoa estava sendo obstáculo a uma solução da crise. Tomei então a iniciativa de procurar o Exm^o. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Fui levar-lhe não só as impressões recolhidas em contato com os chefes militares e os ilustres políticos de maior responsabilidade, mas propor-lhe também uma fórmula concreta, que me pareceu capaz de abrir margem a uma solução alta e impessoal, em que, acima de quaisquer sentimentos pessoais ou partidários, se colocassem os sagrados interesses nacionais.

– Essa fórmula consiste na renúncia simultânea do Presidente e do Vice-Presidente da República, de modo a permitir, de acordo com a Constituição, a eleição de um novo Presidente, dentro de 30 dias, para o término do período presidencial. Deste modo não seria por causa da perspectiva da minha ascensão ao governo ou em virtude de qualquer ambição ou intransigência de minha parte, nesse sentido, que a Nação não voltaria ao ritmo normal de sua vida, pelo qual tanto anseia. O Exm^o. Sr. Dr. Getúlio Vargas ficaria à vontade para encaminhar essa solução. Não haveria o cunho de uma substituição imposta por adversários políticos. Ambos daríamos uma demonstração de espírito público, de abnegação patriótica e de sensibilidade cívica, colocando a Nação diante de uma situação nova, permitindo uma solução alta, isenta de qualquer mácula de origem.

– Expliquei a S. Ex.^a as razões do meu gesto. Narrei-lhe, com a sinceridade que a hora exige dos homens públicos, o resultado de várias conferências

que eu mantivera. Expus-lhe a situação real do governo dentro do Senado, que conheço através do convívio que aqui tenho. Revelei-lhe o teor de uma conversa em que o líder Gustavo Capanema fez comigo o balanço de forças dentro da Câmara dos Deputados. Transmiti-lhe o que tinha ouvido de chefes militares, especialmente dos Ministros da Guerra e da Marinha. De nenhum desses líderes, tanto das forças políticas como das forças armadas, recolhi qualquer palavra de garantia ou segurança, já não digo sobre a possibilidade de manter a atual situação, mas sobre a viabilidade de uma fórmula capaz de abrir caminho a uma recuperação da autoridade de governo, tão duramente comprometida. A verdade é que de nenhum setor pode vir tal garantia ou segurança. Todos se mantêm dominados pela incerteza e conscientes dos perigos que rondam a Nação.

– Daí a decisão que assumi, na tarde de sábado, dia 21, indo à presença do Exm^o Sr. Dr. Getúlio Vargas, para oferecer a contribuição única que de mim dependia, com base na minha própria renúncia. Assim agi na convicção de estar cumprindo o meu dever para com a Nação. S. Ex.^a, depois de ouvir-me, disse que precisava pensar e prometeu-me uma decisão, que ontem me foi transmitida de modo negativo.

– Eis aí, Srs. Senadores, o relato que eu considerei de meu dever fazer a esta Casa, como complemento indisponível da atitude que assumi.

– A minha renúncia a Vice-Presidente da República importaria, evidentemente, na renúncia automática às funções de Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal. Mas não é só por isso que resolvi fazer-vos esta comunicação. É também pelo alto apreço e pela afetuosa estima de que vos tornastes credores, pelas atenções que me tendes dispensado através de quase quatro anos de uma convivência para mim tão honrosa quanto inesquecível. Político de origem popular, a minha passagem pela Presidência deste órgão do Poder Legislativo de meu país representa a emoção suprema de minha vida.¹⁶²

O discurso, tomado isoladamente, pode deixar bem o Vice-Presidente, atribuindo-lhe a atitude da desambição e da serenidade. Era preciso considerar,

¹⁶² Diário do Congresso Nacional, 24.8.1954.

porém, as razões pelas quais se pedia – ou melhor, alguns grupos pediam – a renúncia do Presidente.

Era um golpe de Estado em andamento, para o qual o atentado de 5 de agosto servia apenas, a 23 de agosto, de pretexto, superado e esfarrapado. Tanto que o manifesto dos generais justificava a renúncia com base na “impunidade” de criminosos que já estavam presos, todos.

Oferecer-se para renunciar junto com o Presidente significava, de parte do Vice-Presidente, aliar-se ao golpe, rompendo não só com o Presidente mas também com a ordem constitucional que jurara respeitar.

O discurso, porém, era um dado político e militar novo. Nessa tarde, o Chefe do Gabinete Militar, General Caiado de Castro, mandou cavar trincheiras nos jardins do Palácio do Catete.

PARA LOURIVAL FONTES, A CRISE ESTAVA NO FIM

Na hora do encerramento do expediente, cumprida toda a agenda de despachos e audiências, Lourival Fontes voltou a estar com o Presidente:

– Tudo parecia desanuviado.

Essa nova calma ou sensação de alívio resultava de que nada aconteceria de novo ou de que nada se soubera de novo no front militar desde as 4 horas da manhã, quando tinham cessado os voos rasantes sobre o Palácio do Catete. Já eram umas quinze horas consecutivas sem más notícias da área militar. Talvez o General Zenóbio tivesse convencido os conspiradores de que os comandos do Exército com efetivo poder de fogo não aceitavam o golpe e poderiam impedi-lo sem derramamento de sangue.

Segundo Lourival Fontes, o Presidente, nesse início da noite de segunda-feira, 23 de agosto, autorizou-o a confirmar, para o dia seguinte, sua reunião semanal costumeira com deputados e senadores (eram semanais essas reuniões, assim como o despacho dos ministros; e não havia a hipótese, simplesmente impensável, de um ministro levar seis meses sem conseguir ser recebido pelo Presidente). O Presidente aceitou também, talvez para despistar, mas quem sabe num último ato de esperança de que a crise se resolvesse, a progra-

mação de uma viagem no dia 27, sexta-feira.

– Não queria fugir à rotina das audiências. Combinamos sua viagem do Extremo Norte, onde iria inaugurar navios e restaurantes populares. Tudo obra de seu governo para a recuperação da Amazônia. Não deixou de comentar que essa viagem “seria boa porque iria desanuviar o espírito e sair um pouco daquela fogueira”.

– O Presidente que eu via na minha frente, disposto a desanuviar o espírito – diz Lourival Fontes – tudo concedera, tudo transigira, tudo tolerava para não ver manchada a honra de seu governo. Não poderia prever que, daí a poucas horas, encontrando vacilações, dubiedade e fraquezas, iria procurar um descanso verdadeiro para sua alma feita de justiça. Voltei ao presente quando ele completou o pensamento: “Vamos pensar num manifesto à nação, que seja forte e que também seja generoso”. Esse manifesto não era aquele que foi encontrado depois da morte do Presidente.¹⁶³

MASCARENHAS REÚNE OS CHEFES DE ESTADO-MAIOR

No comando do Estado-Maior das Forças Armadas, o Marechal Mascarenhas foi alertado, no início dessa tarde, pelo General Humberto Castello Branco, um de seus subchefes, para a gravidade da situação. (O General Castello Branco seria um dos signatários do manifesto dos generais pedindo a renúncia do Presidente, mas a essa hora talvez ainda não o tivesse assinado. Seria incrível deslealdade não informar disso o Marechal Mascarenhas.)

O Marechal aceitou a sugestão de Castello e de seu assistente, tenente-coronel Edson, para que reunisse o Conselho dos Chefes de Estado-Maior, “para um exame mais cuidadoso dos acontecimentos”.

– Aprovando a ideia – diz Mascarenhas – convoquei a reunião para as 17 horas, em meu gabinete, e o assunto nela ventilado e decidido constou de minuciosa ata então lavrada.

¹⁶³ Lourival Fontes e Glauco Carneiro, *A Face Final de Vargas*, pp. 144 a 147.

– Ao convocar a reunião, minha intenção era obter, dos chefes de Estado-Maior de cada arma, informações precisas e atuais sobre o estado disciplinar das Forças Armadas. Naquela grave conjuntura procurei nortear-me no rumo dos acontecimentos, a fim de não ser por eles surpreendido e poder informar ao meu chefe imediato – o Presidente da República – do que se passava nos comandos e na tropa, sem imposição de qualquer natureza.

– Falaram, sucessivamente, os Chefes do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Notei que tinham a justa preocupação de afastarem a ameaça de perda de autoridade dos chefes, consequente da efervescência de ânimos, provocada pela publicação dos resultados parciais do Inquérito Policial-Militar em andamento na Aeronáutica. O que visavam, acima de tudo, era evitar o divisionismo em suas corporações, procurando ligação e entendimento com suas coirmãs, a fim de evitar choques funestos.

– Os fatos relatados pelos Chefes do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica levaram-me a conhecer a real gravidade da situação então existente: as forças do ar, do mar e boa parte do Exército já admitiam a renúncia do Sr. Presidente da República como solução para a crise. Mas, para obedecer aos princípios constitucionais, deveria ser conduzida pelas circunstâncias, finalizando com um ato voluntário do Presidente, e não pela pressão. A reunião terminou às 19h30.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, pp. 589 e 590.

CAPÍTULO 30

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO, 23h30; TERÇA, 24, MADRUGADA

FECHA-SE A PENÚLTIMA PORTA

À NOITE, O ULTIMATO

O GENERAL ZENÓBIO VAI AO PRESIDENTE E DIZ QUE AGORA SÓ SERÁ
POSSÍVEL VENCER A REBELIÃO COM DERRAMAMENTO DE SANGUE.

Aqui podemos saltar para o fim da noite, não porque pouco ou nada esteja acontecendo, mas porque tanta coisa acontece que é impossível registrar tudo.

Às 23h30, o Ministro da Guerra foi informado, no Ministério, de que os generais também exigiam a renúncia do Presidente.

Os generais que exigiam a renúncia do Presidente eram, naturalmente, os que tinham assinado o manifesto redigido na véspera, na casa do General Fiúza de Castro. O número deles varia até hoje. Com certeza não passaram de quarenta, num total de oitenta generais sediados no Rio.

Em reunião no Ministério da Guerra, o General Zenóbio da Costa foi incumbido pelos outros generais de levar o ultimato ao Presidente. Nesse momento não haveria mais de 32 assinaturas no manifesto. (Na versão definitiva, publicada depois da morte do Presidente Vargas, o manifesto contava com apenas 27 assinaturas.)

O General Zenóbio vai ao Presidente, que encerrara o expediente confirmando com Lourival Fontes a audiência a deputados e senadores na agenda do dia seguinte, além de uma viagem ao Nordeste ainda nessa semana. E diz, o General Zenóbio, que o novo manifesto, o dos generais, já tem tantas assinaturas que agora só será possível vencer a rebelião com derramamento de sangue.

O número de generais que já tinham assinado ou não tinham assinado esse manifesto vai mudar de hora em hora – até mesmo em função das necessidades gerais da guerra de nervos contra o governo e da necessidade específica de

impressionar o tão sugestionável General Zenóbio. Esses números serão objeto de controvérsia pelos próximos cinquenta anos.

Para o Presidente, porém, as expectativas mudam substancialmente. A julgar pela nova avaliação do General Zenóbio, não há mais possibilidade de vencer a crise sem sangue. Se é assim, o único sangue que deve correr no desfecho da crise é o de um homem muito velho – um homem, como ele dirá, no linguajar do Rio Grande, que já comeu muita carne.

A informação do resfolegante e agitado General Zenóbio é recebida com serenidade pelo Presidente.

Com a mesma serenidade, o Presidente não aceita, em seguida, a proposta que o Ministro da Justiça Tancredo Neves não poderia deixar de fazer – e na verdade já tinha feito e agora apenas renova – de solicitação ao Congresso da decretação do estado de sítio, já que existe no país um estado de comoção intestina, com a Aeronáutica e a Marinha rebeladas, e o Exército dividido. Não aceita, igualmente, a proposta de decretar o fechamento dos clubes militares rebelados – o que ele pode fazer independente de autorização do Congresso.

Tancredo Neves, sabe o Presidente, está certo ao apresentar mais uma vez essas propostas. Mas compreenderá que ele não as aceite: serão inúteis e inócuas. Ele, Presidente, sabe também já estar na vigília de sua última grande batalha. Alguns, muitos talvez, acharão que ele perdeu. Ele pode não ter esta mesma certeza.

Nessa tarde, ele recebera da nora Vera, a mulher de Manoel Antônio, que quer compartilhar uma alegria com ele e informa que o Presidente vai ter mais um neto... O Presidente, sorrindo, naturalmente feliz com essa notícia no meio de tanta adversidade, responde com uma pergunta: “E se for uma neta, Vera?”.

Graças a essa capacidade de admitir alguma alternativa a todas as possibilidades, ele realizara uma vida extraordinária – e construíra, a partir do país que encontrara em 1930, um dos países mais surpreendentes do século 20. Graças a essa mesma capacidade, ele pode perguntar-se, também, se seu sacrifício pessoal, cada vez mais inevitável nessa crise, será mesmo uma derrota. Assim como ele poderia ganhar uma neta em vez de um neto, que é que poderia perder ou ganhar com seu sacrifício pessoal nas próximas horas?

O Presidente, recebendo a informação do Ministro da Guerra, de que não será mais possível encerrar a crise sem luta armada e sem derramamento de sangue, afasta de novo a proposta do estado de sítio e de fechamento dos clubes militares.

UMA CANETA COMO LEMBRANÇA

Fleumaticamente, como se isso não tivesse a menor importância, ele abre uma das gavetas de sua mesa de trabalho e retira uma pasta, da qual separará um documento que vai assinar na presença de seus interlocutores. A um deles, o Ministro da Justiça Tancredo Neves, entrega a caneta com que assinou esse documento. E diz:

– Fique com ela, como lembrança destes dias...

E acrescenta, antes que o Ministro comece a pensar o que não deve, ou melhor, o que ele, Presidente, não quer:

– Tudo vai acabar bem, fique tranquilo.

Com a mesma tranquilidade, e já, segundo dizem, fumando mais um charuto, ele sai do pequeno gabinete, com aquelas folhas de papel que acabava de assinar encerradas num envelope, e vai procurar seu ex-Ministro do Trabalho João Goulart, Presidente nacional do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro, que elegera Getúlio Vargas em 1950. Ele encontra Jango no corredor e recomenda que siga nessa noite para Porto Alegre, no avião cargueiro da Varig: se alguma coisa acontecer, que entregue aquele envelope ao Governador do Rio Grande do Sul, Coronel Ernesto Dornelles, o único governador eleito pelo PTB em 1950.

Em virtude do mau tempo, esse avião não decola para Porto Alegre, e Jango vai dormir, alta madrugada com o documento do Presidente no bolso do paletó. Mas o mesmo avião, o cargueiro noturno da Varig, chegara ao Rio com um passageiro especial, o deputado estadual licenciado e então Secretário de Viação e Obras do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com uma carta confidencial do Governador Dornelles ao Presidente Vargas, informando que todos os comandos militares do sul estavam com ele e com seu governo, contra o golpe em andamento no Rio.

Esse é o momento decisivo. Sobre ele, diz Tancredo Neves:

– Quando chegamos no dia 23, essas assembleias do Clube Naval, do Clube da Aeronáutica e do Clube Militar eram verdadeiros Comitês de Salvação Pública, eram agitadíssimas, eram das mais passionais, toda a oposição militar ao Presidente se manifestava em pronunciamentos os mais candentes. A essa altura os brigadeiros já tinham lançado o seu manifesto, pedindo a renúncia do Presidente; já a essa altura os almirantes já tinham lançado o seu manifesto, aderindo ao manifesto dos brigadeiros. Mas o General Zenóbio, que era o Ministro do Exército, naquela época chamado Ministro da Guerra, tranquilizava o Presidente dizendo que o Exército era um monólito de absoluta solidariedade ao Presidente, perfeitamente identificado com o Presidente, e que, se realmente os brigadeiros e almirantes fossem além do manifesto, ele tinha como contê-los e como mantê-los dentro da ordem e do respeito às autoridades constituídas e à Constituição. Essa tranquilidade, essa segurança que o Ministro Zenóbio dava ao Presidente realmente dava a ele muito controle sobre si mesmo, sobre seus atos.¹⁶⁵

Na reunião do fim da noite, porém, o General Zenóbio verifica que as coisas mudaram.

– Diante dessa mudança – diz o Brigadeiro Epaminondas – o General Zenóbio procurou o Presidente para dar-lhe ciência do ocorrido. Disse claramente que pensava ainda ter forças para reagir, salientando, porém, que haveria derramamento de sangue, e mais, que não tinha a certeza de vitória.¹⁶⁶

MENDES DE MORAIS, DE MANDANTE A EMISSÁRIO

Quase à mesma hora, Juarez Távora mandava um recado oblíquo ao Presidente e sua família por intermédio do General Mendes de Moraes – o mesmo Mendes de Moraes que seus colegas da Aeronáutica e os amigos civis destes, como Carlos Lacerda, acusavam de mandante do atentado da Rua Tonelero:

– Procurei o General Ângelo Mendes de Moraes, informando-o sobre o

¹⁶⁵ Entrevista ao autor, 1979.

¹⁶⁶ Entrevista a Yedo Mendonça, transcrita em Afonso César, *Política, cifrão e sangue*, p. 266.

texto do manifesto, sem revelar-lhe, contudo, quantos e quais os assinantes do mesmo. Pedi-lhe que transmitisse ao General Zenóbio o que lhe comunicara, a respeito. E tratei de confiar o documento a guarda segura.

– Deviam ser quase vinte e três horas, quando cheguei à minha residência, na Rua Davi Campista, completamente exausto pelos esforços e tensões a que me entregara, havia mais de vinte e quatro horas. Logo de chegada, recebi aviso, deixado pelo General Ulhoa Cintra, enteado do Marechal Dutra, de que convinha dormir eu fora de casa, pois possivelmente seria preso, ali, durante a noite. Meu estado de cansaço era, porém, tão grande que, deixando de lado a advertência recebida, meti-me imediatamente na cama. Enquanto dormia, em minha casa, realizava-se reunião decisiva, no Catete...¹⁶⁷

O Ministro da Justiça Tancredo Neves sugerira, ao ter notícia dos primeiros manifestos, o dos brigadeiros e o dos almirantes, que o Presidente pedisse ao Congresso a decretação do estado de sítio e determinasse a prisão dos signatários desses documentos e o fechamento dos clubes militares.

O Ministro, segundo ele próprio, tinha em mente “todas as medidas necessárias previstas na Constituição, mesmo o estado de sítio, a prisão desses militares indisciplinados e o restabelecimento da ordem no país que estava totalmente subvertida”.

– Mas não se fez na hora, com razões, argumentos e justificativas claras, o que deveria ter sido feito. Bastava que [o Presidente] pedisse o estado de sítio e pusesse a tropa na rua. Era o bastante para ter restaurado a sua força naquele momento.

Na opinião de Tancredo Neves, a corrente militar de direita, a corrente golpista, era minoritária nas Forças Armadas e, além disso, não dispunha de posições de comando com efetivo poder de fogo.

– Foi muito boa na imprensa, mas era minoritária. Não tinha comando naquela ocasião. Todos os comandos estavam entregues a oficiais de confiança de Vargas. De todos os generais que assinaram o manifesto contra Vargas, nenhum tinha ação militar efetiva. Nenhum deles tinha comando de tropa.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Távora, Juarez. Uma vida e muitas lutas, volume 2, p. 253.

¹⁶⁸ Entrevista ao autor, 1979.

OS CONSPIRADORES TENTAM NEUTRALIZAR A VILA MILITAR

Essa era a impressão do Ministro da Justiça. Na verdade, os conspiradores já trabalhavam para neutralizar o Comandante da Vila Militar, General Nelson de Melo, convencendo-o a não deslocar tropas para a defesa do governo e do Presidente.

Na noite de 23 de agosto corria nos meios militares o boato (ou já a informação) de que as tropas aquarteladas na Vila Militar – que constituíam o mais forte contingente das forças do Exército em todo o país – “desceriam” para o centro da cidade, a fim de garantir a defesa do Catete, do governo e do Presidente.

O General Alcides Etchegoyen, um os líderes do golpe, telefonou para o General Nelson de Melo, seu companheiro de chapa na eleição para o Clube Militar em 1952 e Comandante da Guarnição da Vila Militar.

– Nelson – disse Etchegoyen – se eu fosse você, não desceria, porque não chegará vivo aqui em baixo. Tenho gente disposta e que vai acabar com você.

Logo depois, Etchegoyen foi convocado a apresentar-se no gabinete do Ministro da Guerra, no Quartel-General do Exército. Imaginou que seria preso e dirigiu-se ao Ministério com seus dois filhos, também oficiais do Exército e outros oficiais, todos armados e dispostos a resistir. Um desses oficiais, Alberto Fortunato, conta:

– Passamos em frente ao QG e demos uma volta para checar se havia alguma mobilização, mas tudo estava normal. Se houvesse qualquer tentativa para prender Etchegoyen, alguém morreria. Saltamos do carro e formamos uma espécie de “parede”, com o general no meio; subimos ao 9º andar (onde fica o Gabinete do Ministro), os dois filhos – um deles carregando uma pequena mala com remédios – e eles entraram, enquanto nós aguardamos no hall, escondidos atrás das pilastras. “Se acontecer alguma coisa por aqui, se escutarmos disparos, entraremos atirando”, prevenimos. Aí, de vez em quando, aparecia um oficial para espiar. O pessoal de serviço no Gabinete trabalhava desarmado e a curiosidade resultava de os nossos companheiros estarem ali à paisana. Mas eles não fizeram quaisquer comentários e, pouco depois, o “velho” saiu acompanhado dos filhos. Estava com o semblante tranquilo, não fora preso.

– Foram para casa e, em seguida, souberam que o general Nélson de Melo havia acatado a recomendação de não mobilizar suas tropas.¹⁶⁹

Essa pode ter sido uma impressão equivocada. Nelson de Melo e a Vila Militar estavam subordinados ao Comando Militar Leste, exercido pelo General Odylio Denys e com tropas no Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), no antigo Estado do Rio e em Minas Gerais. Assim como o General Estillac Leal, chefe do Comando Militar Sudeste, com sede em São Paulo, e todos os comandantes do Comando Militar Sul, com sede em Porto Alegre e jurisdição em todo o Rio Grande, em Santa Catarina e no Paraná, Denys aguardava apenas as ordens do governo (e do Ministro Zenóbio da Costa) para entrar em ação. E essas ordens jamais foram dadas. Se fossem, seriam cumpridas.

Para Tancredo Neves, a minoria rebelada das Forças Armadas (que agora neutralizava a Vila Militar) era instigada pelos jornais:

– A imprensa explorava, realmente, no Exército, na área da Aeronáutica, um movimento hostil a Vargas. Havia, por baixo, os muitos interesses contrariados. A campanha do salário mínimo deixava ressentimentos profundos. A campanha da contenção da remessa de lucros, a campanha da Petrobrás, a campanha da Eletrobrás. Tudo isto fez com que a burguesia nacional nessa ocasião, parte dela a serviço do capital estrangeiro, tomasse também uma posição muito forte contra Vargas.

– Eu tenho a impressão – acrescenta Tancredo Neves, em seu depoimento a Lucília Neves Delgado, para o livro *A Trajetória de um Liberal* – de que quando Vargas se convenceu de que a resistência ia redundar em derramamento de sangue, ele achou que esse preço não devia ser pago.

– O senhor acha que essa alternativa era a única mesmo?

– Era a única. Ou a morte dele ou a luta armada com derramamento de sangue. O Ministro da Guerra deixou bem claro na reunião que fizemos: “Se Vossa Excelência der ordens, eu jogo a tropa na rua, mas vai haver derramamento de sangue”. A essa hora, ele falou: “De maneira nenhuma eu farei. Se a minha permanência no poder vai custar o sangue do brasileiro, prefiro renunciar ao poder”.

¹⁶⁹ Jorge Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, p. 59.

– O senhor acha então que foi um cálculo de preço que ele não queria pagar?

– Ele não queria pagar. À custa do sacrifício da vida de brasileiros ele não aceitaria ficar. E foi o que aconteceu.

O PRESIDENTE CONVOCA O MINISTÉRIO

Por volta das onze e meia da noite, o Marechal Mascarenhas recebeu um telefonema do Ministro da Guerra, pedindo que fosse a seu gabinete.

– Encontrei-o em companhia de poucos oficiais-generais e soube, naquele momento, que a situação se agravara, tendo ele enviado ao Catete o General Ângelo Mendes de Moraes para entender-se com D. Alzira Vargas, filha do Presidente. (Mendes de Moraes tinha sido encarregado por Juarez Távora de informar o General Zenóbio e, portanto, o Presidente e sua família, do ultimato dos generais, mas sem revelar a identidade e o número deles.)

– Independente do regresso do General Mendes de Moraes – prossegue em suas memórias o Marechal Mascarenhas – resolveu o Senhor Ministro dirigir-se ao palácio presidencial, em minha companhia e na do General Odylio Denys, comandante da Zona Militar Leste.

– Lá chegamos por volta de zero hora do dia 24, e fomos recebidos pelo Senhor Presidente da República, a quem, na presença do Ministro Oswaldo Aranha, o General Zenóbio deu ciência da gravidade da situação, “que já não podia ser debelada por parte das Forças Armadas do Exército, contra as quais já se encontravam os chefes militares de mar e ar e certo número dos de terra”.

– Declarou-nos, então, o Senhor Presidente Vargas que, no decorrer do dia, convocaria seu ministério para tomar uma deliberação. Nesse momento me coube intervir, propondo ao Senhor Presidente que, apesar do adiantado da hora, a reunião fosse imediata. Minha sugestão foi aceita e providenciada a convocação dos ministros, que, dentro de uma hora, começaram a chegar ao palácio.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Mascarenhas de Moraes, Memórias, volume 2.

À mesma hora que Zenóbio e Mascarenhas, o Ministro Tancredo Neves chegava ao Catete:

– Estive no Palácio todo o dia, como, aliás, vinha fazendo desde que a crise se tornara mais aguda... Saí para articular medidas parlamentares de defesa do Governo, com congressistas amigos, quando à meia-noite fui chamado com urgência ao Palácio, sendo informado de que a situação no Exército assumira aspecto de extrema delicadeza. Rumei imediatamente para o Palácio do Catete, onde cheguei juntamente com o General Zenóbio da Costa e o Marechal Mascarenhas de Moraes.

O General Zenóbio cumprimentou o Ministro da Justiça “e foi logo dizendo”:

– A situação no Exército é de muita gravidade. Dos 80 Generais que tenho no Rio, 37 já assinaram o Manifesto de solidariedade aos Brigadeiros. Se esse documento vier a público, terei de prender os seus signatários e isto será o começo de uma guerra civil de consequências imprevisíveis. Não desejo tomar por mim mesmo uma deliberação e aqui estou para por o Presidente a par da situação. Se ele determinar a resistência, eu resistirei com ele até o fim.¹⁷¹

Segundo outra versão, o diálogo foi o seguinte:

– Dezessete generais assinaram o manifesto... Dezessete ou quatorze, não sei direito... Assinaram o manifesto de solidariedade aos almirantes e aos brigadeiros. Eu tenho a impressão de que não devem estar em comando...

– Isso não, General. O fato de não terem comando não retira o valor moral dessas pessoas. São generais de prestígio nas Forças Armadas.

Pouco depois, quando comentou com o Presidente a informação do General Zenóbio, de que quatorze ou dezessete generais tinham assinado o manifesto, o Presidente se inquietou: “Isso não é possível!”. Tancredo Neves lembra sua advertência anterior: “Eu previa, Presidente. A crise tem o efeito de contaminação. Da Aeronáutica foi para a Marinha. Agora abriu uma primeira brecha no Exército. Mas o Ministro Zenóbio disse que esses generais não têm comando”. O Ministro da Justiça repete a ressalva que ouvira do Ministro da

¹⁷¹ Tancredo Neves, entrevista a Yedo Mendonça, O Cruzeiro, 18.9.1954.

Guerra. E ouve, do Presidente, a ressalva que, em resposta ao Ministro da Guerra, ele mesmo fizera: “Sim... Mas eles têm autoridade moral sobre o Exército”.¹⁷²

“LEVANTOU-SE E PROCUROU PELO MINISTRO JOÃO GOULART”

Chegando ao gabinete privado do Presidente, no terceiro andar do Catete – prossegue Tancredo Neves – o General Zenóbio e o Marechal Mascarenhas de Moraes foram imediatamente introduzidos no gabinete presidencial, onde passaram a conferenciar com o chefe da Nação. Trinta minutos depois determinou o Presidente da República a convocação do Ministério.

– No gabinete presidencial, o Ministro da Guerra e o chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas nos davam detalhes da crise no Exército.

– Enquanto conversávamos, notamos que o Presidente em sua mesa de trabalho retirava da gaveta uma pasta com uns documentos. Tirou um deles e o assinou dobrando-o em seguida e guardando-o no bolso externo do seu jaquetão, do lado direito. Levantou-se e procurou pelo Ministro João Goulart, caminhando ambos para os aposentos particulares do Presidente.¹⁷³

Segundo Lutero Vargas, isso acontecera quatro horas antes:

– Cerca das 20 horas do dia 23 de agosto estava eu, assim como meu tio Benjamim Vargas, no gabinete de meu pai, no terceiro andar do Palácio do Catete, quando o contínuo Wilson abriu a porta da entrada e anunciou a chegada de João Goulart. Meu pai, depois de indagar se Jango ia mesmo embarcar nessa madrugada para Porto Alegre, entregou-lhe um envelope, dizendo-lhe: “Entrega esta carta ao Ernesto (Ernesto Dornelles, governador do Estado do Rio Grande do Sul) e, se for o caso, o conteúdo desta carta é para ser divulgado. Conforme o próprio Jango depois informou-nos, era a carta-testamento. Meu pai desejava que essa carta-testamento fosse amplamente divulgada e por isso há várias cópias que foram encontradas. Uma dessas cópias foi

¹⁷² Entrevista ao autor, 1979.

¹⁷³ Tancredo Neves, entrevista a Yedo Mendonça, O Cruzeiro, 18.9.54.

batida, mal-batida, por esse mesmo contínuo Wilson, segundo confessou anos depois...¹⁷⁴

Momentos depois de sair em busca de João Goulart – prossegue Tancredo Neves – voltava o Presidente, fumando, como de costume, o seu charuto, colocando-se na quina de sua mesa de trabalho. Na janela, os ministros militares examinavam a situação.

– Dirigi-me então ao Presidente e perguntei: “Presidente, como vamos conduzir a reunião ministerial? Qual deve ser a nossa posição?”. Respondeu-me serenamente: “Iremos ouvir os Ministros militares, e tomaremos uma decisão”. Ele tirou uma caneta tinteiro que estava em cima da mesa e me entregou, dizendo: “Guarde isto como lembrança destes dias...”. Ante a minha surpresa, acrescentou: “Não se preocupe, tudo vai acabar bem”. Saiu da sala e foi novamente para os seus aposentos particulares. Momentos depois era informado de que todos os ministros já se encontravam no Palácio, dando início então à reunião ministerial.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, p. 318.

¹⁷⁵ Tancredo Neves, entrevista a Yedo Mendonça, O Cruzeiro, 18.9.54.

CAPÍTULO 31

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA

OU A MORTE DELE OU A LUTA ARMADA

A REUNIÃO DO MINISTÉRIO

ALZIRA VARGAS: “ISTO AQUI NÃO É UMA SIMPLES JOGADA POLÍTICA.

SÃO VIDAS QUE ESTÃO EM JOGO, INCLUSIVE A MINHA.

ISSO NÃO PASSA DE UMA CONSPIRAÇÃO DE GABINETE E NÃO UM
MOVIMENTO QUE ATINJA AS FORÇAS ARMADAS”.

Na confusão que as novas notícias e impressões do General Zenóbio produziam, o Presidente concorda em convocar uma reunião do ministério, que tem início já na madrugada de 24 de agosto, terça-feira.

Nessa reunião, o General Zenóbio confirma que a situação piorara consideravelmente e já não será possível fazer o que ele propunha no início, ou seja, enquadrar disciplinarmente os rebeldes e, assim, acabar com a rebelião. Isso ele dizia quando recusou as propostas do Ministro da Justiça Tancredo Neves, para a solicitação ao Congresso da decretação do estado de sítio.

Fecha-se, portanto, a penúltima porta. É o que diz Tancredo Neves:

– Essa tranquilidade, essa segurança, que o ministro Zenóbio dava ao Presidente, realmente dava a ele muito controle sobre si mesmo, sobre seus atos.¹⁷⁶

Na noite de 23 de agosto, porém, o general Zenóbio verifica que as coisas mudaram:

– Diante dessa mudança – diz o Brigadeiro Epaminondas – o general Zenóbio procura o Presidente para dar-lhe ciência do ocorrido. Diz claramente que pensava ainda ter forças para reagir, salientando, porém, que haveria

¹⁷⁶ Entrevista ao autor, 1979.

derramamento de sangue, e, mais, que não tinha certeza de vitória.¹⁷⁷

Até esse momento, Zenóbio sempre garantira que liquidaria a rebelião sem derramamento de sangue.

Não temos registro da reação do Presidente à nova informação do General Zenóbio, mas nesse momento ele pode ter atravessado a linha divisória entre o território das hipóteses, que examinara teoricamente desde a juventude e na prática desde a revolução de 1930, e o território das realidades e dos fatos consumados.

– Eu tenho a impressão – diria Tancredo Neves em depoimento a Lucília de Almeida Neves Delgado – de que quando Vargas se convenceu de que a resistência ia redundar em derramamento de sangue, ele achou que esse preço não devia ser pago.

– O senhor acha que essa alternativa era mesmo a única? – pergunta Lucília.

– Era a única. Ou a morte dele ou a luta armada com derramamento de sangue. O Ministro da Guerra deixou bem claro na reunião que fizemos: “Se Vossa Excelência der ordens, eu jogo a tropa na rua, mas vai haver derramamento de sangue”. A essa hora ele [o Presidente] falou: “De maneira nenhuma... Se a minha permanência vai custar o sangue [de um só] brasileiro, prefiro renunciar ao poder”.

– O senhor acha, então, que foi um cálculo de preço que ele não queria pagar?

– Ele não queria pagar. À custa da vida de brasileiros ele não aceitaria ficar. E foi o que aconteceu.¹⁷⁸

Quando teve início a reunião do Ministério, essas coisas ainda não estavam muito claras.

FALAM OS MINISTROS MILITARES

– Cerca das duas horas do dia 24 – escreve o Marechal Mascarenhas em suas memórias – presentes todos os titulares, com exceção do das Relações

¹⁷⁷ Brigadeiro Epaminondas, entrevista a Yedo Mendonça, O Cruzeiro, setembro, 1954.

¹⁷⁸ Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso da Silva, *A trajetória de um liberal*, Pp. 254 e 255.

Exteriores [o Ministro Vicente Rao estava doente, em São Paulo], teve início a reunião ministerial presidida pelo Senhor Getúlio Vargas, e na qual também tomei parte, na qualidade de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, por sua especial determinação.¹⁷⁹

Na reconstituição de Lutero Vargas, o início da reunião do ministério foi marcado pelo gesto impetuoso de sua irmã Alzira:

– São passados 30 anos dessa reunião à qual estive presente. O ministério já estava reunido no antigo salão de refeições dos primitivos proprietários do Palácio do Catete, os barões de Nova Friburgo. A porta do salão já estava fechada, quando minha irmã Alzira resolveu quebrar a disciplina imposta por meu pai.

Atrás de Alzira entraram D. Darcy, Lutero e Manoel Antônio Vargas, assim como Danton Coelho e Amaral Peixoto. Em seguida, e depois, muito mais gente entraria.

– Alzira – prossegue Lutero – postou-se atrás da cadeira onde estava sentado meu pai. Eu [fiquei] junto com minha mãe, um pouco mais atrás. Na cabeceira dessa grande mesa, Getúlio Vargas: à sua esquerda, sentavam-se Tancredo Neves, Ministro da Justiça; Edgar Santos, Ministro da Educação; Mário Pinotti, Ministro da Saúde; Renato Guilhobel, Ministro da Marinha; e Hugo de Faria, Ministro do Trabalho. À sua direita: Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda; Apolônio Salles, Ministro da Agricultura; Epaminondas Gomes dos Santos, Ministro da Aeronáutica; Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra; Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Em frente, na outra cabeceira da mesa, José Américo de Almeida, Ministro da Viação.¹⁸⁰

O Presidente não tentou impedir a invasão, nem reagiu a ela. Eram pessoas próximas a ele que entravam na sala – pessoas cujo futuro e cuja vida pendiam do que fosse ali discutido e decidido. E abriu a reunião com poucas

¹⁷⁹ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. 2, p. 591.

¹⁸⁰ Lutero Vargas, *Getúlio Vargas, a revolução inacabada*, p. 327.

palavras: a hora não comportava discursos nem retórica. De imediato, anunciou:

– Vou dar a palavra aos meus ministros militares, para que eles nos informem da situação no Brasil no que diz respeito à manutenção da ordem.

O primeiro a falar foi o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Epaminondas, que disse simplesmente:

– Presidente, minha arma é uma arma abertamente sublevada, não há quem não saiba que realmente a Aeronáutica é uma arma amotinada. Ela exige a substituição de V. Exa. e a derrubada do governo.

O Ministro da Marinha, Almirante Renato Guilhobel, falou em seguida:

– Presidente, é muito penoso para mim ter que informar a V. Exa. que mais uma vez a Marinha falta ao seu governo e à sua pessoa.

O Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, foi o terceiro.

– Dada a palavra ao ministro do Exército, o General Zenóbio, que era um herói da guerra, da FEB, um homem de arrojo, um homem exaltado nos seus pronunciamentos – diz Tancredo Neves – ele fez uma catilinária violenta contra os generais que ele chamava de traidores e, depois de algumas considerações, terminou dizendo: “Se V. Exa. me der ordem, eu irei aplacar este movimento de insubordinação. Mas não quero assumir a responsabilidade pelo sangue que vier a ser derramado. Esta responsabilidade será de V. Exa.”. Uma maneira realmente um pouco chocante de uma pessoa declinar do cumprimento de um dever e transferir para um terceiro um problema que não era do Chefe da Nação, no caso.¹⁸¹

Lutero Vargas, também presente, reconstitui com outros detalhes a intervenção do Ministro da Guerra:

– Dos oitenta generais que servem no Rio, com efetivo comando de tropas, trinta e sete já assinaram um manifesto de solidariedade aos brigadeiros que estão contra o governo.

(Ao chegar ao Catete à meia-noite, o General Zenóbio – a quem Juarez

¹⁸¹ Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso da Silva, Tancredo Neves, a trajetória de um liberal, Pp. 274 a 278.

Távora só mandara meia-informação – supunha que fossem quatorze ou dezessete, como Zenóbio dissera a Tancredo Neves. É possível que nas circunstâncias daquela madrugada, Lutero Vargas tenha feito confusão. Mas é também possível que, quando começou a reunião, o Ministro da Guerra dispusesse de novas informações. Era, aliás, de interesse dos conspiradores que os participantes da reunião ficassem impressionados com um número maior, não com um número menor de generais rebelados. Voltemos, porém, à reconstituição de Lutero Vargas.)

– Acredito – [acrescentou o General Zenóbio] – que a maior parte da tropa não está disposta a combater a Aeronáutica e a Marinha. De minha parte, estou disposto a resistir. Vim da Vila, onde tomava as últimas providências para a resistência. Agora, para ressaltar futuras responsabilidades, comunico a todos os presentes que, desta vez, a resistência vai provocar derramamento de sangue.¹⁸²

– As palavras de Zenóbio – escreveu Carlos Heitor Cony – não constituíam uma novidade em si. Todos ali sabiam da situação: a única dúvida existente limitava-se ao exato número de signatários do memorial de apoio aos brigadeiros revoltados. Alguns diziam que apenas 17 generais haviam assinado, outros não estavam a par de nada. Vinha Zenóbio e declarava que eram 37, as cifras eram importantes, os golpes de força se resolviam e sempre se resolveram na base de cálculos análogos, tantos canhões, tantos tanques, tantos generais – e um Presidente é deposto ou mantido. De qualquer forma, sendo 17 ou 37 o número de generais solidários com os brigadeiros já ostensivamente sublevados, sobravam muitos generais para manter a ordem constitucional. O número era importante, mas não era o dado principal.¹⁸³

¹⁸² Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, p. 328.

¹⁸³ Cony, Carlos Heitor, Quem matou Vargas?, p. 218.

ALZIRA VARGAS CONTESTA ZENÓBIO

Quando o General Zenóbio disse que não podia mais controlar o Exército, Alzira Vargas – segundo Lutero – “descontrolou-se e perdeu a paciência”:

– Ai, perdi a paciência, a noção do local em que estava e do despropósito de minha interferência. Avancei para a mesa, entre papai e Oswaldo [Aranha].

Alzira pediu desculpas ao Presidente – “Papai, perdoe, mas andei fazendo umas travessuras, me metendo onde não devia...” – e dirigiu-se diretamente ao Ministro da Guerra:

– General Zenóbio: isto aqui não é uma simples jogada política. São vidas que estão em jogo, inclusive a minha, e por isso dou-me o direito de falar. Isto não passa de uma conspiração de gabinete e não um movimento que atinja as Forças Armadas. O senhor sabe tão bem quanto eu que na Vila Militar nada foi alterado desde sua visita, lá, hoje à tarde, e sem a Vila pode alguém pretender dar golpes neste país?

O General Zenóbio respondeu que não, “e quis acrescentar qualquer coisa”; Alzira não lhe deu tempo. Interpelou o Ministro da Marinha:

– Almirante Guilhobel, a sua tropa embarcada pode fazer alguma coisa? A única força que pode influir em terra não são os fuzileiros navais? – [O Almirante concorda.] – Pois não estão interessados em marchar contra ou a favor de ninguém. Só se defenderão se forem atacados em seus quartéis e isto eu sei do próprio Comandante Camargo.

– A vítima seguinte – lembraria a própria Alzira – foi o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Epaminondas: onde estão localizados os únicos aviões em condições de treinamento e de voo nesta cidade? Não é em Santa Cruz? A Base de Santa Cruz é comandada por um ex-ajudante de ordens [do Presidente], o Coronel Pamplona. É composta pelo Grupo de Caça, o “Senta a Pua”, da guerra, e são todos fiéis ao governo. Onde está o perigo?

Alzira volta, então, ao General Zenóbio:

– Dos treze generais, porque são somente treze, General, signatários do Manifesto, só um tem comando de tropa e não é aqui na capital; os outros exercem funções burocráticas. Se o senhor julgar que a simples renúncia de

meu pai vai trazer tranquilidade, progresso e ordem a este país, não se fala mais no assunto. Mas o senhor tem certeza?¹⁸⁴

– O estremecimento causado por minha indébita intervenção – diria Alzira em depoimento a Hélio Silva – provocou não somente pânico, mas desordem também, porque, depois de mim, muita gente que não era ministro, tampouco, julgou-se autorizada a intervir. Pedi desculpas baixinho a meu pai, que todo o tempo me olhara como se estivesse ausente e indiferente a tudo e recolhi-me, envergonhada de minha atitude, no fundo do salão.¹⁸⁵

A hipótese de Alzira, que já uma vez, em 1938, no ataque integralista ao Palácio Guanabara, lutara de arma na mão ao lado do pai, em defesa da vida de ambos, causa impressão: o que ela diz é que as forças opostas ao golpe superaram com tal diferença as forças golpistas que estas, intimadas, não tentaram combater, serão rendidas sem sangue.

Essa avaliação talvez coincida com a do General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, que, disciplinadamente, permanecera calado, até o Presidente pedir sua opinião. Em resposta, o General Caiado afirmou que optaria pela resistência. Contrariado e irritado, Zenóbio desafiou Caiado – desafio aceito com a maior sobriedade – a assumir o comando de contingentes de infantaria que colocaria à sua disposição.

TANCREDO NEVES E ARANHA DEFENDEM A RESISTÊNCIA

Tancredo Neves falou em seguida. Foi – diz Carlos Heitor Cony – o mais franco possível. Manifestava-se pela resistência. O governo fizera e continuava a fazer tudo o que se tornava necessário ao esclarecimento do crime. O processo continuava, os inquisidores do Galeão não sofriam nenhuma pressão, os criminosos envolvidos já estavam presos, a ordem legal do país não sofrera em continuidade. A crise militar, decorrente da agitação política dos últimos dias, era, assim, impertinente.

¹⁸⁴ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, P. 329.

¹⁸⁵ Idem, P. 330.

O governo não tinha do que se envergonhar. Se aparecessem soldados para depor o Presidente, a solução era resistir. Ele estava disposto a isso. Nem todo homem merece a oportunidade de morrer em defesa de uma causa justa. Como amigo do Presidente Vargas e como ministro de um governo ameaçado de deposição, ele optava pela resistência pessoal.¹⁸⁶

Um fato que dá a medida da disposição do Ministro da Justiça – e a situação no mesmo plano da de Oswaldo Aranha, amigo de juventude do Presidente e seu companheiro desde as lutas políticas no Rio Grande – só seria conhecido trinta anos depois, quando a candidatura de Tancredo Neves à Presidência levou a imprensa a vasculhar cada momento e cada recanto de sua vida:

– Em 1954 – contará seu irmão Jorge Neves – Tancredo temia que pudesse acontecer uma tragédia com todo o Governo Vargas, no Palácio do Catete. E ele, Ministro da Justiça, entregou a Risoleta [D. Risoleta, sua mulher] uma espécie de testamento, instruções sobre o que se deveria fazer se ele viesse a faltar.

O próprio Tancredo Neves assim reconstituirá sua intervenção:

– Na reunião do Ministério, quando ele deu a palavra aos ministros civis, eu propus reunir a resistência, dizendo que não era possível que mais uma vez procurassem ludibriar o povo brasileiro através de um golpe de cúpula, e que devíamos ir à resistência com as tropas fiéis ao Presidente, com os Ministros que quisessem resistir com ele, com os amigos que quisessem resistir com ele. Mas a resistência, se fôssemos levados ao sacrifício, esse sacrifício seria realmente um protesto eterno contra aqueles que não queriam ver o País inteiro numa ordem democrática justa, humana. Ele aplaudiu e baixou a cabeça. Ele aceitou a tese da resistência; baixou, porém, a cabeça.¹⁸⁷

Esse gesto de baixar a cabeça, como que corrigindo ou anulando o gesto anterior, de aplauso – (quando o Ministro da Justiça propôs a resistência e se declarou disposto a acompanhar o Presidente até as últimas consequências) – só será compreendido depois, quando Tancredo Neves perceber que o Presi-

¹⁸⁶ Cony, Carlos Heitor, *Quem matou Vargas?*, Pp. 218 e 219.

¹⁸⁷ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

dente, para evitar o sacrifício de qualquer outra pessoa que não ele próprio, conseguiu iludir todos os que lhe eram próximos.

Oswaldo Aranha falou a seguir e começou por dizer que a renúncia seria uma decisão de foro íntimo. Não considerava, porém, que o Presidente devesse aceitá-la.

– Se estivesse no exercício da Presidência – disse Aranha – [eu] não renunciaria antes de terminado o inquérito e de entregues a Justiça os mandantes e mandatários de um crime cometido contra os nossos sentimentos cristãos e a própria dignidade do governo e de todos nós.

– Opino assim, não para resguardar a figura do Presidente, cuja atitude conheço, mas a honra de seu cargo, a dignidade de sua investidura e, por fim, para evitar que sua renúncia antecipada possa ser interpretada no estrangeiro e no país como uma possibilidade de um Presidente do Brasil, escolhido entre todos nós por um povo bom e cristão, vir a ser tido e havido e julgado como conivente com uma monstruosidade como a da Rua Tonelero.

Aranha então recomendou a resistência pessoal, “ao preço da própria vida” – e ele estaria ao lado do Presidente.

– Ele cresceu em eloquência, cresceu em dignidade, cresceu em bravura pessoal – lembraria Tancredo Neves. – As suas palavras foram das mais arrebatadoras e das mais candentes.¹⁸⁸

UM MINISTRO PELA RENÚNCIA

– Os demais ministros deveriam ser consultados por mera formalidade – escreveu Carlos Heitor Cony. – Não tinham tropa nas mãos e o pouco poder de que dispunham era inócuo para a ocasião. Seria natural que [também] acompanhassem o pronunciamento de Tancredo, ministro também civil e que corajosamente mostrava-se leal não apenas a um chefe, mas a um princípio: só os ratos abandonam o navio na hora do naufrágio.

– Mas José Américo de Almeida abriu as cancelas da debandada: exortou

¹⁸⁸ Hilton, Stanley, Oswaldo Aranha, uma biografia, Pp. 478 e 479.

que o Presidente afugentasse os espectros sombrios e ameaçadores com “um grande gesto”. O antigo homem de 30, o candidato de 37, o presidente do partido da oposição em 45, trazia agora, para o seio do governo, a mesma sugestão dos adversários de Vargas: a renúncia. José Américo não chegou a falar em renúncia – palavra que andava no cabeçalho dos jornais adversários ao Catete. Falou no grande gesto e longe estava de supor que Getúlio responderia a todos, mesmo a José Américo, com um grande gesto.¹⁸⁹

O Brigadeiro Epaminondas protestou: a renúncia, nos termos em que estava sendo colocada, não seria um ato espontâneo, mas uma deposição.

Ouvidos os ministros, o Presidente pediu a opinião do Marechal Mascarenhas de Moraes:

– Informei que na tarde da véspera havia reunido os três chefes de Estado-Maior, e o que deles ouvira me permitia fazer o seguinte quadro fiel da situação das três Forças Armadas. A Aeronáutica estava unida, sob a orientação do Brigadeiro Eduardo Gomes, e sugeria a renúncia presidencial. A Marinha também estava unida, com o ministro ligado aos seus almirantes, que desejavam a renúncia. No Exército, embora sob a ação forte do General Zenóbio, os oficiais de postos menos elevados estavam agitados. Não se poderia contar com boa parte deles. O General Zenóbio protestou contra a fidelidade das informações do seu chefe de Estado-Maior, General Fiúza de Castro, ao que lhe retorqui acreditar nelas.

– Admitida a falta de apoio militar ao Presidente, passou-se a cogitar da renúncia ou da resistência armada e, finalmente, de uma terceira hipótese: o licenciamento do Presidente da República.

– Ainda em pleno debate – acrescenta o Marechal Mascarenhas – o General Zenóbio foi várias vezes interpelado, sobre as possibilidades de resistência, respondendo sempre que “estava pronto para resistir, embora sem certeza de êxito, pois contava apenas com parte do Exército”.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Cony, Carlos Heitor, *Quem matou Vargas?*, p. 219.

¹⁹⁰ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, pp. 591 e 592.

Segundo o Brigadeiro Epaminondas, todos novamente se manifestaram, até que o Presidente pediu:

– Agora, eu quero decisões, cada um dê sua decisão.

Foi nesse clima – e decidido a romper o impasse que impedia não só o consenso como a decisão – que interveio Amaral Peixoto, genro do Presidente, Governador do Estado do Rio e presidente nacional do PSD, o maior partido da base parlamentar do governo.

– Amaral Peixoto, com a responsabilidade de parente próximo e político chegado ao Presidente – escreve Carlos Heitor Cony – trouxe a habilidade pessedista ao debate: a fórmula contemporizadora. Nem resistência armada, nem renúncia. Nem o desespero, nem a humilhação. Antes o meio-termo, digno para ambas as partes em jogo: a licença. A palavra lançada no ar com segurança e cálculo, pegou. Era uma saída, não apenas para o governo, mas para aqueles homens que não sabiam, até então, se estavam sendo temerários ou covardes para consigo mesmos e para com a História. A aceitação da fórmula foi imediata e quase total. Mas, antes que as discussões e os bate-bocas pessoais recomeçassem, Getúlio resolveu encerrar a reunião, ao menos no que lhe dizia respeito.¹⁹¹

A versão mais citada das palavras finais do Presidente é esta:

– Já que os senhores não decidem, eu vou decidir. Minha determinação aos ministros militares é no sentido de que mantenham a ordem e o respeito à Constituição. Nessas condições estarei disposto a solicitar uma licença, até que se apurem as responsabilidades. Caso contrário, se quiserem impor a violência e chegar até o caos, daqui levarão apenas o meu cadáver.¹⁹²

Essa versão coincide, quase literalmente, com a anotação feita nesse momento pelo próprio Presidente, na página de uma agenda, retirada desta por Alzira Vargas e preservada nos Arquivos de Getúlio Vargas:

– Já que o ministério não chegou a uma conclusão, eu vou decidir. Determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se a ordem for

¹⁹¹ Cony, Carlos Heitor, *Quem matou Vargas?*, Pp. 221 e 222.

¹⁹² Idem, P. 222.

mantida, entrarei com um pedido de licença. Em caso contrário os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver.

Segundo as lembranças do marechal Mascarenhas de Moraes, o Presidente disse mais uma coisa:

– Não me interessam a minha segurança e a de minha família, e sim a situação do País. E, não tendo todos os senhores dado a sua opinião conclusiva, resolvo licenciar-me, uma vez que a ordem seja mantida e os chefes militares garantam a manutenção das instituições; caso contrário, resistirei com sacrifício de própria vida!

– Em seguida – acrescenta o Marechal – [o Presidente] retirou-se sob grande salva de palmas, abraçado à sua filha, D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto.¹⁹³

AS EXPECTATIVAS

O Presidente, que a Amaral Peixoto e outros participantes da reunião parecera ausente e abúlico, é quem mais rapidamente raciocina.

As circunstâncias mudaram e o Presidente percebe que a proposta de Amaral Peixoto é a melhor saída, não para a crise, mas para encerrar a reunião do ministério e superar, ou ao menos deixar em suspenso, o impasse e o conflito entre o General Zenóbio e os ministros e comandantes militares favoráveis à resistência.

– Já que os senhores não decidem, eu vou decidir – diz ele, como que lendo uma anotação que fizera na agenda à sua frente na cabeceira da mesa. Ele determina aos ministros militares que mantenham a ordem e o respeito à Constituição. Se a ordem for mantida, entrará com um pedido de licença.

Lourival Fontes, que, não sendo ministro, não se manifestara na reunião, e, assim, pudera prestar mais atenção em tudo, foi o único a lembrar-se de uma frase do Presidente:

¹⁹³ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, P. 592.

¹⁹⁴ Lourival Fontes e Glauco Carneiro, *A face final de Vargas*, P. 148.

– Caso nem isso possam fazer, os revoltosos, ao entrarem no Catete, encontrarão meu cadáver.

E, aos que aconselhavam a resistência, com derramamento de sangue, ele objetou:

– Nada farei, porque não quero o sacrifício dos meus, dos meus amigos, do meu povo.¹⁹⁴

Se o Presidente não estava disposto a submeter-se à imposição da renúncia, mas também não admitia o sacrifício “dos meus, dos meus amigos, do meu povo”, e ainda dizia que, em caso de colapso da ordem, os revoltosos só encontrariam seu cadáver, seria possível deduzir naquele momento, como talvez fosse possível hoje, que ele já estava com uma decisão tomada? E que, se algum sangue fosse correr nas próximas horas, seria apenas o dele?

Ao genro Amaral Peixoto, um dos conselheiros políticos em quem mais confiava, o Presidente deu nessa reunião uma impressão de alheamento:

– O alheamento dele foi impressionante. Na noite do dia 23, cheguei ao palácio, entrei no gabinete e vi quando ele assinou um papel, que era aquela carta. Pensei que fosse algum documento para ser examinado na reunião ministerial. Depois o ajudante de ordens subiu e avisou: “Os ministros já estão todos aí embaixo.” Ele se levantou, com a maior calma: “Vamos descer”. Descemos, e já estavam todos sentados.

– Os ministros praticamente não disseram nada, a não ser o Tancredo e o Oswaldo. Os dois disseram que ele devia resistir. Fiquei observando todo o tempo. Os ministros falavam, e ele, como já tinha tomado sua decisão, estava indiferente... O que me preocupou foi isso: ele estava inteiramente desinteressado.¹⁹⁵

A mesma impressão, de alheamento e ao mesmo tempo de já saber o que ia fazer, teve o ex-Ministro da Educação Antônio Balbino, que deixara o governo pouco antes para concorrer ao governo da Bahia.

– Assisti à reunião ministerial. Ali, quem quis assistiu. Entrava todo mundo. Esta reunião, realmente, foi um desses espetáculos de que a gente não

¹⁹⁴ Rocha Lima, Valentina, Getúlio Vargas, uma história oral, P. 196.

pode se esquecer, porque, para mim sobretudo, que associo a imagem do Dr. Getúlio à de um homem zeloso da ordem e da autoridade, não apenas nos seus refolhos mais íntimos, orgânicos, mas nos aspectos também exteriores, aquela reunião já significava uma quebra de todas as regras. A sala cheia de gente, gente em pé e gente de todo jeito acotovelando-se, contínuos, repórteres, até meu motorista assistiu à reunião. Pessoas, a família... De todos que ali estavam, praticamente todos falaram. A Alzira falou com emoção...

– Mas, a única pessoa que estava absolutamente serena... Hoje, quando eu faço uma retrospectiva e procuro ver com os olhos da memória aquele episódio, me lembro nitidamente da fisionomia do Dr. Getúlio... Quase 30 anos depois, e ele ainda está presente!... Ele não estava fumando. Era normal nele fumar nessas horas. Não estava com aquele olhar coberto assim de uma certa névoa... Ele tinha isso de quando em vez. Era uma maneira de se recolher mais ao íntimo do seu pensamento para formulá-lo com mais clareza. Estava com o olhar muito firme, mas indeterminado. E uma das coisas que eu notei é que ele estava olhando fixo, sem mexer o olhar, mas não estava olhando para ninguém. Ele nem virava os olhos para encarar as pessoas quando cada um deles falava. Continuava fixo, como quem estava atento e já sabia o que ia dizer no final.

– Era a fisionomia de um homem que eu imaginava estar com a decisão tomada. Estava com a decisão tomada...¹⁹⁶

O Ministro da Justiça Tancredo Neves, sentado imediatamente ao lado do Presidente ao longo da reunião, não foi de impressão de que ele já tivesse chegado com a ideia do suicídio.

– Quer dizer, a ideia do suicídio se implantou nele depois da reunião. Foi a decepção que os ministros militares lhe causaram. Sobretudo isso, e o balanço que ele fez da reunião. Ele já era um homem acuado... Mesmo o bilhete que foi encontrado dias antes – “À sanha dos meus inimigos...”, qualquer coisa assim – era também um documento de luta. Não era um documento de suicídio, não.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Idem, P. 197.

¹⁹⁷ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Lutero Vargas deixou a reunião convencido de que a decisão era resistir. Ele e Alzira convenceram-se, depois, de que o Presidente dissimulou de todos os seus íntimos, de todos aqueles em quem mais confiava, que o desfecho seria esse. Era como um quebra-cabeça do qual cada um tinha uma peça e ninguém tinha o conjunto. E o Presidente, em certo sentido, iludia a todo o mundo.

– A todo o mundo – concordaria Tancredo Neves. – Inclusive, na reunião do Ministério.¹⁹⁸

Essas impressões todas, aparentemente contraditórias, talvez, no fundo, não se excluam ou invalidem umas às outras. Quem sabe até se completem...

Ainda nessa hora – e até o fim – o Presidente estava empenhado em poupar, confortar e tranquilizar os que lhe eram próximos.

O Ministro da Agricultura Apolônio Salles fazia anos naquele dia, 24 de agosto. O Presidente fez questão de abraçá-lo, como a desculpar-se:

– Apolônio, apesar de tudo desejo que você tenha um feliz aniversário.¹⁹⁹

Ao pegar o elevador que o levaria pela última vez ao terceiro andar do Catete e a seu quarto, ele cruzou com um oficial de gabinete que estava noivo, Guilherme Arinos:

– Você ainda aqui, Guilherme? Sua noiva não vai perdoar. Vá para casa. Não quero, no futuro, ser acusado de ter sido o responsável por sua noiva romper o noivado...²⁰⁰

O futuro desse homem, Getúlio Vargas, nesta vida, não passaria de umas poucas horas. E ele, sorridente, mas perfeitamente consciente do passo irreversível que daria logo depois, cuidava dos amigos, especialmente os mais jovens, com atenções dessa ordem.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Informação de Mauro Salles, filho de Apolônio, ao autor.

²⁰⁰ Fato revelado por Guilherme Arinos, em 2004, no programa “Vox Populi”, da Rádio Catedral, do Rio.

CAPÍTULO 32

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA

INABALÁVEL PROPÓSITO DE DEFENDER AS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS

A SITUAÇÃO MILITAR

“ATÉ A ÚLTIMA HORA – DIRÁ TANCREDO NEVES – A IMPRESSÃO QUE O PRESIDENTE NOS DAVA, A NÓS QUE CONVERSÁVAMOS COM ELE, ERA DO ESPÍRITO DE RESISTÊNCIA”.

– O Catete a essa hora – lembrará Tancredo Neves – era uma praça de guerra. Os aviões da Aeronáutica davam voos rasantes sobre o Catete [como, aliás, na madrugada anterior] e a gente tinha dificuldade para conter o pessoal militar que estava lá.

Apesar disso e da afirmação do General Zenóbio, de que não contava com recursos militares suficientes para abortar o golpe, o Ministro da Justiça continuava acreditando que a resistência sem sangue teria êxito e que havia condições para ela.

– Todas as condições. Bastava pôr uma companhia motomecanizada na rua e acabava a brincadeira. Se fizesse meia dúzia de prisões, estava tudo terminado.²⁰¹

Prisões, naturalmente, entre os principais chefes militares do movimento golpista. O simples fato de terem assinado seus manifestos sujeitava à prisão disciplinar rigorosa – e a um IPM com os mesmos poderes do inquérito daquele do Galeão – figuras militares da importância de Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra; Eduardo Gomes, Diretor de Rotas Aéreas; Fiúza de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército; Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar; e até o futuro Presidente Humberto Castello Branco.

²⁰¹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Já no domingo, 22 de agosto, o Presidente recusara a proposta do Ministro da Justiça, para que solicitasse ao Congresso a decretação do estado de sítio. Medidas disciplinares contra militares rebelados – raciocinava o Ministro da Justiça – não dependiam da vigência do estado de sítio. Neutralizados os cabeças, entre os quais o General Alcides Etchegoyen, que ameaçara matar o General Nelson de Melo, Comandante da Vila Militar, caso movimentasse suas tropas em defesa do Presidente, a Vila garantiria o governo.

– Ela estava totalmente com o Presidente – diria Tancredo Neves. – Bastava um ato do Presidente, determinando que uma daquelas tropas viesse à rua, para acabar com aquilo tudo. Mas [era] aquele complexo de ditador.

Tancredo Neves observara, desde sua nomeação para o Ministério da Justiça, o extremo cuidado do Presidente, não só de observar com rigor o limite de suas prerrogativas constitucionais, como também o empenho de demonstrar aos adversários, a cada momento, sua fidelidade aos compromissos de um Presidente constitucional. Por isso ele não quis tomar medidas de força:

– Não quis. Ele aceitou a subversão no Clube Militar, a subversão no Clube da Aeronáutica, a subversão no Clube Naval, e isso como se não estivesse acontecendo nada, como se aquilo fosse normal. Enfrentou aquela situação toda, não silenciou o rádio, não silenciou a cadeia de televisão, e não deixava que a gente o fizesse, o que é mais grave.²⁰²

A legislação então em vigor, em pleno regime constitucional, considerava o rádio e a TV serviços públicos concedidos, que não poderiam ser usados para a propaganda política. Os jornais, que não eram concessões de serviço público, esses podiam dizer o que quisessem, respondendo cada um, na Justiça e posteriormente, pelos abusos que cometessem. O governo não podia fechar ou censurar jornais – a não ser na vigência do estado de sítio. Mas podia, independente de estado de sítio, impedir o que rádios e televisões estavam fazendo – e que ultrapassara todos os limites até da propaganda política, porque já se convertera num arrastão eletrônico para garantir o êxito de um golpe de Estado.

²⁰² Idem.

(Logo depois da morte do Presidente, pelos mesmos argumentos que ele recusara e por exigência de Carlos Lacerda, o governo Café Filho proibiu que a Rádio Nacional, a de mais poderosos transmissores e maior presença em todo o território do país, repetisse a leitura da Carta-Testamento.)

Estaria o Ministro da Justiça, Tancredo Neves, sempre tão sensato e realista em suas avaliações, acreditando numa fantasia ou alucinação de resistência, hipnotizado pelo dever de lutar ao lado do Presidente? Se a ideia da resistência não passava de fantasia ou alucinação, o fato é que o Presidente parecia compartilhar dela.

– Até a última hora – dirá Tancredo Neves – a impressão que [o Presidente] nos dava, a nós que conversávamos com ele, era do espírito de resistência. É verdade que ele já estava com a carta pronta. Mas quando hoje a gente lê a carta, percebe que ela tanto serve para justificar o suicídio quanto para justificar uma resistência ou um gesto de bravura. Quer dizer, toda a nossa conversa pouco antes da última reunião ministerial era uma conversa de resistência.²⁰³

GENERAIS COM A LEGALIDADE E O PRESIDENTE

Da mesma ideia da resistência partilhava o General Odylio Denys, Comandante da Zona Militar Leste, com jurisdição na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e autoridade sobre a Vila Militar e todas as forças do Exército no Distrito Federal, Estado do Rio, Minas e Espírito Santo. A Zona Militar Leste constituía a maior das grandes unidades do Exército. Segundo a biografia de seu então comandante, escrita por Chermont de Brito, o General Denys, embora fosse o segundo comandante militar mais poderoso no país, menos poderoso apenas que o Ministro da Guerra, estranhava, nos dias finais da crise, o comportamento evasivo do General Zenóbio.

– O General Zenóbio da Costa – escreve Chermont de Brito – não trocava ideias com o General Denys. Não lhe falava de política, embora os acontecimentos assumissem a cada hora feições mais graves. O General Denys, obser-

²⁰³ Idem.

vador avisado dos problemas do Brasil, via, com inquietação, os rumos da vida nacional.

– O atentado ao jornalista Carlos Lacerda, no qual perdeu a vida o major Vaz, da Aeronáutica, causou sensação e provocou grande revolta. Apesar da violência da imprensa, o General Denys tinha a impressão de que a ordem pública não seria alterada. Com sua enorme experiência, estudara todos os planos para a segurança da população.

– O Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, com quem tentava trocar impressões sobre o assunto – diz ainda Chermont – evitava-o, fugia a qualquer contato. Todas as suas melhores intenções esbarravam na barreira da hierarquia, dos assessores do governo, que o isolavam, bloqueavam. E foi grande sua surpresa, e maior sua angústia, quando apareceu o “Manifesto dos Generais”, exigindo o afastamento de Getúlio Vargas da Presidência da República. O documento era a prova evidente de que o Ministro da Guerra se omitia diante da ofensiva da oposição.²⁰⁴

O General Zenóbio podia estar exausto e confuso, mas o apoio do General Denys ao Presidente e a Vila Militar – com ou sem o concurso de seu comandante, General Nelson de Melo, que estava intimado pelos rebeldes a ficar quieto – não seriam suficientes para impedir o golpe? Alzira Vargas teria razão?

O general Denys estava com o Presidente e, portanto, com a Constituição. Além dele e da Vila Militar, que dominava o Rio, o Presidente podia contar seguramente com o ex-Ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, comandante da Zona Militar Sudeste, com sede na cidade de São Paulo e jurisdição em todo o Estado de São Paulo e em Mato Grosso.

Um dos nossos melhores historiadores do século 20, Nelson Werneck Sodré, então militar da ativa e militante de esquerda, engajado nas lutas nacionalistas daquele momento, escreve, com absoluta insuspeição, por não ser adepto do Presidente:

– Restava Estillac em S. Paulo. Vinha acompanhando atentamente o desenvolvimento da manobra golpista. Tomara suas precauções: chamara Moura

²⁰⁴ Chermont de Brito, *Marechal Odylio Denys, uma vida inimitável*, Pp. 175 e 176.

e Cunha para comandar o Regimento de Infantaria sediado em Quitaúna. Informara os subordinados de sua disposição de resistência e o General Zenóbio da Costa, com quem mantinha contato diário.

– Quando a crise ameaçou aproximar-se do fim, propôs a Zenóbio a descida de suas forças para o Rio, mas o Ministro recusou, afirmando que dispunha, ali, de tropa suficiente e fiel na defesa do Governo. Estillac, assim, ficou à margem das grandes decisões e, particularmente, das últimas.²⁰⁵

Aquilo que Nelson Werneck Sodré só poderia escrever anos depois era do conhecimento do Presidente nas horas da crise. Seu velho amigo Batista Lusardo, que estivera com ele na noite de domingo, 22 de agosto, sugerira não que as tropas de São Paulo marchassem para o Rio, mas que ele fosse apoiar-se nessas tropas.

– Eu o aconselhei muito a que, pelo menos, ele saísse dali: fosse para São Paulo, onde o comandante era seu grande amigo, General Estillac Leal. Este mandou me dizer, enviou emissários ao Getúlio para afirmar que, se se sentisse mal, fosse para São Paulo. O Estillac declarava que a Aeronáutica fazia aquilo no Rio, aproveitando-se da sua concentração de forças no Distrito Federal, mas em São Paulo a situação era bem diferente. Ou, então, fosse para o Rio Grande do Sul, sua casa. Acredito que se o Getúlio houvesse seguido esse conselho; se tivesse ido para São Paulo e nomeasse uma comissão para devassa, que iria provar sua inocência; acredito que aquele grupo de oitenta ou noventa militares nada poderia ter feito contra ele. Na verdade, todos estavam desarmados – com arma, muitos não brigavam, avalie sem...²⁰⁶

DEPOIS DA REUNIÃO

Terminada a reunião ministerial, com essas impressões, avaliações e expectativas, o que aconteceu logo em seguida foi reconstituído pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, cuja primeira reação era também otimista:

²⁰⁵ Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, pp. 443 e 444.

²⁰⁶ Carneiro, Glauco, Lusardo, *o último caudilho*, vol. 2, p. 485.

– Eram 4:20 horas, estava finda a reunião e superada essa gravíssima crise nacional, sem derramamento de sangue, graças ao patriotismo do Presidente Vargas, que preferia deixar o posto, embora sem renunciar, a ver o país convulsionado por uma guerra civil.

– Saímos apressadamente, eu e o General Zenóbio, acompanhando-nos depois o General Denys, e notei que ambos estavam preocupados, provavelmente com a reação dos seus comandados quanto à aceitação do ato presidencial, de simples licenciamento e não de renúncia.²⁰⁷

O General Zenóbio, temperamento altamente excitável e incandescente, estava muito perturbado pelo que já vivera nesse dia e em especial pelas discussões na reunião do ministério. Como o Presidente já subira para seus aposentos, as emoções estavam mais soltas e o General Zenóbio declarou, para quem quisesse ouvir:

– Eu vou prender os Generais. Senhores Ministros da Aeronáutica e da Marinha, assumam as suas pastas.

Na ausência do Presidente, o Ministro Oswaldo Aranha, seu amigo mais antigo e a todos os títulos o decano do Ministério, tomou a si a responsabilidade de conjurar essa pequena mas perigosa explosão interna.

Aranha mandou chamar o General Zenóbio, que voltou, e novamente se reuniu o Ministério, agora sem o Presidente. A razão ostensiva era produzir o comunicado que seria distribuído aos jornais e também às unidades militares.

– Estávamos ainda na saída do elevador – escreve o Marechal Mascarenhas – quando o Ministro da Guerra foi chamado [por] Oswaldo Aranha. Em consequência, retornamos ao primeiro andar, onde permanecemos até as 5h10, tendo, durante esse período e após alguns entendimentos entre os ministros civis e militares, sido elaborada, em definitivo a nota... expressando a decisão presidencial, da qual se deu cópia a todos os ministros presentes.²⁰⁸

A redação da nota deve ter sido apenas o pretexto, mas serviu para acalmar o General Zenóbio. Encerrada essa segunda reunião – às 5h10, como

²⁰⁷ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, vol. 2, Pp. 592 e 593.

²⁰⁸ *Idem*, P. 593.

registrou o Marechal Mascarenhas – a minuta do comunicado foi levada ao andar de cima do Catete, por Oswaldo Aranha, Alzira Vargas e Tancredo Neves, para a aprovação do Presidente, que já estava na antessala de seu quarto, preparando-se para dormir.

O Presidente perguntou:

– Quem redigiu a nota?

Foi Tancredo, respondeu Alzira.

– Então, eu não preciso ler – disse o Presidente.

– Eu até fiquei... – diz Tancredo Neves. – Isso me deixou orgulhoso.

Foi essa a última vez que o Ministro da Justiça esteve com o Presidente. E sua impressão era a de que o Presidente continuava resistindo. Era um homem tranquilo:

– Tranquilo. “Eu não preciso ler. Podem mandar publicar”. Era uma prova de confiança...²⁰⁹

Para Tancredo Neves, haveria resistência, se necessário, mas ele achava, nesse momento, que a licença era para valer, que o Presidente voltaria, que as Forças Armadas garantiriam a licença do Presidente, ou melhor, sua volta ao governo depois da licença. O estado de espírito do Presidente, já depois das 5 horas da manhã, era esse mesmo.

A nota aprovada pelo Presidente e a seguir divulgada era a seguinte:

– O Presidente da República reuniu hoje o Ministério para exame da situação político-militar criada no país. Ouvidos os ministros, cada um de per si, foram debatidos longamente os diversos aspectos da crise e as suas graves consequências. Deliberou o Presidente Getúlio Vargas, com integral solidariedade dos seus ministros, entrar em licença, passando o governo ao seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, respeitados os poderes constitucionais e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a nação pelos oficiais gerais de nossas Forças Armadas. Em caso contrário, persistirá inabalável no seu propósito de defender as suas prerrogativas constitucionais, com sacrifício de sua própria vida.

²⁰⁹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Os outros ministros já tinham deixado o Palácio. Tancredo resolveu ficar, assim como Lourival Fontes e o General Caiado. Aranha foi para casa, na esperança de que a crise houvesse passado.

CAPÍTULO 33

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA, MANHÃ

“NÃO VAI HAVER LUTA. SE CORRER SANGUE...”

DOS JARDINS DO CATETE AOS SALÕES DE BOTAFOGO

COMO IMAGINAR QUE AS FORÇAS EMPENHADAS EM DESTRUI-LO, MUITO MAIORES E MAIS PODEROSAS QUE SEUS COADJUVANTES VISÍVEIS – FORÇAS LIDERADAS POR CARLOS LACERDA, JUAREZ TÁVORA, EDUARDO GOMES E, JÁ AGORA, CAFÉ FILHO – FOSSEM DESISTIR DESSE PROPÓSITO SIMPLEMENTE PORQUE ELE SE DISPUNHA A ENTRAR EM LICENÇA?

Em todos os momentos das horas seguintes, verificaríamos, hoje, que Getúlio Vargas cobria com grande cuidado e competência todas as pistas do desfecho que decidira para sua vida e para a crise que ameaçava mergulhar o país na mais sangrenta das guerras civis.

Ele aceitara a sugestão da licença porque não poderia excluir nenhuma alternativa que parecesse pacificadora. A sugestão da licença servia-lhe também para ganhar tempo – não algumas horas mais de vida, como o condenado à morte cuja execução é adiada até a decisão sobre um último e desesperado recurso. Mas algumas horas capazes de conduzir a discussão nos meios militares de modo a conter, por enquanto, ações armadas que poderiam, ao menor acidente ou imprevisto, desencadear as fúrias da tragédia. Nesse intervalo ele intervirá com seu gesto.

Não é possível que ele acredite na possibilidade de encerrar a crise com o pedido de licença. Antes mesmo do atentado em que morrera o major Vaz e Carlos Lacerda fora ferido, o Presidente dissera ao filho Lutero que aconteceria de novo aquilo que acontecera em 1945 – a derrubada de seu governo. Como imaginar, então, que as forças empenhadas em destruí-lo, muito maio-

res e mais poderosas que seus coadjuvantes visíveis – forças lideradas por Carlos Lacerda, Juarez Távora, Eduardo Gomes e, já agora, Café Filho – fossem desistir desse propósito simplesmente porque ele se dispunha a entrar em licença?

Mas ele tem o dever de deixar demonstrado que examina, considera e admite cada uma das possibilidades concebidas à medida que outras opções são descartadas. Inclusive essa licença.

Se ela for aceita sem objeções, será como uma nova porta que se abre no fim do corredor da morte. Ele a franqueará, mesmo sabendo que em algum ponto adiante novos golpes se abaterão contra ele. Mas o mais provável, pelo que aconteceu até agora, é que a fórmula da licença não seja aceita. Ele terá, de qualquer maneira, o tempo de que necessita.

Depois de recolher-se, ele ainda será abordado por Lutero, Alzira e Benjamim.

Em seguida à reunião ministerial, Lutero Vargas desceu aos jardins do Catete, a fim de verificar os preparativos para a resistência, caso atacassem o palácio.

– Lá – escreveria Lutero – o major Ene Garcez dos Reis começou a distribuir armas para a resistência. Vi uma metralhadora apoiada em sacos de areia.

Do lado de fora, na rua, adeptos de Carlos Lacerda cercavam o Palácio e manifestavam-se, com vaías, contra o Presidente.

“NÃO VAI HAVER LUTA... SE CORRER SANGUE...”

Diante dessa evidência de um próximo confronto armado, Lutero volta ao terceiro andar e, notando que o pai ainda está acordado, entra em seu quarto.

– Estamos prontos para a luta – diz Lutero ao pai, referindo-se a amigos seus que decidiram ficar no Catete, solidários a ele e ao Presidente e decididos a resistir.

O Presidente responde:

– Não vai haver luta...

Mas acrescenta:

– Nenhum sangue será derramado aqui hoje. Se algum sangue for derramado, será o de um homem cansado e enojado de tudo isso que também tens presenciado.

É isso que lemos nas memórias de Lutero.²¹⁰ Mas em conversa com o autor deste livro, em 1979, quando se completavam 25 anos da morte de seu pai, ele mencionou outra frase, bem gauchesca:

– Se algum sangue vai correr aqui hoje, será o de um homem muito velho, que já comeu muita carne.

Essa expressão definiria alguém que já viveu demais.²¹¹

Lutero saiu emocionado e abalado do quarto do Presidente, temendo que este pensasse no suicídio, e correu ao encontro de Benjamim, o tio com quem tinha mais intimidade e também o irmão do Presidente de maior intimidade com ele.

– Nem pensa nisso, guri – responde Benjamim. – Teu pai nunca seria capaz de uma coisa dessas.²¹²

O Presidente ainda não estava licenciado e seus adversários já o consideravam definitivamente fora do governo.

– Às quatro horas da madrugada no dia 24, depois dessa notícia – escreve o biógrafo de Carlos Lacerda, Foster Dulles – Carlos foi carregado por admiradores até o apartamento lotado de Café Filho. O vitorioso Lacerda, aplaudido calorosamente, falou pelo rádio e disse que Vargas devia “apodrecer” na prisão.²¹³

Segundo o noticiário da época, Lacerda, ao chegar ao edifício de Café Filho, em Copacabana, foi informado pelos repórteres de que o Presidente decidira licenciar-se. E reagiu, com uma frase que a Rádio Globo transmitiria ao vivo:

²¹⁰ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, Pp. 331 e 332.

²¹¹ Lutero Vargas ao autor, 1979

²¹² Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, Pp. 331-332.

²¹³ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, a vida de um lutador, v. 1, P. 188.

– Licença? Ele tem é que apodrecer na cadeia!

A Tribuna da Imprensa, segundo um de seus redatores, Stefan Baciú, fotografou Café Filho, de pijama, recebendo a visita de Carlos Lacerda.²¹⁴

– Mais tarde – prossegue o entusiástico Foster Dulles – Carlos e Leticia uniram-se a amigos radiantes na casa de José Nabuco e sua esposa Maria do Carmo. Garrafas de champanhe foram abertas.²¹⁵

Essa informação é confirmada pelo próprio Lacerda, em suas memórias:

– Na noite de 23 para 24 de agosto, nós estávamos na casa do José Nabuco. Minha mulher, eu, tinha um grupo de pessoas lá, comemorando a renúncia de Getúlio, que tinha sido anunciada, mas francamente não me lembro se chegou a ser anunciada pelo rádio ou por amigos. Creio que chegou a ser anunciada pelo rádio. Em todo caso nós soubemos que Getúlio já tinha renunciado àque-la altura, então fomos todos para a casa de Maria do Carmo, que estava repleta de gente, inclusive o Afonso Arinos, estava todo mundo lá. Abrimos champ-nhe, começamos a comemorar.²¹⁶

Comemoravam com champanhe, mas o Presidente não tinha renunciado, apenas concordara em licenciar-se. Muitas rádios, é verdade, noticiavam que “após reuniões sucessivas dos oficiais superiores da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, a renúncia tinha sido imposta pelas Forças Armadas”.

Segundo o Brigadeiro Epaminondas, o Vice-Presidente Café Filho estava com a casa cheia, desde antes de uma hora da manhã, “com instalações de rádio esperando o resultado da reunião do Ministério que ainda se ia realizar”.

– Basta lembrar que antes das 6 horas, [quando foi] lido o comunicado anunciando o propósito do Presidente de se licenciar, já Carlos Lacerda, da residência de Café Filho, dizia: “Aqui estou, no dia da Redenção Nacional, neste dia de São Bartolomeu, para declarar que esse covarde, esse pusilânime [o Presidente!] não está licenciado, ele está é deposto, o lugar dele é no Galeão

²¹⁴ Baciú, Stefan, *Lavradio*, 98, 1982, P. 105.

²¹⁵ John W. Foster Dulles, *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*, volume 1, P. 188.

²¹⁶ Lacerda, Carlos, *Depoimento*, P.146.

ou no estrangeiro, e deve apodrecer na cadeia.” (São expressões de uma crueldade inacreditável, mas tudo é confirmado pelo biógrafo de Lacerda.²¹⁷)

REUNIÃO DOS GENERAIS COM ZENÓBIO

Enquanto alguns comemoravam com champanhe e outros ouviam Carlos Lacerda, o centro da crise deslocava-se do Catete para o Ministério da Guerra.

– Pouco antes das seis horas da manhã – diz Juarez Távora em suas memórias – compareceu à minha residência o Major Mauro Moreira, meu assistente militar na Escola Superior de Guerra, a fim de dar-me conhecimento da decisão tomada pelo Presidente Vargas, de licenciar-se, temporariamente, da Presidência, e de que eu estava sendo esperado no Ministério da Guerra, para ser informado, com outros camaradas do Exército, sobre a reunião da madrugada no Palácio do Catete.

O General Juarez chegou ao Ministério da Guerra pouco depois das seis horas e tomou conhecimento do comunicado da Presidência da República sobre a licença do Presidente.

– Senti um grande alívio – escreve Juarez Távora – ao certificar-me de que se abrisse, afinal, uma saída para a crise que abalava o país, sem derramamento de sangue; sem violentação dos preceitos constitucionais; e, também, sem impedimento de que Vargas concluísse, após o amainamento das paixões reinantes, o seu mandato presidencial.

– Essa agradável sensação de desafogo durou pouco, entretanto. Quando já ia despedir-me do Ministro e retirar-me, ouvi interpelação a este feita, por um grupo de oficiais mais exaltados: se, esgotada a licença em que ia entrar o Presidente, e voltando ele ao poder, não retornaria ao mesmo regime de desmandos que acabava de levá-lo, agora, a licenciar-se da Presidência... A resposta dada pelo ministro a essa interpelação foi diferente de tudo aquilo que eu podia esperar ouvir de sua boca: “Podem ficar tranquilos; ele não voltará.”²¹⁸

²¹⁷ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, a vida de um lutador, p. 188.

²¹⁸ Távora, Juarez, Uma vida e muitas lutas, vol. 2, pp. 253-254.

Esse trecho das memórias de Juarez Távora diz, com todas as letras, ter ele sentido grande alívio, pois a licença evitava o derramamento de sangue e a violação da legalidade constitucional e tinha ainda a vantagem de permitir o retorno do Presidente ao exercício de seu mandato, após, como ressaltou o General, o “amainamento das paixões reinantes”.

Além de alívio, o General Juarez Távora acrescenta ter tido uma “agradável sensação de desafogo” – sensação desfeita no momento em que já se despedia do Ministro Zenóbio da Costa e este foi interpelado “por um grupo de oficiais mais exaltados”.

Esses oficiais mais exaltados, segundo as memórias de Juarez Távora, queriam saber se, terminada a licença e voltando o Presidente ao governo – hipótese do maior agrado de Juarez, pelo menos em suas memórias – “não retornaria o Presidente ao mesmo regime de desmandos que acabava, agora, de levá-lo a licenciar-se da Presidência”.

A isso – e continuamos lendo estritamente as memórias do General Juarez – o Ministro Zenóbio teria respondido, como se essa ideia fosse dele apenas e nem houvesse sido discutida:

– Podem ficar tranquilos. Ele não voltará.

Resposta, para o General Juarez, surpreendente: e “diferente de tudo aquilo que eu poderia esperar ouvir de sua boca”.²¹⁹

AS OUTRAS VERSÕES

Vejamos, porém, o que dizem os outros depoimentos, a começar pelo de Tancredo Neves:

– Permaneci no Palácio. Os ministros militares saíram para suas guarnições. O Ministro Zenóbio da Costa foi para o Ministério da Guerra e lá encontrou todos os generais em serviço no Rio de Janeiro ou que se encontravam no Rio reunidos. Ele deu aos generais a sua versão da reunião ministerial. Quando ele leu a nota e lá constava que o Presidente tinha entrado em licença,

²¹⁹ Idem, Pp. 253 e 254.

alguns generais vinculados ao movimento golpista de então interpelaram: “Licença? Ele vai voltar?” A informação que eu tenho de pessoas que assistiram à reunião é que o general Zenóbio teria dito: “A licença é pro forma. O Presidente não terá mais condições de voltar”. Estava presente à reunião o general Âncora, que [fora] Chefe de Polícia do Presidente Getúlio Vargas. Ele levou ao Palácio essa notícia.²²⁰

O Brigadeiro Nero Moura não era mais Ministro da Aeronáutica, mas permaneceu ao lado do Presidente até o fim. Em suas memórias ele diz que, antes de sair do Catete, depois de terminada a reunião do ministério, o General Zenóbio conversara com Oswaldo Aranha sobre a organização da defesa militar do governo:

– Mas, ao chegar ao Ministério, ele teria dito aos generais que o esperavam: “O Presidente pediu licença por trinta dias”.

Ouvindo isso, o General Fiúza de Castro – que continuava no cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, embora fosse um dos cabeças da conspiração, e nem pedira demissão – teria protestado:

– Não concordamos com a licença. Queremos a renúncia.

Ao que, segundo Nero Moura, o General Zenóbio respondeu:

– Ele pediu licença. Mas não volta mais.²²¹

O QUE O PRESIDENTE SABIA

Alzira levou ao Presidente essa notícia – recebida possivelmente do General Âncora, por telefone – e ouviu do pai, sob a forma de pergunta, outra informação, que nunca se soube como chegara ao Presidente:

– E tu não sabias que o Zenóbio será o Ministro da Guerra do Café Filho?

Lemos, páginas atrás, o depoimento do General Nelson Werneck Sodré, no qual ele conta como o ingênuo, talvez primário, General Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra, recusara o apoio das tropas do general Estillac Leal, aquar-

²²⁰ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

²²¹ Nero Moura, *Um voo na história*, p. 300.

teladas em São Paulo.

No mesmo depoimento, Nelson Werneck Sodré revela como Zenóbio foi enredado na trama do golpe:

– A manobra, pérfida desde muito antes, levaria a perfídia ao extremo limite: os conspiradores, para anestesiar o General Zenóbio, prometeram-lhe a permanência nas funções ministeriais. Crédulo, ele radiografou aos comandados subordinados, informando-os dessa decisão. Passou recibo... e liquidou-se como chefe.²²²

Logo depois da morte do Presidente, Zenóbio cobrou de Café Filho a confirmação de sua permanência no Ministério da Guerra e foi repellido.

O General Juarez Távora poderia contestar os depoimentos de Tancredo Neves e Nero Moura, mas não o do futuro Governador do Pará e Ministro Jarbas Passarinho, então major do Exército:

– Amanhecia o dia 24 – diria Passarinho – quando o General Zenóbio reuniu, no Ministério da Guerra, os generais em comando ou chefia no Rio de Janeiro. Presente o General Âncora, oficial da inteira confiança do Governo. Quando o ministro Zenóbio relatou o resultado da reunião do Ministério, o general [Inácio José] Veríssimo (paraense, por sinal) interrompeu, para dizer que a licença não era solução.

– Ouvi posteriormente o relato desse encontro, do meu antigo chefe e amigo, General Décio Escobar. O Ministro, ou porque quisesse ganhar tempo ou porque já faltasse à lealdade ao Presidente, respondeu que a licença era apenas uma “saída”, mas que, em verdade, significava a renúncia do Presidente. Imediatamente, o General Âncora teria telefonado para o Palácio do Catete e transmitido o que ouvira ao irmão do Presidente...²²³

À informação do General Armando de Moraes Âncora, que estava presente à reunião com o Ministro Zenóbio da Costa, Tancredo Neves, depois, acrescentaria outra, igualmente autorizada:

– Eu tenho dois depoimentos da reunião. Um do General Ciro do Espírito

²²² Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, p. 443.

²²³ Passarinho, Jarbas, *Um híbrido fértil*, p. 83.

Santo Cardoso, que ainda é vivo, ele mora em São João del Rei, foi Ministro da Guerra [em 1952, em seguida ao] Manifesto dos Coronéis.

– O General Ciro conta que o General Zenóbio deu a notícia e leu a nota, e que o Juarez não teria concordado e interpelou: “Mas o que é isso? É licença? Quer dizer que ele ainda vai voltar?” E que o Zenóbio teria tido a fraqueza: “Não. Essa licença é pro forma. Ele não vai voltar.”

– E tem também – prossegue Tancredo – a mesma versão, confirmando, do General Âncora, ex-Chefe de Polícia. Eu quebrava o meu jejum lá com o General Caiado na sala dele, nós tomávamos o nosso café, quando o General Âncora chega da reunião e nos dá essa versão. “Não é possível, o Zenóbio não podia fazer uma coisa dessa. Não é esse o pensamento do Presidente. O Presidente realmente se afasta para que possam concluir-se as apurações do atentado, sem que haja qualquer influência direta ou indireta do Presidente no caso, mas, terminada a apuração, positivada e patenteada, ele vai voltar...”²²⁴

São versões, todas, que contradizem as memórias do General Juarez Távora. Com o desconfortável acréscimo, de parte do respeitadíssimo General Ciro do Espírito Santo Cardoso, de que o próprio Juarez Távora teria sido o autor do veto à volta do Presidente depois da licença.

SÓ ELE TINHA TODAS AS INFORMAÇÕES

Benjamim Vargas estava enganado ao dizer a Lutero que o Presidente “não seria capaz de uma coisa dessas”. O Presidente seria capaz, sim, de uma coisa dessas. E só conseguiu esconder tal intenção – e já tal decisão – de pessoas tão próximas como Lutero e Benjamim, porque nenhuma delas sabia das informações de que as outras dispunham. Só o Presidente dispunha de todas as informações.

Só depois da morte do Presidente, por exemplo, Lutero Vargas veio a saber do papel encontrado mais de uma semana antes pelo major Fittipaldi, o papel levado por este e por Alzira ao Presidente.²²⁵ Se soubesse do papel,

²²⁴ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

²²⁵ Idem.

Lutero poderia associá-lo ao que pouco antes ouvira do pai (“Vai acontecer de novo!”) – e associar as duas coisas ao que ouvira na adolescência sobre Balmaceda e ao dever do líder político de sacrificar a própria vida para preservar a de seus concidadãos.

Alzira sabia do papel, mas não sabia das referências do pai a Balmaceda. Benjamim talvez não soubesse nem de uma coisa nem de outra. Se soubesse do papel ou do exemplo de Balmaceda, não tranquilizaria Lutero, como fez.

Nas horas finais do Presidente, Alzira, Lutero e Benjamim estiveram com ele, e tiveram com ele conversas sobre o agravamento da situação política. Mas não conversaram entre si, com exceção do breve diálogo de Lutero com Benjamim (“teu pai não seria capaz de uma coisa dessas”). A última coisa que Lutero ouviu do pai foi que se algum sangue fosse derramado ali naquela noite seria o de um homem que já comera muita carne.

Alzira teve com o pai dois breves encontros. No primeiro, entrou em seu quarto e já o encontrou deitado, mas acordado. Ela disse ter novas informações da Vila Militar, de apoio a ele e ao governo. Seus comandantes, porém, precisavam ser mobilizados por uma senha que só era de conhecimento do Presidente e do Ministro da Guerra. Bastava que ele revelasse a senha e em seguida poderia dormir.

Não adianta mais, responde o Presidente. Ela insiste e ele lhe faz uma pergunta que até hoje, mais de cinquenta anos depois, não podemos saber se é uma dedução, uma conjectura ou uma informação recebida de alguém:

– E tu não sabias que o Zenóbio será o Ministro da Guerra do Café Filho?

De fato, Café Filho, no próprio dia 24, convidaria Zenóbio a permanecer no Ministério da Guerra. E só o afastou, substituindo-o pelo General Henrique Teixeira Lott, no dia 26, diante da péssima repercussão da permanência de Zenóbio – proibido, inclusive, pela família do Presidente, de prestar-lhe homenagem no velório.

Como é que o Presidente sabia de certas coisas antes de acontecerem? Como é que ele sabia, a 2 de agosto, três dias antes do atentado contra Carlos Lacerda e o major Vaz, que estava para acontecer de novo o que acontecera em outubro de 1945, isto é, a derrubada de seu governo?

Se soubesse da conversa, pouco antes, de Lutero com o Presidente, Alzira concluiria na hora que o papel encontrado pelo major Fittipaldi não era tão inofensivo quanto o Presidente fizera crer. O Presidente, aliás, dissera que ela não pensasse em suicídio, porque suicídio era covardia e derrota. A mesma coisa dita a Lutero na adolescência deste, antes de 1930. Com a diferença de que a Lutero o pai acrescentara a narrativa sobre Balmaceda, cuidadosa e deliberadamente evitada na conversa com Alzira e Fittipaldi.

Esse primeiro diálogo de Alzira com o pai foi retomado, imediatamente, por iniciativa dele. Ela já deixava o quarto quando ele a chamou de volta. Entregou-lhe a chave do cofre, embutido na parede, que acabava de fechar, e disse que havia nele valores e documentos. Se acontecesse alguma coisa, ela devia abrir o cofre: os valores destinavam-se a D. Darcy; os documentos seriam dela, Alzira.

O que viviam todos ali, nessa hora, com exceção dele, era algo como uma realidade onírica ou uma irreabilidade coletiva, ora sonho, ora pesadelo. Não era a realidade de um cotidiano normal. Depois de tantos sobressaltos, de tantos sustos e de tantos choques, uma conversa como essa sobre o cofre pareceu a Alzira uma coisa perfeitamente normal.

Como parecia uma coisa perfeitamente normal, Alzira não reagiu, nem se assustou. Da mesma forma, Benjamim aceitou como normais e terminativas as recomendações ou decisões que ouviu do irmão em duas conversas separadas.

Numa delas, por volta das cinco horas da manhã (talvez mais tarde que isso), Benjamim levou a informação de que acabava de ser convocado, em nome do General Zenóbio, por dois oficiais do Exército, o General Jandir Galvão e o coronel Umbelino Vargas, este sobrinho de Benjamim e do Presidente, para apresentar-se imediatamente ao IPM da base aérea do Galeão, a fim de prestar depoimento. Era, evidentemente, uma impertinência, e o Presidente disse a Benjamim que não fosse, que precisava dele no Catete. Se tivessem urgência, que viessem ouvi-lo no Palácio. (Soube-se depois que era mais que uma impertinência, era um ato de guerra: o general e o coronel, ambos do Exército, receberam ordens falsas, mas transmitidas por autoridade verdadeira. Os encarregados do IPM da Aeronáutica não haviam intimado Benjamim para nenhum depoimento.)

Na segunda conversa, depois das 8 horas da manhã, Benjamim transmitiu ao Presidente as informações que o General Armando de Moraes Âncora trazia da reunião dos generais com o General Zenóbio, no Ministério da Guerra. Uma primeira notícia dos resultados desse encontro fora passada pelo General Âncora a Alzira, que a levava ao pai: os generais não aceitariam a volta do Presidente depois da licença. O Presidente já devia prever essa reação, fizera-se de cansado e impaciente e insistira com a filha para que o deixasse dormir.

A HORA ANTES DO AMANHECER

– Às cinco e meia da fria madrugada de 24 de agosto, o repórter Arlindo Silva, de O Cruzeiro, chegou ao Catete para cobrir o final da reunião ministerial... Era a primeira vez que o jornalista entrava no Catete e, ao chegar, viu que a reunião já terminara. Quando Lourival Fontes, chefe da Casa Civil, começou a encher o porta-malas do carro com caixas de papéis retirados de suas gavetas, Arlindo Silva entendeu que Getúlio tinha optado por se submeter ao pedido de licença imposto pelos militares. Com o fim da reunião ministerial, todos os repórteres tinham ido embora. Ao ver ninhos de metralhadoras e trincheiras de sacos de areia atrás das figueiras dos jardins do palácio, Arlindo decidiu permanecer por ali, temendo que, quando o dia clareasse, o acesso da imprensa pudesse ser proibido. Às seis da manhã, viu D. Darcy Vargas aparecer numa janela, de óculos escuros, chorando e sendo consolada por parentes... ²²⁶

O parágrafo acima, do livro *Chatô, Rei do Brasil*, de Fernando Moraes, é uma das poucas informações de que dispomos sobre as horas entre o fim do movimento no Catete, em seguida ao término da reunião do ministério, e o momento do desfecho da crise.

A julgar pelos documentos oficiais, foi pouco antes da cena de D. Darcy, de óculos escuros, chorando numa janela do Catete, que o irmão do Presidente, Benjamim Vargas, recebeu a intimação falsa para apresentar-se no Galeão e prestar depoimento no IPM do coronel Adil.

²²⁶ Fernando Moraes, *Chatô, rei do Brasil*, p. 557.

A essa intimação, muitos atribuem a última decisão do Presidente.

– Na madrugada que antecedeu à morte do Presidente Vargas, mais ou menos às cinco horas – diz o depoimento prestado dias depois pelo próprio Benjamim Vargas no Galeão – foi o depoente procurado pelo General Jandir Galvão e pelo tenente-coronel Umbelino Vargas [sobrinho do Presidente e de Benjamim], os quais comunicaram ao depoente, em nome do General Zenóbio, que a presença do depoente era exigida na Base Aérea do Galeão, para prestar declarações; que o depoente, em virtude dos acontecimentos, no momento, declarou aos referidos oficiais que não compareceria à Base Aérea do Galeão, mas que estava disposto a prestar depoimento no Palácio do Catete; que, em seguida, se dirigiu aos aposentos do Presidente da República, acordando-o, para comunicar-lhe o ocorrido; que o Presidente concordou com a atitude tomada pelo depoente, perguntando-lhe: “Mas você no Galeão, por quê?”. Ao que respondeu o depoente que não podia atribuir a nada, a não ser que fosse uma armadilha para retirar o depoente do Catete; que então o depoente retirou-se, aconselhando o Presidente a dormir...²²⁷

Pela cronologia daquilo que se tornou a história oficial desse período, o Presidente suicidou-se logo depois de ter notícia da convocação de Benjamim Vargas ao IPM do Galeão. Mas também depois de ter notícia da reunião dos generais, na qual o Ministro Zenóbio da Costa anunciara que a licença seria pro forma e o Presidente não voltaria ao governo.

Como a morte do Presidente só ocorreu por volta das oito e meia da manhã, uma primeira conclusão é inevitável: a convocação de Benjamim Vargas pode ter ocorrido mais tarde, não às 5 horas da manhã.

Benjamim Vargas foi a última pessoa a conversar com o Presidente – embora a última a tê-lo visto vivo fosse o barbeiro Barbosa, que apenas trocou duas ou três palavras formais com ele.

Não é só por isso que a reconstituição feita por Benjamim Vargas é tão importante. Mas por ter sido ele o portador, ao Presidente, da informação sobre a reunião dos generais, na qual o General Zenóbio concordara que a licen-

²²⁷ Hugo Baldessarini, *Crônica de uma época, Getúlio Vargas e o crime de Tonelero*, p. 346.

ça seria “definitiva”. O que lemos no depoimento de Benjamim Vargas é que essa segunda notícia só lhe chegou às 8 horas da manhã:

– Cerca das oito horas da manhã, chegou ao Palácio o General Armando de Moraes Âncora, o qual disse ao depoente que houve uma reunião do Ministério da Guerra, e que o General Zenóbio da Costa havia dito ser a licença do Presidente definitiva, que o Presidente não mais voltaria ao Governo; que o depoente foi imediatamente aos aposentos do Presidente, o qual já estava acordado, transmitindo-lhe a notícia trazida pelo general Moraes Âncora; que o Presidente ficou visivelmente transtornado perguntando: “Então eu estou deposto?”. Ao que o depoente retrucou: “Não sei, mas acho que é o fim”; que o Presidente acrescentou: “Vivo eu não me entrego; vá lá embaixo esmiuçar isso com o Âncora e falar com o Caiado”; que o depoente após estas palavras do Presidente se retirou a fim de falar com o General Âncora...²²⁸

Quer o depoimento de Benjamim Vargas esteja certo, quer esteja errado quanto aos horários, não há dúvida de que ele conversou sobre os dois assuntos com o Presidente – não importa se no mesmo momento, ou se em duas vezes, uma às 5 ou 6 e a outra às 8 horas da manhã.

O primeiro assunto pode ter sido tratado às 5 ou 6 ou às 8 horas da manhã: foi a convocação de Benjamim Vargas para prestar depoimento no IPM do Galeão. O segundo assunto só pode ter sido tratado às 8 horas da manhã – porque às 6 ainda não existia a decisão dos generais de que a licença do Presidente seria definitiva e não comportaria sua volta ao governo.

Não devemos ceder à inspiração paranoica de que havia uma conspiração urdida e controlada até os menores detalhes. Uma teoria conspiratória dos acontecimentos poderia dizer que a intimação a Benjamim Vargas ocorrera não às 8, mas às 5 e meia horas da manhã, para intimidar o Presidente e induzi-lo a renunciar. Depois iria buscá-lo uma patrulha da Aeronáutica, como ele comentara com o Vice Café Filho na tarde de 21 de agosto.

Mas seria possível, àquela altura, intimidar um homem como Getúlio Vargas, depois de tudo o que ele vivera e principalmente depois de tudo o que ele fizera?

²²⁸ Idem, P. 347.

A morte não o assombrava. Temia, sim, que destruíssem o que fizera. E talvez seus últimos dias tenham sido dedicados a construir o futuro desse passado.

Sobre a intimação a Benjamim Vargas para apresentar-se imediatamente no Galeão, a situação daquele momento estabelecia quase a certeza de que era apenas mais um ato de guerra psicológica ou, simplesmente, uma sinistra brincadeira de mau gosto.

– Na manhã de 24 de agosto – diz uma reportagem de Arlindo Silva, em *O Cruzeiro* – haviam telefonado do Galeão para o General Zenóbio, então Ministro da Guerra, solicitando-lhe providências no sentido de que Benjamim comparecesse àquela Base Aérea para prestar depoimento. Consultado, Benjamim respondeu que, num momento crucial daqueles – quando se estava decidindo a sorte do governo – não poderia afastar-se, já não dizia do Presidente, mas do irmão. Não se recusava a prestar depoimento, mas, se as autoridades da Aeronáutica tanto o desejavam, que fossem ouvi-lo no Palácio. Poucas horas mais tarde chegavam ao Catete o General Jandir Galvão e o Coronel Umbelino Vargas, que transmitiram a Benjamim a ordem terminante de que deveria acompanhá-los ao Galeão para depor. Mesmo assim, Benjamim deu resposta negativa e, “para refrescar a consciência”, foi falar ao Presidente sobre o que se estava passando. Entrou no quarto de Getúlio. Encontrou-o deitado, dormindo. Tocou-o e ele despertou, perguntando o que havia. Benjamim relatou-lhe o convite que havia recebido dos dirigentes do inquérito policial-militar. O Presidente, assustado, indagou: “Você no Galeão? Por quê?”. Benjamim respondeu que não podia atinar por que, embora supusesse que desejavam afastá-lo do Palácio em vista da sua disposição de resistir, ao lado dele, Getúlio, e dos demais membros da família, a qualquer tentativa de invasão do Palácio. Vargas escutou-o com atenção e aprovou a sua decisão de não ir à Base Aérea.²²⁹

O futuro demonstraria não constar dos autos do IPM do Galeão qualquer intimação para Benjamim Vargas prestar depoimento nessa manhã de 24 de agosto. Mas nessa manhã ou na madrugada de 24 de agosto, ele recebeu um convite ou uma intimação ou uma convocação, de que eram portadores não

²²⁹ *O Cruzeiro*, 9.10.54.

oficiais da Aeronáutica, mas oficiais do Exército.

– Naqueles dias – diz Tancredo Neves – eram muito comum os blefes, e o que nós chamaríamos hoje uma guerra de nervos. Era muito comum, por exemplo, eu receber telegramas, telefonemas, me intimidando, me dando prazo para largar o Ministério, que eu ia morrer explodido dentro do meu carro, que acabasse com as palhaçadas, que o Presidente estava irremediavelmente perdido, por que estar prolongando uma agonia, que era só funesta? Esses telefonemas vinham a todo momento. “Você se prepare que você vai ter que enfrentar a República do Galeão!”. Isso eu ouvia todo dia. Eu acredito que o Benjamim tenha sido vítima desse tipo de trote, que era muito comum dentro da guerra de nervos, dentro da técnica que se preparava para enfraquecer o Governo, e ele, sem maior reflexão, acreditou que realmente estivéssemos sendo chamados para sermos acareados com o Gregório no Galeão.²³⁰

Quase trinta anos depois, um esclarecimento definitivo, registrado pelo Brigadeiro Nero Moura em suas memórias:

– O Scaffa, pouco tempo antes de morrer [o coronel-aviador Ademar Scaffa, o segundo do coronel Adil no IPM do Galeão], em entrevista a um jornal, se não me engano, comemorativo dos vinte anos da morte do Getúlio, declarou que a comissão de inquérito jamais convocou o Bejo para depor no Galeão. A intimação teria de ser assinada por ele, ou pelo Adil, mas o Catete foi avisado por um simples telefonema de que o Bejo deveria comparecer ao Galeão. Naquela confusão, nunca se soube quem deu o telefonema. O Scaffa garantiu que nem ele nem o Adil estavam interessados no depoimento do Bejo.²³¹

A origem, as circunstâncias e até a identidade dos personagens desse episódio foram registradas nos jornais da época, mas, como nada se fez então para apurar o caso, caíram no esquecimento. Não foi só, como veremos no próximo capítulo, uma brincadeira sinistra. E foi mais que uma operação de terror psicológico. Foi o último ato de guerra contra Getúlio Vargas, muito mais imprudente e perigoso que os voos rasantes sobre o Palácio do Catete.

²³⁰ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

²³¹ Nero Moura, *Um voo na história*, P. 300.

CAPÍTULO 34

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, CERCA DE 5 OU 6 OU DE 8 HORAS DA MANHÃ

UMA ORDEM INVENTADA POR UM MAJOR DO GRUPO

MAIS RADICAL LIGADO A LACERDA

O ÚLTIMO ATO DE GUERRA

O GENERAL CAIADO DE CASTRO JÁ FIZERA INSTALAR DISPOSITIVOS DE DEFESA ANTIAÉREA NOS ALTOS DO PALÁCIO DO CATETE E MANDARA ABRIR TRINCHEIRAS EM SEUS JARDINS. A CHEGADA DE UMA PATRULHA ARMADA DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA SERIA RECEBIDA COMO UM ATO HOSTIL.

A intimação apresentada a Benjamim Vargas no Palácio do Catete, ou às 5 ou 6 ou às 8 horas da manhã de 24 de agosto, para dirigir-se imediatamente ao Galeão, a fim de prestar depoimento no IPM chefiado pelo Coronel Adil de Oliveira, foi um último ato de guerra e um ato inacreditável de indisciplina e violência, logo descartado e para o qual sequer se pediu apuração ou punição.

Como o Coronel Adil e seu imediato, Coronel Ademar Scaffa, os únicos autorizados a convocar testemunhas e exigir depoimentos, negassem peremptoriamente ter ordenado ou autorizado a intimação a Benjamim Vargas naquele dia e naquelas circunstâncias, o caso caiu no esquecimento, levado à conta ou de um trote de mau gosto ou de mais um de muitos atos de provocação e guerra de nervos, aos quais ninguém mais dava maior importância no governo.

Nesse caso, porém, houve o acionamento de toda uma cadeia de comando para a prática de uma verdadeira operação militar no Palácio do Catete, o que ficou registrado nos jornais daqueles dias, com o depoimento dos protagonistas do episódio, mas depois se perdeu para a história.

O fato é que Benjamim Vargas foi procurado, no Catete, pelo General Jandir Galvão e pelo tenente-coronel Umbelino Vargas, seu sobrinho, com a notícia de que sua presença era solicitada imediatamente no Galeão, para prestar

depoimento. Benjamim foi ao Presidente, no quarto deste, e recebeu a recomendação de não deixar o Catete: se necessário, que fossem ouvi-lo no próprio palácio. O general Jandir ouviu a resposta e não discutiu.

Em muito do que tem sido escrito nestes mais de cinquenta anos sobre aquela manhã, diz-se que a notícia dessa intimação e o pânico de Benjamim Vargas teriam sido a causa do suicídio do Presidente. Pelos fatos que já examinamos exaustivamente neste livro, tal versão não tem procedência – se é que não foi maliciosamente trabalhada para despolitizar e desqualificar o gesto final do Presidente.

O que não se tem perguntado é a troco de que o General Jandir Galvão foi ao Catete, acompanhado do tenente-coronel Umbelino Vargas, para comunicar a Benjamim Vargas a tal intimação, na verdade inexistente. Pois bem: toda a história da trama que levou os dois oficiais ao Catete naquela manhã está contada em dois jornais daqueles dias, a Última Hora, edição de 27 de agosto, e O Jornal, edição de 28 de agosto de 1954, em depoimentos que não podem ser desconsiderados.

O DEPOIMENTO DO GENERAL ZENÓBIO

No dia 27 de agosto, a Última Hora publicou a íntegra de um longo depoimento do General Zenóbio da Costa, depoimento prestado na véspera, dia 26, depois de demitido do Ministério da Guerra pelo Presidente Café Filho, que no dia 24 o tinha convidado a permanecer (confirmando, aliás, o que Getúlio Vargas dissera à filha Alzira, em sua última ou penúltima conversa: “Não adianta [pensar em resistência]. Não sabes que o Zenóbio já foi convidado para ser Ministro da Guerra do Café?”).

No depoimento publicado na íntegra pela Última Hora de 27 de agosto, o General Zenóbio diz que estava no Ministério da Guerra, depois da reunião do Ministério no Catete, à espera de seu encontro com os outros generais (aquele no qual diria que a licença do Presidente seria pro forma e que ele não voltaria ao governo):

– Para que o povo brasileiro possa julgar o que se tramava contra mim,

basta dizer que... enquanto os generais aguardavam aquela reunião, [eu] havia sido procurado pelo tenente-coronel Newton Fontoura Reis, em companhia do coronel Sizen Sarmento.

Esses dois oficiais, ambos do Exército, teriam recebido um pedido “da Aeronáutica, para que o Ministro da Guerra determinasse a apresentação do sr. Benjamim Vargas à base do Galeão”.

Mesmo ao homem em geral confuso que era o General Zenóbio, mais confuso ainda nessa madrugada, o pedido pareceu estranho: por que pedir ao Exército essa providência se o inquérito era da Aeronáutica? Os intermediários, porém, estavam preparados para responder: porque nessa madrugada a guarda do Catete era exercida por homens do Exército, e, nas circunstâncias, a chegada de uma patrulha da Aeronáutica seria insólita.

Empenhado em não “magoar mais a família do Presidente Vargas”, o General Zenóbio, segundo seu depoimento, escolheu o General Jandir Galvão para levar a notícia a Benjamim Vargas, no Catete. O General Jandir era o Chefe de Gabinete do Ministro Zenóbio. Que, além disso, decidiu chamar, para acompanhá-lo, o tenente-coronel Umbelino Vargas, sobrinho de Benjamim e do Presidente Vargas.

Ao Presidente podem ter sido incômodas a pressa e a ansiedade dos conspiradores, não seu propósito. No máximo, a presença do General Jandir e do tenente-coronel Umbelino significaria para ele a confirmação do que anunciara à filha Alzira: não adiantava mais pensar em resistência, porque o General Zenóbio já fora convidado para Ministro da Guerra de Café Filho. Quando respondeu a Benjamim que não deixasse o Catete, ele poderia estar pensando até na segurança e na integridade pessoal do irmão. Mas devemos voltar ao depoimento do General Zenóbio:

– Uma vez no Catete, o General Jandir Galvão ouviu do sr. Benjamim Vargas que não desejava se afastar do irmão, o Presidente Vargas, em momento tão grave, e que esperava, se possível, ser ouvido ali.

– Dirigiu-se, então, o general Jandir Galvão à minha residência, pondo-me a par do ocorrido. Concordei que fosse ao Galeão e ali apresentasse aquela ponderação ao encarregado do Inquérito Policial-Militar (IPM). Chegando

àquela base, pôde o General Jandir Galvão ouvir do coronel João Adil de Oliveira, encarregado do inquérito, que não solicitara a presença do sr. Benjamim Vargas para qualquer fim.²³²

O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

Esse depoimento do General Zenóbio incomodou muita gente. No dia seguinte, 28 de agosto, O Jornal, órgão líder dos “Associados” de Assis Chateaubriand, que também acolhera o depoimento do General Zenóbio, publicava na primeira página:

– Desmentido às afirmações do ex-Ministro da Guerra

O General Zenóbio era desmentido, em primeiro lugar, pelos coronéis Newton Reis e Sizen Sarmento.

Com toda a confusão de sua cabeça, o General Zenóbio não revelara o nome do oficial da Aeronáutica que, à revelia dos coronéis Adil e Scaffa, responsáveis pelo IPM, tinha pedido o apoio do Exército para levar Benjamim Vargas ao Galeão.

Revelar esse nome é a primeira coisa que faz o coronel Newton Reis, a pretexto de dizer, como lemos em O Jornal, que “a acusação feita a si e a seu colega de farda foi injusta, pois os fatos se passaram de outra maneira”:

– Na madrugada do dia 24 – diz o coronel Newton Reis em declarações a O Jornal, publicadas por este em sua edição do dia 28 de agosto – o major Lameirão [Francisco Chaves Lameirão], das Rotas Aéreas, por telefone, declarou-me que a comissão de inquérito precisava ouvir o sr. Benjamim Vargas. Como este se achava no Catete, e a guarda do Palácio estava confiada ao Exército, o referido oficial, a fim de evitar incidentes com a presença de uma escolta da Aeronáutica, pediu-me para que eu intercedesse junto às autoridades do Exército, no sentido de que fosse completada aquela diligência.

O coronel Newton Reis foi ao Ministério da Guerra, onde encontrou o coronel Sizen Sarmento. Em companhia deste, procurou o Chefe de Polícia

²³² Última Hora, 27.8.1964, “Traíram compromissos de honra e se apoderaram do Catete”

da Zona Militar Leste, major Romeiro da Rosa, a quem transmitiu o pedido, “que se limitava, segundo o major Lameirão, a informar que a Aeronáutica iria mandar uma escolta e pedir que a guarda do Palácio, que estava sendo feita pelo Exército, fosse avisada”.

O Chefe de Polícia da Zona Leste foi tratar do caso e voltou dizendo que o General Zenóbio da Costa “iria tomar as providências”. Segundo o depoimento do General Zenóbio, o pedido que ele recebeu foi para que o Exército determinasse a apresentação de Benjamim Vargas no Galeão.

Ao tomar conhecimento do pedido – diz o General Zenóbio no mesmo depoimento – voltou-se para os presentes (provavelmente alguns dos generais com os quais discutiria em seguida a licença do Presidente) e declarou:

– Quanta miséria, quanta indignidade! Não faz uma hora que o Presidente deixou o poder e já querem feri-lo dessa maneira.

ZENÓBIO RECLAMA. MAS NÃO RECUSA

Na verdade o Presidente não deixara o poder, apenas admitira entrar em licença se as Forças Armadas conseguissem manter a ordem. E ainda não morrera. Embora revoltado, o General Zenóbio não recusou o pedido que lhe era apresentado como se fosse da Aeronáutica. Poderia ter respondido com a mesma declaração feita a seus interlocutores. Poderia mandar dizer que tal convocação, nesse momento, era uma insensatez ou uma provocação. Poderia ter pedido ao Coronel Adil, chefe do IPM, a confirmação da ordem – com o que descobriria antes o que só veio a saber depois, isto é, que o major Lameirão estava agindo à revelia e indisciplinadamente. Mas não. O General Zenóbio preferiu ser compreensivo e deixou-se empurrar pela vaidade:

– Compreendendo, entretanto, a responsabilidade que me atribuíam os oficiais da Aeronáutica... tive de determinar, desejoso de não magoar mais a família do Presidente Vargas, ao General Jandir Galvão, meu Chefe de Gabinete, e amigo pessoal do sr. Benjamim Vargas, que fosse ao Palácio do Catete, acompanhado do tenente-coronel Umbelino Vargas, sobrinho daquele cidadão, e o convidasse para ir ao Galeão, e, mais, que ficasse ao seu lado durante

o depoimento, para evitar quaisquer constrangimentos de sua parte, nessa situação embaraçosa.

Ao dizer que compreendera a responsabilidade que lhe atribuíam os oficiais da Aeronáutica, o General Zenóbio revela estar ainda mais confuso e perdido do que parecia. Não havia uma coletividade de oficiais da Aeronáutica atribuindo-lhe qualquer responsabilidade da qual devesse envaidecer-se. Havia apenas um oficial da Aeronáutica, o major Lameirão, do grupo da FAB mais radical e mais ligado a Carlos Lacerda, que inventara essa convocação sem dar conhecimento ao coronel Adil.

Felizmente o General Zenóbio teve pena da família Vargas e, em vez de mandar ordem para que a guarda do Exército deixasse entrar a patrulha da Aeronáutica, como pedia o major Lameirão, mandou como emissários o general Jandir e o tenente-coronel Umbelino. Com ou sem ordem do General Zenóbio, a chegada de uma patrulha da Aeronáutica ao Catete causaria confusão e, com certeza, conflito. Era do Exército a guarda do Catete naquele momento, sob o comando do General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, que já fizera instalar dispositivos de defesa antiaérea nos altos do Palácio e mandara abrir trincheiras em seus jardins. A chegada de uma patrulha armada da infantaria da Aeronáutica seria recebida como um ato hostil, com ou sem ordem do General Zenóbio, de quem já se sabia o que dissera aos generais no Ministério da Guerra: que a “licença” do Presidente seria pro forma, porque ele não voltaria ao governo.

Passional como era e na exaltação febril em que devia estar, o coronel Lameirão pode ter concebido a convocação de Benjamim Vargas apenas como pretexto para mandar uma patrulha da Aeronáutica ao Catete e provocar algum incidente que apressasse a queda do governo. Ou pode ser que, sem maior discernimento das realidades daquela hora, ele não pensasse nem nisso, dominado por uma compulsão burocrática – a de levar o irmão do Presidente, sob escolta militar, e a rigor preso, para prestar depoimento. Que boa foto teriam os jornais de oposição para sua primeira página!

Além do Coronel Newton Reis, O Jornal ouviu também o major Lameirão, que confirmou tudo, embora sustentando que só interferira no caso para evitar

um choque, “de vez que uma escolta da Aeronáutica iria buscar o sr. Benjamim Vargas na noite em que a guarda do Palácio era feita pelo Exército”.²³³

Essa última operação de guerra – que poderia ter resultado num incidente sangrento na entrada do Palácio do Catete – terminou com a declaração do Coronel Adil, de que não pedia a presença de Benjamim Vargas no Galeão para qualquer fim. Mas terminou também com a morte do Presidente. O próprio major Lameirão deve ter esfriado a cabeça, embora depois ela esquentasse de novo. Nos anos seguintes, ele integrava o grupo de radicais da Aeronáutica, dos mesmos que faziam a segurança de Carlos Lacerda, que promoveram, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, os levantes armados – e, graças a Deus, derrotados! – de Jacareacanga, em 1956, e Aragarças, em 1959.

²³³ O Jornal, 28.8.1954

CAPÍTULO 35

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MANHÃ

ELE JÁ TEM O DIREITO DE CRUZAR A ÚLTIMA PORTA

A MORTE DO PRESIDENTE

FITTIPALDI VÊ NO ROSTO DO PRESIDENTE UM OLHAR VIVO E MALICIOSO – NÃO MAIS O OLHAR CINZENTO E AUSENTE DOS ÚLTIMOS DIAS. É VÊ, AINDA QUE FUGIDIO, UM SORRISO, COMO QUE UM SORRISO, AFINAL, DE VITÓRIA.

Tranquilizado por Benjamim Vargas, depois do susto que fora a conversa com o pai, Lutero ficou, de qualquer maneira, bem perto do quarto do Presidente:

– Fiquei no terceiro andar, conversando com minha mãe e minha prima Maria Spinola e Castro, e aconselhei-as a repousar. Pedi a meu amigo e colega de estudos, o Dr. Flávio Miguez de Mello, que na ocasião era o médico assistente de meus pais, que tirasse a pressão de minha mãe e lhe desse um calmante.

– Estava sentado no sofá ao lado do quarto de meu pai, quando vi a Alzira bater à porta e entrar. Pouco depois o meu amigo João Zaratini, mordomo do palácio, certamente notando meu cansaço, disse-me: “Por que o senhor não descansa um pouco aqui neste sofá? Descanse sossegado que lhe chamarei, se for preciso”.²³⁴

Isso deve ter acontecido algum tempo antes das 8 horas da manhã. Foi o momento em que Alzira Vargas levou ao pai a primeira notícia, recebida por telefone, de que os generais não aceitavam a volta do Presidente depois da licença. O Presidente insistiu com a filha em que queria dormir. Quando ela saiu do quarto do Presidente, Lutero dormia no sofá da antessala. Nem Alzira nem Lutero voltaram a falar com o pai.

Pouco depois das 8 horas, chegando ao Catete, o General Âncora dirigiu-

²³⁴ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, Pp. 332 e 333.

se ao Gabinete Militar e aí encontrou o General Caiado de Castro e Tancredo Neves. As informações que traz são ainda piores: não só os generais não aceitam a volta do Presidente depois da licença, como o próprio General Zenóbio dissera que a fórmula da licença era pro forma. O Presidente sabia que seu afastamento seria definitivo.

Benjamim Vargas estava numa das salas do terceiro andar e foi chamado pelo General Caiado de Castro para ouvir o relato do General Âncora. A pedido de Caiado e Tancredo Neves, voltou ao terceiro andar, para acordar o Presidente e transmitir-lhe essas informações.

O Presidente já tinha recebido a informação preliminar de Alzira, agora confirmada por Benjamim:

- Quer dizer – pergunta o Presidente ao irmão – que estou deposto?
- Só sei que é o fim – diz Benjamim.

Essa reconstituição foi feita por Benjamim em depoimento no IPM do Galeão, e a versão que temos é a dos autos do processo, que não coincide necessariamente com as palavras de fato ouvidas no depoimento. A isso, o Presidente teria acrescentado o seguinte:

- Vivo eu não me entrego.

O Presidente não tinha como saber, embora pudesse desconfiar, que algum tempo antes Benjamim tranquilizara Lutero, assustado com a hipótese do suicídio. Esta frase, agora – “vivo eu não me entrego” – já não comporta maiores dúvidas. Para impedir que ela leve Benjamim a reagir, o Presidente recorre à autoridade que nunca lhe faltara e ordena:

- Vá lá em baixo esmiuçar isso com o Âncora e falar com o Caiado.

Com essa missão urgente e indiscutível, ele se livra do irmão. Já estava livre de Alzira e Lutero, mas surge o barbeiro Barbosa, que pergunta se deve arrumar suas roupas. Ele responde que precisa dormir um pouco e livra-se também de Barbosa. Agora, porém, o tempo se esgota. Se demorar mais, Benjamim acaba falando de sua frase – “vivo eu não me entrego”.

Benjamim Vargas é acusado, há mais de meio século, de ter sido responsável pela morte do irmão, porque teria tomado a iniciativa de contar ao Presidente o resultado da reunião dos generais. Tancredo Neves, que considerava

absolutamente injusta essa acusação, deixa claro em seu depoimento que Benjamim desceu ao Gabinete Militar a pedido do General Caiado e voltou ao quarto do irmão precisamente porque incumbido de levar-lhe essa informação. A pedido do Presidente, descera mais uma vez ao Gabinete Militar, em busca de mais informações.

Em algum momento na meia hora final de vida de Getúlio Vargas, o major da Aeronáutica Hernani Fittipaldi, o ajudante de ordens que encontrara, dez dias antes, o papel denunciador na mesa do Presidente, cruza com ele, no grande salão para o qual davam as portas tanto do quarto quanto do gabinete de trabalho que o Presidente ocupava nesse andar.

Talvez não tenha havido um aceno, pelo menos um aceno completo. Fittipaldi, porém, vê no rosto do Presidente um olhar vivo e malicioso – não mais o olhar cinzento e ausente dos últimos dias. E vê, ainda que fugidio, um sorriso, como que um sorriso, afinal, de vitória.

O Presidente entra no quarto, do qual saíra para ir ao gabinete próximo, mas o sorriso ou um resto de sorriso, como na história do gato de Cheshire, em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol, fica no salão ou pelo menos na lembrança do major Fittipaldi. O gato mágico foi-se tornando invisível, até desaparecer. O Presidente não se torna invisível, apenas entra no quarto e fecha a porta. Mas, como o do gato de Cheshire, o sorriso, misterioso e, quem sabe vitorioso, permanece.

Não há mais o que esperar, nem tempo para isso. A hipótese inesperada de licença já se esgotou, como todas as saídas cogitadas antes. Neste momento ele sabe que tem também o direito – e não se trata mais, apenas, do dever de sacrificar sua vida para poupar a de outros brasileiros – ele já tem o direito de cruzar a última porta.

O ruído do abrir dessa porta será o de um tiro.

Muitos ouviram. Lutero, esgotado, caíra em sono profundo e foi acordado pelo mordomo:

– João Zaratini acorda-me de supetão, dizendo: “Ouvi um tiro no quarto do Presidente”. Entro no quarto de meu pai; ele está ainda com os olhos abertos e com o olhar procura alguém logo atrás de mim, era minha mãe que tinha

entrado junto com o Flávio [Dr. Flávio Miguez de Melo] e logo depois minha irmã Alzira.

– Nesse momento – diz Tancredo Neves, que estava com os Generais Âncora e Caiado em outro andar, abaixo – nós ouvimos o estampido de um tiro e de imediato entrou na sala o coronel Dornelles, Hélio Dornelles, que servia de ajudante de ordens do Presidente naquele dia, já dizendo: “O Presidente suicidou-se!”.

– Então subimos imediatamente pelo elevador interno e chegamos ao quarto em que estava o Presidente. Ele estava com meio corpo para fora da cama, um borbulhão de sangue saindo pelo coração. Segurou ainda a minha mão, quando Alzira e eu colocamos o seu corpo no leito. Procuramos acomodá-lo para lhe dar mais conforto e ele, ainda vivo, lançou um olhar assim... circunvagante, procurando alguém, até que em um certo momento ele identificou Alzira e nela se fixou e aí ele morreu. Na cabeceira da cama, tinha um envelope, com um documento que eu o vira colocar no bolso antes da última reunião do Ministério e que era a carta-testamento.²³⁵

– Meu pai – diz Lutero Vargas – ainda chega a esboçar um sorriso quando percebe a fisionomia de minha mãe. Peço a Flávio que ausculte meu pai; ele ajoelha-se por ser muito baixa a cama, põe o estetoscópio e faz-me um sinal negativo com a cabeça.²³⁶

– Corri para o quarto – contaria Amaral Peixoto – e já o encontrei morto. A Alzira chorando, falando, tentando falar... Quando conseguimos tirar a Alzira de cima dele, coloquei-a numa cadeira e me volvei para mandar chamar o médico-legista. Aí eu encontrei aquela carta. Era uma carta de despedida. O Oswaldo já tinha chegado, estava desesperado, chorando muito. E eu lhe dei a carta. Pelo telefone ele leu para a Rádio Nacional, que chegou a irradiar. O Vítor Costa [diretor da Rádio Nacional] gravou e irradiou umas duas ou três vezes, mas depois suspenderam. A Aeronáutica ocupou a Rádio Nacional.²³⁷

²³⁵ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

²³⁶ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, P. 335.

²³⁷ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, P. 199.

A CARTA

– Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

– Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais, revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A Lei de Lucros Extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional, potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

– Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

– Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quan-

do a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

– Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

CAPÍTULO 36

“FILHO DA PUTA!... ELE GANHOU DE NOVO!”

A MORTE COM UM SORRISO

O QUE LHE CABIA FAZER ERA EXPLORAR E ESGOTAR CADA ALTERNATIVA NOVA QUE SE APRESENTASSE E, DEPOIS, ANTECIPAR-SE À AÇÃO DOS CONSPIRADORES. FOI O QUE ELE FEZ.

O Presidente não se matou por fraqueza, por covardia ou por desespero. O seu sacrifício foi plenamente consciente. A resistir com alguns amigos que lhe eram fiéis, lançando a Nação na luta fratricida de consequências imprevisíveis, cujo epílogo seria fatal e irremediavelmente a subversão da ordem constitucional, preferiu sucumbir ao peso de suas aspirações patrióticas, morrendo com honra para poupar ao povo um tremendo sacrifício, e assegurar à Nação a continuidade do regime democrático.

Tancredo Neves

Meu pai ainda chega a esboçar um sorriso, quando percebe a fisionomia de minha mãe.

Lutero Vargas

Ele me deu a impressão de um homem plenamente feliz com a sua consciência, plenamente reconciliado com a sua situação. Aquilo não representou para ele nenhuma violência.

Tancredo Neves

Das poucas pessoas que ainda viram Getúlio Vargas com vida quando entraram em seu quarto logo depois do tiro – D. Darcy, Alzira, Lutero, Tancredo Neves, o médico Flávio Miguez de Melo – pelo menos duas, Lutero Vargas e

Tancredo Neves, deixaram depoimentos sobre a impressão que lhes causou o Presidente nesses momentos finais de consciência e vida.

Lutero Vargas, o filho mais velho, vencido pela exaustão de muitas noites insones, dormia num sofá no salão para o qual dava a porta do quarto do Presidente, e foi acordado pelo mordomo do Palácio, João Zaratini, que lhe diz ter ouvido um tiro.

– Entro no quarto de meu pai – conta Lutero. – Ele está ainda com os olhos abertos e com o olhar procura alguém logo atrás de mim. Era minha mãe, que tinha entrado com o Flávio [o médico], e logo depois minha irmã Alzira. Meu pai ainda chega a esboçar um sorriso, quando percebe a fisionomia de minha mãe. Peço a Flávio que ausculte meu pai. Ele ajoelha-se, por ser muito baixa a cama, põe o estetoscópio e faz-me um sinal negativo com a cabeça. Estava tudo acabado.²³⁸

Tancredo Neves também testemunhou os momentos finais de vida do Presidente:

– Ele estava com meio corpo para fora da cama, um borbulhão de sangue saindo pelo coração. Segurou ainda a minha mão, quando Alzira e eu colocamos o seu corpo no leito. Procuramos acomodá-lo para lhe dar mais conforto e ele, ainda vivo, lançou um olhar assim... circunvagante, procurando alguém, até que em um certo momento ele identificou Alzira e nela se fixou e aí ele morreu. Na cabeceira da cama, tinha um envelope, com um documento que eu o vira colocar no bolso antes da última reunião do Ministério e que era a carta-testamento.²³⁹

Lutero e Tancredo estavam em lados opostos, no quarto. Tancredo, atrás do Presidente, não podia ver o sorriso com que ele morreu. Mas a impressão que ficou em seu espírito foi a de que o Presidente morria plenamente feliz, em paz com sua consciência e plenamente reconciliado com sua situação: aquilo não representava para ele nenhuma violência. Nenhuma violência contra ele próprio. E era o único meio, àquela altura, de impedir que a violência atingisse outras pessoas.

²³⁸ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, P. 335.

²³⁹ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

Na memória de Lutero, a impressão mais forte que ficou foi a do sorriso. Seria o mesmo sorriso misterioso, parecendo até vitorioso, que, menos de uma hora antes, impressionara e animara o major Fittipaldi ao cruzar com o Presidente?

O destino permitira que ele se despedisse com um sorriso final e que sua expressão, ao passar para o outro lado, fosse a de alguém que, nas palavras de Tancredo Neves, morria plenamente feliz, em paz com sua consciência e reconciliado com sua situação.

O SUICÍDIO E O PALAVRÃO: "ELE GANHOU DE NOVO!"

Para alguns adversários, a morte marcava a derrota final do Presidente. A história mostraria, porém, nos anos e nas décadas seguintes, que não foi bem assim. A manhã de 24 de agosto de 1954 pode não ter sido sequer o começo do fim. É mais certo que tenha sido apenas o fim do começo – daquela que já era conhecida como a Era Vargas.

Um desses adversários, talvez o mais inteligente e sem dúvida o mais sereno, percebeu instantaneamente a verdade. Chamava-se Prudente de Moraes, neto – era neto de Prudente de Moraes, o primeiro Presidente civil da República, e foi um dos maiores jornalistas e melhores advogados de sua época.

Adversário de Vargas, implacável mas sempre elegante em seus artigos diários, publicados sob o pseudônimo de Pedro Dantas, ele seria também, dez anos depois, um dos mais obstinados adversários do Presidente João Goulart, até a queda deste em 1964. Tornou-se uma das vozes mais ouvidas pelos dirigentes do novo regime, a começar pelo Marechal Humberto Castello Branco, o primeiro Presidente do ciclo militar. Este quis fazê-lo ministro do Supremo Tribunal Federal, mas Prudente recusou, por modéstia.

Dos dois requisitos previstos pela Constituição, um ele tinha certeza de ter: reputação ilibada. Mas não se considerava detentor do notável saber jurídico que a Constituição também exigia para a escolha dos ministros do Supremo.

Nessa época, logo depois do golpe de 1964, Prudente empenhava-se em conseguir emprego para jornalistas perseguidos, em evitar que fossem presos

e, quando o eram, em tirá-los da prisão. Quando Castello Branco perguntou sobre a presença, chamada de infiltração, de jornalistas de esquerda e até comunistas nas redações, Prudente desaconselhou o expurgo proposto a Castello. E disse desses jornalistas ameaçados:

– São os mais capazes, os mais honrados e os mais leais.

Em 1975, esse defensor dos homens e do movimento de 1964 aceitou a presidência da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, que agonizava, sufocada pela brutalidade do principal instrumento jurídico da ditadura, o Ato Institucional número 5, o AI-5. Logo depois, liderou os protestos da ABI e outras entidades da sociedade civil contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog num quartel em São Paulo.

Com o mesmo brilho e obstinação, com a mesma compostura e dignidade de suas batalhas contra Getúlio e Jango, Prudente permaneceu até o fim da vida, em 1977, na presidência da ABI e na luta contra os sucessores de seus companheiros de 1964. Não tinha sido para isso – para a tortura, o assassinato, a censura da imprensa, a perseguição política e o colapso da democracia – que fizera o que chamava a “revolução”.

Faço questão de descrever nesses detalhes o personagem, para que se possa avaliar com justiça o que ele disse ao saber do suicídio de Vargas, minutos depois do tiro no Catete. Faço isso também pelo muito que devo pessoalmente a ele, inclusive em matéria de emprego e de prisão, e para que o leitor tenha dele a mesma afetuosa lembrança que temos de Prudente todos os jornalistas que convivemos com ele.

Em agosto de 1954, Prudente era um dos diretores e principal articulista do *Diário Carioca*, um pequeno jornal que se definia, já no cabeçalho, como “o máximo de jornal no mínimo de espaço” – apenas 12 páginas nos dias úteis, quando os jornais maiores vinham com um mínimo de 24, e 24 aos domingos, quando os grandes chegavam a cem páginas e até mais.

Era um jornal inteligente, irônico, bem escrito – e abolira o tratamento cerimonioso e às vezes untuoso com que o noticiário tratava as pessoas importantes. Foi o *Diário Carioca* que, em seus títulos e manchetes, transformou o “Sr. Juscelino Kubitschek” no simpático JK. A si próprio, o jornal referia-se

como DC. Em pouco tempo, essa revolução na linguagem jornalística viria a contagiar toda a imprensa brasileira.

Na crise de agosto de 1954, o DC crescera além de seu tamanho físico, em parte por acidente, mas em parte, também, pela massa crítica de talento em sua redação. Além de Prudente, estavam lá, por exemplo, o futuro Senador Pompeu de Souza, chefe da redação; o chefe de reportagem Luís Paulistano; o colunista e repórter político Carlos Castello Branco; Jânio de Freitas, futuro chefe de redação do Jornal do Brasil, diretor do Correio da Manhã e da Última Hora e hoje colunista da Folha de S. Paulo; o futuro diretor de O Globo Evandro Carlos de Andrade e o futuro diretor de jornalismo da TV Globo Armando Nogueira.

No início da madrugada de 5 de agosto, o secretário de redação do Diário Carioca, Deodato Maia, que morava em Copacabana e tinha carro, deu carona a dois colegas também da Zona Sul, Armando Nogueira e Octávio Bonfim. Pararam na rua Tonelero, onde morava um do caronas, em frente ao edifício Albervânia, o prédio de Carlos Lacerda.

Do outro lado da rua estava parado um carro pequeno, do qual viram desembarcar, despedindo-se, o dono do carro e Lacerda. Viram também aproximar-se um homem armado, que passou a atirar em direção a Lacerda. Foi tudo muito rápido e confuso. No fim, instantes depois, o amigo de Lacerda estava caído na calçada, mortalmente ferido, no peito. Lacerda estava ferido no pé.

Os jornalistas ajudaram a socorrer os dois feridos, ao mesmo tempo que, atraídos pelo tiroteio, paravam outros carros e chegavam outras pessoas.

Armando Nogueira, Octávio Bonfim e Deodato Maia voltaram à redação do Diário Carioca, no centro da cidade. Por ser pequeno e de pequena tiragem, o Diário Carioca tinha muito mais flexibilidade que os jornais grandes. A primeira página foi inteiramente refeita e o jornal rodou com a reportagem mais completa sobre o atentado, muito mais dramática e documentada que a dos outros, e, acima da manchete, um título que dizia: "Armando Nogueira, do DC, viu e conta..."

Nas investigações subsequentes, em parte por essa primazia, em parte por aquela massa crítica de talentos e em não menor parte por algumas ligações de alguns jornalistas e diretores do Diário Carioca com o mundo político (especial-

mente a oposição) e com os círculos militares, esse jornal esteve sempre muito bem-informado e enfronhado na crise. Pompeu de Souza, por exemplo, acompanhou de perto todas as investigações e ou assistiu aos depoimentos mais importantes ou teve notícia imediata de seu conteúdo e de suas revelações.

Na madrugada de 23 para 24 de agosto, ninguém no Diário Carioca foi para casa. Manifestos de almirantes e brigadeiros, falando pela Marinha e pela Aeronáutica, exigiam desde a véspera, pelo menos, a renúncia de Vargas. A estes somara-se, na noite de 23, um manifesto de generais em nome do Exército, com a mesma imposição. Na noite anterior, voos rasantes sobre o Catete anunciavam a hipótese de bombardeio do Palácio por alguns pilotos da Força Aérea, inteiramente rebelada.

Na sede do Diário Carioca, por volta das oito e meia da manhã, Prudente de Moraes está em sua sala, escrevendo. Ouve da redação, a poucos metros, o ruído de vozes excitadas ou exaltadas; ouve em seguida um espoucar que pode parecer um tiro, mas é seguido do tilintar de copos. Ele se levanta e vai à redação, onde alguém abriu uma garrafa de champanhe. Prudente, que já sabia da notícia da licença, imagina que Vargas renunciou e que os colegas comemoram o fim da crise – sem sangue.

– Ele renunciou? – pergunta.

– Não – respondem – ele se matou.

O que se segue nesta crônica é o que me ficou na memória da narrativa que ouvi do próprio Prudente, cerca de quinze anos depois, em seu escritório, numa tarde em que não havia outras visitas e ele parecia muito envolvido por essa e outras lembranças. Não me lembro de ter perguntado o que quer que seja, nem de o ter interrompido.

– Você sabe – disse ele – que eu não sou de me exaltar, de perder a cabeça.

Ele também era de extrema delicadeza com todos, e quando chegava ao Diário Carioca, no fim da tarde, segurando na mão esquerda a pasta e o chapéu e com a bengala pendurada no braço, fazia questão de estender a mão direita para cumprimentar com um sorriso cada um dos que ia encontrando. Até os contínuos e os gráficos, sujos de graxa, que estivessem na redação não dispensavam seu aperto de mão.

– Pois nessa hora perdi a cabeça – disse ele.

– Senti um calor, uma vermelhidão subindo pelo peito, pelo pescoço e pela cabeça. Dei um murro na mesa à minha frente, gritando: “Vocês não entenderam!” e disse um palavrão.

Prudente não era nenhum puritano, era poeta, boêmio e um grande conversador. As histórias que ele contava, sempre com muito humor, podiam ser entremeadas de palavrões que alguém ou ele próprio tivesse dito, não o palavrão ofensivo, mas o palavrão para fazer graça. Mesmo nessa hora, o palavrão não é para ofender – é uma interjeição impessoal:

– Disse um palavrão: “Filho da puta!”.

Diante da surpresa dos colegas e constrangido pela própria violência, ele como que se desculpa:

– Vocês não entenderam!

O que ele quer dizer é que não há o que comemorar, não há por que brindar com champanhe:

– Vocês não entenderam! – repete Prudente, mais calmo. – Ele ganhou de novo!

Nesse momento, as rádios ainda transmitiam o texto da Carta-Testamento, que logo seria proibido no rádio e na televisão:

– Aos que pensam que me derrotaram, repondo com a minha vitória...

Prudente de Moraes, neto, foi o primeiro adversário a entender.

Getúlio Vargas ganhara de novo. Por isso, morrera com um sorriso.

ELE NÃO PODERIA TER MAIS QUE DUAS EXPECTATIVAS

Mas o que, exatamente, ele ganhava com o suicídio? E com o que contaria ele no momento em que, acionando o gatilho do revólver, convertera seu propósito em ato consumado?

De todas as consequências, depois consideradas, do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, ele, pessoalmente, ao evoluir para esse desfecho e mesmo nos instantes finais de vida e consciência – com o sorriso testemunhado por alguns dos seus – não poderia ter mais que duas expectativas.

A principal era evitar a guerra civil, ou seja, o sacrifício da vida de outros brasileiros. A outra era resgatar sua honra.

Ao decidir pelo suicídio, e consumir a decisão, a primeira consideração do Presidente era pela vida, que lhe cabia poupar, dos milhares de brasileiros, especialmente jovens, que morreriam na guerra civil, inevitável caso ele permitisse a resistência armada ao golpe para derrubá-lo.

Horas antes do suicídio, que não foi um gesto súbito, mas amadureceu aos poucos, ele aceitara a hipótese da licença, até a apuração das responsabilidades pelo atentado contra Carlos Lacerda e o major Rubens Vaz.

Antes disso, ele confiara transferir irrestritamente à Aeronáutica, via IPM do Galeão, as investigações que a polícia realizava sobre o atentado e das quais já resultara a prisão dos responsáveis mais importantes, como Gregório Fortunato.

Já nos primeiros dias da crise, ele decidira renunciar ao mandato, por entender que seu governo fora também atingido pelo atentado, só não renunciando porque dissuadido pela veemente reação de seu velho amigo e Ministro Oswaldo Aranha.

À medida que ele fazia concessão após concessão, as exigências dos golpistas só aumentavam. Isso deixava claro que não estavam interessados em impedir a impunidade dos responsáveis pelo atentado contra Carlos Lacerda e o major Vaz, mas apenas em desestabilizar e derrubar o governo.

O que lhe cabia fazer, diante disso, era explorar e esgotar cada alternativa nova que se apresentasse e, depois, antecipar-se à ação dos conspiradores. Foi o que ele fez.

Ao decidir pelo suicídio, a primeira consideração do Presidente era pela vida dos milhares de brasileiros que morreriam na guerra civil, inevitável caso ele permitisse a resistência armada ao golpe para derrubá-lo.

Mas o gesto extremo – esse desfecho de sangue, no qual, entretanto, só o seu seria derramado – teria outras consequências, entre as quais o resgate de sua honra, arrastada na lama pelos adversários.

Não de público, porque isso não convinha, mas em particular, por não ser possível negá-lo, os piores adversários reconheciam a honradez pessoal do

Presidente. Mas as ressalvas tornavam-se cada vez mais raras, porque era preciso desmoralizar seu governo: não só para derrubá-lo, como, também, para desfazer o que ele vinha fazendo. E para desmoralizar-lhe o governo era preciso que ele, conquanto pessoalmente honesto, aparecesse como fraco, impotente e condescendente com a corrupção e a violência dos outros.

O SORRISO TRADUZIRIA SUA EXPECTATIVA E CONVICÇÃO

Na sessão do próprio dia 24 de agosto da Câmara dos Deputados, o líder do governo dizia:

O Sr. Gustavo Capanema – Sr. Presidente, não é este o momento próprio para tratar da vida do Presidente Getúlio Vargas.

Do que neste momento devo falar é da morte de Getúlio Vargas. Se a sua vida foi marcada pelo ideal, a sua morte foi marcada pela honra. Isto é o que deve ver, neste doloroso momento, o povo brasileiro. O Presidente Getúlio Vargas morreu pela sua honra. Assisti nestes últimos dias a todo o drama de sua alma. Desde aquela madrugada tenebrosa em que sucumbiu o major Rubens Vaz e em que um jornalista de nosso país foi atingido na sua liberdade, desde aquela trágica madrugada, o Presidente não perdeu a inquietação e o sofrimento.

Ainda ontem, quando, às duas horas da tarde, conversávamos pela última vez, disse-me ele que a questão de ficar no governo lhe parecia secundária. A questão estava em defender a sua honra. Eu lhe disse então: “Foi a atitude final de Pedro I: defender a honra”. Ele prosseguiu: “Preciso defender principalmente a minha honra. Não posso sair daqui enxovalhado. Não posso sair daqui desonrado. Não posso sair daqui com a pecha de condescendente ou vinculado com o furto e o homicídio. Não posso sair daqui com desonra. Tenho de aqui ficar enquanto for necessário, para a defesa do meu nome”.

Ao decidir, finalmente, que não havia alternativa senão o sacrifício de sua vida, e mesmo nos instantes de consciência que ainda teve com o coração já varado pelo tiro que consumara tal decisão, o Presidente devia ter a expectati-

va e, mais até, a convicção de que não saía, do governo e da própria vida, desonrado e enxovalhado. Devia ter também a expectativa e a convicção de que seu gesto evitaria a guerra civil e o sacrifício de outros brasileiros. O sorriso com que morreu traduziria tal expectativa e tal convicção.

Mas será que ele já contava com mais alguma coisa como consequência dessa última cartada?

CAPÍTULO 37

AS MESMAS PESSOAS QUE VAIAVAM PASSARAM A REZAR

AS PRIMEIRAS REAÇÕES

GRUPOS DE POPULARES ATACARAM A RÁDIO GLOBO E A TRIBUNA DA IMPRENSA, APEDREJARAM OS EDIFÍCIOS DA STANDARD OIL, DA LIGHT & POWER, DA COMPANHIA TELEFÔNICA, A LOJA DE HELENA RUBINSTEIN E INVESTIRAM CONTRA A EMBAIXADA AMERICANA.

Hoje posso precisar. Meu pai anteviu essa possibilidade. Antes de ser eleito, em 1950, concedeu em julho uma entrevista ao jornalista Miguel Costa Filho, da Folha da Noite, de São Paulo. Ela me foi entregue depois da tragédia de 24 de agosto. Ele disse:

– O Brasil ainda não conquistou sua independência econômica. Nesse sentido, farei tudo para consegui-la. Conheço meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que, pela segunda vez, não chegarei ao fim de meu governo. Eles, os grupos internacionais, não me atacam de frente, porque eles não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro... subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos e inocentes... Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem...

*Lutero Vargas*²⁴⁰

O tiro no quarto do Presidente foi ouvido não só no terceiro andar do Palácio, como também no primeiro, dois lances de escada abaixo, na sala do Chefe do Gabinete Militar, General Caiado de Castro, onde este e o Ministro

²⁴⁰ Lutero Vargas, artigo na Folha de S. Paulo, 24.8.84.

da Justiça Tancredo Neves tomavam um improvisado café da manhã, depois de uma noite e madrugada indormidas, e preparavam-se para um novo dia que não podiam saber quando e como terminaria.

Talvez o Palácio estivesse muito silencioso, depois de tanto movimento e barulho no dia e na noite anteriores e também nas cinco primeiras horas desse dia; talvez por isso o tiro tivesse sido ouvido na sala do General Caiado.

Tancredo Neves e o General Caiado estavam dois andares abaixo e ouviram.

Ouvido no primeiro andar do Catete, dois lances de escada abaixo do quarto do Presidente, o tiro talvez tenha sido ouvido na rua, diante do Palácio.

O oficial de gabinete Guilherme Arinos estava acordado, numa sala próxima ao quarto do Presidente, no terceiro andar, sala de frente, que também tinha janelas para a rua do Catete. Pelas janelas e sacadas, ele via e ouvia a multidão na rua, multidão de manifestantes, mobilizada pela pregação oposicionista e reunida ali à espera da renúncia ou da deposição do Presidente. Essas pessoas – pelo que via e ouvia Guilherme Arinos – viaavam e protestavam o tempo todo e cada vez mais.

Arinos ouviu o tiro, que pode ter sido ou não ouvido da rua. Antes, porém, que percebesse que o tiro fora do Presidente em seu próprio coração, viu que os manifestantes na rua, até então entregues à vaia e ao protesto, começavam a mudar de atitude. Se não tinham ouvido o tiro, foram imediatamente informados dele: e, silenciados, muitos ajoelhavam-se, uns depois dos outros, em oração pelo Presidente que até ali era vaiado.²⁴¹

A notícia da morte do Presidente e de suas circunstâncias, transmitida a todo momento por todas as rádios, atraiu em pouco tempo milhares de outras pessoas ao Catete – movimento que aumentaria com a abertura do Palácio para o velório, horas depois.

– De fato – diria Carlos Lacerda em suas memórias – o povo começou a sair para a rua, aquela agitação toda. O cadáver de Getúlio exposto, visitado por milhares de pessoas que choravam, pessoas que desfaleciam, que tinham

²⁴¹ Informação de Guilherme Arinos no programa “Vox Populi”, da Rádio Catedral, do Rio, do qual participava também o autor, em 2001.

ataques e chiliques.²⁴²

Para Lacerda eram só “ataques e chiliques”. Mas, para os que os sofriam, seriam coisa assim tão ridícula?

O Marechal Mascarenhas de Moraes, que chegaria em seguida ao Catete, teve outra impressão:

– As proximidades do Palácio estavam tomadas por densa multidão e as filas, onde predominavam mulheres, estendiam-se intermináveis, atingindo a Glória por um lado, e o Largo do Machado por outro, sentindo-se a imensa tristeza do povo. Na câmara-ardente, entre cenas tocantes de desespero, dei meu último adeus ao [Presidente], cuja fisionomia denotava profunda serenidade.²⁴³

OS PROTESTOS NAS RUAS

No Rio, em Porto Alegre e em outras cidades, as ruas passavam a ser cenário de protestos populares logo atribuídos aos comunistas, que, coitados, tinham outra e aflitiva prioridade – recolher das bancas a edição recém-rodada dos jornais do partido, com a reprodução da recente entrevista de Luís Carlos Prestes e a manchete que exigia a renúncia de Vargas.

A violência dos protestos dirigiu-se mais contra coisas que contra pessoas.

No Rio, multidões enfurecidas incendiaram uma camionete do jornal O Globo, atacaram a sede de Rádio Globo, assim como a da Tribuna da Imprensa e a embaixada dos Estados Unidos; e empresas americanas como a Standard Oil, a Light, a Companhia Telefônica e a perfumaria Helena Rubinstein.

– Durante todo o dia – lemos nos jornais da época – as multidões percorreram as ruas do Rio de Janeiro, destruindo faixas e cartazes dos partidos da oposição, especialmente da UDN. Grupos de populares atacaram as sedes da Rádio Globo e da Tribuna da Imprensa, apedrejaram os edifícios da Standard Oil, da Light & Power, da Companhia Telefônica, a loja de Helena Rubinstein

²⁴² Carlos Lacerda, Depoimento, P. 147.

²⁴³ Marechal Mascarenhas de Moraes, Memórias.

e investiram contra a Embaixada Americana, em cujo saguão estava instalado um ninho de metralhadora. A Polícia do Exército, que a guarnecia, usou bombas de efeito moral e fez alguns disparos. Houve quatro feridos.

Em Porto Alegre, foram incendiados o Diário de Notícias e as Rádios Farroupilha e Difusora, os três dos “Associados” de Assis Chateaubriand, e atacados o consulado dos Estados Unidos, o City Bank e estabelecimentos comerciais de nomes, nas circunstâncias, imprudentes, como a Importadora Americana e até o cabaré American Boite. E foi empastelado o jornal A Tribuna, do Partido Comunista.

Foram, porém, protestos que a polícia conseguiu controlar, e que nada tinham de insurrecional. Eram só protestos. Quanto às Forças Armadas, a ordem voltou imediatamente aos quartéis. Cessaram os voos rasantes sobre o Palácio do Catete, as assembleias dos clubes militares, a coleta de assinaturas em manifestos sediciosos.

– Os distúrbios – escreverá Moniz Bandeira anos depois – reproduziram-se nas capitais de quase todos os Estados. Generalizaram-se. O New York Times publicou editorial, sob o título Antianiquismo outra vez, manifestando a surpresa da maioria dos americanos ante as notícias, que chegavam do Brasil, de ataques à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, e a alguns dos seus Consulados, em outras cidades, por turbas de brasileiros. Mas a repressão contra o proletariado recrudescia, atingindo, diretamente, as suas organizações. Às 9 horas da manhã do dia 24, quinze minutos após a notícia do suicídio de Vargas, agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) invadiram a sede do Sindicato dos Hoteleiros e apanharam Manoel Silvério da Silva, Presidente da Comissão Intersindical, que articulava a greve pelo congelamento dos preços. Numerosos dirigentes sindicais do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e de outros Estados também foram presos.²⁴⁴

²⁴⁴ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*.

EM PORTO ALEGRE

Segundo a revista *Manchete*, o fato de Porto Alegre situar-se geograficamente longe, tornou “muito mais graves”, na cidade, as consequências da morte do Presidente Vargas:

– O resultado: nove agremiações políticas, onze firmas diversas, o consulado americano, três jornais e duas emissoras foram seriamente atingidos pela fúria popular, enquanto os bombeiros chegavam sempre atrasados para apagar os incêndios...

– A notícia da licença (ou renúncia) do Sr. Getúlio Vargas esperava, bem cedo, à beira das calçadas, o porto-alegrense sonolento que ia para o trabalho. Mal havia ele tomado conhecimento dos fatos da violenta madrugada, quando eram anunciadas pelo rádio as edições “extra” da imprensa local e de cima dum automóvel, na rua dos Andradas, alguém gritava a plenos pulmões: “Getúlio morreu, Getúlio foi assassinado!”.

– O comício, num momento, estava formado. Por coincidência, bem de frente estava a sede da UDN, com suas faixas, o alto falante de boca escancarada, os retratos dos candidatos da “eterna vigilância”. O orador estendeu o punho indignado e prosseguiu: “Ali estão os assassinos!”.

– Na sede udenista, lembraram-se de colocar a bandeira a meio-pau. Foi a conta. Os manifestantes atravessaram a rua, subiram as escadas com a rapidez dos saguis, até o primeiro piso, e destroçaram a sede da UDN. Só se salvaram a bandeira e um velho retrato do general Flores da Cunha, de uniforme e suíças. Os amotinados entenderam que ele era amigo de Getúlio, portanto seu amigo, e transportaram com carinho a efígie do líder udenista para a sede, em frente, do PTB...

– A multidão é assim... Arrasou o Estado do Rio Grande, órgão do Partido Libertador... incendiou o Diário de Notícias, do Sr. Chateaubriand, e as duas emissoras “Associadas”, Farroupilha e Difusora. Empolgada pelo êxito da expedição punitiva, foi destroçando a cidade.

– Quando foi lida a mensagem de Getúlio, a massa passou a procurar os americanos. O Consulado foi virado pelo avesso, idem o National City Bank

of New York e a Importadora Americana e seus belos e inatingíveis automóveis. Foram atingidas também a Cervejaria Brahma, a Importadora de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, e ameaçadas a Cia. Telefônica Nacional e a Coca-Cola. Até um cabaret, a “American Boite”, pagou caro pelo nome que escolheu. Alguns restaurantes, que estavam com os olhos fixos no movimento e na falta de competidores, também entraram na madeira.

– Quanto aos partidos políticos, o povo igualou todos na sua vingança. Depois da UDN, e do quebra-quebra extra, dirigido contra o “capital colonizador”, assestou baterias para as sedes do PSD, PL, PRP, PSP e PSB. Por via das dúvidas, empastelou também A Tribuna, jornal comunista...

– Na Avenida Borges de Medeiros, antes da intervenção militar, já dois deputados quase se matavam. O Sr. Leonel Brizola, do PTB, desentendeu-se com o Sr. Hermes Pereira de Souza, do PSD, entrando na briga outros parlamentares e alguns amigos que os acompanhavam.

NO DIA SEGUINTE

O velório de Getúlio Vargas no Palácio do Catete prolongou-se até a manhã do dia seguinte, 25 de agosto. Ainda que a família quisesse abreviá-lo, havia uma multidão à espera:

– Mais de cem mil pessoas – lemos nos jornais – desfilaram diante do esquife contendo o corpo do Presidente Getúlio Vargas e quase três mil foram atendidas pelos serviços médicos instalados no Palácio do Catete, que [esgotaram] todo o seu estoque de medicamentos para essas oportunidades. As filas organizaram-se desde meio-dia, mas só a partir de 17:30 horas começaram a movimentar-se, indo até 8 horas da manhã de ontem, quando o ataúde foi fechado.

– Às 8 horas, precisamente, foi encerrada a visitação pública à câmara ardente do Presidente Vargas. Iam ser tomadas as primeiras providências para a condução do corpo ao aeroporto.

– Em meio ao mais pesado silêncio e às lágrimas, rodearam a urna funerária a Sra. Darcy Vargas e mais as Sras. Alzira Vargas do Amaral Peixoto e

Jandira Vargas; Srs. Lutero Vargas, Manoel Vargas, Benjamim Vargas, João Goulart, Marechal Mascarenhas de Moraes e outros parentes e amigos do extinto.

– A viúva, mergulhada em profunda dor, assim como seus filhos, manteve-se em demorada oração, até que, às 8:30 horas, o ataúde foi fechado pelo General Caiado de Castro, Marechal Mascarenhas de Moraes e Major Acioli.

– Jamais se presenciou no Rio de Janeiro um cortejo fúnebre idêntico ao do Presidente Getúlio Vargas.

– O cortejo, que era precedido de dois jipes do Exército e de seis batedores da Polícia de Trânsito, aumentava à proporção que ia avançando através da Praia do Flamengo, em demanda do aeroporto. Milhares e milhares de pessoas vinham juntar-se às que partiram do Catete e desse modo, ao passar o ataúde, já a esta altura conduzido aos ombros dos amigos do Presidente, pela Avenida Beira-Mar, em frente aos jardins da Glória, já não se tinha a impressão de um cortejo fúnebre mas de uma vaga, humana, que se estendia a perder de vista.

EM SÃO BORJA

Do Rio, o corpo do Presidente Vargas foi levado para São Borja. Os jornais registraram:

– Ao aterrissar o avião, mal se abriu a porta e se iniciou a retirada do caixão, a incalculável multidão de pessoas começou a cantar o Hino Nacional. Um gigantesco coro se espalhava pelo pampa. Súbito o silêncio desceu. Aqui e ali, soluços abafados, gemidos sufocados, cortavam-no. Sempre em silêncio o povo abriu alas...

Velado em sua cidade, o Presidente só seria sepultado no dia seguinte, 26 de agosto.

Oswaldo Aranha, discurso no sepultamento:

– Não sei se neste instante poderei conversar contigo como outrora conversávamos... Getúlio, saímos juntos daqui há vinte e tantos anos; íamos

todos levados pelo teu sonho e teu ideal... Todos tínhamos um sonho só: era integrar o Brasil em si mesmo, era fazer com que o Brasil não pertencesse às classes dominantes, aos potentados ou poderosos, e que entre nós existisse maior igualdade e fôssemos todos igualmente brasileiros.

– Tenho consciência de que não voltamos juntos porque tu quiseste poupar a minha vida... As tuas decisões sempre foram as melhores, mas não sei se não fora talvez melhor para nós termos ido juntos, já que juntos vivemos, juntos sonhamos e eu te acompanhei por toda esta tua longa vida.

– Estou vivendo, nesta hora, no teu lado, o turbilhão das minhas emoções, que se agrupam entre espasmos de dor e lágrimas, entre conjecturas de dúvidas e olhando para o Brasil... e vendo que tu, ao entrares para a eternidade, tornaste maior o teu nome na História.

Dos jornais, sobre o discurso de João Goulart:

Jango Goulart, filho da mesma terra e da mesma gente, e um dos que moldaram a sua vida pública no exemplo dignificante da obra social de Vargas, ao falar junto ao túmulo do maior dos brasileiros, quase não podia fazê-lo. Sua emoção era tão forte que a voz embargava-lhe na garganta. Pareciam antes palavras arrancadas do fundo do coração, quando começou a ler a histórica mensagem que Getúlio entregou-lhe antes de morrer. A cada trecho da carta de Vargas, João Goulart acrescentava um juramento no sentido de que os homens de sua geração, os milhões de fiéis à bandeira do trabalhismo de Vargas levariam avante a obra imortal do grande chefe.

Dos jornais, sobre o discurso de Tancredo Neves:

Sob esse impacto emocional, ouvia-se ainda a voz de Tancredo Neves, Ministro da Justiça de Getúlio Vargas.

– Minas está aqui a seu lado Presidente, como sempre esteve. Foi de Minas Gerais que partiu o primeiro tiro que o conduziria ao poder. Foi em Minas, Presidente, que o senhor recebeu a última e consagrada manifes-

tação popular quando há dias ali esteve plantando mais uma usina para a emancipação econômica de nosso país.

Falando com uma vibração e uma exaltação que cortavam o campo santo de lado a lado, Tancredo Neves denunciou a conspiração que não se considera saciada com o próprio sangue de Vargas.

CAPÍTULO 38

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MANHÃ

CAFÉ FILHO GARANTE CONTINUAR A OBRA DE VARGAS

A TRANSIÇÃO

SE GETÚLIO VARGAS NÃO TIVESSE DEIXADO O GOVERNO COMO DEIXOU, AS HORAS SEGUINTE SERIAM MARCADAS PELOS PRIMEIROS MOVIMENTOS DE UM GOLPE DE ESTADO E PELA GUERRA CIVIL. INEVITAVELMENTE O CONGRESSO SERIA FECHADO E OCORRERIA O COLAPSO COMPLETO DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL.

Apesar de tudo, a transição de Getúlio Vargas para Café Filho foi mais ordeira e tranquila do que, depois, a transição do próprio Café para o Presidente Juscelino Kubitschek, a de Jânio Quadros para João Goulart, a de João Goulart para o primeiro chefe de governo do ciclo militar de 1964, o General Castello Branco, a do último chefe desse ciclo, o general João Figueiredo, para o Presidente José Sarney e, em 1992, nas circunstâncias do impeachment de Fernando Collor, a transição deste para o Presidente Itamar Franco.

Se Getúlio Vargas não tivesse deixado o governo como deixou, as horas seguintes seriam marcadas pelos primeiros movimentos de um golpe de estado e pela guerra civil. Inevitavelmente o Congresso seria fechado e ocorreria o colapso completo da legalidade constitucional.

Foram tais o impacto e a surpresa causados pelo gesto do Presidente que, a começar pelo Vice-Presidente Café Filho, seus sucessores assumiram o governo deixado vago pelo suicídio como se esquecidos de que o objetivo da conspiração era desmontar os avanços produzidos pela ação de Getúlio Vargas.

Desde as sete horas da manhã, como conta em suas memórias, Café Filho dormia, sob o efeito de sedativos e medicamentos redutores da pressão arterial, na casa de seu amigo e médico Raimundo de Brito, quando chegou a noti-

cia do suicídio. Foram chamá-lo.

– Acordei meio tonto, ainda sob a ação dos remédios, com meu médico e meu secretário particular à cabeceira. Diziam que a situação, ao que parecia, se agravara. Havia, mesmo, certos boatos estranhos. Justificavam a iniciativa de despertar-me, informando que várias pessoas desejavam falar-me sem demora. Continuou nesse tom a conversa, enquanto eu trocava de roupa. Começava a desconfiar de que tinham algo muito grave a comunicar-me, mas não pretendiam fazê-lo de uma vez...

Inopinadamente – prossegue Café – “irrompeu no quarto, chorando, o General Pinto Aleixo, senador pela Bahia”:

– Café, nunca imaginei que você chegasse à Presidência da República em condições tão trágicas!

Só então Café Filho soube do suicídio e de que o General Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar, aguardava ao telefone, para fazer a comunicação oficial da morte do Presidente Vargas.

– Urgia – diz Café sobre suas primeiras reações – dominar a situação e avocar o comando dos acontecimentos. Já não podia parar. Não era mais simples espectador. Tinha, agora, obrigações a cumprir.

Só então Café é informado da Carta-Testamento e daquilo que vinha sendo chamado de “o bilhete” – o papel encontrado na noite de 15 de agosto pelo major Fittipaldi, com aquela frase: “À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte...”

– Soube que essas palavras estavam sendo irradiadas a cada instante e compreendi logo o perigo que encerravam, como fonte de excitação subversiva e como estímulo a represálias por parte de algumas camadas do povo, nem sempre devidamente esclarecidas e geralmente levadas a se deixarem levar pela simplicidade espontânea e pura dos sentimentos. Procurei neutralizá-las através de uma nota oficial redigida em linguagem adequada ao momento.

Nota para a qual, em sua primeira decisão como Presidente, Café Filho pediu ampla divulgação e que “fosse lida repetidamente nas emissoras com que pudesse contar o governo que nascia”.

– Deste modo – diz Café Filho nas memórias – travou-se nos microfones a

singular batalha entre o bilhete de Getúlio e a pequena proclamação do novo Presidente, num dia em que todo o Brasil estava ao pé do rádio.

Na nota anunciada em seu nome, Café Filho dizia não haver palavras que pudessem descrever sua emoção e que a notícia do gesto “de desespero” do Presidente da República atingia-o como um raio. Dizia também que o Brasil devia pôr de lado quaisquer sentimentos políticos ou pessoais, para prestar a Getúlio Vargas as homenagens póstumas de que era credor. E concluía com um aceno que era ao mesmo tempo um apelo:

– Dirigindo, neste momento penoso, as primeiras palavras à Nação, faço-o com a alma suspensa. Antes de quaisquer outras manifestações de minha parte, quero desde logo assumir o compromisso de empenhar todas as minhas forças para dar aos humildes a proteção que foi sempre a preocupação máxima do Presidente Getúlio Vargas.

O próprio Café afirma, nas memórias, sobre sua nota:

– Tratava-se, como se vê, de uma exortação tranquilizadora, destinada a arrefecer os ânimos excitados pelo bilhete e conjurar quaisquer explorações sobre os propósitos do novo governo, confirmados depois na manutenção do salário mínimo e da legislação trabalhista...²⁴⁵

Meia hora, apenas, depois de morrer, Getúlio Vargas conseguia que seu sucessor, um antigo sindicalista de classe média recém-convertido ao pensamento conservador, se comprometesse com a defesa da legislação trabalhista e com a manutenção do salário mínimo – isto é, com o salário mínimo majorado em 100%, que começara a ser pago nesse mesmo mês de agosto! Além de evitar a guerra civil e resgatar sua honra, o Presidente morto começava a produzir outros ganhos.

Nesse momento, Carlos Lacerda cobrava e conseguia de auxiliares de Café – ao que tudo indica no desconhecimento do novo Presidente – a proibição da Carta-Testamento pelas rádios e sobretudo pela Rádio Nacional, do governo, que alcançava todo o país e era a de maior audiência – alguma coisa como a TV Globo dos dias de hoje.

²⁴⁵ Café Filho, *Do Sindicato ao Catele*, vol. I, Pp. 350 a 353.

A ORDEM VOLTA AOS QUARTÉIS

Em seguida ao suicídio do Presidente, não parece ter havido sequer a necessidade – para que a ordem voltasse aos quartéis – de os comandos cobrarem disciplina aos oficiais até então rebelados. Se tivesse havido necessidade, as coisas se complicariam, porque só depois do meio-dia, quase quatro horas após a morte do Presidente, seu sucessor, Café Filho, conseguiu dar início à montagem do novo governo. E só no fim do dia teve seu primeiro encontro com o General Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra, que controlava, na prática, as ações policiais na cidade.

Ao longo dessas quatro horas e pelo resto do dia, a maior preocupação do General Zenóbio centrava-se na ordem pública, diante dos protestos que se multiplicavam, não só no Rio como em Porto Alegre e outras cidades – o que, para um homem como ele, era sempre coisa dos comunistas.

Assim como os protestos eram quase sempre espontâneos – até porque os ativistas do PC estavam empenhados em recolher os jornais do partido com a manchete e a entrevista de Luís Carlos Prestes pregando a derrubada de Vargas – foi também por espontaneidade que a ordem voltou aos quartéis. Mesmo os mais exaltados e agitados ativistas do golpe, como o major Lameirão, foram paralisados pelo suicídio – tanto que nem se cogitou mais de mandar qualquer patrulha da Aeronáutica ao Catete para conduzir Benjamim Vargas preso à base aérea do Galeão.

Sem muita noção do que acontecia ou deixava de acontecer, Café Filho, ainda na casa de seu amigo Raimundo de Brito, depois de redigir e divulgar a nota em que se comprometia a empenhar todas as forças para dar continuidade à política social do Presidente Vargas, partiu para o Palácio Laranjeiras, também da Presidência da República, já que o Palácio do Catete estava cercado de povo, à espera do velório e da abertura dos portões para a visita pública ao corpo de Getúlio Vargas.

No Laranjeiras, entre dez e onze horas da manhã, Café entregou-se à organização do novo governo. Sua primeira preocupação era o Ministério da Aeronáutica, “o setor militar mais atingido pela crise de agosto”. Ele já tinha feito

chegar, por intermédio de seu amigo e futuro Ministro da Justiça, Prado Kelly, um apelo ao Brigadeiro Eduardo Gomes para que aceitasse o cargo de Ministro da Aeronáutica.

– Logo depois do suicídio de Getúlio – diz Café em suas memórias – Eduardo Gomes, através de Prado Kelly, mandara-me a sugestão de um nome para aquele Ministério. Não me recordo bem se era o Brigadeiro Márcio de Souza e Melo ou o Brigadeiro Sá Earp. Dera ele, assim, uma demonstração de reconhecimento imediato de minha autoridade... Eu já havia, entretanto, antes da conversa com Prado Kelly, tomado a deliberação de convidar Eduardo Gomes. Dirigi-lhe, por isso, um apelo veemente, por intermédio de Prado Kelly, para que aceitasse a pasta.

Isso aconteceu antes das nove horas da manhã, logo depois do suicídio do Presidente. Só ao meio-dia, porém, o Brigadeiro chegou ao Palácio Laranjeiras, em companhia de Prado Kelly, e aceitou o convite. Café Filho mandou chamar no Palácio do Catete o Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, que ainda exercia, formalmente, o cargo de Ministro, e comunicou a ele a nomeação de Eduardo Gomes. Saíram juntos os dois – Epaminondas e Eduardo Gomes – rumo à sede do Ministério da Aeronáutica, no centro da cidade, onde Epaminondas transmitiu o cargo.

– Cerca de duas horas mais tarde – diz Café Filho – já a Aeronáutica estava sob a direção efetiva de seu novo titular.²⁴⁶

Duas horas mais tarde seria por volta de duas horas da tarde. Por mais de cinco horas, a Aeronáutica permanecera sem qualquer direção efetiva, pois a quase totalidade de seus oficiais não obedecia ao Brigadeiro Epaminondas. Ainda assim, a Aeronáutica estava em ordem ou pelo menos sossegada. Do ponto de vista do Presidente Vargas, isso significava que seu gesto, não de desespero mas de coragem, conseguia, a começar por essa frente de combate que era a Força Aérea, a mais perigosa e explosiva, estancar a guerra civil.

²⁴⁶ Idem, P. 305.

A ESCOLHA DO MINISTRO DO TRABALHO

Resolvido o caso do Ministério da Aeronáutica, no início da tarde de 24 de agosto, Café Filho voltou-se não para o Ministério da Guerra, do qual só cuidaria no fim do dia, mas para o Ministério do Trabalho, de tal importância, na época, que não podia ser entregue a qualquer um.

– Chegou ao meu conhecimento – diz Café Filho em suas memórias – que os sindicatos operários estavam sendo percorridos por agitadores, que me atribuíam a deliberação de nomear um dos diretores da Associação Comercial para o Ministério do Trabalho, com a incumbência de revogar a legislação social. Percebi os efeitos que, naquele dia de exaltação geral, poderia produzir aquela notícia improcedente.

Sem muita noção do que acontecia ou deixava de acontecer, como já notamos, Café, segundo diz em suas memórias, pensava em manter Hugo de Faria no Ministério do Trabalho, pelo qual ele respondia interinamente desde a demissão de João Goulart em fevereiro.

Da mesma forma que Oswaldo Aranha, Tancredo Neves e Apolônio Salles, este, por sinal, amigo pessoal de Café, nenhum dos ministros de Getúlio Vargas aceitaria, naquelas circunstâncias, servir sob Café Filho (com exceção do General Zenóbio).

Em fevereiro de 1954, um memorial de coronéis, articulado e escrito pelo então coronel Golbery do Couto e Silva, que seria um dos cérebros do movimento de 1964, para a derrubada do governo do Presidente João Goulart, provocara a queda do mesmo João Goulart do Ministério do Trabalho. O tal memorial era um documento extremamente reacionário, que começava por opor-se ao reajuste do salário mínimo, estudado e estimulado pelo Ministro do Trabalho (por ordem, é claro, do Presidente Vargas).

Diante desse memorial, o Presidente Vargas aceitou o pedido de demissão apresentado pelo Ministro João Goulart, mas não escolheu nem nomeou novo Ministro do Trabalho. Antes, assinou um decreto pelo qual o Chefe de Gabinete Hugo de Faria responderia, até segunda ordem, pelo expediente do Ministério. No dia 1º de maio de 1954, Getúlio Vargas decretou o aumento do

salário mínimo que Jango recomendara ao deixar o Ministério: um aumento de 100%.

Hugo de Faria permaneceu no Ministério do Trabalho, respondendo pelo expediente, até o suicídio do Presidente. Como poderia Café Filho esperar que Hugo de Faria aceitasse permanecer no cargo em seu governo?

Talvez esses convites, todos eles, fossem apenas uma operação de relações públicas. Café Filho, afinal, ficaria em situação de enorme constrangimento, e impotência, se homens como Oswaldo Aranha, Tancredo Neves, Apolônio Salles e Hugo de Faria aceitassem participar de seu governo. Café não teria a menor autoridade sobre eles.

Livre, portanto, de uma impossível aceitação por Hugo de Faria, Café Filho voltou-se para outros nomes do PTB.

O primeiro foi o então Vice-Presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho, eleito senador em 1945 por São Paulo, como companheiro de chapa do próprio Getúlio Vargas. Marcondes Filho já não tinha qualquer força no PTB, porque se aliara a Café na proposta da renúncia dupla e até era considerado o redator do discurso do então Vice-Presidente sobre essa proposta, na tarde de 23 de agosto.

Marcondes Filho tirou o corpo fora, dizendo que para São Paulo era mais importante a Vice-Presidência do Senado, que ele exercia no momento. Em São Paulo, logo depois e sem tomar conhecimento dessa homenagem, o PTB recusou legenda a Marcondes Filho, quer para ser candidato à reeleição como senador, quer para uma simples candidatura a deputado.

Café Filho voltou-se então para o senador Napoleão de Alencastro Guimarães, do PTB do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), que aceitou o convite:

— Tratava-se de um dos mais ilustres próceres do trabalhismo e um dos raros amigos fiéis de Getúlio Vargas, durante o ostracismo do Presidente em São Borja. Por coincidência, naquele mesmo dia 24 de agosto, Alencastro Guimarães proferira no Senado um veemente discurso de exaltação da figura de Vargas, cabendo-lhe a leitura, da tribuna senatorial, da chamada Carta-Testamento. Através de sua nomeação, eu dava uma demonstração pública de

que, de modo algum, cogitava de promover reformas contrárias aos interesses dos operários.²⁴⁷

AFINAL O MINISTÉRIO DA GUERRA

Só no fim do dia, Café Filho encontrou-se com o General Zenóbio da Costa, a quem teria prometido manter no Ministério da Guerra depois do afastamento de Getúlio Vargas.

Zenóbio chegou pedindo demissão – o que, aliás, deveria ter feito de manhã, logo após o suicídio do Presidente – e já indicando para o cargo o General Mendes de Moraes, que o acompanhava, e que ainda era apontado como um dos mandantes ou o principal mandante do atentado da rua Tonelero.

Café Filho, ao contar esse encontro em suas memórias, diz o seguinte:

– Chamei-lhe a atenção [do General Zenóbio] para a gravidade da situação nacional e pedi-lhe que continuasse na pasta. Ele sugeriu sua substituição pelo General Mendes de Moraes. Respondi-lhe que já tinha me fixado na fórmula da sua permanência. Obtida a concordância de Zenóbio, recomendei-lhe que tomasse todas as providências, não só no Rio como nos Estados, para manter a ordem e evitar que se consumassem as ameaças feitas a alguns adversários do falecido Presidente.²⁴⁸

Como já vimos, os protestos populares que se espalharam pelo Rio e ocorreram também em Porto Alegre e outras cidades ou eram simples protestos desacompanhados de qualquer violência ou eram protestos em que os manifestantes agiam contra coisas, não contra pessoas.

Assim, foram incendiadas sedes de jornais em Porto Alegre e camionetes de jornais no Rio. Foram atacados, no Rio, a embaixada dos Estados Unidos, e, em Porto Alegre, o consulado norte-americano. Mas não houve registro de qualquer caçada humana, em contraste com a atividade daquele major Lameirão, querendo enfiar uma patrulha da Aeronáutica no Palácio do Catete

²⁴⁷ Idem, Pp. 370 e 371.

²⁴⁸ Idem, P. 371.

para arrancar de lá Benjamim Vargas e levá-lo preso à base aérea do Galeão.

Carlos Lacerda, que poderia ser o maior alvo dos protestos populares, e que até a hora do suicídio berrava pelo rádio que Getúlio Vargas não poderia ter o direito de licenciar-se, pois deveria "apodrecer" na prisão (palavras suas, textuais), fora logo levado de helicóptero para o Galeão, onde se tornou hóspede do comando da base, embora tivesse ficado, de fato, na casa, próxima, de um oficial da FAB, seu amigo, Antônio Carrera.

Café Filho não estava sob qualquer ameaça no Palácio Laranjeiras, onde passou o dia tão tranquilo que só no fim da tarde esteve com o Ministro da Guerra. Afonso Arinos, líder da oposição, foi normalmente à Câmara e discursou em sua sessão plenária, sem qualquer ameaça. A única contrariedade por que teve de passar foi a retirada do plenário dos deputados do PTB.

Os outros civis e militares envolvidos na conspiração contra o Presidente Vargas circulavam e agiam livremente, a salvo de qualquer ameaça.

Assim, essa recomendação de Café Filho ao General Zenóbio, sobre ameaças a adversários do Presidente Vargas, não tinha qualquer procedência. Quanto à manutenção da ordem, isto é, a repressão dos protestos populares, o General Zenóbio não precisava de recomendações do novo Presidente. Sem dar qualquer satisfação a ele, vinha fazendo isso desde o suicídio do Presidente Vargas – até porque antes do suicídio não havia qualquer desordem, qualquer protesto popular. O que havia de desordem era entre os elementos sublevados das Forças Armadas.

O General Zenóbio não teve de eliminar, nesse dia, qualquer foco de rebeldia no Exército. Se a jovem e inquieta oficialidade da Aeronáutica foi, felizmente, paralisada pelo susto do suicídio, no Exército não houve nem isso. Como tinha dito D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto ao General Zenóbio, na reunião final do ministério do Presidente Vargas, os generais metidos na conspiração e signatários do manifesto que pedia a renúncia do Presidente eram quase todos generais sem comando efetivo de tropa.

ONDE ESTAVA A DESORDEM

Os generais conspiradores, e, por isso, responsáveis pela desordem, eram, por exemplo, o General Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra, que exercia um comando desarmado, mas de confiança do Presidente da República; o General Fiúza de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército, comando também desarmado e igualmente de confiança do Presidente da República; e o General Humberto Castello Branco, subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas e, como tal, subordinado do Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB na Itália em 1944 e 1945 e agora Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

O Marechal Mascarenhas foi absolutamente leal ao Presidente Vargas, que o nomeara, mas não temos registro de que o General Castello Branco pedisse dispensa de seu cargo, de confiança de Mascarenhas, antes do ato de deslealdade de assinar o manifesto verdadeiramente subversivo no qual ele e seus colegas exigiam a renúncia do Presidente.

O General Zenóbio, em sua confusão mental, fora cooptado pelos golpistas, com a promessa de permanecer Ministro no governo Café Filho. Mas o segundo homem no Ministério da Guerra, o General Odylio Denys, comandante da Zona Militar Leste, estava contra o golpe e com o governo. O General Nelson de Melo, comandante da Vila Militar, também, e da mesma forma o General Newton Estillac Leal, comandante da Zona Militar de São Paulo, assim como todos os comandos da Zona Militar Sul, com sede em Porto Alegre.

Assim, o General Zenóbio, confirmado no Ministério da Guerra já no fim do dia 24 de agosto, não teve de disciplinar nenhum corpo de tropa no Exército. Simplesmente porque não havia indisciplina nos corpos de tropa do Exército. Havia indisciplina, sim, entre velhos generais sem comando e que também foram paralisados e sossegados pelo suicídio do Presidente. Aí também o gesto do Presidente serviu para desarmar a guerra civil.

JUAREZ TÁVORA ASSUME O GABINETE MILITAR

À noite, afinal, Café Filho recebeu o General Juarez Távora, o grande líder da conspiração contra Getúlio Vargas, que aceitou assumir a chefia da Casa Militar da Presidência.

– Naquela primeira conversa – diz Café em suas memórias – adiantei ao General a minha intenção de não promover devassas contra o governo do Presidente morto. Preferia a norma de encaminhar à Justiça os fatos apurados, por vias regulares, quanto à má aplicação dos dinheiros públicos, não só na administração de Vargas, mas também na minha.²⁴⁹

Café Filho já tinha tomado duas atitudes para assegurar que seu governo não tentaria nem liquidar a legislação trabalhista de Getúlio Vargas nem revogar o aumento de 100% do salário mínimo: a primeira foi a nota oficial que fez divulgar pelo rádio logo depois de assumir a Presidência; a segunda, a nomeação do senador Alencastro Guimarães, do PTB, para o Ministério do Trabalho.

Agora, conversando com Juarez Távora, ele diz que não quer promover devassas contra o governo Vargas. Ele sabe que, antes mesmo do suicídio, ninguém acreditava no envolvimento do Presidente no “mar de lama” denunciado por ele mesmo.

Ele sabe que, no caso do jornal Última Hora, de Samuel Wainer, outras empresas jornalísticas, especialmente os “Associados” de Assis Chateaubriand, deviam muito mais ao Banco do Brasil. E Vargas determinara a execução imediata das dívidas da Última Hora e cassara a concessão de sua emissora, a Rádio Clube do Brasil, cujo canal seria depois concedido à Rádio Mundial, ligada ao jornal O Globo e hoje líder da grande e poderosa rede CBN, Central Brasileira de Notícias.

Se fosse mexer de novo no caso da Última Hora, Café acabaria tornando público o que os grandes jornais mantinham escondido – ou seja, que eles eram os maiores devedores do Banco do Brasil, assim como da Previdência

²⁴⁹ Idem, P. 376.

Social. Café teria força, condições e, sobretudo, vontade de executar as dívidas de Assis Chateaubriand?

Juarez Távora era um homem exaltado e perigosamente ingênuo, que podia ter acreditado nas acusações de Carlos Lacerda e sentir-se agora na obrigação de armar uma devassa. O resultado disso seria a comprovação da inocência e da correção do Presidente Vargas, que ele, embora o ônus da prova coubesse a seus acusadores, deixara absolutamente provadas não só em sua conduta ao longo da crise como na grandeza de seu gesto final.

A perigosa ingenuidade de Juarez Távora não causou os estragos de uma devassa, para os quais Café Filho estava advertido, mas levou-o à escolha do General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott para o Ministério da Guerra, em substituição a Zenóbio da Costa, dois dias depois. Para os grupos antigetulistas civis e militares, que pretendiam perpetuar-se no poder e, a longo prazo, desfazer o que Café Filho cautelosamente prometia preservar, era fundamental evitar que as eleições de outubro de 1954 e outubro de 1955 resultassem na vitória de candidatos identificados com o Presidente morto – e para isso eles já cogitavam do adiamento dessas eleições, como adiante veremos em detalhe.

Era indiscutível que Café não poderia manter Zenóbio no Ministério da Guerra, mas não porque a família Vargas vetasse Zenóbio, como Café alegaria. Se essa abstração chamada família Vargas tivesse qualquer poder de veto, vetaria de uma vez o próprio Café Filho. Café não poderia manter o General Zenóbio porque este se desmoralizara perante os colegas, deixando-se atrair pelo esquema golpista com a promessa de permanecer no cargo.

Em seu livro *Memórias de um Soldado*, o general (e historiador) Nelson Werneck Sodré diz que o General Zenóbio foi vítima de uma perfídia:

– Os conspiradores, para anestesiar o General Zenóbio, prometeram-lhe a permanência nas funções ministeriais. Crédulo, ele radiografou aos comandados subordinados, informando-os dessa decisão. Passou recibo... e liquidou-se como chefe.²⁵⁰

²⁵⁰ Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, P. 443.

ZENÓBIO: DA CONVOCAÇÃO À DEMISSÃO

Só no fim do dia 24, Café Filho teve seu primeiro encontro com o General Zenóbio, a quem pediu que permanecesse no Ministério. Como não tinha nenhum outro general em cogitação para cargo (e ainda não conversara sequer com Juarez Távora, que seria o Chefe do Gabinete Militar e poderia assessorá-lo na escolha), Café pode ter achado que seria mais prudente pedir a Zenóbio que se mantivesse no Ministério e continuasse a cuidar das operações de controle da ordem pública.

Na manhã do dia 25, o corpo de Getúlio Vargas foi retirado do Palácio do Catete e levado, pela mais extraordinária multidão já reunida no Rio, até o Aeroporto Santos Dumont, para ser embarcado rumo a São Borja. Com isso, o Catete e suas imediações foram esvaziados.

– Para evitar qualquer colapso no funcionamento do regime – diz Café Filho – instalei a nova administração no Palácio do Catete, como sinal de que tudo voltava à normalidade depois da tragédia.

Na tarde desse dia 25, o novo governo ainda não estava completo – faltava preencher Ministérios cruciais como o da Fazenda e o das Relações Exteriores, mas não podia haver dúvida de que a situação militar encontrava-se sob controle e de que os protestos populares – como os verificados paralelamente à passeata que acompanhara o corpo de Getúlio Vargas até o aeroporto – não ameaçavam a estabilidade do regime e nem sequer a segurança do novo governo. A ameaça da guerra civil não existia mais, mas houve um momento, no dia seguinte, em que se imaginou a possibilidade de um levante da Vila Militar.

Na tarde de 26 de agosto, Café teve novo encontro com o General Zenóbio, a pedido deste:

– A situação do General havia-se modificado em face das acusações feitas pela família Vargas, no sentido de que os ministros militares de Getúlio tinham permitido que se exigisse o afastamento do Presidente, sob a garantia de que, no novo governo, continuariam nos cargos.²⁵¹

²⁵¹ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, p. 385.

Não havia qualquer acusação aos outros ministros militares, o Almirante Renato Guilhobel, da Marinha, e o Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, da Aeronáutica. E a acusação a Zenóbio não era da família Vargas, mas de outros generais, que tinham participado da reunião na qual ele dissera que a licença do Presidente Vargas seria pro forma e que o Presidente não voltaria à Presidência.

O próprio Zenóbio não negaria ter dito aos generais que o Presidente não voltaria. No depoimento distribuído aos jornais nesse mesmo dia 26, Zenóbio afirmaria que, após a reunião do ministério presidida pelo Presidente Vargas, preparava-se para deixar o Catete, a fim de prender os generais rebelados, quando foi alcançado, a chamado de Oswaldo Aranha:

– Voltei, para então tomar conhecimento de que o Presidente resolvera licenciar-se do poder, ouvindo, em conversa dos outros ministros, que se tratava de licença definitiva.

– Após a decisão do Presidente, desloquei-me para meu gabinete e ali reuni os oficiais-generais do Exército, para lhes dar conhecimento do que ficara assentado na reunião do ministério.

– Sentindo que alguns generais se mostravam incrédulos e apreensivos, declarei que a licença do Presidente era definitiva, pois assim ouvira eu da conversa dos Srs. Ministros após a reunião e quando ali retornei, a chamado do sr. Oswaldo Aranha.²⁵²

O General Zenóbio alega ter ouvido conversas, entre ministros, que não identifica, segundo as quais a licença seria definitiva e o Presidente não voltaria à Presidência. Mas não teve o cuidado de confirmar isso com o Presidente, que estava vivo e acordado. Com essa impressão, colhida de conversas das quais não sabemos em que medida participara, ele assegurou aos demais generais que a licença do Presidente não era para valer, e que o Presidente não voltaria à Presidência.

²⁵² Última Hora, 27.8.1954.

A FAMÍLIA VARGAS RECUSA HOMENAGENS OFICIAIS

A família Vargas nada tinha a ver com isso, mas seus integrantes tinham o direito de não concordar com a conduta do General Zenóbio. Por isso, aliás, a família dispensara quaisquer honras oficiais ao Presidente morto: se aceitasse, teria de aceitar a presença de Zenóbio, que era oficialmente o Ministro da Guerra, nessas homenagens (e teria de aceitar a presença de Café Filho, do General Juarez Távora, novo Chefe do Gabinete Militar, e do Brigadeiro Eduardo Gomes, novo Ministro da Aeronáutica). A recusa dessas homenagens oficiais devia ser até motivo de gratidão, pois poupava a todos eles o constrangimento de homenagear um Presidente para cuja morte todos tinham contribuído.

Sem ter razão ao responsabilizar a família Vargas pela nova situação do General Zenóbio, Café Filho tinha motivos para preocupar-se:

– Embora improcedente e até absurda, a imputação continha uma suspeita contra mim e aqueles chefes militares – [os três ministros militares de Vargas, acusados, segundo Café Filho, de terem abandonado seu Presidente em troca da permanência nos cargos].

– Quando o General Zenóbio me procurou, chamei-lhe a atenção para o fato novo. No curso da conversa, ele pediu demissão e saiu. Na portaria, segundo me informaram depois, fez contra o governo declarações ameaçadoras, logo transmitidas por algumas estações de rádio. Não faltou quem dissesse que o General ia levantar a Vila Militar.²⁵³

O General Zenóbio, em seu depoimento, escrito nesse mesmo dia, logo depois do encontro com Café, não se refere ao suposto levante da Vila Militar. Diz apenas que deixou indignado o gabinete de Café e, “após declarar aos jornalistas que não serviria, de forma alguma, a gente dessa espécie”, passou o cargo a seu substituto legal, o General Segadas Viana. Mas acrescenta, evidentemente em valorizar seu papel nos acontecimentos e desmentir alegações como essa, do levante na Vila Militar:

– É oportuno salientar que, a essa altura, estavam contidas as agitações

²⁵³ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, p. 385.

populares decorrentes da atitude do Presidente Vargas. As tropas do Exército, sob as minhas ordens, haviam mantido a ordem e assegurado a posição do novo Presidente.²⁵⁴

Café Filho, sem negar que a ordem pública estivesse sob controle, não estava convencido de que também o estivesse a situação do Exército, sob o comando do General Zenóbio:

– A ira que o dominava extravasou-se em expressões que deram margem a um surto imediato de boatos alarmantes. Irrompeu, assim, nova onda de inquietação, justificada não só pelas palavras do ministro demissionário, mas também pelo nervosismo do momento.²⁵⁵

ZENÓBIO DERRUBARIA MAIS UM PRESIDENTE?

As memórias de Café Filho deixam inevitavelmente a impressão de que o General Zenóbio não se limitara a manifestar aos jornalistas sua recusa a “servir com gente dessa espécie”.

Café menciona declarações ameaçadoras, surto de boatos alarmantes, nova onda de inquietação e até a hipótese de uma revolta que seria promovida pelo General Zenóbio na Vila Militar. A tudo isso é impossível não acrescentar a seguinte pergunta: Café Filho estaria com medo de que o General Zenóbio pretendesse derrubar mais um Presidente na mesma semana?

Para aconselhar-se, Café convocou em primeiro lugar o Brigadeiro Eduardo Gomes, que, tão intransigente em relação ao Presidente Vargas, revelou ilimitada transigência para com o General Zenóbio, dispondo-se a procurá-lo e pedir que retirasse o pedido de demissão. Café recusou o conselho:

– Discordei da sugestão, tendo em vista a maneira como ele [o General Zenóbio] se portara no Catete, assumindo perante a imprensa uma atitude francamente hostil ao governo.

Neste ponto, Café Filho quase derrapa e por pouco deixa de atribuir ao

²⁵⁴ Última Hora, 27.8.1954.

²⁵⁵ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, P. 385.

General Zenóbio uma atitude francamente golpista... Ele não chega a falar explicitamente em golpe, mas fala em desafio:

– Seu gesto parecia ter, naquele instante, as cores de um desafio, que eu preferia aceitar, quaisquer que fossem as consequências. Sua recondução à pasta tornava-se impossível.

Em seguida, Café Filho manda pedir a Juarez Távora, já investido na chefia da Casa Militar da Presidência, que vá encontrá-lo na casa de Raimundo de Brito. É curioso que, tendo pernoitado na casa de Raimundo de Brito na noite de 24 para 25, Café fizera questão de dormir no Catete na noite de 25 para 26, mas agora, até para uma conversa com o chefe de sua Casa Militar, preferia deixar o Catete.

Falta de confiança na segurança do Palácio? Ou falta de confiança nas forças do Exército? O General Zenóbio já transmitira o comando formal dessas forças ao General Segadas Viana. Mas poderia Zenóbio estar manobrando por trás da cortina? Estaria de volta a ameaça da guerra civil que Getúlio Vargas fizera tudo para conjurar, inclusive com o sacrifício da própria vida?

No dia 24, ao convidar Juarez Távora para a chefia da Casa Militar, Café não discutira com ele a questão do Ministério da Guerra:

– Não toquei nesse assunto, nem Juarez me indagou nada a esse respeito.²⁵⁶

Não é possível, hoje, atinar com as razões pelas quais Café evitara esse assunto ao fazer de Juarez Távora o Chefe de sua Casa Militar. Agora, Café teme até um levante na Vila Militar, comandado por Zenóbio:

– No percurso entre o Catete e Copacabana, ia pensando naquela nova e inesperada crise. Mais uma vez me era dado verificar a profundidade da divisão que minava as classes armadas, principalmente o Exército. A cidade e o país cobriam-se de boatos. A gravidade do problema era tanto mais sensível quanto a ele estavam ligadas a manutenção da ordem pública e a sobrevivência do regime democrático.²⁵⁷

²⁵⁶ Idem, P. 376.

²⁵⁷ Idem, P. 385.

CAFÉ FILHO TEMIA PELA SOBREVIVÊNCIA DA DEMOCRACIA

Café Filho, em seu segundo dia na Presidência da República, temia não só pela manutenção da ordem pública como, principalmente, pela sobrevivência do regime democrático. Ou seja, ele temia a guerra civil, mas não lhe ocorria que, com ou sem o descontrole do General Zenóbio, ninguém conseguiria nesse momento levantar em armas a excitável oficialidade da Aeronáutica, quanto mais a da Vila Militar, que permanecera até o fim com a legalidade, só não tendo agido contra o golpe porque nos últimos dias da crise o General Zenóbio fizera tudo para evitar qualquer contacto ou comunicação com o General Odylio Denys, comandante da Zona Militar Leste, à qual estava subordinada operacionalmente a Vila Militar.

– Tornava-se imperioso e urgente – diz Café Filho, aqui com toda razão – restabelecer a unidade das instituições militares ou, pelo menos, assegurar-lhes condições de convivência pacífica. Sem isso, seria praticamente impossível governar o país.

Na prática, isso significava uma dificuldade a mais. O curso natural das coisas, uma vez afastado Getúlio Vargas, era a ocupação do Ministério da Guerra por um dos generais metidos na conspiração ou ao menos signatários do manifesto que pedia sua renúncia. Só que, desses generais, como dissera Alzira Vargas na reunião do ministério sob a presidência de seu pai, pouquíssimos tinham comando de tropa.

Dos generais com efetivo comando de tropa, muitos haviam ficado não necessariamente com o Presidente Vargas, mas com a legalidade constitucional e contra o golpe. Era o caso dos Generais Odylio Denys, Comandante da Zona Militar Leste, à qual estava subordinada a Vila Militar; Nelson de Melo, comandante da Vila Militar; e Newton Estillac Leal, comandante de todas as tropas do Exército em São Paulo.

Para ter ideia de como estava dividido o Exército – ao contrário da Aeronáutica e da Marinha, cuja oficialidade aderira quase toda à onda antigetulista – os já famosos irmãos Geisel (Ernesto, futuro Presidente da República, e Orlando, futuro Ministro da Guerra) recusaram-se a assinar o manifesto de

seus colegas pela renúncia do Presidente Vargas.

Café Filho poderia ter entregue o Ministério da Guerra a Juarez Távora, em vez de confiar-lhe a chefia da Casa Militar. Juarez, porém, fora o maior líder da conspiração entre os generais. Na condição de Ministro da Guerra, ele teria de confrontar-se com Denys, Nelson de Mello e Estillac. Pela mesma razão, a escolha de qualquer outro seria capaz de originar descontentamentos e dificuldades:

– Acima das correntes do Exército, de uma das quais ele era o chefe – diz Café Filho – Canrobert [o General Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar, o segundo de Juarez no comando da conspiração no Exército] defendia a tese de que, para melhor preservar a coesão militar, nenhum general guindado pelas circunstâncias à condição de líder deveria ser ministro, excluindo, assim, desde logo, a sua candidatura. Essa doutrina... coincidia exatamente com a minha orientação pacificadora.²⁵⁸

Na conversa, em seguida, com Juarez Távora, este indicou um general que, embora tivesse assinado o manifesto que pedia a renúncia do Presidente Vargas, não se envolvera na campanha golpista:

– Comuniquei a Juarez Távora... a deliberação de escolher um general que, além de possuir as qualidades reclamadas pelo cargo, não pertencesse a nenhum grupo... O General Juarez Távora indicou-me, então... o General Henrique Teixeira Lott.

Chamado, o General Lott foi rapidamente ao encontro de Café, na casa de Raimundo de Brito. Informado de que o General Zenóbio acabava de pedir demissão e convidado para substituí-lo, Lott, uniformizado, disse apenas:

– Presidente, Vossa Excelência surpreende-me com esta prova de confiança.

Café, “certo da aquiescência” de Lott, também foi muito conciso:

– Quero que o senhor vá tomar posse agora mesmo.

Cerca de quarenta minutos depois chegava a Café Filho, do Ministério da Guerra, a informação de que o General Lott se empossara, e tudo estava em ordem.²⁵⁹

²⁵⁸ Idem, P. 386.

²⁵⁹ Idem, Pp. 386 e 387

LOTT: O PREÇO DA ORDEM

Com a saída do General Zenóbio, mas sobretudo com a entrada do General Lott, oficial absolutamente disciplinado, mas disciplinador na mesma medida, esvaíram-se os últimos receios de desordem, indisciplina e levantes no Exército.

Isso, porém, teria um preço. Previsto, talvez, pelo mais inteligente e competente dos conspiradores, o General Cordeiro de Farias, que estava em Pernambuco, em campanha como candidato a governador. Juarez e Cordeiro eram velhos amigos – e tinham sido companheiros ao longo de toda a aventura da Coluna Prestes, da qual ambos haviam sido comandantes de destacamento, de 1924 a 1926.

Juarez telefonou a Cordeiro em Pernambuco, ou Cordeiro telefonou a Juarez, de Pernambuco. Quando soube da escolha do General Lott, justificada pelo fato de que ele ocupava o primeiro lugar no Almanaque do Exército – a lista dos oficiais em exercício, com a respectiva qualificação para promoção – Cordeiro, o general mais inteligente de sua geração, reclamou:

– Mas pelo almanaque, Juá? Vocês escolheram pelo almanaque? Juá, não se escolhe Ministro da Guerra pelo almanaque.

Essa reação foi ouvida pelo futuro deputado Thales Ramalho, que, como seu assessor, estava ao lado do General Cordeiro, em Pernambuco.²⁶⁰

A escolha pelo almanaque, contestada de Pernambuco pelo General Cordeiro de Farias, seria fatal aos planos golpistas dos supostamente vitoriosos opositores de Getúlio Vargas.

A curtíssimo prazo, o General Lott liquidaria em poucas horas qualquer hipótese de recrudescer o risco da guerra civil. E, de fato, todas as fantasias suscitadas pela excitação e pela revolta do General Zenóbio foram engolidas pelo espírito disciplinador do General Teixeira Lott.

Nesse sentido, a escolha do General Lott seria um sucesso.

A longo prazo, porém, Café Filho teria mil razões para arrependê-lo.

²⁶⁰ Thales Ramalho ao autor, Brasília, 1995.

Quando seu governo começou a ceder às pressões golpistas, primeiro para adiar as eleições de outubro de 1954 e as de outubro de 1955, e, em seguida, para vetar, nas eleições de 1955, a candidatura à Presidência da República (e depois a posse) do Governador de Minas, Juscelino Kubitschek, o maior e mais natural herdeiro do legado político de Getúlio Vargas, o General Lott disse não.

Nesse sentido, a escolha do General Lott foi um erro – mas um erro pelo qual a posteridade deve agradecer à perigosa ingenuidade do General Juarez Távora e ao Presidente Café Filho.

CAPÍTULO 39

EPILOGO

NA TRAGÉDIA, O TRIUNFO.

O SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS GARANTE AS ELEIÇÕES DE 1954 E,
NAS DE 1955, A ELEIÇÃO E A POSSE DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE.
GARANTE, TAMBÉM, A SOBREVIVÊNCIA DA PETROBRÁS.

O primeiro ato de Café Filho como Presidente da República, ao ser informado da morte do Presidente Getúlio Vargas, fora a nota oficial em que se comprometia a dar prosseguimento à luta de Vargas em favor dos trabalhadores e dos humildes.

Isso significou, na prática, que Café, intimidado pelo clima de opinião pública resultante do suicídio de Vargas, decidira enfrentar as forças conservadoras que o vinham apoiando como uma boa alternativa ao Presidente morto, e manter a decisão deste, de aumentar em 100% o salário mínimo – uma das principais razões, aliás, da feroz campanha contra o Presidente.

Até o Ministro da Fazenda escolhido por Café Filho, Eugênio Gudin, o papa do pensamento econômico conservador e reacionário no Brasil, teve de engolir essa decisão.

Os grupos que tinham apoiado mais entusiasticamente a campanha de Carlos Lacerda, – os promotores da vaia ao Presidente Getúlio Vargas no Jockey Clube, antes mesmo do atentado da rua Tonelero; e até os mais exaltados entre os oficiais da FAB ligados a Carlos Lacerda – tiveram de engolir, junto com Carlos Lacerda e o professor Eugênio Gudin, essa capitulação inicial de Café Filho.

A TENTATIVA DE ADIAR AS ELEIÇÕES DE 1954

A crise de agosto de 1954 foi, apesar de tudo, um triunfo da legalidade. Além de evitar a guerra civil e resgatar a honra do Presidente, o suicídio de Vargas impediu que o desfecho da crise fosse um golpe, enquadrou nos limites constitucionais o governo de seu sucessor, Café Filho, garantiu o funcionamento do Congresso e assegurou as eleições de outubro desse ano e a eleição presidencial de 1955, que muitos queriam cancelar. Entre eles, Carlos Lacerda.

Se Getúlio Vargas não tivesse deixado o governo e a própria vida como deixou, a inevitável guerra civil – que seria também militar, com a maior parte do Exército em luta contra a minoria golpista e contra a maioria antivarguista da Aeronáutica e da Marinha – a inevitável guerra civil provocaria de imediato o fechamento do Congresso e o colapso da legalidade constitucional.

Carlos Lacerda diz em suas memórias que começou a pensar no adiamento ou cancelamento das eleições já ao saber do suicídio do Presidente Getúlio Vargas:

– Quando cheguei em casa [de volta das comemorações com champanhe na casa do Dr. José Nabuco], estava começando o grande erro. O Café Filho assumiu o governo imediatamente, mas largou as rádios de lado. E as rádios, quase todas ainda nas mãos do pessoal do Getúlio, por sensacionalismo ou não, de dez em dez minutos se referiam à carta-testamento, à chamada carta-testamento, a tal carta... Um texto bastante agitador, em cima de um acontecimento que perturbou todo mundo. E aquilo era acompanhado de música de fundo, músicas tristes, marchas fúnebres etc. e lido com a maior ênfase de dez em dez minutos.

– Eu me lembro que telefonei, se não me engano, para o Odylo Costa Filho, que assumiu a direção da Rádio Nacional na ocasião, e disse: “Isso é uma loucura, o que vocês estão fazendo! Vocês estão jogando o povo contra o governo Café Filho, e daqui a pouco vai haver motins na rua. Vocês estão pondo o povo num estado de exasperação nervosa, e não há povo que aguente isso. E em cima do suicídio do Presidente da República, de um homem evidentemente estimado por uma porção de gente, com ou sem razão, não importa. Um povo emotivo e vocês deixam de dez em dez minutos isso ser irradiado,

acompanhado de música de fundo. Parece até que vocês querem realmente a baderna!”.

— E, de fato, o povo começou a sair para a rua, aquela agitação toda. O cadáver de Getúlio exposto, visitado por milhares de pessoas que choravam, pessoas que desfaleciam, que tinham ataques e chiliques. O discurso de Oswaldo Aranha aos prantos e tal. E o Café Filho querendo dar uma de juiz.²⁶¹

De novo, Carlos Lacerda reduz o caso a “ataques” e “chiliques”.

— Foi aí — diz Lacerda — que comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista. Comecei a defender a tese de que a eleição de outubro de 1955 — a sucessão de Café Filho — não poderia ser realizada com a lei eleitoral em vigor, toda cheia de defeitos... Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral, mas uma reforma profunda no país, e que essas reformas... ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura... Convocar eleições para o ano seguinte, só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo... Longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção... a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se tivesse condições normais de raciocinar.²⁶²

As memórias de Lacerda são a transcrição praticamente literal de um depoimento gravado. Elas têm a vantagem da espontaneidade e de seu clima coloquial. Mas muita coisa ficou sem esclarecer e até sem se perguntar. Nesse trecho, ele diz que já na manhã de 24 de agosto de 1954 começou a defender o adiamento das eleições de outubro de 1955. Não diz se esse início de defesa confinou-se a seu foro íntimo, a suas reflexões, ou se foi transmitido a mais alguém. Não diz também se ele defendia, igualmente, o adiamento das eleições de outubro de 1954, pouco mais de um mês depois daquela manhã, nas quais era candidato não apenas a deputado federal, como a ser o mais votado no então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro).

²⁶¹ Carlos Lacerda, Depoimento, P. 147.

²⁶² Idem, Pp. 147 e 148.

CAFÉ CONFIRMA OS PEDIDOS DE ADIAMENTO

Café Filho, porém, em memórias escritas com todo o cuidado, dez anos antes do depoimento de Lacerda, esclarece esse ponto:

– Mais ou menos uma semana depois de haver assumido o governo, recebi o pedido de audiência especial em favor de uma comissão de líderes pessedistas, aos quais acolhi no Palácio do Catete nos primeiros dias de setembro.

– Integravam a comissão do Partido Social Democrático o governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, Benedito Valadares, Nereu Ramos e Batista Pereira.

No dia 24, Café tentara um encontro com Amaral Peixoto, Presidente do PSD, e não conseguira. Nesse dia, o Governador de Minas, JK, não pudera sair de Belo Horizonte, devido aos protestos populares – contra os quais ele não permitiu qualquer violência policial e com cujos líderes e participantes ele dialogou o dia inteiro.

No dia 25, de manhã, JK viera ao Rio para o velório do Presidente Vargas, e depois fora ao encontro de Café Filho – o que um governador como ele não poderia deixar de fazer (Amaral Peixoto também era governador, mas era, mais que isso, o presidente nacional do PSD).

Por insistência de Café, JK indicara Lucas Lopes para o Ministério da Viação e Obras Públicas – o que provocaria enorme reação em Minas e no PSD nacional. JK tentou até retirar a indicação, mas Lucas Lopes acabou assumindo o Ministério com a ressalva de que não representaria oficialmente o PSD.

Uma semana depois disso, Café Filho recebe “uma comissão do PSD”, que lhe proporá o adiamento das eleições marcadas para dali a um mês. Nessa comissão não estão representados nem Lucas Lopes, ministro de Café, nem JK, nem o presidente do partido, Amaral Peixoto. Dela, porém, participam adversários de JK, como Benedito Valadares e Nereu Ramos.

É, portanto, uma comissão do PSD antijuscelinista a pedir o adiamento das eleições de outubro de 1954, o que abriria caminho não só para o adiamento, mas para o cancelamento também das eleições presidenciais de 1955, às quais o Governador Juscelino era notoriamente candidato. E ainda acusa-

vam Getúlio Vargas de ser o golpista que pretendia, a qualquer preço, impedir a eleição de seu sucessor em 1955, para perpetuar-se mais uma vez no poder!

Essa reunião realiza-se nos primeiros dias de setembro. Antes dela, porém, o Governador Garcez já procurara Café Filho com a mesma proposta. Não se passara uma semana da morte do Presidente Vargas e já se tramava o adiamento das eleições marcadas para dali a um mês. Na reunião, Garcez explicou porque propunham o adiamento, ele e os demais integrantes da tal comissão do PSD:

– O suicídio do Presidente Vargas alterara profundamente a situação política do país. A utilização emocional da tragédia, com intuitos demagógicos, proporcionaria grande votação aos trabalhistas. O único meio de evitar isso seria a transferência das eleições para outra oportunidade.

O governador Garcez, na verdade, não estava com medo do fantasma de Getúlio, mas com medo de um homem de carne e osso: Jânio Quadros, ex-Prefeito de São Paulo e candidato favorito ao lugar do próprio Garcez, o de governador desse Estado.

Café, segundo suas memórias, respondeu que a medida – o adiamento das eleições – não era da alçada do Poder Executivo, do Presidente da República.

– O que dependia de mim era exatamente o contrário: garantir as eleições na data prevista. Tratava-se do meu dever e eu me sentia em condições de cumpri-lo. Quanto à possível influência da morte de Vargas, o problema pertencia aos partidos. Qualquer alteração do esquema eleitoral era assunto de competência do Poder Legislativo ou dos órgãos especializados do Judiciário.²⁶³

CAFÉ EVOLUIRÁ DEPOIS PARA O ESQUEMA GOLPISTA

Desde a manhã de 24 de agosto, quando passara a exercer a Presidência, Café fazia de tudo para apresentar-se não como o demolidor, mas como um continuador da obra de Vargas – a ponto de garantir o aumento de 100% do salário mínimo. Pela mesma razão, atraía o senador Alencastro Guimarães,

²⁶³ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, p. 470.

do PTB, para o Ministério do Trabalho, e evitara nomear para o Ministério da Guerra um dos chefes ostensivos da conspiração.

Café dependia especialmente de duas coisas para consolidar seu governo: a tolerância popular e o estabelecimento, nas forças legalistas do Exército, da convicção de que ele, como Presidente, não romperia os limites da legalidade constitucional. Essas forças eram majoritárias e praticamente hegemônicas: não existia a menor possibilidade de serem sobrepujadas e derrotadas por uma aliança das forças golpistas, minoritárias no Exército, com as forças golpistas da Aeronáutica e da Marinha.

Com o tempo, porém, sentindo-se mais firme, Café evoluirá gradualmente para os esquemas golpistas. Mas isso depois das eleições de outubro de 1954.

Logo depois de contar como fora procurado por esse grupo do PSD favorável ao adiamento das eleições de 1954, Café Filho acrescenta:

– Outros partidos, além do PSD, também se haviam mostrado interessados no adiamento das eleições. Representantes da UDN – entre eles Carlos Lacerda, através da Tribuna da Imprensa – do Partido Republicano e do Partido Libertador falaram-me da conveniência de transferir a data do pleito, tendo em vista o impacto emocional da tragédia de 24 de agosto.²⁶⁴

Café engana-se, aí, ao dizer que o PSD mostrara interesse no adiamento. Esse interesse fora manifestado por um grupo absolutamente minoritário no partido.

O governador Garcez, em fim de mandato, representava apenas uma parte do PSD paulista, um partido menor em São Paulo. Batista Pereira, que o acompanhara, era apenas um ex-deputado sem expressão eleitoral e seu Secretário de Estado.

Benedito Valadares, presidente do PSD de Minas, estava empenhado em impedir a candidatura do então Governador Juscelino Kubitschek à Presidência em 55, não só por dificuldades e ressentimentos pessoais como porque a eventual eleição de Juscelino acabaria com seu longo domínio (de Valadares) sobre o PSD mineiro e com sua influência, em virtude desse domínio, no PSD nacional.

²⁶⁴ Idem, P. 471.

A maioria do PSD de Minas queria as eleições de 1954, as eleições de 1955 e a candidatura JK, tanto que na convenção nacional do partido, já no início de 55, Valadares teve de anunciar que os mais de trezentos votos sob seu controle (votos por procuração) eram votos pela candidatura do Governador de Minas.

O próprio Nereu Ramos não tinha a unanimidade do PSD de Santa Catarina, no qual uma dissidência pró-Juscelino começava a afirmar-se, liderada pelo deputado Leoberto Leal. Nem a UDN estava compacta e unanimemente pelo adiamento das eleições.

A TENTATIVA DE ENVOLVER E INTIMIDAR JK

Antes mesmo de Café Filho ser procurado por essa comissão pretensamente representativa do PSD, o Governador Juscelino Kubitschek era procurado pelo próprio Nereu Ramos, que o convocava para uma reunião no Rio.

Juscelino já era candidato à Presidência nas eleições de 1955 – e os defensores do adiamento das eleições de 1954 já pensavam, ou melhor, pensavam principalmente no adiamento das eleições de 1955. E só pensavam nisso porque pressentiam que Juscelino se tornaria, no imaginário popular, o continuador, o herdeiro ou aquele que retomaria, de fato, a obra de Getúlio Vargas. E, assim, venceria as eleições.

Não era só pressentimento. Havia fatos.

No meio da crise de agosto, o Presidente Vargas, que fora a Minas para inaugurar a usina siderúrgica do grupo Mannesmann, alemão, voltara impressionado com a popularidade do Governador Juscelino. E sugerira ao Ministro da Justiça, Tancredo Neves, mineiro e do PSD como o governador, que começasse a articular a candidatura de Juscelino à Presidência. Esperava, com isso, convencer a oposição de que não tinha qualquer plano continuísta, tanto que estimulava uma candidatura forte a seu próprio cargo.

O plano não chegou a ser posto em prática porque logo em seguida a crise rumou para o desfecho de 24 de agosto. Mas foi retomado na tarde de 26 de agosto, em São Borja, em seguida ao sepultamento do Presidente Vargas.

Reunidos praticamente à sombra do túmulo de Vargas, Tancredo Neves, que deixava o Ministério da Justiça, Oswaldo Aranha, que deixava o Ministério da Fazenda, e João Goulart, que deixara o Ministério do Trabalho no início do ano, combinaram articular desde logo a eleição de Juscelino em 1955.

Tancredo Neves podia falar pela direção do PSD porque sabia da posição de Amaral Peixoto, presidente nacional do partido e genro do Presidente Vargas, de apoio a Juscelino. Jango era o presidente nacional e o maior líder do PTB. Aranha estava entre os dois e era, um quarto de século depois, o homem da Revolução de 1930, em luta para impedir que seus avanços fossem engolidos por um retrocesso momentaneamente travado pela morte heroica de seu amigo Getúlio Vargas.

Eram do PSD, mas do PSD antijuscelinista, as mãos acionadas para a manobra sutil do adiamento das eleições de 1954, que, bem administrada, encaminharia a manobra mais importante, o adiamento da eleição presidencial de 1955. Esse PSD antijuscelinista procurou uma reunião com Juscelino, reunião que aconteceu ainda nos últimos dias de agosto – antes, portanto, daquela de Nereu Ramos, Benedito Valadares e do Governador Lucas Nogueira Garcez com Café Filho.

– O encontro – diz Juscelino em suas memórias – se realizou na residência do ilustre catarinense (Nereu Ramos) e teve a presença de Etelvino Lins. Durante o encontro, Nereu conservou-se calado, mas o Governador de Pernambuco (Etelvino) – que, segundo acredito, tivera a ideia da reunião – ali comparcerera com uma missão específica. Estávamos nos últimos dias de agosto e as eleições para a renovação do Congresso seriam realizadas no dia 3 de outubro, ou seja dentro de pouco mais de um mês.

– Durante a reunião, Etelvino Lins expôs o seu ponto de vista e concluiu por me fazer um apelo, no sentido de que concordasse com um adiamento das eleições de 3 de outubro. Apresentei as razões que me levavam a não concordar com a sugestão. Uma eleição não era, e não poderia ser, um motivo de perturbação da ordem e, se assim fosse, estaríamos em face de uma verdadeira falência do regime.

– Acrescentei que um adiamento, naquelas circunstâncias, equivaleria a um atentado contra as instituições. E, reforçando essa linha de pensamento, declarei que ainda era governador de Minas e que lançaria mão de todo o poder que me conferia o cargo, para impedir que o calendário eleitoral fosse alterado.

– Minha atitude fez com que a conversa morresse. Na realidade, não ignorava o que se tramava nos bastidores. Deduzindo que eu seria concorrente às próximas eleições, a UDN desejava justamente frustrar essa expectativa.²⁶⁵

Etelvino Lins não improvisava. Desde 1952, pelo menos, quando se tornou Governador de Pernambuco em virtude da morte de Agamenon Magalhães, ele aproveitava o relacionamento que estabelecera com jornalistas enquanto deputado federal, no Rio, para lançar uma ideia que poderia parecer sedutora – a ideia de uma candidatura de união nacional nas eleições presidenciais de 1955.

Logo se verificou que essa união nacional excluía qualquer candidato identificado com o Presidente Vargas. A união nacional proposta por Etelvino Lins era uma união nacional contra Getúlio Vargas. Etelvino pertencia ao PSD, mas a candidatura que queria era a do General Juarez Távora, uma candidatura identificada com a UDN, União Democrática Nacional, o maior partido de oposição a Vargas e ao PSD. Como prêmio de consolação, o PSD indicaria o Governador Juscelino Kubitschek, muito mais forte, eleitoralmente, que Juarez, como candidato a Vice.

Era, mais uma vez, a velha história de a UDN governar com os votos do PSD e do PTB, que marcara o governo Dutra. Eleito Presidente em 1945 graças ao apoio de Getúlio Vargas, do PSD e do PTB, contra o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN, Dutra, assim que pode, levou a UDN para seu ministério e dele excluiu o PTB.

Ministro da Justiça desde junho de 1953, Tancredo Neves vinha toureando esse esquema Etelvino, especialmente com uma pergunta aparentemente ingênua e de difícil resposta: e por que não a mesma chapa, mas ao contrário,

²⁶⁵ Juscelino Kubitschek, *A Escalada Política*, Pp. 314 e 315.

com Juscelino candidato a Presidente e o General Juarez candidato a Vice? O PSD era inegavelmente o partido maior e mais forte e Juscelino inegavelmente mais popular que Juarez (além de liderar a grande base eleitoral que era Minas).

Depois do suicídio do Presidente Vargas, seria impensável uma chapa Juarez-Juscelino ou mesmo Juscelino-Juarez. Para atropelar a candidatura Juscelino era preciso, agora, atropelar o calendário eleitoral.

Além das pressões para adiar ou cancelar as eleições de 1954 (e as de 1955), Café Filho diz ter sofrido outras:

– Fui muito aconselhado, quando estava no governo, a proceder com mão de ferro, através de providências drásticas, como a suspensão dos direitos políticos dos getulistas e até a cassação do registro do PTB.

– Procurei dar uma ideia das diversas pressões – e houve muitas outras ainda – a que precisei resistir na Presidência da República. A inviabilidade de uma devassa, que muitos desejavam tão inexorável quanto uma inquisição, e a impossibilidade de uma depuração que implantaria entre nós o macartismo antigetulista e levaria os trabalhistas à glória das catacumbas, não significavam que o novo governo se mostrasse insensível à necessidade de um rigoroso procedimento moralizador.²⁶⁶

Com a Constituição em vigor e em pleno funcionamento de um Congresso cuja maioria era composta de partidos como o PSD, como é que Café Filho iria cassar o registro do PTB e seus representantes, aliados fundamentais do PSD nas eleições de 1955?

Já que se entregara às forças golpistas muito antes da crise de agosto de 1954, Café Filho devia saber o que o esperaria no exercício da Presidência. Mas ele sabia também que não teria forças para adiar ou cancelar a eleição de outubro de 1954. Assim, elas se realizaram na data prevista, 3 de outubro, e apresentaram alguns resultados imprevistos.

²⁶⁶ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, Pp. 405 a 407.

AS SURPRESAS DE OUTUBRO

Não houve maior surpresa em alguns resultados. Carlos Lacerda teve mais de 150 mil votos como candidato a deputado federal pela UDN no então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro). Lutero Vargas, candidato pelo PTB, também a deputado, foi o segundo nessa disputa, com cerca de 120 mil votos. Para Lacerda e seus planos futuros, seria um desastre acabar com menos votos que Lutero Vargas. Para Lutero isso não tinha a menor importância.

Houve surpresas, porém, no Rio Grande do Sul. O ex-Ministro João Goulart e seu companheiro de chapa, Ruy Ramos, foram derrotados como candidatos às duas vagas de senador em disputa nas eleições. João Goulart, arrasado pela morte de Vargas, praticamente não fez campanha. E foi vítima, assim como Ruy Ramos, do fato de este ser pastor protestante (protestante de uma igreja séria, não dessas imposturas ditas evangélicas de hoje).

A campanha das lideranças religiosas reacionárias, numa época ainda um pouco distante do pontificado do Papa João XXIII, não se limitou a garantir a vitória, para o Senado, do líder católico Armando Câmara e seu companheiro de chapa, Daniel Krieger, mas derrotou igualmente o candidato do PTB ao governo do Estado, Alberto Pasqualini, que era católico e ex-seminarista e identificava-se com os princípios mais avançados da doutrina social da Igreja.

No conjunto, os resultados mais notados da eleição, os majoritários, foram equilibrados. Com João Goulart e Ruy Ramos, o PTB perdeu para o Senado no Rio Grande do Sul, mas elegeu para o Senado no Distrito Federal o General Caiado de Castro, que nunca pensara numa carreira política, mas foi feito candidato depois da morte do Presidente.

Nas eleições para governador, as forças antigetulistas venceram, por exemplo, no Rio Grande do Sul, com o candidato Ildo Meneghetti, e em Pernambuco, com o General Cordeiro de Farias, mas perderam na Bahia para o ex-Ministro da Educação Antônio Balbino. Em São Paulo, como se esperava, venceu Jânio Quadros, cuja eleição não poderia ser creditada nem a um grupo nem a outro, mas apenas a ele próprio.

Menos notada, mas não menos decisiva foi a vitória do Governador Jusce-

lino Kubitschek, cujo mandato, de cinco e não de quatro anos, iria até janeiro de 1956, e que, portanto, não tinha em jogo a própria sucessão. A mera realização das eleições foi uma vitória de sua candidatura a Presidente em 1955:

– A atitude que assumi era de fundamental importância, naquele momento, quando tantos conspiravam contra a democracia. Os fatos, que posteriormente ocorreram, demonstraram que eu estava com a razão. No dia 3 de outubro, realizaram-se as eleições para a renovação do Congresso e nenhuma anormalidade se verificou no país. O pleito se feriu num clima de entusiasmo, mas dentro da melhor ordem, e João Goulart, candidato do PTB à senatória pelo Rio Grande do Sul, sofreu fragosa derrota, sem que as massas se sublevassem ou a tranquilidade pública fosse perturbada.

– Esse pleito, porém, desanuviou o horizonte. Realizaram-se as apurações e os resultados foram desnorteados. O PSD e o PTB fizeram a maioria dos prefeitos municipais, assim como maiorias esmagadoras para o Congresso Nacional e para os legislativos estaduais. Em Minas, os números que expressavam a votação eram os mais eloquentes: o PSD sozinho elegera 320 dos 485 prefeitos. Esses 320, somados aos eleitos pelos demais partidos que me apoiavam na órbita estadual – o PR e o PTB – perfizeram o total de 432, elegendo a oposição apenas 63. A mesma proporção se verificou na formação da nova Assembleia Legislativa e na eleição da representação mineira no Senado e na Câmara Federal.²⁶⁷

O PETRÓLEO E AS EXPECTATIVAS DENTRO E FORA DO BRASIL

Assim como não houve condições políticas para o adiamento das eleições de 1954, o que voltaria a acontecer nas eleições de 1955, o governo Café Filho também não teve condições de atender às expectativas existentes dentro e fora do Brasil em relação à Petrobrás e à legislação do governo Vargas, que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo no Brasil. Com a Petrobrás e as eleições aconteceu a mesma coisa que com o salário mínimo aumentado em 100%:

²⁶⁷ Juscelino Kubitschek, *A Escalada Política*, p. 315.

a morte de Vargas tornara-os intocáveis naquele momento.

Isso foi entendido por Café Filho, mas não pelos grupos mais empenhados em colher os resultados que esperavam do fim do governo Vargas, grupos que ainda não tinham compreendido o que Prudente de Moraes, neto percebera em um segundo, isto é, que Vargas vencera de novo.

Setenta e duas horas, apenas, depois do suicídio, o Wall Street Journal, o jornal dos grandes grupos financeiros norte-americanos, declarava em sua edição de 27 de agosto:

– Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos de interesses estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica no Brasil.²⁶⁸

Os investimentos estrangeiros em energia elétrica não estavam, absolutamente, proibidos no Brasil. Na indústria do petróleo, o monopólio cobria apenas a pesquisa, a extração e o refino. Grupos estrangeiros operavam livremente e continuariam a operar na distribuição e no varejo de derivados; e por alguns anos ainda operariam na importação de petróleo.

Mais alguns dias e, a 8 de setembro, chegava ao Rio o Subsecretário de Estado norte-americano, Henry Holland, que, naturalmente, vinha sondar a nova situação política. O New York Times, mais, na época, um jornal grande que um grande jornal, escreveu:

– A chegada ao Rio de Henry Holland, Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, não poderia ser mais oportuna. O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto Presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer que, se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderá transformar-se.

Muita gente nos Estados Unidos achava que as coisas podiam mudar radicalmente, do dia para a noite, no Brasil, como tinha acontecido em 1953 no Irã, com a derrubada do Primeiro-Ministro nacionalista Mohamed Mossadegh,

²⁶⁸ Citado pelo Diário de Notícias, do Rio, 28.8.1954.

e em julho de 1954, na Guatemala, com o movimento, ostensivamente apoiado, financiado e organizado pela CIA norte-americana, do qual resultara o fim do governo constitucional do Coronel Jacobo Arbenz, que ousara desapropriar terras da multinacional United Fruit. (Anos depois, o governo dos Estados Unidos pediria desculpas, publicamente, ao povo da Guatemala, confessando a participação da CIA na derrubada de Arbenz.)

Após o suicídio de Getúlio, o New York Times já sabia um pouco mais:

– Dificilmente poderia o novo governo do sr. Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro.²⁶⁹

Na mesma linha e no mesmo dia, o Financial Times, de Londres, escrevia:

– É evidente que se o atual governo do sr. Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro, mesmo para a exploração do petróleo. Mas parece também que a pressão americana no caso do petróleo aumentou.²⁷⁰

Uma das primeiras decisões de Café Filho, ao assumir o governo, pode ter estimulado essas expectativas e até o aumento da pressão norte-americana: a escolha do General Juarez Távora, na noite de 24 de agosto, para a chefia do Gabinete Militar da Presidência.

Juarez fora um dos comandantes mais ativos da campanha final contra Vargas, mas já nos anos 40 liderara, no Clube Militar, a corrente contrária à solução nacionalista para a indústria do petróleo no Brasil. O Presidente da República, o General Eurico Dutra, que no primeiro governo Vargas fora acusado de inclinações pró-nazistas, era agora um chefe de governo irrestritamente alinhado com as pretensões norte-americanas, e mandara ao Congresso o projeto de um Estatuto do Petróleo, tão favorável aos capitais estrangeiros que suscitara um grande debate em todo o país.

Esse debate chegou ao Clube Militar, onde as teses nacionalistas e a oposição ao Estatuto do Petróleo foram assumidas por um grupo sob a liderança do

²⁶⁹ Correio da Manhã, Rio, 8.9.1954.

²⁷⁰ Jornal do Commercio, Rio, 8.9.1954.

General Júlio Caetano Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo, criado por Getúlio Vargas em 1938. O grupo favorável aos capitais estrangeiros foi conduzido pelo General Juarez Távora, por não acreditar que o Brasil tivesse recursos e competência para explorar seu petróleo.

Seis anos depois desse debate, a chegada de Juarez Távora ao primeiro escalão do novo governo despertou nos círculos financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra a expectativa de que, em face da suposta vitória militar contra Vargas, ele pudesse conduzir Café Filho a revogar o monopólio confiado à Petrobrás.

Café, que chegava muito fraco ao governo, conferiu grandes poderes a Juarez Távora, o que pode ter aumentado ainda mais essas expectativas.

Ele decidira extinguir (ou fora convencido a isso) a assessoria econômica instalada por Getúlio Vargas no Palácio do Catete e responsável pelos maiores projetos do Presidente, como a Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Nordeste e o Plano do Carvão Nacional.

– Expliquei a Juarez – escreveria Café Filho em suas memórias – que, em vez de manter as assessorias criadas por Getúlio no Catete, pretendia ampliar as funções das Casas Civil e Militar, alargando as suas atribuições, no sentido de uma cooperação mais acentuada com o Presidente, no âmbito da administração central do país.

– Obtendo resposta favorável ao convite, recomendei a Juarez que escolhesse seus auxiliares tendo em vista que vários órgãos federais antes subordinados diretamente ao Presidente da República, teriam, agora, sua orientação confiada a ele e sua equipe.

Entre esses órgãos estava a Petrobrás. Entre as novas atribuições do Gabinete Militar, figurava o conjunto da política do petróleo.²⁷¹ Café Filho não esclarece, nas memórias, se desde logo confiou a Juarez sua decisão de conduzir a política do petróleo da mesma forma que decidira conduzir a questão das eleições e a das leis trabalhistas e do salário mínimo: não contrariar a orientação que o Presidente Vargas seguira ou seguiria.

²⁷¹ Café Filho, *Do Sindicato ao Catete*, vol. II, p. 375.

CAFÉ FILHO, QUE NÃO MEXERA NO MÍNIMO, NÃO MEXE NA PETROBRÁS

O que Café Filho diz sobre o petróleo em suas memórias é o seguinte:

– Relativamente ao concurso do capital estrangeiro, ocorreu-me, na Presidência da República, uma experiência diversa da do Presidente Getúlio Vargas. Não recebi manifestações de desinteresse. De recusas não posso falar, porquanto não considere jamais a hipótese de atrair aquele capital e adaptá-lo à disciplina da lei que criara a Petrobrás.

– Mas um dia o Presidente de uma companhia estrangeira, não me recordo bem se da Standard ou da Atlantic, de passagem pelo Rio, visitou-me no Catete, onde me fez a seguinte declaração: “Se o Brasil modificar sua política petrolífera, nós nos interessaremos imediatamente em fazer inversões aqui, na prospecção de petróleo.”

– Respondi-lhe que o meu governo não pretendia promover a revisão da lei que criara a Petrobrás, não só porque esta tivera recentemente em seu favor a maioria dos votos no Congresso Nacional, mas também porque estava numa fase de experiência inicial, antes de cujo término não seria lícito proclamar o seu bom ou mau êxito.

– Pessoalmente favorável ao concurso do capital estrangeiro, especialmente na prospecção, não podia, entretanto, procurar impor o meu ponto de vista, pela circunstância de estar na Presidência da República. Sabia do empenho de grupos externos, de participar do desenvolvimento econômico do Brasil...²⁷²

Café Filho, com sua longa experiência na vida política, acreditaria mesmo nisso, que os grupos externos estavam generosamente interessados em ajudar o desenvolvimento econômico do Brasil? Como poderia ele desconhecer um caso como o de Mossadegh e do petróleo iraniano? Ou o caso da intervenção dos Estados Unidos na Guatemala ainda em junho e julho daquele mesmo ano?

Ele diz mais, nas memórias, que logo ao assumir o governo, irromperam debates em que se admitia a reforma da legislação petrolífera:

²⁷² Idem, Pp. 466 a 468.

– Achei, no entanto, que devia tomar posição contrária à tese revisionista. A Petrobrás ainda não fora submetida a teste suficiente... O tema era por natureza divisionista e meu empenho era suprimir atritos e promover a normalização da vida nacional... O General Juarez Távora entendia... que se devia prestigiar a solução já adotada em lei.

Se os grandes grupos petrolíferos internacionais esperavam uma ação decidida do General Juarez, devem ter sofrido uma enorme decepção. Ainda que quisesse, Juarez não teria apoio militar para isso. Já a 4 de novembro de 1954, Café Filho recebeu um parecer do Estado-Maior das Forças Armadas, encaminhado por seu novo Chefe, o General Canrobert Pereira da Costa, “considerando inoportuna, naquele momento, uma alteração no monopólio estatal da exploração do petróleo...”.

– Opinaram os militares – diz Café Filho nas memórias – que, “pelo menos no campo da refinação e dos transportes, os recursos nacionais, devidamente mobilizados, poderiam concorrer, substancialmente, para atenuar as despesas em divisas estrangeiras, necessárias à obtenção do petróleo e seus derivados, cujo consumo crescente decorre do próprio desenvolvimento da economia nacional”, salientando ainda a perspectiva de abertura, na América do Sul, de fontes de importação de óleo bruto, e o aumento previsto, em número e produção, para as destilarias nacionais.²⁷³

É possível que o parecer do EMFA tenha sido elaborado a pedido do próprio Café. Ao mencioná-lo pela primeira vez, ele diz que “obteve um ofício do Estado Maior etc. etc.”. Mesmo antes desse parecer, ele sabia que não podia mexer na Petrobrás por causa do suicídio do Presidente Vargas. Pela mesma razão, ele não mexera no salário mínimo e não ousara adiar nem a eleição de 1954, nem a de 1955.

Já em 1956, recém-empossado na Presidência da República, Juscelino Kubitschek, teve uma primeira reunião com Lucas Lopes, seu Ministro da Viação e Obras Públicas, mas, mais que isso, coordenador do Programa de Metas do governo, o que fazia dele, cumulativamente, uma espécie de Ministro de fato do Planejamento.

²⁷³ Idem, P. 468.

– Lucas – disse Juscelino – não vamos mexer na Petrobrás. Como herdeiro de Dr. Getúlio, não tenho condições políticas para isso.²⁷⁴

Juscelino Kubitschek fora eleito como candidato identificado com Getúlio Vargas – e sofrera, por isso, pressões e vetos de toda ordem. Não poderia, sem pagar altíssimo preço político, ceder a argumentos de ordem econômica contra a Petrobrás.

Com o extraordinário instinto político que lhe permitira vencer tantos obstáculos no caminho para a Presidência, e que lhe permitiria completar nela seus cinco anos de mandato, vencendo duas rebeliões militares e uma permanente conspiração golpista, Juscelino não deve ter-se sentido refém ou vítima de uma fatalidade imposta pelo suicídio de Vargas. Deve ter considerado, com alívio, que o Presidente morto deixara essa questão resolvida para que ele, como sucessor, pudesse entregar-se por inteiro à realização, em plano nacional, daquilo que começara em Minas e que o convertera em candidato natural a Presidente da República: um grande programa de energia e transportes como alavanca de um visionário projeto de desenvolvimento da economia brasileira.

A ELEIÇÃO DE 1955 E DEPOIS

A realização das eleições de 1954 pôs na rua a campanha para a eleição presidencial de 1955. Só o novo Congresso, no qual se acentuara o predomínio da coligação PSD-PTB, que apoiava a candidatura do Governador Juscelino Kubitschek, poderia adiar ou cancelar essa eleição. Café Filho só conseguiria evitá-la por meio de um golpe de Estado para o qual não tinha força. E talvez não percebesse que não contaria, para isso, com o apoio de seu próprio Ministro da Guerra, o General Teixeira Lott.

O que se tentou então foi o veto à candidatura de JK, cujo êxito, como escrevia incansavelmente Carlos Lacerda, seria a volta dos “gregórios”, isto é, de Getúlio Vargas, ao governo.

Pouco depois das eleições de 1954, diz Juscelino Kubitschek em suas

²⁷⁴ Informação de Rodrigo Lopes, filho do Ministro Lucas Lopes e seu assessor, presente ao encontro do pai com Juscelino.

memórias, o Governador eleito de São Paulo, Jânio Quadros, encontrou-se numa fazenda no interior do Estado com o General Juarez Távora, ainda Chefe do Gabinete Militar do Presidente Café Filho.

Juarez teria dito a Jânio que as Forças Armadas vetavam Juscelino e que, em substituição, coordenava-se uma candidatura única, “que era uma forma de pacificação nacional”. Era a mesma conversa que, antes da eleição de outubro de 1954, estava por trás do apelo de Etelvino Lins, na casa de Nereu Ramos, a JK, para que concordasse com o cancelamento, mascarado de adiamento, daquela eleição.

Jânio Quadros, “surpreendido” – prosseguem as memórias de JK – perguntou a Juarez:

- Mas, General, se, apesar do veto militar, Juscelino sair candidato?
- O PSD – responde Juarez – não terá coragem de indicá-lo.

Inteligente demais para ter sido surpreendido numa questão como essa e hábil o bastante para explorar mais a fundo a ingenuidade de Juarez, que não podia ter esse tipo de conversa com um governador recém-eleito de São Paulo, Jânio insiste:

- Mas, General, se, apesar de tudo, ele for indicado?
- Se for indicado – responde Juarez – não concorrerá às eleições.

Jânio arrisca, então, outra pergunta:

- Mas, se concorrer e sair vitorioso?

Irritado, diz JK, o General Juarez encerra a questão:

- Não tomará posse!²⁷⁵

Não é este um livro que possamos estender a todas as peripécias da campanha presidencial de 1955. Contrariando as ingênuas expectativas do General Juarez, o Governador Juscelino Kubitschek resistiu ao veto militar, o PSD teve a coragem de lançá-lo e registrá-lo candidato, ele venceu as eleições, tomou posse depois de frustrada pelo General Lott a tentativa de golpe de novembro de 1955, e só deixou o governo cinco anos depois, em janeiro de 1961, ao término natural de seu mandato.

²⁷⁵ Juscelino Kubitschek, *A Escalada Política*, P. 318.

“O SUICÍDIO ADIOU O GOLPE ATÉ 64”

Vieram depois tempos difíceis. Em 1964, com a deposição do Presidente João Goulart, ex-Ministro de Getúlio Vargas, o Brasil entrou no ciclo de governos militares que duraria vinte anos e só seria encerrado com a eleição de outro ex-Ministro de Vargas, Tancredo Neves, para a Presidência da República.

Os acontecimentos iniciais da crise de 1964 deixaram desde logo uma impressão generalizada de que ela fora retardada por dez anos, desde o suicídio de Getúlio Vargas na manhã de 24 de agosto de 1954. Isso foi dito, por exemplo, por Tancredo Neves – “o suicídio adiou o golpe até 64” – e ganhou autoridade científica nos trabalhos do professor Hélio Jaguaribe.

Além desse adiamento de dez anos, o país ganhou aí outra coisa. O retrocesso, a partir de 1964, e especialmente a partir de 1968, no período marcado pelo Ato Institucional número 5, foi menor do que teria sido em 1954, pelo menos do ponto de vista dos interesses da economia nacional.

Um projeto como a Petrobrás poderia ter sido liquidado em 1954 se o desfecho da crise não fosse o que foi, se Getúlio Vargas não tivesse vencido mais uma vez. Em 1964, a Petrobrás estava consolidada e até recebeu grande apoio de quase todos os governos do ciclo militar. A Eletrobrás, proposta por Vargas em abril de 1954, fora afinal instalada em 1962 e nos trinta anos seguintes – inclusive no período dos governos militares – elevou a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil de 4 milhões para 60 milhões de quilowatts, um aumento de 1.400%.

Getúlio Vargas, no momento em que pôs em prática a decisão de sacrificar a própria vida para resgatar a honra e evitar a guerra civil e o sacrifício de outros brasileiros, não poderia imaginar qual seria o curso da vida brasileira no meio século seguinte. Mas as consequências de seu gesto não se limitaram ao que ele esperava

Além do que ele pretendia, a manhã de 24 de agosto de 1954 e aquela morte com um sorriso tiveram enorme influência sobre o que o Brasil viveu nos últimos cinquenta anos. E sobre o que vive ainda hoje.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
DOMINGO, 1º. DE AGOSTO, 1954	
A PETROBRÁS ASSUME O CONTROLE	
A VAIA NO JÓQUEI	
GRANDES ANÚNCIOS, MAS NÃO PARA VENDER GASOLINA.	
 CAPÍTULO 2	 13
SEGUNDA-FEIRA, 2 DE AGOSTO, 1954	
AQUELA HISTÓRIA DE 1945...	
“VAI ACONTECER DE NOVO...”	
VARGAS SABE, ANTES DO ATENTADO DE 5 DE AGOSTO CONTRA CARLOS LACERDA, QUE TEM A CABEÇA A PRÊMIO E QUE VÃO REPETIR O GOLPE DE SUA DERRUBADA EM OUTUBRO DE 1945.	
 CAPÍTULO 3	 19
TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO	
AGORA, A ELETROBRÁS	
OUTRAS RAZÕES CONTRA VARGAS	
UM MILAGRE DA ENGENHARIA BRASILEIRA: O DESVIO DE UM BRAÇO DO GRANDE RIO SÃO FRANCISCO, PARA A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE PAULO AFONSO.	
 CAPÍTULO 4	 29
QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO, POUCO DEPOIS DA MEIA-NOITE	
UM SÓ PISTOLEIRO OU MAIS DE UM?	
O ATENTADO DE TONELERO	
NO ANO ANTERIOR, 1953, O LÍDER DA OPOSIÇÃO NA CÂMARA, DEPUTADO AFONSO ARINOS, PEDIRA PROTEÇÃO POLICIAL À VIDA DE CARLOS LACERDA, QUE JÁ ESTARIA AMEAÇADA. NESSE MOMENTO, PORÉM, NEM A UDN, O PARTIDO DE ARINOS E LACERDA, NEM O PRÓPRIO TEMIAM QUE LACERDA PUDESSE SER MORTO POR ORDEM DO PRESIDENTE VARGAS OU DE ALGUÉM LIGADO A ELE.	
 CAPÍTULO 5	 47
DOMINGO, 8 DE AGOSTO, MADRUGADA	
A PRIMEIRA CONFISSÃO: O TÁXI FAZIA PONTO AO LADO DO CATETE	
O MOTORISTA ENVOLVE A GUARDA PESSOAL	
O MINISTRO DA JUSTIÇA VAI OUVIR O DEPOIMENTO QUE ENVOLVE O CHEFE DA GUARDA PESSOAL DA PRESIDÊNCIA, GREGÓRIO FORTUNATO, E CRUZA NA ESCADA COM O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: “AÍ EU SENTI QUE REALMENTE A CONSPIRAÇÃO ESTAVA MONTADA”.	

CAPÍTULO 6	59
DOMINGO, 8 DE AGOSTO, TARDE	
O CORONEL ADIL É CHAMADO POR GETÚLIO VARGAS	
O PRESIDENTE PENSA EM RENUNCIAR	
TANCREDO NEVES: "ELE ESTAVA MUITO PREOCUPADO COM AS REPERCUSSÕES DE UMA LUTA ARMADA NO PAÍS. ELE NÃO ACEITAVA DE MANEIRA NENHUMA PERMANECER NO PODER À CUSTA DO DERRAMAMENTO DE SANGUE DE UM SÓ BRASILEIRO, ISSO ELE SEMPRE DISSE".	
CAPÍTULO 7	67
A HIPÓTESE DE CARLOS HEITOR CONY	
POR QUE GREGÓRIO MANDOU MATAR LACERDA?	
O ARGUMENTO QUE GANHOU GREGÓRIO FOI O DE QUE ELE TINHA DE IMPEDIR QUE O PRESIDENTE FOSSE ASSASSINADO COMO PINHEIRO MACHADO.	
CAPÍTULO 8	79
SEGUNDA-FEIRA, 9 DE AGOSTO	
MORTE, REVOLUÇÃO OU TÉRMINO NATURAL DO MANDATO	
O PRESIDENTE SÓ DEIXARÁ O GOVERNO...	
SURGE NA CÂMARA A HIPÓTESE DA RENÚNCIA, EM APARTE DE ALIOMAR BALEEIRO, DEPUTADO DA UDN, AO LÍDER DA OPOSIÇÃO, AFONSO ARINOS.	
CAPÍTULO 9	85
TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO	
O CARDEAL VAI AO PRESIDENTE PROPOR A RENÚNCIA	
CENTENAS DE OFICIAIS ALVOROÇADOS	
UMA ASSEMBLEIA DO CLUBE DA AERONÁUTICA TOMA CONHECIMENTO DA IRA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES E DAS EXPECTATIVAS DO CORONEL ADIL.	
CAPÍTULO 10	89
QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO	
ERA PRECISO PROLONGAR A MENTIRA	
O BRIGADEIRO, AFINAL, PEDE O IPM	
CARLOS LACERDA AO MINISTRO DA GUERRA: "VIM AQUI PARA PROPOR AO SENHOR A DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ISTO É, QUE O SENHOR O CONVIDE A RENUNCIAR OU ENTÃO O DEONHA".	
CAPÍTULO 11	95
QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO	
GRAÇAS AO TALENTOSO INVESTIGADOR SACRAMENTO...	
SURGEM OUTROS NOMES: SOARES E ALCINO	
O IPM NÃO DESCOBRIU NEM IDENTIFICOU NINGUÉM. APENAS PRENDEU AQUELES QUE A INVESTIGAÇÃO POLICIAL – TÃO POSTA SOB SUSPEITA – JÁ TINHA IDENTIFICADO.	

CAPÍTULO 12 103

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO

A INAUGURAÇÃO DA USINA SIDERÚRGICA DA MANNESMANN

O PRESIDENTE VAI A MINAS

NUMA NOITE DE INSÔNIA, ELE PARECE SER VISTO DE JOELHOS, REZANDO. MAS PODE SER, TAMBÉM, QUE ESTIVESSE APENAS RECOSTADO NA CAMA, MURMURANDO ALGUMA COISA PARA SI MESMO.

CAPÍTULO 13 113

SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO

DE VOLTA AO RIO, O PRESIDENTE TENTA ESTIMULAR SUA SUCESSÃO

PRISÃO E CONFISSÃO DO PISTOLEIRO ALCINO

SE TIVESSE QUALQUER DÚVIDA DA INOCÊNCIA DE LUTERO, ELE O ENTREGARIA PRESO AO CHEFE DE POLÍCIA E RENUNCIARIA, PASSANDO A PRESIDÊNCIA AO VICE CAFÉ FILHO.

CAPÍTULO 14 127

SÁBADO, 14 DE AGOSTO

NOVA ASSEMBLEIA NO CLUBE MILITAR

AMEAÇA EXPLÍCITA DE GOLPE

SERÁ QUE A PRISÃO FORMAL, OFICIAL, DE GREGÓRIO, À ORDEM DO ENCARREGADO DO IPM, NÃO FOI RETARDADA DE PROPÓSITO PARA MANTER VIVA A HIPÓTESE DO ACOBERTAMENTO E PROTEÇÃO DE SUSPEITOS E CULPADOS?

CAPÍTULO 15 133

DOMINGO, 15 DE AGOSTO

ANTES, A GARANTIA ÚNICA ERA A DECISÃO DO PRESIDENTE, DE MANTER GREGÓRIO NO CATETE
A PRISÃO, FINALMENTE OFICIAL, DE GREGÓRIO

OS ARQUIVOS DE GREGÓRIO REVELAM QUE ELE COMPRARA UMA FAZENDA, QUE NÃO TERIA COMO PAGAR, VENDIDA POR MANOEL ANTÔNIO VARGAS. PARA O PRESIDENTE, UMA HISTÓRIA MAIS AMARGA QUE A DO CRIME DA RUA TONELERO.

CAPÍTULO 16 145

DOMINGO, 15 DE AGOSTO, NOITE

O BILHETE: "À SANHA DOS MEUS INIMIGOS..."

PRIMEIROS ENCONTROS COM A MORTE

COMO ELE CONVINCEU A FILHA DE QUE NÃO SE TRATAVA DISSO: "SE ESTÁS PENSANDO EM SUICÍDIO, ESQUECE. SUICÍDIO É COVARDIA, É DESISTÊNCIA..." O QUE ELE PENSOU SOBRE SUICÍDIO EM 1930 E 1932.

CAPÍTULO 17 163

1891

PAÍSES SUBMETIDOS A UMA COAÇÃO DA HISTÓRIA

JOSÉ MANUEL BALMACEDA

"HÁ SITUAÇÕES EM QUE UM LÍDER POLÍTICO TEM DE ESCOLHER ENTRE SUA VIDA E A VIDA DE MILHARES DE SEUS COMPATRIOTAS. NUM CASO DESSES, O SUICÍDIO NÃO É COVARDIA — É ATÉ UM DEVER".

Capítulo 18.....	173
SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO	
O PRESIDENTE NÃO PODE NEM TENTA ENGANAR A SI MESMO	
A DEMISSÃO DE NERO MOURA	
O MINISTRO DA AERONÁUTICA PRECISAVA SAIR, NÃO PARA QUE O PRESIDENTE, EGOISTICAMENTE, PUDESSE FICAR. MAS PARA QUE PUDESSE TENTAR A DEFESA, JÁ NÃO DE SEU GOVERNO, MAS DA LEGALIDADE E DA ORDEM CONSTITUCIONAL AMEAÇADAS PELA OFENSIVA GOLPISTA.	
Capítulo 19.....	181
SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO	
UM ENCONTRO SEM RESULTADOS	
O PRESIDENTE RECEBE CHATEAUBRIAND	
OSWALDO ARANHA E TANCREDO NEVES ESFORÇAVAM-SE, PELO MENOS, PARA ATENUAR A FÚRIA DOS ATAQUES DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS", DE ASSIS CHATEAUBRIAND, AO GOVERNO E À PESSOA DO PRESIDENTE.	
Capítulo 20.....	187
TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO	
UMA EDIÇÃO FALSA DA TRIBUNA DA IMPRENSA PARA ENGANAR GREGÓRIO	
PRISÃO DE CLIMÉRIO, CONFISSÃO DE GREGÓRIO	
CLIMÉRIO TINHA EM SEU PODER 35 MIL CRUZEIROS, EM CÉDULAS DA MESMA SÉRIE DOS 225 MIL ENCONTRADOS COM GREGÓRIO E DOS SETE MIL DE ALCINO.	
Capítulo 21.....	195
QUARTA, QUINTA E SEXTA-FEIRAS, 18, 19 E 20 DE AGOSTO	
LUÍS CARLOS PRESTES: "UNIR NOSSAS FORÇAS E PÔR ABAIXO O GOVERNO VARGAS!"	
DEPOIS DA CALMARIA	
CARLOS LACERDA VAI A SÃO PAULO E MOSTRA, EM DISCURSOS E NA TELEVISÃO, DOCUMENTOS RETIRADOS DOS ARQUIVOS DE GREGÓRIO FORTUNATO, OS ARQUIVOS QUE DESAPARECERIAM E NÃO SERIAM ANEXADOS AOS AUTOS DO IPM DO GALEÃO.	
Capítulo 22.....	201
ENTRE A QUARTA-FEIRA, 18, E A SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO	
OSWALDO ARANHA SURPREENDE O PRESIDENTE CHORANDO	
DEBRUÇADO NUMA JANELA DO CATETE	
"MAS QUE É ISSO, SEU GETÚLIO?" – PERGUNTA OSWALDO. – "ESTÁ CONFIRMADO. O MANECO CHEGOU E CONFIRMOU QUE VENDEU A PROPRIEDADE".	
Capítulo 23.....	205
SÁBADO, 21 DE AGOSTO	
NOVA REUNIÃO DO CLUBE DA AERONÁUTICA REALIMENTA A CRISE	
CAFÉ FILHO PROPÕE A RENÚNCIA DUPLA	
O VICE-PRESIDENTE ENTENDE-SE COM OS MINISTROS MILITARES E TAMBÉM COM OS LÍDERES MILITARES DO GOLPE E VAI A VARGAS COM A FÓRMULA DE RENUNCIAREM AMBOS, O PRESIDENTE E O VICE.	

Capítulo 24	219
A BALA DE FUZIL FOI ENCRAVAR-SE A PEQUENA DISTÂNCIA DO PRESIDENTE	
RISCOS E TENTATIVAS DE ASSASSINATO	
ELE ERA ACUSADO, POR UMA OPOSIÇÃO INTERNA QUE JAMAIS O ENTENDERA, DE FAZER O JOGO DE HITLER. AO MESMO TEMPO, TINHA A VIDA AMEAÇADA, A CADA NOITE, PELA AÇÃO DOS AGENTES DO PRÓPRIO HITLER.	
Capítulo 25	231
NOITE DE SÁBADO, 21, MADRUGADA DE DOMINGO, 22 DE AGOSTO	
“JÁ VIVI MUITO. AGORA POSSO MORRER” – DIZ O PRESIDENTE	
NEM TODOS ESTAVAM COM O GOLPE	
OS BRIGADEIROS E OS ALMIRANTES PEDEM A RENÚNCIA DE VARGAS. PARA O GENERAL ZENÓBIO, MINISTRO DA GUERRA, O PRESIDENTE SÓ RENUNCIARÁ DEPOIS DE MORTO.	
Capítulo 26	235
DOMINGO, 22 DE AGOSTO, MANHÃ	
OS ALMIRANTES TAMBÉM DECIDEM PELA RENÚNCIA	
A RESOLUÇÃO “SECRETA” PELO GOLPE	
EDUARDO GOMES METE A MÃO NO BOLSO E TIRA UMA RESOLUÇÃO SECRETA QUE JÁ ERA DO CONHECIMENTO DE TODOS, E APRESENTA COMO ÚNICA SOLUÇÃO A RENÚNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.	
Capítulo 27	241
22 DE AGOSTO, DOMINGO, À TARDE	
AGORA O MANIFESTO DOS GENERAIS	
O PRESIDENTE É INFORMADO	
O MINISTRO DA JUSTIÇA TANCREDO NEVES PROPÕE O ESTADO DE SÍTIO: VOOS RASANTES SOBRE O PALÁCIO DO CATETE.	
Capítulo 28	257
SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO	
UM HOMEM CALMO E REPOUSADO: O ÚLTIMO DIA	
O PRESIDENTE TRABALHA NORMALMENTE	
“NÃO SÃO OS ACONTECIMENTOS DE FORA QUE NOS PERTURBAM, MAS O QUE ESTÁ EM NÓS MESMOS. SEI O QUE DEVO FAZER E PARA ONDE VOU – E POR ISSO DIGO QUE ESTOU TRANQUILO. VOU NUMA SÓ DIREÇÃO – E PARA A FRENTE”.	
Capítulo 29	265
SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO, TARDE	
PARA TANCREDO NEVES, O INSPIRADOR FOI CARLOS LACERDA	
O DISCURSO DE CAFÉ FILHO NO SENADO	
MENOS DE 24 HORAS DEPOIS DE TORNAR PÚBLICAS AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DISPUSERA A RENUNCIAR AO PRÓPRIO MANDATO EM BENEFÍCIO DO PAÍS, O VICE ESTAVA FIRMEMENTE INSTALADO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.	

Capítulo 30.....	275
SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO, 23H30; TERÇA, 24, MADRUGADA	
FECHA-SE A PENÚLTIMA PORTA	
À NOITE, O ULTIMATO	
O GENERAL ZENÓBIO VAI AO PRESIDENTE E DIZ QUE AGORA SÓ SERÁ POSSÍVEL VENCER A REBELIÃO COM DERRAMAMENTO DE SANGUE.	
Capítulo 31.....	287
TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA	
OU A MORTE DELE OU A LUTA ARMADA	
A REUNIÃO DO MINISTÉRIO	
ALZIRA VARGAS: "ISTO AQUI NÃO É UMA SIMPLES JOGADA POLÍTICA. SÃO VIDAS QUE ESTÃO EM JOGO, INCLUSIVE A MINHA. ISSO NÃO PASSA DE UMA CONSPIRAÇÃO DE GABINETE E NÃO UM MOVIMENTO QUE ATINJA AS FORÇAS ARMADAS".	
Capítulo 32.....	303
TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA	
INABALÁVEL PROPÓSITO DE DEFENDER AS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS	
A SITUAÇÃO MILITAR	
"ATÉ A ÚLTIMA HORA – DIRÁ TANCREDO NEVES – A IMPRESSÃO QUE O PRESIDENTE NOS DAVA, A NÓS QUE CONVERSÁVAMOS COM ELE, ERA DO ESPÍRITO DE RESISTÊNCIA".	
Capítulo 33.....	311
TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MADRUGADA, MANHÃ	
"NÃO VAI HAVER LUTA. SE CORRER SANGUE..."	
DOS JARDINS DO CATETE AOS SALÕES DE BOTAFOGO	
COMO IMAGINAR QUE AS FORÇAS EMPENHADAS EM DESTRUÍ-LO, MUITO MAIORES E MAIS PODEROSAS QUE SEUS COADJUVANTES VISÍVEIS – FORÇAS LIDERADAS POR CARLOS LACERDA, JUAREZ TÁVORA, EDUARDO GOMES E, JÁ AGORA, CAFÉ FILHO – FOSSEM DESISTIR DESSE PROPÓSITO SIMPLEMENTE PORQUE ELE SE DISPUNHA A ENTRAR EM LICENÇA?	
Capítulo 34.....	327
TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, CERCA DE 5 OU 6 OU DE 8 HORAS DA MANHÃ	
UMA ORDEM INVENTADA POR UM MAIOR DO GRUPO MAIS RADICAL LIGADO A LACERDA	
O ÚLTIMO ATO DE GUERRA	
O GENERAL CAIADO DE CASTRO JÁ FIZERA INSTALAR DISPOSITIVOS DE DEFESA ANTIAÉREA NOS ALTOS DO PALÁCIO DO CATETE E MANDARA ABRIR TRINCHEIRAS EM SEUS JARDINS. A CHEGADA DE UMA PATRULHA ARMADA DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA SERIA RECEBIDA COMO UM ATO HOSTIL.	

CAPÍTULO 35 335

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MANHÃ

ELE JÁ TEM O DIREITO DE CRUZAR A ÚLTIMA PORTA

A MORTE DO PRESIDENTE

FITTIPALDI VÊ NO ROSTO DO PRESIDENTE UM OLHAR VIVO E MALICIOSO — NÃO MAIS O OLHAR CINZENTO E AUSENTE DOS ÚLTIMOS DIAS. E VÊ, AINDA QUE FUGIDIO, UM SORRISO, COMO QUE UM SORRISO, AFINAL, DE VITÓRIA.

CAPÍTULO 36 341

“FILHO DA PUTA!... ELE GANHOU DE NOVO!”

A MORTE COM UM SORRISO

O QUE LHE CABIA FAZER ERA EXPLORAR E ESGOTAR CADA ALTERNATIVA NOVA QUE SE APRESENTASSE E, DEPOIS, ANTECIPAR-SE À AÇÃO DOS CONSPIRADORES. FOI O QUE ELE FEZ.

CAPÍTULO 37 351

AS MESMAS PESSOAS QUE VIAVAM PASSARAM A REZAR

AS PRIMEIRAS REAÇÕES

GRUPOS DE POPULARES ATACARAM A RÁDIO GLOBO E A TRIBUNA DA IMPRENSA, APEDREJARAM OS EDIFÍCIOS DA STANDARD OIL, DA LIGHT & POWER, DA COMPANHIA TELEFÔNICA, A LOJA DE HELENA RUBINSTEIN E INVESTIRAM CONTRA A EMBAIXADA AMERICANA.

CAPÍTULO 38 361

TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO, MANHÃ

CAFÉ FILHO GARANTE CONTINUAR A OBRA DE VARGAS

A TRANSIÇÃO

SE GETÚLIO VARGAS NÃO TIVESSE DEIXADO O GOVERNO COMO DEIXOU, AS HORAS SEGUINTE SERIAM MARCADAS PELOS PRIMEIROS MOVIMENTOS DE UM GOLPE DE ESTADO E PELA GUERRA CIVIL. INEVITAVELMENTE O CONGRESSO SERIA FECHADO E OCORRERIA O COLAPSO COMPLETO DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL.

CAPÍTULO 39 383

EPÍLOGO

NA TRAGÉDIA, O TRIUNFO.

O SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS GARANTE AS ELEIÇÕES DE 1954 E, NAS DE 1955, A ELEIÇÃO E A POSSE DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK. GARANTE, TAMBÉM, A SOBREVIVÊNCIA DA PETROBRÁS.

BIBLIOGRAFIA

Argolo, Jorge, Kátia Ribeiro e Luís Alberto M. Fortunato, *A Direita Explosiva no Brasil*, Rio, 1996, ed. Mauad.

Baciu, Stefan – *Lavradio 98*, Rio, 1982, ed. Nova Fronteira.

Baldessarini, Hugo – *Crônica de uma época*, São Paulo, 1957, ed. Cia. Editora Nacional.

Café Filho, João – *Do sindicato ao Catete*, Rio, 1966, ed. José Olympio.

Carneiro, Glauco – *Lusardo, o último caudilho*, Rio, 1978, ed. Nova Fronteira.

César, Afonso – *Agosto, a tragédia e a farsa*, Rio, ed. Alhambra.

– *Política, Cifrão e Sangue*, Rio, 1955, ed. Editorial Andes.

Chermont de Brito – *Marechal Odylio Denys, uma vida inimitável*, Rio, 1986, ed. Francisco Alves.

Cony, Carlos Heitor – *Quem matou Vargas?*, Rio, 1974, ed. Bloch. Nova edição, ampliada, em 2004, ed. Planeta.

Coutinho, Lourival – *O General Gois Depõe*, Rio, 1956, ed. Coelho Branco.

Delgado, Lucília de Almeida Neves -, e Vera Alice Cardoso da Silva, Tancredo Neves, *a Trajetória de um Liberal*, Petrópolis. 1985, ed. Vozes.

Fontes, Lourival, e Glauco Carneiro, *A Face Final de Vargas*, Rio, 1966, ed. O Cruzeiro.

Foster Dulles, John Wills – Carlos Lacerda, a vida de um lutador, Rio, 1992, ed. Nova Fronteira.

Hilton, Stanley – Oswaldo Aranha, uma biografia, Rio, 1994, ed. Objetiva.

Kubitschek, Juscelino – A Escalada Política, Rio, 1976, ed. Bloch.

Lacerda, Carlos, Depoimento, Rio, 1977, ed. Nova Fronteira.

Lacerda, Cláudio, – Uma crise de agosto, o atentado da rua Tonelero, Rio, 1994, ed. Nova Fronteira.

Mascarenhas de Moraes, João Batista – Memórias, Rio, 1969, ed. José Olympio/Biblioteca do Exército Editora.

Moniz Bandeira, Luís Alberto – Presença dos Estados Unidos no Brasil, Rio, 1973, ed. Civilização Brasileira.

Moraes, Fernando – Chatô, o Rei do Brasil, São Paulo, 1994, ed. Companhia das Letras.

Moura, Nero – Um voo na história, Rio, 1996, ed. Fundação Getúlio Vargas.

Nabuco, Joaquim – Balmaceda, Salvador, 1956, ed. Instituto Progresso Editorial.

Nascimento, Alcino, Palmério Dória, Joel Rufino dos Santos e Hamilton de Almeida Filho – Mataram o Presidente!, Porto Alegre, ed. L&PM.

Passarinho, Jarbas – Um híbrido fértil, Rio, 1996, ed. Expressão e Cultura.

Queiroz Jr. – Memórias sobre Getúlio, Rio, 1957, ed. Editorial Copac.

Rocha Lima, Valentina – Getúlio Vargas, uma história oral, Rio, 1986, ed. Record.

Rocha Lima, Valentina, e Plínio de Abreu Ramos – Tancredo fala de Getúlio, Porto Alegre, 1986, ed. L&PM.

Schmidt, Anita – A Face do Amor, Rio, 1993, ed. Rocco.

Schmidt, Augusto Frederico – As Florestas, Rio, 1959, ed. José Olympio.

Silva, Hélio – 1938, terrorismo em campo verde, Rio, 1971, ed. Civilização Brasileira.

– 1954, um tiro no coração, Rio, 1974, ed. Civilização Brasileira.

Távora, Juarez – Uma vida e muitas lutas, Rio, 1976, ed. Biblioteca do Exército Editora.

Vargas, Getúlio – Diário, Rio/S.Paulo, 1995, ed. Fundação Getúlio Vargas/Siciliano.

Vargas, Lutero, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, Rio, 1988, edição do autor.

Werneck Sodré, Nelson – Memórias de um Soldado, Rio, 1967, ed. Civilização Brasileira.



Não me faço ilusões... Conheço a gravidade de tudo, mas estou, assim mesmo, tranquilo. Não são os acontecimentos de fora que nos perturbam, mas o que está em nós mesmos. O difícil, o que provoca indecisão, é a necessidade de tomar um rumo, uma resolução. Mas quando enfim decidimos e sabemos o que vamos fazer, isso nos tranquiliza. Sei o que devo fazer e para onde vou e é por isso que lhe digo que estou tranquilo. Vou numa só direção e para frente...

Getúlio Vargas

em conversa no Palácio do Catete com o po

BM11

Tombo: 35164



4404783

Apoio:

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



ISBN 856583530-3

